

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**VOZES DA OPOSIÇÃO: OS PARTIDOS DE ESQUERDA E O 1º GOVERNO**  
**FERNANDO HENRIQUE (1995-1999)**

MARIA LÚCIA RODRIGUES DE FREITAS MORITZ

Porto Alegre

2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**VOZES DA OPOSIÇÃO: OS PARTIDOS DE ESQUERDA E O 1º GOVERNO**  
**FERNANDO HENRIQUE (1995-1999)**

MARIA LÚCIA RODRIGUES DE FREITAS MORITZ

Tese apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de  
doutor em Ciência Política

ORIENTADORA: Profa. Dra. CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Porto Alegre

2006

À minha mãe, pela alegria, força e vontade de viver.

Para Guilherme, Henrique, Maria Eduarda, Vicente, Luísa e Maria Laura, minhas esperanças.

À memória de Sílvia, eterna em meu coração.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Céli Regina Jardim Pinto, pelo privilégio de tê-la, novamente, como minha orientadora. Suas críticas e sugestões foram fundamentais para que este trabalho chegasse a termo.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela colaboração na ampliação dos meus conhecimentos teóricos.

Aos colegas do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por concederem-me, por dois semestres, o afastamento das minhas atividades docentes, com vistas ao meu doutoramento.

Aos funcionários do Senado Federal, Dirceu Braz Goulart Neto e Leany Barreiro de Sousa Lemos, e do PRODASEN, Antônio José Viana Filho (Totty), pelo amplo acesso às informações e pela presteza e paciência em atender às minhas extensas solicitações. Sem esta inestimável colaboração este trabalho não se teria concretizado.

Às minhas auxiliares de pesquisa Mirna de Azevedo Sampaio e Mírian Possamai Barbosa pela ajuda fundamental na organização do material empírico desta tese e por sempre estarem prontas a me socorrer. Também agradeço às bibliotecárias, Ana Lígia de Oliveira e Verônica Frantz, pela normatização do meu trabalho.

Por fim, agradeço ainda, aos familiares, amigos e colegas que, de diversas maneiras, me incentivaram e contribuíram para que esta tese chegasse ao fim.

*Tudo é incerto e derradeiro.  
Tudo é disperso, nada é inteiro.*

Fernando Pessoa

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a atuação dos partidos de oposição, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, com vistas a compreender como as esquerdas deram significado a este determinado momento político. Para levá-lo a efeito foram tomadas duas instâncias de sua ação, a saber: a) a produção legislativa dos deputados federais pertencentes a esses partidos, e b) seus pronunciamentos da tribuna, no espaço destinado ao Grande Expediente, no decorrer da 50ª legislatura, período correspondente a janeiro de 1995 e fevereiro de 1999. As condições emergenciais do discurso das oposições devem ser buscadas no resultado do pleito de 1994. Neste ano, o candidato da coligação de centro-direita conquistou a Presidência da República, obtendo o dobro da votação do segundo colocado, Lula da Silva, principal nome das esquerdas. Depois de sua posse, o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou, para apreciação do Congresso Nacional, um conjunto de medidas com vistas a alterar o perfil do Estado brasileiro. Foi em torno deste pacote reformista que se estabeleceu o debate público entre os dois blocos ideológicos - situação x oposição. De um lado, a base governista apoiando as propostas pró-mercado, e de outro lado, a bancada das oposições defendendo o estatismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Oposições; Partidos de esquerda; Poder Legislativo; Deputados federais; Produção legislativa; Grande expediente; Reforma do estado.

## ABSTRACT

This thesis has as its purpose to analyze the opposition parties' performances during the first government of President Fernando Henrique Cardoso, aiming at understanding how the left-wing representatives gave meaning to this specific political moment. To take it into effect, two instances of action were followed: a) the left-wing Representatives law production and, b) their discourses from the platform taken place in the "*Grande Expediente*" during the 50<sup>th</sup> legislative period, from January 1995 to February 1999. The emerging conditions of the left-wing discourse have to be found in the result of the elections in 1994. In this year, the center right-wing candidate won the Republic Presidency, getting the twice as many votes than the candidate in the second place, Lula da Silva, the most important name from the left-wing. After taking up office, the president Fernando Henrique Cardoso sent to Congress appreciation a group of projects intended to modify the Brazilian State Profile. It was around this reforming group of ideas which the two ideologic groups – situation x opposition that the public debate was established. On one side the government basis supporting the pro-market proposals, and, on the other side, the opposition defending statist policies.

KEY WORDS: opposition, left-wing parties, legislative, representatives, legislative production, "*Grande Expediente*", state reform.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
1.1 O CENÁRIO ELEITORAL DE 1994	12
1.2 OBJETO DE ANÁLISE	14
1.3 PROBLEMÁTICA E HIPÓTESE DE TRABALHO	19
<b>2 OPOSIÇÃO E ESQUERDA NO BRASIL REDEMOCRATIZADO</b>	22
2.1 EVOLUÇÃO DO VOTO DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL: 1982 – 1996	23
2.2 BREVE HISTÓRICO DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL PÓS AUTORITARISMO	37
2.3 DISTINÇÃO DIREITA X ESQUERDA	45
2.4 OPOSIÇÃO EM TEMPOS DEMOCRÁTICOS	49
2.5 QUADRO INSTITUCIONAL BRASILEIRO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	54
<b>3 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOS PARLAMENTARES DA OPOSIÇÃO: FISCALIZAÇÃO DO EXECUTIVO</b>	62
3.1 TIPOLOGIA DAS PROPOSIÇÕES	67
3.2 AS MATÉRIAS FISCALIZADORAS: DECRETOS LEGISLATIVOS (PDC) E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (PFC)	81
<b>4 A DESCONSTRUÇÃO DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE</b>	93
4.1 AÇÕES GOVERNAMENTAIS: CAMINHOS DA ECONOMIA E PROJETOS SOCIAIS	95
4.2 A INGERÊNCIA DO EXECUTIVO NO LEGISLATIVO	105
4.3 OS ESCÂNDALOS DO GOVERNO FHC	109
<b>5 AS OPOSIÇÕES FRENTE AO DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO</b>	131
5.1 QUAL O PAPEL DO ESTADO?	132
5.2 AS JUSTIFICATIVAS DAS REFORMAS (DES)NECESSÁRIAS	141
5.3 QUEBRA DOS MONOPÓLIOS ESTATAIS E AS PRIVATIZAÇÕES	152

<b>6 AS OPOSIÇÕES E AS REFORMAS CONSTITUCIONAIS</b>	199
6.1 A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	199
6.2. A REFORMA POLÍTICA	218
6.3 O PROJETO ALTERNATIVO DAS OPOSIÇÕES	235
<b>7 CONCLUSÃO</b>	254
<b>REFERÊNCIAS</b>	263
<b>APÊNDICE A</b> - Lista dos Deputados Federais dos Partidos de Esquerda – 50 <sup>a</sup> Legislatura	273
<b>APÊNDICE B</b> - Relação dos Suplentes que assumiram a vaga de Deputado Federal – Bancada partidos de esquerda – 50 <sup>a</sup> Legislatura (1995-1999)	278
<b>APÊNDICE C</b> - Relação dos Deputados Federais dos partidos de oposição de direita - 1994	280
<b>APÊNDICE D</b> - Distribuição dos Decretos Legislativos (PDC) x Partidos de esquerda x Assunto x Abrangência - Câmara dos Deputados - 50 <sup>a</sup> Legislatura	284
<b>APÊNDICE E</b> - Distribuição dos Projetos de Fiscalização e Controle (PFC) x Partidos de esquerda x Assunto x Abrangência - Câmara dos Deputados – 50 <sup>a</sup> Legislatura	287
<b>APÊNDICE F</b> - Relação das Proposições Legais de autoria dos Partidos de Esquerda e transformadas em norma jurídica (TNJ) - Câmara dos Deputados – 50 <sup>a</sup> Legislatura	290
<b>ANEXO A</b> – Aparte do Deputado Antônio Aureliano (PSDB/MG)	295
<b>ANEXO B</b> – Aparte Deputado Carlos Magno (PFL/SE)	295
<b>ANEXO C</b> – Aparte do Deputado Milton Temer (PT/RJ)	296
<b>ANEXO D</b> – Aparte do Deputado Domingos Leonelli (PSDB/BA)	297
<b>ANEXO E</b> – Comissões Permanentes e Temporárias – Câmara dos Deputados 50 <sup>a</sup> Legislatura (1995-1999)	298

## Lista dos Partidos Opositoristas – 50ª Legislatura

- Lista dos Partidos de Oposição de Esquerda

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PPS: Partido Popular Socialista

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PT: Partido dos Trabalhadores

PV: Partido Verde

- Lista dos Partidos de Oposição de Direita

PL: Partido Liberal

PMN: Partido da Mobilização Nacional

PP: Partido Progressista

PRN: Partido da Reconstrução Nacional

PRP: Partido da Representação Popular

PSC: Partido Social Cristão

PSD: Partido Social Democrático

PSL: Partido Social Liberal

## Lista das Proposições Legislativas – Câmara dos Deputados

INC = Indicação

PDC = Projeto de Decreto Legislativo

PEC = Proposta de Emenda Constitucional

PFC = Proposta de Fiscalização e Controle

PL = Projeto de Lei

PLC = Projeto de Lei da CD

PLP = Projeto de Lei Complementar

PR = Projeto de Resolução

PRC = Projeto de Resolução CD

RCP = Requerimento de Instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito

REC = Recurso

REQ = Requerimento

RIC = Requerimento de Informação

RPR = Representação

RQC = Requerimento CD

SBE = Subemenda

SDL = Sugestão de Emenda à LDO

SIT = Solicitação de Informação ao TCU

SOA = Sugestão de Emenda ao Orçamento

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a analisar a atuação parlamentar dos deputados federais pertencentes aos partidos de oposição de esquerda, durante o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1999), objetivando (a) compreender como as esquerdas se posicionaram frente às ações do novo Governo, e (b) apreender a forma como o bloco oposicionista significou este determinado momento político. As condições emergenciais do discurso das oposições devem ser buscadas no resultado do pleito presidencial de 1994, quando o principal candidato da esquerda, Lula da Silva, foi derrotado pela candidatura da coligação de centro-direita. Depois de tomar posse na Presidência da República, Fernando Henrique encaminhou, para apreciação do Congresso Nacional, um conjunto de medidas visando modificar o perfil do Estado brasileiro. Foi em torno deste pacote reformista que se estabeleceu o principal debate público entre os dois blocos ideológicos - situação x oposição. De um lado, os partidos governistas apoiando as propostas voltadas para o mercado, e de outro lado, a bancada das oposições defendendo o *status quo* e o estatismo.

### 1.1 O CENÁRIO ELEITORAL DE 1994

Apesar da derrota de Lula na eleição presidencial de 1989, nas disputas eleitorais subseqüentes – 1990, 1992, 1994 – o pólo das esquerdas experimentou um crescimento na sua representação, tanto nos Executivos – municipais e estaduais -, como no âmbito dos Legislativos.<sup>1</sup> Cinco anos depois do pleito de 1989, o cenário eleitoral em 1994 era bastante diferente. A polaridade esquerda x direita daquele ano, cedeu lugar a uma nova configuração: os partidos de direita e de centro uniram-se em torno da candidatura Fernando Henrique Cardoso (PSDB – PFL – PTB), enquanto

---

<sup>1</sup> No próximo capítulo será detalhado o crescimento eleitoral dos partidos de esquerda.

que as principais siglas de esquerda coligaram-se e apoiaram o candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT, PSB, PCdoB, PPS, PV e PSTU).<sup>2</sup> O eleito para o cargo de presidente da República foi Fernando Henrique, ainda no primeiro turno, com a expressiva maioria de 54,3% dos votos válidos, o dobro da votação do segundo colocado, Lula.<sup>3</sup> À despeito do candidato das esquerdas ter sido derrotado pela segunda vez consecutiva, ainda assim, a representação deste bloco ideológico no Congresso Nacional ampliou-se. Comparando-se o resultado entre os dois pleitos têm-se que: em 1990 essas siglas haviam conquistado 100 vagas na Câmara dos Deputados e eleito dois senadores, já em 1994, foram 112 deputados e 10 assentos no Senado Federal.

Apesar da significativa votação para a Presidência da República e a conseqüente eleição de seu candidato, a coligação vitoriosa – PSDB, PFL, PTB<sup>4</sup> – não conquistou a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados, sua representação nesta Casa legislativa ficou em 35,5%. Todavia, ainda em janeiro de 1995, o novo Governo atraiu o PMDB para o seu lado, e posteriormente, em 1996, o PPB.<sup>5</sup> O resultado dessas duas incorporações ao bloco governista foi que a sua base de sustentação parlamentar cresceu para 73,3%. Desta forma o presidente Fernando Henrique passou a contar, já no início de seu mandato, com um amplo apoio legislativo, o que lhe garantia uma maioria qualificada, ou seja, 3/5 do Congresso Nacional. Requisito fundamental para promover qualquer reforma constitucional.

Em contrapartida, o pólo das oposições abarcava um conjunto heterogêneo de 13 siglas, somando inicialmente 137 deputados (26,7%) e 15 senadores (18,5%). Depois do processo migratório ocorrido no início da nova legislatura, o bloco oposicionista viu-se reduzido a 22,6% das cadeiras da Câmara dos Deputados. No

---

<sup>2</sup> No pleito presidencial de 1994, além de Fernando Henrique e Lula da Silva, mais seis candidatos disputaram a Presidência da República, eram eles: Enéas/PRONA, Orestes Quércia/PMDB, Leonel Brizola/PDT, Espiridião Amin/PPR, Carlos Gomes/PRN, e Hernani Fortuna/PSC.

<sup>3</sup> Fernando Henrique fez 34.362.726 de votos e Lula teve 17.116.579 de votos. Fonte: TSE.

<sup>4</sup> Figueiredo e Limongi (1999) denominaram “coalizão de governo eleitoral” aquela coligação articulada antes do pleito (PSDB + PFL + PTB), e “coalizão ampliada” àquela construída posteriormente, onde foram incluídos o PMDB e o PPB/PP.

<sup>5</sup> No início de 1995 houve a fusão do PPR com o PP, resultando em uma nova sigla, o PPB.

interior deste bloco identificavam-se dois segmentos bem definidos: os seis partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PV) detentores de 21,8% da representação da Câmara, e os demais sete pequenos partidos de direita (PL, PMN, PRN, PRP, PSC, PSD), que juntos somavam 4,9% das vagas nessa Casa legislativa. Entretanto, para atender aos propósitos desta tese será feito um recorte no pólo das oposições, interessando para os fins de análise, especificamente, as seis siglas de esquerda com representação parlamentar, anteriormente citados.<sup>6</sup> O que se tem, a partir disso, é uma coincidência entre oposição e partidos de esquerda, decorrência da maior representatividade obtida nas urnas por este bloco ideológico.

É em função do cenário que emergiu das eleições de 1994, conjugado com o contexto de reformas pró-mercado, que interessa estudar as oposições no decorrer da 50<sup>a</sup> legislatura (1995-1999). Cabe salientar que os seis partidos oposicionistas selecionados para fazer parte deste estudo, não podem ser vistos como um bloco homogêneo, devendo ser observada a sua diferenciação interna. Todavia, é possível identificar-se internamente a ele pontos que lhe dão uma unicidade, os quais através das manifestações discursivas formam um amálgama que dá sentido a este bloco denominado “oposições de esquerda”. Dentre esses pontos de unidade estava o discurso anti-reformas e pró-estatismo.

## 1.2 OBJETO DE ANÁLISE

A partir das condições históricas descritas anteriormente, este trabalho propõe-se a analisar a atuação das oposições de esquerda, mais especificamente, os 112 deputados federais eleitos para a 50<sup>a</sup> legislatura (1995-1999) e pertencentes aos

---

<sup>6</sup> A partir deste momento, para os fins desta tese, assume-se como “oposição” ou “oposições”, especificamente os seis partidos de esquerda – PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS e PV, detentores de representação na Câmara dos Deputados. Ou seja, esquerda e oposição passam a ter o mesmo significado.

seguintes partidos políticos: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS e PV.<sup>7</sup> Internamente ao Congresso Nacional, a atividade parlamentar não se restringe a discursar e votar em plenário, mas desdobra-se em várias frentes, desde comparecer às sessões legislativas – ordinárias e extraordinárias - , participação nas comissões permanentes e temporárias, atuação na relatoria de projetos, fiscalização dos atos do Executivo, passando pela apresentação de emendas orçamentárias, até a formulação de proposições. Também é assegurado aos congressistas o direito de discutir e deliberar sobre as matérias, bem como fazer uso da palavra. Os parlamentares podem expressar-se oralmente em vários momentos nas sessões do Legislativo. Na Câmara Federal, por exemplo, tal pode ocorrer no Pequeno e no Grande Expedientes, nas Comunicações dos Líderes e dos Parlamentares, entre outras. Considerando-se esta extensa frente de atuação dos congressistas brasileiros, optou-se por recorrer a duas fontes empíricas, para levar a efeito esta análise, a saber: a) a produção legislativa dos deputados opositores, e b) seus pronunciamentos na tribuna, no espaço correspondente ao Grande Expediente. Esses dados foram obtidos junto aos arquivos eletrônicos do PRODASEN e extraídos dos Anais da Câmara dos Deputados, respectivamente. É importante ressaltar que, via de regra, os pronunciamentos mais importantes são proferidos no espaço do Grande Expediente, justificando-se assim a escolha ter recaído sobre essas falas. Para ocupá-lo os parlamentares precisam inscrever-se previamente e aqueles oradores sorteados, poderão manifestar-se por 25 minutos, incluídos aí os apartes.<sup>8</sup>

Entre fevereiro de 1995 e janeiro de 1999, os representantes das oposições protocolaram 4.139 proposições individuais e manifestaram-se no Grande Expediente cerca de 600 vezes. Entretanto essas agremiações partidárias atuaram distintamente, tanto na produção legislativa, quanto na ocupação da tribuna. Coube ao PT, a maior bancada da oposição, a maior quantidade de iniciativas legais e o predomínio na

---

<sup>7</sup> A análise do material empírico recaiu não só sobre os 112 deputados titulares, mas também foi incorporada a produção dos suplentes, sempre que eles assumiram a titularidade do mandato. Este foi o caso dos petistas Luís Alberto e Walter Pinheiro, que assumiram o cargo em janeiro de 1997.

<sup>8</sup> Os artigos 87 e 88 do RI da Câmara dos Deputados tratam do Grande Expediente.

tribuna, onde de cada dez manifestações das oposições, seis eram de parlamentares petistas.

No tocante às manifestações proferidas nesse período, com exceção do segundo ano, observa-se que houve uma certa constância na sua distribuição anual: em 1995 foram 186 pronunciamentos, em 1996 foram 86, em 1997 foram 173 falas e 162 em 1998. Como já foi observado em outras legislaturas a partir da redemocratização do país, nos anos em que ocorrem disputas eleitorais a produtividade legislativa tende a diminuir, tanto de proposições legais como de pronunciamentos em tribuna. Tal expectativa foi confirmada nas eleições municipais de 1996, ano que destoou dos demais períodos no número de falas proferidas, uma decorrência do envolvimento dos deputados federais nas campanhas de seus correligionários ou do empenho de vários deles em suas próprias candidaturas a prefeito.<sup>9</sup> Se a “interferência eleitoral” foi válida para o pleito de 1996, o mesmo não se repetiu no último ano dessa legislatura, pois a quantidade de discursos proferidos pelos deputados em 1998 é muito semelhante ao que ocorreu nos anos de 1995 e 1997.

Em vista do extenso volume de material coletado, fez-se necessário recortá-lo a partir de critérios estabelecidos, com vistas a atender os propósitos desta tese. Quanto às matérias legais foram adotadas três diferentes dimensões de análise – ação, abrangência e assunto. A primeira dimensão – ação – refere-se ao caráter das proposições - propositivo e fiscalizador -, a abrangência procura enquadrar as propostas parlamentares nos seguintes níveis: nacional, regional, local, setorial e individual<sup>10</sup>, e a terceira dimensão – assunto – busca classificá-las dentro de um

---

<sup>9</sup> Os deputados federais oriundos dos partidos das oposições que conquistaram Prefeituras em 1996 foram: Beto Lélis/PSB, Ubaldino Júnior/PSB, Edson Ezequiel/PDT, Leonel Pavan/PDT, Chico Ferramenta/PT, José Fritsch/PT e Celso Daniel/PT. Como vice-prefeitos os eleitos foram: Ana Júlia/PT, José Fortunatti/PT e Domingos Dutra/PT. O que representa uma alteração de quase 10% na bancada original das oposições.

<sup>10</sup> Essas cinco categorias foram utilizadas pelos autores Octávio Amorim Neto e Fabiano dos Santos (2002) e elas estão detalhadas no capítulo intitulado: *A produção legislativa dos parlamentares da oposição – fiscalização do Executivo*.

espectro de 12 categorias.<sup>11</sup> Essas três dimensões permitiram traçar a sua tipologia, e a partir da identificação de dois perfis - propositivo e fiscalizador - foram selecionadas para análise, em um segundo momento, as matérias legais desse último perfil, especificamente os projetos de Decreto Legislativo (PDC) e os de Fiscalização e Controle (PFC). A escolha dessas duas proposições justifica-se por elas serem um importante instrumento de fiscalização dos legisladores sobre o Poder Executivo. Também os pronunciamentos dos membros da esquerda passaram por um recorte. A partir da leitura da súmula do conjunto dessas falas, foi possível identificar os temas politicamente mais relevantes para as oposições e em torno deles deu-se a estruturação da presente tese. Posteriormente, foram selecionados desse universo, os 37 pronunciamentos mais significativos, os quais fizeram parte da análise nos respectivos capítulos.<sup>12</sup>

Esse conjunto de manifestações – produção legislativa e pronunciamentos - constitui-se no objeto empírico a ser analisado. Este, não é uma construção aleatória do pesquisador, mas preenche os requisitos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho e remontam a problemática central e suas hipóteses. A construção do objeto de análise diz respeito ao contexto em que ele está inserido, no caso específico desta tese, a correlação de forças entre dois grupos políticos – governistas x opositores -, em um espaço definido – a Câmara Federal - , e temporalmente delimitado – 50<sup>a</sup> legislatura. Essa disputa no campo político levou os representantes das oposições a produzirem um conjunto de pronunciamentos e de matérias legais, através do qual apreende-se o significado dado por eles a um determinado momento histórico, especificamente, o primeiro Governo Fernando Henrique. Em função dos princípios norteadores desta tese, os referidos congressistas não serão aqui tomados individualmente, e sim como uma unidade primária de análise, cuja a referência será o critério político-partidário. A partir do seu estudo, conforme foi acima delimitado, pretende-se examinar a construção do discurso político das oposições, bem como,

---

<sup>11</sup> As 12 categorias estabelecidas foram: 1) política; 2) economia/tributação; 3) social; 4) mundo do trabalho; 5) saúde/previdência; 6) cultura/ciência e tecnologia; 7) institucional; 8) administrativa; 9) infraestrutura; 10) ecologia; 11) questão da terra; 12) homenagens.

<sup>12</sup> As 37 falas selecionadas tiveram a seguinte origem partidária: 20 do PT, 10 do PCdoB, 4 do PDT, 2 do PSB e 1 do PPS.

buscar o entendimento sobre um rol de indagações, tais como: as proposições legais dos parlamentares de oposição tratavam de um assunto específico ou era uma produção diversificada? esses representantes atuavam em defesa de quais interesses – nacionais ou regionais ou locais? as oposições foram fiscalizadoras, propositivas, cooperativas ou reativas às ações do Governo? qual era a agenda temática desses partidos? como as oposições (des)construíram o Governo Fernando Henrique e seu pacote reformista? os partidos oposicionistas constituíram-se como uma alternativa ao Governo? os embates travados entre os dois grupos era de ordem pragmática ou programática?

É importante destacar que a reforma do Estado é um assunto recorrente no Brasil desde o final da década de 80, inclusive na campanha presidencial de 1989 foi um dos temas mais debatidos entre os principais candidatos.<sup>13</sup> Entretanto, ela adquiriu grande centralidade na agenda política do Governo Fernando Henrique Cardoso, durante o seu primeiro mandato presidencial. Logo depois da abertura dos trabalhos legislativos, o Poder Executivo enviou para apreciação do Congresso Nacional, um conjunto de propostas com vistas a alterar o modelo do Estado brasileiro. O primeiro lote de medidas visavam reformar a Previdência Social e introduzir mudanças no capítulo da ordem econômica da Constituição brasileira. Neste item estavam incluídos, entre outros, as quebras dos monopólios estatais e as privatizações das empresas públicas. No ano seguinte, 1996, mais uma alteração constitucional foi proposta pelo Governo: a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que permitia a reeleição para os cargos do Executivo, nos três níveis – federal, estadual e municipal.

A partir desta agenda política é que interessa aqui estudar as oposições de esquerda frente às propostas voltadas para o mercado apresentadas pelo Governo Fernando Henrique. Mais do que a polarização esquerda x direita, o debate que se estabeleceu entre os dois blocos foi permeado pela disputa em torno do perfil do Estado: o “novo modelo” regulador *versus* o “antigo” interventor. Este último defendido

pelos partidos da oposição, enquanto que os governistas eram favoráveis ao primeiro desenho.

### 1.3 PROBLEMÁTICA E HIPÓTESE DE TRABALHO

Como já foi destacado, as condições emergenciais do discurso das oposições devem ser buscadas no resultado das eleições de 1994. Neste pleito, a coligação de centro-direita (PSDB-PFL-PTB) conquistou a Presidência da República e derrotou o candidato Lula da Silva, representante da coalizão de esquerda. Entretanto, no Congresso Nacional a coligação vitoriosa não teve o mesmo desempenho eleitoral, não conseguindo conquistar a maioria das vagas. No espaço temporal entre a eleição e a posse, Fernando Henrique Cardoso dedicou-se a costurar uma maioria parlamentar, atraindo para seu lado dois importantes partidos, o PMDB e o PPB. Com a coalizão ampliada, sua base de sustentação parlamentar passou a contar com 3/5 dos assentos da Câmara dos Deputados, atingindo assim, o pré-requisito para aprovar emendas constitucionais. A conquista da “maioria qualificada” era de fundamental importância para os fatos que se sucederam imediatamente após a sua posse na Presidência da República. Logo depois de iniciado o ano legislativo, o presidente Fernando Henrique enviou, para apreciação do Parlamento, um conjunto de medidas com vistas a alterar o perfil do Estado brasileiro. Foi dentro deste contexto de redefinição, marcado pela segunda derrota presidencial, de um lado, e a posição de minoria na esfera congressual, que os partidos de esquerda tiveram que desempenhar sua função de oposição.

O material empírico desta tese procura dar conta da atuação dos deputados das oposições em duas arenas do Parlamento: uma refere-se a produção legal, e a outra, aos pronunciamentos em tribuna. Sendo assim, busca-se explorar e testar as seguintes hipóteses:

---

<sup>13</sup> A questão do Estado nas eleições de 1989, foi objeto de estudo de Temístocles Cezar em sua dissertação de mestrado, defendida junto ao PPG-Ciência Política/UFRGS, em 1994.

- a) no plano das proposições legislativas, as oposições de esquerda, no período entre 1995 e 1999, não se caracterizaram pela apatia frente ao Governo federal, nem se limitaram a operar de forma reativa à sua agenda. Ao contrário, elas conseguiram exercer papel fiscalizador dos atos do Poder Executivo, em que pese sua condição de bancada minoritária – cuja a representação na Câmara dos Deputados não atingia 22% das vagas;
- b) no âmbito das manifestações no Grande Expediente, os oposicionistas construíram uma agenda programática que atuava na defesa dos interesses nacionais, adotando como estratégia interferir no processo político, lançando ao debate público o pacote reformista do Governo Fernando Henrique, com o estratagema de desgastá-lo;
- c) na 50<sup>a</sup> legislatura, a clivagem básica na esfera congressual deu-se entre os defensores das reformas pró-mercado (governistas) *versus* os anti-reformistas (oposicionistas), que na sua condição de minoria não tinham força parlamentar para derrotá-los no voto, e atuaram mais no sentido de marcar posição.

Para dar conta do que foi exposto acima, foi estabelecido o seguinte plano de trabalho. Esta tese estrutura-se em cinco capítulos, além desta introdução. No primeiro detalha-se o resultado das eleições de 1994, no que tange à Presidência da República e ao Congresso Nacional, buscando traçar um panorama da representação dos partidos de esquerda. Também realiza-se um breve histórico da formação partidária dessas siglas, sua caracterização à esquerda do espectro ideológico, bem como, a evolução da sua votação desde a redemocratização brasileira.

A atividade parlamentar no interior do Congresso Nacional desdobra-se em várias frentes, entre elas está a formulação de proposições, as quais são objeto de análise do capítulo seguinte. Estas propostas legais abarcam os mais variados tipos, podendo ser leis ordinárias, leis complementares, requerimentos parlamentares, emendas à Constituição (PEC), entre outros. Especificamente nesse capítulo,

interessa estudar àquelas matérias de perfil fiscalizador que foram protocoladas pelos deputados opositores ao longo da 50<sup>a</sup> legislatura.

No capítulo posterior, analisa-se a forma como os parlamentares das oposições (des)constróem discursivamente o Governo Fernando Henrique, no espaço do Grande Expediente. Para tal foi levado em consideração três itens, a saber: a) as ações governamentais nas áreas econômica e social, b) a ingerência do Poder Executivo no Legislativo e c) os escândalos envolvendo o Governo FHC. O capítulo quatro aborda as manifestações das oposições frente ao pacote de reformas pró-mercado apresentado pelo Executivo, visando redesenhar o perfil do Estado brasileiro. O enfoque dá-se em torno da discussão sobre o papel do Estado, a quebra dos monopólios estatais e as privatizações. O último capítulo trata, especificamente, de duas propostas de reforma, a política e a da Previdência Social, assim como examina-se os pronunciamentos das oposições apresentando-se como uma via alternativa ao projeto político do Governo.

## 2 OPOSIÇÃO E ESQUERDA NO BRASIL REDEMOCRATIZADO

O retorno à democracia no Brasil trouxe reflexos não só na vida política – *strictu sensu* – como na produção acadêmica. Durante o regime de exceção, basicamente, as discussões acadêmicas eram em torno do regime político e do sistema partidário. Já o Congresso Nacional despertava um menor interesse entre os estudiosos, pois era um momento de cerceamento das suas funções e encontrava-se à reboque dos Governos militares. Com a retomada da via democrática mudanças também foram introduzidas na relação entre os três Poderes, especialmente entre o Executivo e o Legislativo, propiciando novas investigações nesta linha de estudo.

Com a nova Constituição de 1988, o papel do Poder Legislativo passou por uma revalorização. Seja porque readquiriu prerrogativas outrora perdidas, seja porque outras foram conquistadas. O resultado deste processo de revitalização é que desde a redemocratização, em especial durante a década de 90, o Legislativo brasileiro recuperou sua centralidade nos trabalhos da área da Ciência Política, transformando-se em objeto de análise de inúmeros estudos. É dentro desta “nova onda” de trabalhos sobre o Legislativo que esta tese se insere, lançando um olhar específico sobre um determinado grupo: as oposições de esquerda. Este capítulo está dividido em cinco sessões e em cada uma delas serão tratados os seguintes assuntos: 1<sup>a</sup>) resgatar o histórico das siglas de esquerda, desde a redemocratização do país; 2<sup>a</sup>) traçar seu desempenho eleitoral nas décadas de 80 e 90; 3<sup>a</sup>) discutir a distinção esquerda e direita; 4<sup>a</sup>) revisar a bibliografia sobre as oposições; 5<sup>a</sup>) desenhar o quadro institucional brasileiro pós-autoritarismo.

## 2.1 EVOLUÇÃO DO VOTO DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL: 1982 – 1996

Depois de quinze anos no poder os militares enviaram ao Congresso Nacional o projeto que tratava da reforma da legislação sobre os partidos políticos. Era dado assim mais um passo no lento e gradual processo de transição para a democracia. A nova lei, promulgada em dezembro de 1979<sup>14</sup>, previa a extinção das duas agremiações (ARENA e MDB) e definia as normas para a formação de partidos. Através desta reforma, um novo ciclo no sistema partidário brasileiro estava sendo inaugurado com a extinção do bipartidarismo e a introdução do pluripartidarismo. Esta mudança, idealizada e implantada ainda sob a tutela dos militares, visava o pleito de 1982. Ao permitir que novos partidos fossem criados, o regime militar esperava dividir a oposição e conseqüentemente, conter o crescimento eleitoral do MDB. As eleições deste ano ocorreram simultaneamente nos três níveis – municipal, estadual e federal – e foram “quase gerais”, isto porque, os cargos de presidente da República, prefeitos das capitais e das cidades consideradas “área de segurança nacional”, não foram escolhidos diretamente pelos eleitores.

A partir do retorno ao pluripartidarismo, novas siglas surgiram no cenário político do país: os antigos, ARENA e MDB, transformaram-se em PDS e PMDB, respectivamente. Também neste primeiro momento o PTB foi reorganizado, e o PP, PT e PDT foram fundados. Porém, em função das regras editadas pelo “pacote eleitoral” de 1981, o Partido Popular (PP) viu-se obrigado a fundir-se com o PMDB. Os comunistas continuavam proibidos de organizarem-se, o que só foi acontecer com o advento da Nova República em 1985.

O quadro partidário estava então definido, sendo estas as cinco legendas que se apresentaram para disputar o pleito de 1982. Como o país ainda encontrava-se sob a vigência do governo autoritário, foram criadas regras eleitorais que facilitassem o desempenho do PDS, em detrimento dos outros partidos. O principal item da legislação que vinha ao encontro deste objetivo foi a imposição do “voto vinculado”.

Esta norma exigia que os partidos apresentassem candidaturas em todos os níveis – senador, deputados federal e estadual, governador, prefeito e vereador – e os eleitores, no momento da votação, deveriam escolher seus candidatos, tanto da proporcional como da majoritária, do mesmo partido. Aquelas siglas que estavam recém se organizando foram bastante prejudicadas por esta regra eleitoral, exceto o PDS.

Nas eleições de 1982, o objetivo dos militares, em favorecer eleitoralmente o PDS e dificultar as demais agremiações partidárias, foi atingido. Siglas com pouco tempo de organização, como o PDT e PT tiveram um desempenho bastante modesto nas urnas. O Partido dos Trabalhadores elegeu apenas dois prefeitos, oito deputados federais e nenhum vereador. Já os pedetistas saíram-se melhor: conquistaram 22 Prefeituras, elegeram um governador (Leonel Brizola/RJ), um senador e 23 deputados federais.<sup>15</sup>

A partir dessas eleições de 1982 até 1994, observa-se, na evolução do voto no Brasil, uma curva ascendente na votação das agremiações de esquerda. A característica do crescimento das legendas de esquerda não é exclusiva do caso brasileiro. Outros países latino-americanos, especialmente os do cone sul, depois de findo o período ditatorial, também tiveram esta mesma experiência. Foi o caso do Uruguai com a Frente Ampla (FA), e da Argentina com a FREPASO.

No caso do Brasil dois partidos de esquerda - PDT e PT – dividiram, inicialmente, as opções eleitorais dos brasileiros nos primeiros pleitos pós-ditadura militar. Sendo que os trabalhistas levavam vantagem sobre o PT, especialmente na esfera municipal, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir.

---

<sup>14</sup> Lei nº6.767, data de 20/12/1979.

<sup>15</sup> Fonte: Nicolau, Jairo (org.). **Dados Eleitorais do Brasil** (1982 – 1996). Rio de Janeiro: Editora REVAN, 1998.

Quadro 1

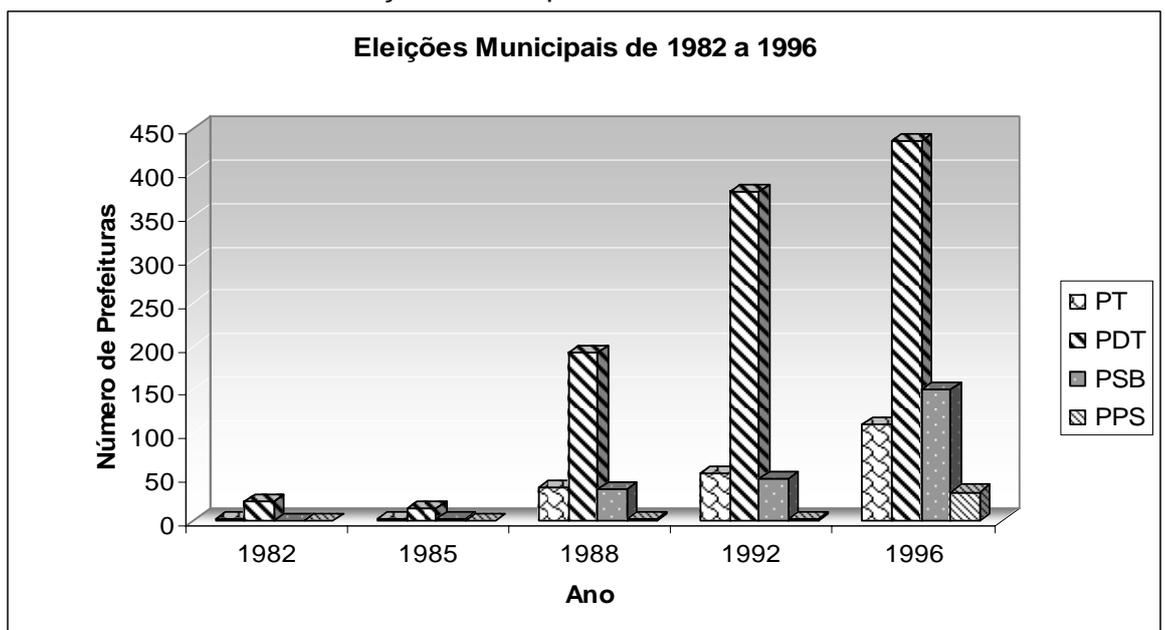
Evolução do voto dos partidos de esquerda  
 Prefeituras/Brasil: 1982 – 1996

Eleições Municipais: 1982 - 1996					
	1982	1985	1988	1992	1996
	Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura
PT	02	01	38	54	110
PDT	22	13	192	377	436
PSB	---	01	37	48	150
PCdoB	---	---	---	---	---
PPS	---	---	01	01	33
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>15</b>	<b>268</b>	<b>480</b>	<b>729</b>

Fonte: Dados Oficiais/TSE

Gráfico 1

Eleições Municipais: 1982 - 1996



Os dados acima mostram que as siglas de esquerda têm obtido um crescimento constante e paulatino ao longo das cinco eleições destacadas. Apesar do ínfimo desempenho do PT e PDT nos pleitos de 1982 e 1985, a disputa de 1988 representou um ponto de inflexão. Neste ano houve um incremento importante no

número de Prefeituras conquistadas por esses partidos, sendo que o PT coligado a outras legendas, foi vitorioso na capital mais importante do país: São Paulo.<sup>16</sup>

Na esfera legislativa ocorreu o mesmo movimento de expansão que se deu no âmbito das Prefeituras municipais. Entretanto, a conquista de Governos estaduais aconteceu em um ritmo bem mais demorado: somente 11 anos depois da reforma partidária, em 1990, o PDT elegeu governador, em número de três, e passados mais quatro anos, em 1994, é que o PT e o PSB conquistaram os Executivos estaduais. No próximo quadro, os dados estão detalhados para as quatro eleições do período.

Quadro 2  
Evolução do voto dos partidos de esquerda  
Eleições Estaduais/Brasil: 1982 – 1994

	Eleições Estaduais – 1982				
	PT	PDT	PSB	PCdoB	PPS
Governo Estadual	---	01	---	---	---
Assemb. Leg.	13	36	---	---	---
Câmara Deputados	08	23	---	---	---
Senado	---	01	---	---	---
	Eleições Estaduais – 1986				
	PT	PDT	PSB	PCdoB	PPS
Governo Estadual	---	---	---	---	---
Assemb. Leg.	39	62	05	03	---
Câmara Deputados	16	24	01	03	---
Senado	---	01	---	---	---

Fonte: Dados Oficiais/TSE

<sup>16</sup> Em 1988, o PT coligou-se com os seguintes partidos: PDT, PV e PCdoB, elegendendo assim Luiza Erundina.

## Quadro 2 (continuação)

Evolução do voto dos partidos de esquerda  
Eleições Estaduais/Brasil: 1982 – 1994

	Eleições Estaduais – 1990				
	PT	PDT	PSB	PCdoB	PPS
Governo Estadual	----	3	----	----	---
Assemb. Leg.	83	91	17	8	---
Câmara Deputados	35	46	11	5	---
Senado	1	1	---	---	---
	Eleições Estaduais – 1994				
	PT	PDT	PSB	PCdoB	PPS
Governo Estadual	2	3	2	---	---
Assemb. Leg.	92	88	32	8	3
Câmara Deputados	49	34	15	10	2
Senado	4	4	4	---	1

Fonte: Dados Oficiais/TSE

A evolução do voto dos partidos de esquerda entre 1982 e 1994, para os cargos legislativos, apontam, em um primeiro momento, a preferência do eleitorado pelo PDT, seguido pelos candidatos do Partido dos Trabalhadores. Porém esta primazia não se sustenta por muito tempo. Em 1990, PDT e PT praticamente se equívalem no número de cadeiras conquistadas nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados, com uma ligeira vantagem dos trabalhistas. Quatro anos depois, as posições se invertem: PT passa a frente dos pedetistas no número de deputados estaduais e federais e se igualam nas vagas do Senado da República. Desde a eleição de 1986, também os socialistas apresentaram um crescimento paulatino na sua representação, chegando a conquistar, no pleito de 1994, dois Governos estaduais e quatro vagas de senador, mesmo número de assentos obtidos pelos petistas e pelos pedetistas.

O resultado das eleições de 1994 representou um marco na política brasileira. Surgiu daí uma nova correlação de forças político-partidária: a exitosa coligação

PSDB-PFL-PTB<sup>17</sup> conquistou a Presidência da República com 54,3% dos votos, o dobro da votação obtida pelo segundo colocado, Lula da Silva.<sup>18</sup> A expressão das urnas nesse ano trouxe mais novidades: a) a coalização de centro-direita quebrou com a polarização direita x esquerda, presente no pleito de 1989; b) as legendas de esquerda experimentaram um duplo movimento, de um lado, diminuíram sua votação entre uma disputa presidencial e outra, passando de 35,2%, em 1989, para 30,2%; em 1994<sup>19</sup>, e de outro lado, esses partidos ampliaram sua representação no Congresso Nacional, entre as duas eleições, 1990 e 1994; e c) as siglas da direita e do centro “puros” sofreram um esvaziamento no âmbito do Poder Legislativo, reflexo do realinhamento das forças políticas, ou seja, da aproximação entre a direita e (parte) do centro.

A manifestação do eleitorado em 1994 também mostrou-se distinta do que ocorreu na eleição de 1990, tanto no âmbito dos Executivos estaduais como do Poder Legislativo, em seus dois níveis - estadual e federal. No pleito de 1990, as urnas apontavam um enfraquecimento do centro, um crescimento da esquerda e uma supremacia dos partidos da direita. A primazia das legendas conservadoras refletia-se na conquista de 18 Governos estaduais e na eleição da maioria dos senadores e deputados federais.

Passados quatro anos – 1994 - ocorre um realinhamento político-ideológico que se traduz não só na nova polarização, esquerda *versus* parte do centro e da direita unidos na disputa pela Presidência da República, bem como revela a perda de espaço da direita e o crescimento da esquerda<sup>20</sup> e do centro no cenário político brasileiro. O desempenho eleitoral do bloco ideológico de centro pode ser identificado comparando-se novamente as duas eleições, 1990 e 1994. Em 1990 PMDB e PSDB

---

<sup>17</sup> Logo no início do seu mandato o presidente Fernando Henrique incorporou a sua base de sustentação parlamentar o PMDB, e posteriormente em 1996, o PPB.

<sup>18</sup> Fonte: Dados Oficiais/TSE.

<sup>19</sup> Estes percentuais referem-se ao desempenho dos partidos de esquerda que concorreram ao cargo de Presidente da República, no 1º turno das eleições de 1989 e 1994, respectivamente.

<sup>20</sup> Exceto para o cargo de Presidente da República que houve uma diminuição no percentual de votos de uma eleição para a outra: em 1989/1º turno os candidatos da esquerda obtiveram 35,2% dos votos, e em 1994/1º turno este índice baixou para 30,2%. Fonte: Dados Oficiais/TSE.

detinham nove Governos estaduais, no pleito seguinte passaram a ter 14 dentre os 27 governadores; além de terem conquistado 169 assentos na Câmara Federal e 23 no Senado. Dentro desse bloco destaca-se o desempenho do PSDB, que na eleição de 1990 elegeu apenas um governador de Estado e em 1994 conquistou cinco, além de ter alcançado 62 deputados federais e ter encabeçado a chapa vencedora na disputa presidencial. No Quadro 3 é possível visualizar o desempenho dos três blocos ideológicos nas eleições de 1990 e 1994, na esfera dos Executivos estaduais e do Congresso Nacional.

Quadro 3

## Resultados Eleitorais dos Blocos Ideológicos em 1990 e 1994 x Cargos

	GOVERNADORES DE ESTADO (1990 – 1994)			
	1990	N	1994	N
DIREITA	55,6%	15	22,2%	6
CENTRO	33,3%	9	51,9%	14
ESQUERDA	11,1%	3	25,9%	7
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>	<b>27</b>
	SENADO			
	1990 (1/3)	1994 (2/3)	Total (1/3 + 2/3)	
DIREITA	19	21	40	
CENTRO	10	23	33	
ESQUERDA	2	10	12	
<b>Total</b> <sup>21</sup>	<b>31</b>	<b>54</b>	<b>85</b>	

Fonte: Nicolau, J. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

<sup>21</sup> As 27 Unidades da Federação elegeu 3 senadores cada uma, somando 81 senadores. Entretanto em função da criação de três Estados novos: Amapá, Roraima e Tocantins, houve uma eleição extemporânea em 1990, por isso a soma de 85 senadores. No pleito de 1990 houve a renovação de 1/3 do Senado, onde cada Estado elegeu 1 representante, exceto Amapá e Roraima que elegeram, cada um, 3 senadores.

## Quadro 3 (continuação)

## Resultados Eleitorais dos Blocos Ideológicos em 1990 e 1994 x Cargos

	CÂMARA DOS DEPUTADOS					
	1990		1994		Variação 1990 - 1994	
	N	%	N	%	N	p.p
DIREITA	256	50,9%	232	45,2%	(-) 24	(-) 5,7p.p
CENTRO	147	29,2%	169	33,0%	(+) 22	(+) 3,8p.p
ESQUERDA	100	19,9%	112	21,8%	(+) 12	(+) 1,9p.p
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>100%</b>	<b>513</b>	<b>100%</b>		

Fonte: Nicolau, J. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

Na esfera legislativa os dados acima revelam que a manifestação das urnas em 1994, de um lado, privilegiou o núcleo centro-direita (401 cadeiras na Câmara e 73 no Senado), e de outro, aponta o crescimento quantitativo obtido pela esquerda, na ordem de 12 assentos. É importante destacar que entre um pleito e outro, houve um aumento de 13 vagas na Câmara dos Deputados, totalizando 513 deputados. Constata-se também que na Câmara Federal houve um encolhimento na representação dos partidos da direita, um pequeno crescimento percentual da esquerda, e um aumento das siglas do centro, quase na mesma proporção em que a direita diminuiu, especialmente o PSDB, que praticamente dobrou o número dos seus assentos. Movimento semelhante ocorreu no Senado: as agremiações do centro e da esquerda cresceram significativamente de uma eleição para outra, enquanto a direita mantém-se quase no mesmo patamar.

Enfocando-se o desempenho das legendas de esquerda nesses dois pleitos (1990 e 1994) constata-se que este bloco detinha 19,9% das cadeiras na Câmara Federal e quatro anos depois, passa para 21,8% das vagas. Em relação ao Senado verifica-se um crescimento mais expressivo, na 49<sup>a</sup> legislatura foram eleitos dois representantes e em 1994 elegeram mais 10, totalizando 12 vagas.<sup>22</sup> Na eleição de

<sup>22</sup> O peso da representação da esquerda no Congresso Nacional (12 senadores + 112 deputados) atinge o índice de 20,9%, isto é, 14,1% no Senado (1/3 + 2/3) e 21,8% na Câmara Federal.

1998 não foi mantida esta tendência de crescimento, ao contrário, observa-se uma estabilização na representação da esquerda em geral. Porém deve-se destacar que, internamente no campo da esquerda, houve uma reacomodação na correlação de forças desses partidos: crescimento da representação do PT em ambas as casas legislativas e diminuição da bancada do PDT, de 47 para 39 cadeiras no Congresso Nacional. Os dados podem ser visualizados no próximo quadro:

Quadro 4  
Partidos de Esquerda x Resultados Eleitorais em 1990 e 1994

ESQUERDA	1990		1994	
	Câmara	Senado (1/3)	Câmara	Senado (2/3)
PT	35	1	50	4
PDT	46	1	34	4
PSB	11	0	15	1
PCB/PPS	3	0	2	1
PCdoB	5	0	10	0
PV	0	0	1	0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>112</b>	<b>10<sup>23</sup></b>

Fonte: Nicolau, J. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

Os dados acima suscitam uma análise sobre o montante de votos obtidos pelos partidos de esquerda e o número de cadeiras conquistadas por eles no Congresso Nacional em 1994. Tomando-se como parâmetro apenas o resultado eleitoral para a Câmara dos Deputados constata-se que existe discrepância entre votação e vagas obtidas pelas legendas de esquerda. Dois partidos tem um pequeno favorecimento – PSB e PCdoB – enquanto PT, PDT e PPS são prejudicados em termos de representação. Destes três, especialmente o Partido dos Trabalhadores têm a maior perda, na medida em que conquistou 12,8% dos votos e teve apenas 9,8% dos assentos da Câmara Baixa. O próximo quadro é esclarecedor:

<sup>23</sup> Os senadores eleitos pela oposição de esquerda em 1990 são: 1) Darcy Ribeiro (PDT) e 2) Eduardo Suplicy (PT) (obs.: Júnia Marise elegeu-se pelo PRN e migrou para o PDT durante a 49ª legislatura). Os eleitos em 1994 são: 1) Ademir Andrade (PSB), 2) Ernandes Amorim (PDT), 3) José de Abreu Bianco (eleito pelo PDT migrou para o PFL no início do mandato), 4) Lúcio de Alcântara (pedetista que transferiu-se para o PSDB na vigência do mandato), 5) Sebastião Rocha (PDT), 6) Roberto Freire (PPS), 7) Benedita da Silva, 8) José Eduardo Dutra, 9) Lauro Campos e 10) Marina Silva, estes quatro últimos representantes pelo PT.

## Quadro 5

% de cadeiras dos partidos de esquerda na Câmara dos Deputados  
x  
% de votação dos partidos de esquerda em 1994

Partidos de Esquerda	Nº de Deputados Federais eleitos	% de Vagas na Câmara Federal	% de Votação para Câmara Federal
PT	50	9,8%	12,8%
PDT	34	6,6%	7,2%
PSB	15	2,9%	2,2%
PCdoB	10	1,9%	1,2%
PPS	2	0,4%	0,6%
PV	1	0,2%	0,2%
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>21,8%</b>	<b>24,2%<sup>24</sup></b>

Fonte: Nicolau, J. **Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

É em função do quadro geral emergente da eleição nacional de 1994 que interessa estudar o bloco oposicionista dentro do Congresso Nacional durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Governante que ascende ao poder com um conjunto de propostas reformistas de grande impacto na vida da população brasileira, especialmente nas áreas econômica e política. Constava da agenda governista a continuidade do programa de estabilização econômica, um rol de privatizações, a abertura ao capital estrangeiro e uma variedade de reformas, tais como: administrativa, previdenciária, tributária, política e do Judiciário.

Como já foi destacado na Introdução desta tese, o pólo das oposições abarcava um conjunto de 13 legendas, ou seja, todos aqueles partidos que não integravam a base governista. Sua principal marca é a falta de homogeneidade política e ideológica. De um lado, encontram-se as seis siglas de esquerda - PCdoB, PDT, PPS,

<sup>24</sup> Se for acrescentado a votação obtida por dois pequenos partidos de esquerda - PSTU e PCB - no pleito de 1994, mesmo que eles não tenham galgado assento na Câmara Federal, esse índice passa para 24,4%, ou seja, 11.134.435 de votos em um universo de 45.694.172 de votos.

PSB, PT e PV; e de outro, os pequenos partidos de direita<sup>25</sup> - PL, PMN<sup>26</sup>, PRN, PRP, PSC, PSD e PSL.<sup>27</sup> Como pode-se perceber, os oposicionistas não podem ser vistos como um bloco monolítico, pois dentro dele havia dois grupos programáticos bastante distintos (direita x esquerda; conservadores e não-conservadores), e no interior de cada um deles repete-se a fragmentação, traduzida na variada gama de características dos partidos, por exemplo, estrutura, organização, base social, proposta programática e sua práxis dentro e fora do Parlamento.

Todas as 13 agremiações partidárias citadas anteriormente elegeram representantes no Congresso Nacional no ano de 1994, totalizando 137 deputados federais<sup>28</sup> e 15 senadores<sup>29</sup>, perfazendo assim 152 congressistas, ou seja, no início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique as siglas oposicionistas representavam 25,6% do Poder Legislativo no plano federal. Mesmo sendo minoritária, esta bancada era detentora de 1/4 da representação e tinha condições de desempenhar um papel importante no cenário nacional que acabara de ser consagrado pelas urnas.

Entretanto, o peso eleitoral das oposições não se mantém no decorrer da 50<sup>a</sup> Legislatura em função de dois acontecimentos. Primeiro, no início do ano de 1995 surge um novo partido conservador: PPB, resultante da fusão entre PPR e PP. Este último havia eleito 33 deputados federais, dentre os quais a maioria (24) adere à nova

<sup>25</sup> Esses 13 partidos estão enquadrados como oposição porque eles não fazem parte da base de sustentação governista, que é composta pelas seguintes legendas: a coligação PSDB, PFL e PTB que elegeu Fernando Henrique, e no momento seguinte à posse do presidente mais dois partidos tornaram-se aliados do governo, PMDB e PPB.

<sup>26</sup> O enquadramento ideológico do PMN não encontra consenso na Ciência Política brasileira, por exemplo, Rachel Meneguello (2000) enquadra-o como de centro-direita e Leôncio M. Rodrigues (1998) considera-o como de esquerda.

<sup>27</sup> O Partido Social Liberal (PSL) não elegeu nenhum representante em 1994, mas sua bancada federal foi formada a partir da migração dos deputados Nan Souza (MA) e Robson Tuma (SP), cujos partidos de origem eram o PP e o PL, respectivamente.

<sup>28</sup> O total de 137 deputados federais pertencentes aos partidos de oposição, estavam assim distribuídos: a) esquerda: PT (50), PDT (34), PSB (15), PCdoB (10), PPS (2), PV (1); b) direita: PL (13), PMN (4), PSD (3), PSC (3), PRP (1), PRN (1).

<sup>29</sup> Dos 15 senadores oposicionistas, 13 foram eleitos pelos partidos de esquerda e dois pertenciam as siglas de direita.

sigla partidária, enquanto os outros distribuem-se entre PFL (4) e PSDB (4), e apenas um deputado deixa de migrar para a base de sustentação governista.<sup>30</sup>

O segundo ponto refere-se às migrações partidárias ocorridas entre 1995 e 1997. Neste período, dos 25 deputados federais eleitos pelas siglas oposicionistas de direita, 13 deles transferem-se para outras agremiações, ou seja, 52% das suas vagas. Tal movimentação resultou na perda de representação, na Câmara dos Deputados, de três legendas, foram elas: PRN, PRP e PSC. Dos 27 congressistas que os partidos da oposição de direita detinham no início da 50<sup>a</sup> legislatura - 25 deputados e dois senadores<sup>31</sup> - sua bancada ficou reduzida, depois do processo migratório, a 19 representantes.<sup>32</sup> Sua distribuição partidária na Câmara Federal ficou assim: PL (9), PSD (4), PMN (2) e PSL (2). Também entre os partidos de esquerda deu-se o fenômeno da migração partidária, porém em uma escala bem menor daquele ocorrido entre as siglas oposicionistas de direita. Por exemplo, dos 112 assentos conquistados na Câmara dos Deputados por essas legendas, elas perderam 11,6% das suas vagas, ou seja, 13 representantes. Sendo assim, nos dois primeiros anos da 50<sup>a</sup> legislatura, o pólo das oposições teve sua representação no Congresso Nacional reduzida de 25,6% para 21,7%. O resultado dessa movimentação partidária realizada pelos parlamentares oposicionistas, ainda no início da nova legislatura, está demonstrado no próximo quadro:

---

<sup>30</sup>A exceção foi o deputado goiano Pedro Canedo que filiou-se ao PL.

<sup>31</sup> Na eleição de 1990 os pequenos partidos de direita conquistaram seis vagas no Senado, assim distribuídos: PDC e PRN elegeram cada um 2 senadores; PST e PMN conquistaram uma vaga cada um. Com exceção da senadora Júnia Marise (PRN/MG), que migrou para o pólo de esquerda, filiando-se ao PDT, todos os demais transferiram-se, ainda no decorrer da 49<sup>a</sup> legislatura, para partidos tradicionais do centro e da direita. No pleito de 1994, apenas o PL elegeu um senador. Fonte: TSE.

<sup>32</sup> Dezesete deputados federais e dois senadores, um eleito em 1994 e outro em 1990.

**Quadro 6**  
**Representação dos Partidos da Oposição no Congresso Nacional –**  
**Pós-migração partidária – 50<sup>a</sup> Legislatura**

Legendas de Esquerda	Câmara	Senado (1/3 + 2/3)	Congresso Nacional
PT <sup>33</sup>	50	5	55
PDT	24	4	28
PSB	12	1	13
PCB/PPS	2	1	3
PCdoB	10	0	10
PV	1	0	1
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>11</b>	<b>110</b>
Parcial			
(%)	19,3%	13,6%	18,5%
Legendas de Direita	Câmara	Senado (1/3 + 2/3)	Congresso Nacional
PL	9	1	9
PMN	2	1	5
PSD	4	0	3
PSL	2	0	1
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>19</b>
Parcial <sup>34</sup>			
(%)	3,3%	2,4%	3,2%
<b>Total Geral</b>	<b>116</b>	<b>13</b>	<b>129</b>
(%)	<b>22,6%</b>	<b>16%</b>	<b>21,7%</b>

Fonte: Dados Oficiais/TSE

<sup>33</sup> No resultado oficial do pleito de 1994, o PT aparecia com 49 deputados e o PSB com 15. Porém, em março de 1996, em função da recontagem dos votos no Estado do Maranhão, o PT conquista mais uma vaga e empossa o deputado Haroldo Sabóia no lugar perdido pelo representante do PSB, José Carlos Sabóia. O PSB, fica assim com 14 representantes, entretanto, o Estado do Rio de Janeiro também faz recontagem de seus votos, e em 1997, sua bancada é novamente alterada, tomando posse o deputado Ronaldo Santos.

<sup>34</sup> Não está computado os 33 representantes do PP em função da sua fusão com o PPR no início do ano de 1995 o que ocasionou o surgimento de um novo partido – PPB, para onde a grande maioria de seus parlamentares transferiu-se.

Os dados destacados acima demonstram que os partidos de esquerda são preponderantes no bloco da oposição. Estabelecendo-se uma comparação entre eles e os pequenos partidos de direita, constata-se que as siglas de esquerda possuem maior densidade eleitoral (número de assentos conquistados tanto na Câmara como no Senado e total da votação obtida), bem como são legendas mais institucionalizadas. Dentro do pólo da esquerda sobressaem o PT e o PDT como as duas agremiações partidárias com mais força política e peso eleitoral.

A força política e a densidade eleitoral servem para caracterizar os partidos políticos, em geral. De acordo com Leôncio Rodrigues (1995), em 1994, 18 siglas elegeram representantes para a Câmara dos Deputados e elas foram distribuídas em quatro faixas, conforme o seu tamanho: 1) partidos “grandes” – acima de 81 deputados (PMDB e PFL); 2) partidos “médios” – entre 30 e 80 deputados (PSDB, PPR, PT, PP, PDT e PTB); 3) partidos “pequenos” – entre 10 e 30 deputados (PSB, PL e PCdoB); e 4) “micropartidos” – menos de 10 deputados (PMN, PSD, PSC, PPS e PV). Entretanto, o autor destaca que estes números não revelam a real força política no interior do Parlamento, pois os “partidos parlamentares efetivos”<sup>35</sup>, eram em número de oito, sendo eles: PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PP, PDT e PTB, e o PSB tido como “quase partido relevante”.

Tomando por base esta classificação, evidencia-se mais um aspecto na análise dos partidos da oposição: a diferenciação interna quanto ao peso político e relevância parlamentar de cada uma das legendas. O PT e PDT fazem parte do grupo relevante e de tamanho médio, PSB e PCdoB enquadram-se como partidos pequenos, e PPS e PV estão incluídos como micropartidos.

Tendo como critério a expressão política, o objeto de estudo aqui proposto passa por um recorte que contempla a oposição de esquerda - PCdoB, PDT, PPS,

---

<sup>35</sup> Este cálculo é baseado na fórmula de D. Era. A lógica deste índice deve ser entendida da seguinte maneira: “quanto mais fracionada a representação, maior é o número de partidos capazes de exercer influência efetiva nas votações.”. In: “As eleições de 1994: uma apreciação geral”. **Dados**, vol.38, n.1, 1995, pp.78.

PSB, PT e PV – cujos os seis partidos elegeram juntos 112 deputados (21,8%), mas devido às migrações partidárias, chegaram ao final da 50ª legislatura com 99 assentos, o que representava 19,3% das vagas da Câmara dos Deputados. Apesar de localizarem-se no mesmo *continuum* ideológico, eles são marcados por divergências, o que impede de falar em um bloco totalmente coeso, mas ao mesmo tempo, apresentam um ideário muito próximo e que lhe dá uma certa unicidade. É a partir dessa falta de homogeneidade presente no pólo oposicionista de esquerda que encontra-se a riqueza deste objeto de estudo e será possível analisar várias questões, entre elas: se existe ou não um projeto alternativo para o país, qual é este projeto, que visões de mundo se debatem, como os principais temas da agenda política nacional são tratados, como são definidos os aliados e não-aliados, como se estabelece a competição entre eles, como se dá a construção de um partido hegemônico da oposição, entre outras indagações possíveis.

Depois de traçar a evolução do voto dos partidos de esquerda, no período pós-ditadura militar, faz-se necessário um breve resgate histórico das agremiações partidárias que compõe este estudo, o que será feito no próximo item.

## 2.2 BREVE HISTÓRICO DOS PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL PÓS AUTORITARISMO

As siglas de esquerda podem ser divididas em dois grupos, de um lado, PT e PDT partidos com maior expressão política e peso eleitoral, e que surgiram logo após a reforma partidária implementada pelos militares em 1979, e de outro lado, encontram-se os pequenos partidos de esquerda (PPE) - PSB, PPS, PCdoB e PV - com peso político e eleitoral menos expressivo. Estes partidos foram fundados apenas em meados da década de 80, numa espécie de “segunda onda” da reforma partidária. A exceção são os comunistas que fundaram seu partido em 1922, e apesar de ser a sigla mais antiga no nosso sistema partidário, passou a maior parte da sua história na ilegalidade. Ao longo da vigência do bipartidarismo os comunistas (PCB) abrigaram-se no interior do MDB e mantiveram-se sob a legenda do seu sucessor -

PMDB – trabalhando pela legalização do seu próprio partido, o que só aconteceu em 1985, quando o partido comunista deixou de ser proibido. Passados alguns anos, em 1991, como decorrência do esfacelamento do sistema político e econômico do leste europeu, o PCB resolveu abolir de sua bandeira os principais símbolos do comunismo, a foice e o martelo, e adotou o nome de Partido Popular Socialista (PPS). Apenas nas eleições de 1990, os comunistas (PCB e PCdoB) conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados, elegendo três e cinco representantes, respectivamente, e uma vaga no Senado em 1994.

Ainda em 1979, ano da promulgação da nova lei, dois importantes líderes políticos retornaram do exílio, Leonel Brizola e Miguel Arraes. Este último com o objetivo de incorporar-se ao MDB/PMDB, e o primeiro com o intuito de organizar os trabalhistas sob a sigla do PTB. Entretanto sua tentativa resultou em frustração, pois ele e Ivete Vargas tiveram que disputar judicialmente a sigla do PTB. Ao final da querela a Justiça deu ganho de causa à sobrinha de Getúlio Vargas. Com esta derrota, em 1980, Brizola fundou o Partido Trabalhista Brasileiro (PDT) que até o seu falecimento em 2004, funcionava centrado na sua figura. Além do personalismo, o regionalismo é outra característica do PDT.

A característica regional fica mais evidente quando são analisados os resultados eleitorais nacionais do PDT, constatando-se que, desde 1982, os trabalhistas têm obtido sua melhor votação nas regiões sudeste e sul, respectivamente. Na primeira eleição nacional pós-autoritarismo (1982)<sup>36</sup>, o PDT conquistou 23 vagas na Câmara dos Deputados, sendo 16 eleitos pelo Rio de Janeiro e sete pelo Rio Grande do Sul, além de um senador também eleito pelo Rio de Janeiro. Neste pleito o PDT foi o terceiro partido mais votado (5,8% dos votos), mas mesmo assim ficou muito atrás do PDS e PMDB que obtiveram, cada um, mais de 40% da votação.

---

<sup>36</sup> Na eleição de 1982, os cargos em disputa foram: Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Governador. Com exceção das capitais e das cidades consideradas “áreas de segurança nacional”, os demais municípios também tiveram eleições para Prefeito e Vereador.

Nas duas disputas eleitorais seguintes, 1986 e 1990, o PDT experimentou um constante crescimento eleitoral: elegeu mais dois senadores e aumentou sua representação na Câmara dos Deputados. Sendo que em 1990 o partido fez 10% dos votos e conquistou 46 assentos na Câmara Federal. Ou seja, em oito anos os pedetistas tinham dobrado sua representação na Câmara Baixa, mas ainda mantinham no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul suas principais bases de sustentação. Neste ano, entretanto, foi a primeira vez que a região nordeste elegeu uma bancada maior que a do sul, 11 e 10 deputados, respectivamente. O PDT também obteve um melhor desempenho eleitoral entre os estados do norte, elegendo quatro deputados federais.

Pode-se dizer que na eleição de 1990 o PDT nacionalizou-se, provavelmente um reflexo do pleito presidencial de 1989 quando Leonel Brizola ficou em terceiro lugar na disputa pela Presidência da República, perdendo para o segundo colocado por menos de 1 p.p.<sup>37</sup> Depois deste ápice, Brizola e a sigla pedetista enfrentaram um período de declínio na esfera nacional, culminando com seu desempenho na eleição presidencial de 1994, quando o líder do PDT obteve uma votação menor do que o candidato do PRONA, o folclórico “Doutor Enéas”.

Diferentemente do caminho percorrido pelo PDT, o Partido dos Trabalhadores tem experimentado uma curva ascendente no seu desempenho político-eleitoral. O PT iniciou sua trajetória com baixos índices de votação e a cada eleição foi melhorando sua *performance* até tornar-se o maior partido da esquerda no Brasil, e uma referência na América Latina. As próximas linhas tratam de resgatar o histórico desta sigla ao longo dos seus 18 anos (1980 – 1998).<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> No primeiro turno da eleição presidencial de 1989, Brizola obteve 16,5% dos votos e Lula conquistou 17,2% da votação.

<sup>38</sup> Duas obras são de fundamental importância para o entendimento da formação do Partido dos Trabalhadores, são elas: KECK, Margaret E. **A Lógica da Diferença** – o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991; e MENEGUELLO, Rachel. **PT – a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989. Também tomei como subsídio a dissertação de mestrado de Angela Gomes, intitulada **O discurso fundacional do PT: uma novidade na política brasileira**, defendida junto ao Programa Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1998.

Em fevereiro de 1980, numa reunião em São Paulo foi lido e aprovado o manifesto do partido pelas quase mil pessoas presentes. Destas, pelo menos quinhentas assinaram o manifesto e tornaram-se membros fundadores do PT.<sup>39</sup> Entre fevereiro e setembro de 1980 os organizadores do partido preocuparam-se em criar comissões provisórias nos Estados e Municípios com vistas a concretizar o processo de formação do PT. Em outubro do mesmo ano, depois de cumprir o requisito legal de formar as comissões estaduais e municipais, o Partido dos Trabalhadores encaminhou seu pedido de registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ainda em dezembro de 1980, o TSE reconhecia que a primeira etapa do processo estava concluída. Entretanto o registro provisório do Partido dos Trabalhadores só foi oficialmente concedido em 11 de fevereiro de 1982, depois de obedecer uma série de outras exigências legais.

A fase anterior à formação do Partido dos Trabalhadores remonta a atuação do sindicalismo brasileiro, em especial na região metropolitana de São Paulo, ao longo dos anos 70. No final desta década existiam três tendências políticas dentro do movimento sindical<sup>40</sup>: a) *oposições sindicais* (grupo minoritário, agregava militantes católicos e alguns remanescentes dos agrupamentos de esquerda); b) *unidade sindical* (suas lideranças eram ligadas à esquerda marxista ortodoxa, mantiveram-se vinculados ao MDB e após 1979 ao seu sucessor, PMDB; também tinham ligações com o PCB); c) *novo sindicalismo* (sem vínculos com os grupos de esquerda marxista). As três tendências diferenciavam-se uma das outras *conforme sua maior ou menor oposição em relação à estrutura sindical oficial*.<sup>41</sup>

O *novo sindicalismo* defendia a transformação radical do sistema de relações de trabalho e da estrutura sindical oficial. Nas greves de 1978, 1979 e 1980, além de suas tradicionais bandeiras em defesa da classe trabalhadora o *novo sindicalismo* agregou mais um elemento a sua luta, a defesa pela redemocratização política do

---

<sup>39</sup> Estes dados constam no capítulo 5 (“A estruturação do PT: legislação eleitoral e organização partidária”) do livro de MARGARET KECK. Op.cit. pp 104-144.

<sup>40</sup> MENEGUELLO, R. Op.cit., p.49.

<sup>41</sup> Ibid., p.49.

país. A partir deste momento está criada a necessidade de participação concreta no sistema político e a proposta de um partido de trabalhadores. São os membros do *novo sindicalismo* mais uma parte da tendência *oposições sindicais* que participam da organização do PT em 1979. Dentro do movimento sindical deve-se destacar o papel de três importantes líderes na mobilização para a formação do PT: Luis Inácio da Silva (líder dos metalúrgicos no ABCD paulista), Olívio Dutra (presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre/RS) e João Paulo Vasconcelos (liderança dos metalúrgicos de Minas Gerais).

Além do movimento sindical, intelectuais, organizações de esquerda, a Igreja Católica, em especial as CEBs, e os movimentos populares urbanos, foram setores que tiveram um papel importante na formação do PT. Também alguns parlamentares contribuíram decisivamente neste momento inicial do Partido dos Trabalhadores. Ainda em 1979, apenas dois deputados estaduais filiaram-se ao partido, um do Rio de Janeiro e outro do Mato Grosso do Sul. O grosso da filiação parlamentar veio no final do mês de janeiro de 1980 quando seis deputados estaduais de São Paulo aderiram ao novo partido: Eduardo Suplicy, Irma Passoni, Geraldo Siqueira, Sergio Santos, Marco Aurélio Ribeiro, João Batista Breda; e mais um deputado federal, Airton Soares, que tornou-se líder do PT no Congresso. Os parlamentares deram sua contribuição na ampliação das bases do partido e forneceram recursos para viabilizar o trabalho partidário. De acordo com Rachel Meneguello,

(...) os vínculos de origem do PT com o novo sindicalismo e o envolvimento de importantes sujeitos políticos no processo inicial de organização do partido compuseram basicamente seu perfil interno (...). Com este perfil de origem singular, o PT apresentou uma proposta inovadora no âmbito da organização partidária. (...) (1989, p.64)

A proposta inovadora do PT em termos de organização partidária fica explicitada no estudo do pesquisador David Samuels(1997, p.495) quando *focaliza os partidos como determinantes na busca do voto para a pessoa do candidato*. O autor preocupa-se em identificar e debater as variáveis institucionais que favorecem o comportamento individualista no sistema brasileiro e aponta o Partido dos Trabalhadores como a

exceção à regra. Isto porque segundo ele, “o partido localizou seu lugar no sistema eleitoral brasileiro e, estrategicamente, conseguiu superar, a longo prazo, os incentivos institucionais do sistema de listas abertas”.

Samuels define o PT como “um partido de orientação programática” e para ser enquadrado nesta definição o partido deve ter as seguintes características: a) *accountability*; b) democracia intrapartidária; c) estruturas de recrutamento impermeáveis; e d) formato organizacional fortemente baseado na atividade da militância.<sup>42</sup> De acordo com o autor, o PT, diferentemente dos demais partidos brasileiros, possui todas as cinco características e na sua opinião, elas são uma decorrência da “institucionalização de vários mecanismos de sanção que, de um lado, mantém os laços entre seus candidatos eleitos e, de outro, entre o conjunto desses parlamentares e seu eleitorado”. O lugar específico que o PT ocupa no “sistema eleitoral brasileiro individualista”, deve ser entendido a partir das suas inovações institucionais. A seguir elas serão detalhadas.

a) comportamento coeso e difusão da legenda partidária – esta estratégia política do PT minimiza qualquer possibilidade de tornar-se um “partido de aluguel”. Seus líderes e representantes apostam nos interesses coletivos e estão cientes que seu sucesso está na *eficiência e no êxito da sua organização partidária*.<sup>43</sup> Estes mecanismos adotados pelo partido também contribuíram para aumentar sua votação total, bem como proporcionou ao PT conquistar votos na legenda de maneira expressiva e em número superior aos demais partidos brasileiros. Nas eleições legislativas de 1986, 1990 e 1994, no plano estadual e federal, o Partido dos Trabalhadores obteve 22,7%; 43,3% e 33,1% de votos na legenda, respectivamente.

b) adoção de regras internas que valorizam o partido – por exemplo: democracia interna na escolha de candidaturas nas eleições (candidatos ao Executivo são definidos em prévias internas e inexistente a “candidatura nata”); no Congresso, a indicação para ser membro das comissões é uma decisão coletiva e não uma escolha pessoal; os parlamentares que ignorarem as decisões do partido sofrem sanções,

---

<sup>42</sup> Op. cit., p.514.

podendo chegar à expulsão; estrutura de recrutamento é impermeável, tendo como consequência o fato de poucos representantes entrarem ou saírem da bancada petista. Ou nas palavras do autor (1997, p.523), “as regras, mais que a ideologia, elevam o custo para um político do PT abandonar o partido, ao contrário de outras legendas”.

Resumindo as idéias de Samuels, o PT diferencia-se dos demais partidos políticos brasileiros porque ele conseguiu institucionalizar sua legenda e para chegar a este resultado adotou algumas estratégias políticas, tais como fomenta a responsabilização política de seus representantes, pratica a democracia intrapartidária e seu recrutamento é impermeável. Disto decorre o comportamento diferente dos políticos petistas dentro da arena política.

Como já foi destacado, desde sua estréia em disputas eleitorais, o Partido dos Trabalhadores apresenta uma curva ascendente na conquista de votos. Na sua primeira eleição, em 1982, o PT elegeu oito deputados federais, todos eles oriundos da região sudeste, especialmente São Paulo. No pleito seguinte (1986) o partido dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, conquistou 16 vagas e obteve quase 7% da totalidade dos votos. Nesta eleição de 1986 o PT expandiu geograficamente sua representação, seus deputados federais eram originários dos quatro estados do sudeste e também do Rio Grande do Sul.

Novamente na eleição de 1990 os petistas ampliaram sua base parlamentar: elegeram 35 deputados federais e um senador. Desta vez o PT conseguiu representantes das cinco regiões do Brasil, apesar de São Paulo continuar sendo sua principal base de sustentação. Este movimento de nacionalização da representação petista, ocorrido em 1990, também foi identificado entre os pedetistas. Podendo-se atribuir, em parte, ao desempenho eleitoral do PT na eleição presidencial de 1989 o elemento impulsionador deste processo. No pleito de 1989 a coligação partidária

---

<sup>43</sup> Ibid., p.516.

encabeçada pelo PT obteve 17,2% da votação e se credenciou a disputar o segundo turno.

Mais uma vez, em 1994, o Partido dos Trabalhadores apresentou taxa de crescimento na sua votação, tanto para o cargo de presidente da República<sup>44</sup>, quando obteve 27% do total de votos, como para o Legislativo Federal. Na Câmara dos Deputados o PT passou para 49 representantes e no Senado conquistou quatro vagas, isto significava que o partido era detentor de quase 10% das cadeiras do Congresso Nacional. O PT chegou a eleição nacional de 1998 como o maior partido da oposição e a quinta maior bancada do Congresso Nacional.<sup>45</sup> Apesar de ter sofrido três derrotas consecutivas na disputa pela Presidência da República (1989, 1994 e 1998), o PT sempre foi o segundo partido mais votado e a cada eleição presidencial ampliou sua votação.

O desempenho eleitoral do PDT e PT, anteriormente destacados, demonstram que eles possuem importantes bases estaduais, e por isso, eles ainda apresentavam um caráter incompleto de nacionalização. Como foi visto, esses partidos concentram nas regiões sul e sudeste mais de 70% da sua representação. No caso do PT a concentração recai nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O PDT faz-se presente, especialmente, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e no Paraná. O PSB chama a atenção pela sua base extremamente regionalizada – sendo que 46,6% de seus representantes foram eleitos no estado de Pernambuco.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Na eleição de 1998, PT e PDT estavam coligados, sendo Lula e Brizola os candidatos a presidente e vice-presidente da República, respectivamente.

<sup>45</sup> Na 50<sup>a</sup> Legislatura (1994-1998) as maiores bancadas eram: PMDB, PFL, PSDB e PPB.

<sup>46</sup> Fernandes (1995) lançou mão do cálculo proposto por Santos (1987) para medir o grau de nacionalização da representação partidária na Câmara dos Deputados. O índice se baseia no *número de estados que são necessários para compor metade da representação de cada legenda na Câmara*. In: *Muito barulho por nada? o realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994*. **Dados**, vol.38, n.1, 1995, pp.117-119.

## 2.3 DISTINÇÃO ESQUERDA X DIREITA

Em que pese toda a discussão recente em torno do desaparecimento da diferenciação entre esquerda x direita, assume-se aqui a sua manutenção, mesmo que ela possa ser considerada generalizante e limitativa. Esta distinção ideológica assume uma outra clivagem básica na discussão travada no presente trabalho, ela caracteriza-se na disputa política entre reformistas e anti-reformistas. Mesmo assim, cabe introduzir aqui uma breve reflexão sobre esta tradicional classificação.

A diferenciação política entre direita e esquerda data da véspera da Revolução Francesa. Durante a Assembléia Nacional de 1789 os deputados franceses, no momento das votações, distribuíam-se em dois grupos, os quais ocupavam espaços geográficos distintos. Àqueles a favor da Monarquia, sentavam-se à direita do Presidente da Assembléia, e àqueles que eram contrários, portanto à favor da República, sentavam-se à sua esquerda. Desde a sua origem casual até a atualidade suas noções não se mantiveram as mesmas.

Norberto Bobbio em seu livro intitulado *Direita e Esquerda – razões e significados de uma distinção política*<sup>47</sup> trata desta temática. O autor reafirma a permanência da díade esquerda x direita, mas ressalta que estas “não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações”.<sup>48</sup> Para ele a questão que se coloca é qual(is) o(s) critério(s) de diferenciação básica entre as duas, indicando como os mais freqüentes: igualdade e liberdade. Estes combinados servem para estabelecer um quadro que preserva a contestada distinção entre esquerda e direita. Detendo-se um pouco mais na noção de igualdade, o autor vai afirmar que “a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária”.<sup>49</sup> Para Bobbio (1995, p. 105) o “igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário parte da convicção oposta, de que as

---

<sup>47</sup> Livro editado pela UNESP, 1995.

<sup>48</sup> Op. cit. p.92.

<sup>49</sup> Ib id. p.103.

desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis”. Pode-se sintetizar suas idéias, concluindo que, a esquerda busca valorizar o que é igual entre os seres humanos e tende a atenuar as diferenças, enquanto que, a outra postura ideológica valoriza a diversidade e tende a acentuá-las.

André Singer (2000), discorda parcialmente das idéias de Bobbio. O autor brasileiro afirma que a nossa realidade difere dos países capitalistas centrais e que o critério da igualdade não é suficiente para entender o corte entre esquerda e direita no Brasil. Diz ele:

Naqueles, a principal questão é a das mudanças na direção da igualdade. Enquanto a esquerda propõe mudanças para atingir um maior grau de igualdade entre os cidadãos, a direita procura freá-las. Aqui não é a igualdade em si, porém o modo de atingir a igualdade, (...). Enquanto a localização à direita está associada à idéia de reforço da autoridade do Estado para promover as mudanças igualitárias, de modo que elas ocorram sem prejuízo da ordem, a localização à esquerda está vinculada a uma contestação da autoridade do Estado na sua função repressiva em relação aos movimentos sociais que visam a produzir transformações na direção da igualdade. (SINGER, 2000, p.19-20)

Ao estudar o posicionamento ideológico dos eleitores no Brasil, Singer descobriu um diferencial do eleitorado brasileiro em relação aos europeus. Aqui os eleitores tendem a posições igualitárias independentemente do ponto do espectro em que se situe, mas reconhece que os de esquerda são mais igualitários que os de direita. Para o referido autor o que divide direita e esquerda no Brasil “não é exatamente mudar ou conservar, mas sim como mudar. O conservadorismo dos eleitores que se colocam à direita se expressa não em uma rejeição às mudanças, mas no apego à autoridade e à ordem”.<sup>50</sup>

Alguns cientistas políticos mantêm a distribuição dos partidos políticos brasileiros ao longo do tradicional *continuum* ideológico – direita, centro e esquerda – e atualizam para o Brasil pós-1988 o seu posicionamento ideológico, a partir de estudos empíricos (Maria Dalva Kinzo, 1990, Figueiredo e Limongi 1999; Scott Mainwaring et al, 2000). Analisando as votações nominais ocorridas na Câmara dos

---

<sup>50</sup> Op. cit. p.164.

Deputados, no período entre 1989 e 1994, Figueiredo e Limongi constatam que os partidos nacionais seguem o mais tradicional padrão ideológico, contrariando uma corrente de estudiosos. Suas votações dividem o plenário em esquerda – centro – direita e a regra são coalizões contíguas. Segundo os dois estudiosos: “a probabilidade de dois partidos adjacentes votarem de maneira análoga é sempre maior que a de partidos não adjacentes. A probabilidade de dois partidos se coligarem cai monotonicamente com a distância ideológica a separá-los”.<sup>51</sup>

Além da importante constatação que partidos de um mesmo bloco ideológico votam da mesma maneira, outra conclusão dos autores merece destaque: os partidos de esquerda são os mais disciplinados e coesos. Revela-se assim uma grande diferença entre eles e as demais legendas partidárias (direita e centro). Os partidos de esquerda mantêm uma unidade interna independentemente da matéria que está em questão, já as legendas de direita e de centro “são diretamente afetados pelo posicionamento dos demais partidos. Quando a matéria não acarreta controvérsias para os partidos de direita, sua unidade partidária é elevada. (...) Em suma, a indisciplina partidária pode ser explicada a partir da natureza da questão em pauta”. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p.85)

O material empírico desses autores – votações nominais - também permitiram “avaliar o grau de coesão interna dos partidos” e “identificar o padrão de coalizões partidárias”. O resultado do seu estudo desmistifica alguns aspectos correntes na literatura especializada sobre as agremiações brasileiras, tais como: indisciplina partidária, baixa coesão interna, parlamentar individualista, etc. Os autores afirmam:

a consulta aos dados levou-nos a conclusões totalmente em desacordo com as previsões feitas pela literatura. Os partidos apresentaram considerável coesão média no período como um todo, muito acima do aceitável, (...). Além disso, o quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num continuum ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p.75)

---

<sup>51</sup> Op.cit. p.77

O estudo de Figueiredo e Limongi, assim como as análises dos autores citados anteriormente, reafirmam a pertinência de se falar em esquerda e direita para a realidade brasileira. Opinião semelhante têm Mainwaring, Meneghello e Power (2000) quando analisaram os partidos conservadores no Brasil em sua mais recente obra.<sup>52</sup> Segundo eles, os partidos devem ser definidos de acordo com suas posições programáticas, o que pode ser facilmente identificado na análise das votações legislativas. Nas palavras dos autores, “podemos e deveríamos identificá-los segundo os posicionamentos em relação a políticas, expressas sobretudo nas votações do Congresso”(2000, p.15)<sup>53</sup>.

Mainwaring et al apontam que a distinção entre o pólo conservador e o não-conservador têm variado no decorrer das últimas décadas no Brasil. Durante o período da ditadura militar a principal marca distintiva entre os dois blocos era em torno da defesa da democracia. No período subsequente, a partir de 1985, as questões relacionadas ao autoritarismo x democracia diminuíram. Quando da Assembléia Nacional Constituinte o principal recorte foi o posicionamento dos partidos políticos no tocante aos “entulhos autoritários”, por exemplo: a) revogação automática de todos os decretos secretos com a promulgação da nova Constituição; b) limite máximo de 30 anos para o arquivamento de documentos secretos; c) restituir as aposentadorias aos militares cassados sob o regime autoritário; d) permitir aos cidadãos requererem reconhecimento oficial dos direitos violados no período de 1964-1978 coberto pela anistia geral de 1979.<sup>54</sup> Estas questões-chaves foram mais apoiadas pelos partidos não-conservadores.

O debate que marca os anos 90 dá-se em torno do papel do Estado *versus* mercado. Os partidos conservadores defendendo o enxugamento do Estado, redução dos gastos públicos, privatização e a abertura ao capital estrangeiro, enquanto que os

---

<sup>52</sup> O livro dos autores intitula-se **Partidos Conservadores no Brasil** – quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>53</sup> Op.cit. p.15. Os autores remetem para o texto de MARIA DALVA GIL KINZO, “O quadro partidário e a Constituinte”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990, pp.105-134.

<sup>54</sup> Op.cit. p.33

partidos de esquerda mostrando-se contrários a essas medidas. Para Mainwaring et al é em torno das questões econômicas que reside a diferenciação entre esquerda – centro – direita. Estes priorizam o econômico em detrimento de medidas sociais.

A análise sobre o papel desempenhado pelas oposições é marcado, entre outros aspectos, pelo contexto em que ela se insere, isto é, período autoritário ou democrático. No caso brasileiro durante a vigência do autoritarismo, a clivagem entre ARENA e MDB expressava-se em termos de apoio incondicional ao regime militar, praticado pela primeira agremiação, *versus* a resistência ao domínio militar-autoritário e defesa dos preceitos democráticos, apregoada pela outra legenda partidária.<sup>55</sup>

## 2.4 OPOSIÇÃO EM TEMPOS DEMOCRÁTICOS

No que concerne a esse estudo interessa abordar as oposições em um contexto democrático. Com formulações bastante diferenciadas dois teóricos têm uma importante contribuição sobre a temática, a qual é criteriosamente analisada nas obras de Angelo Panebianco (1990)<sup>56</sup> e Robert Dahl (1997).<sup>57</sup>

Em seu estudo sobre modelos de partidos Panebianco aborda a tipologia de organização e a institucionalização das agremiações partidárias, sejam elas governistas ou oposicionistas. Os partidos de governo fogem aos propósitos deste trabalho e por isso serão deixados de lado, recaindo o interesse apenas nas siglas de oposição. Estas, segundo o autor, estão divididas em dois grupos: a) aquelas que se converteram em instituições fortes; e b) aquelas debilmente institucionalizadas. São exemplos deste último: o Partido Trabalhista Britânico, a Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e o Partido Socialista Italiano (PSI). Do primeiro grupo

---

<sup>55</sup> MARIA DALVA GIL KINZO tem uma importante contribuição no estudo da oposição quando analisou o MDB durante os governos militares. **Oposição e Autoritarismo** – gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>56</sup> PANEBIANCO, Angelo. **Modelo de partido**. Madrid: Alianza Editorial, 1990; pp.139-213.

<sup>57</sup> DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

fazem parte: a Social Democracia Alemã (SPD) e os partidos Comunista Francês (PCF) e Italiano (PCI).

De acordo com Panebianco existe uma idéia muito generalizada quanto a diferenciação no processo de institucionalização pelo qual passam os partidos de oposição e os de governo,

Los partidos del primer tipo necesitan mucho más que los segundos una organización sólida y fuerte: no pueden apoyarse en la burocracia estatal, no pueden utilizar pro domo sua al Estado y sus aparatos, ni disponen normalmente del generoso apoyo financiero que los grupos de interés reservan a los partidos gobernantes. Sólo pueden contar con sus propias fuerzas. (...) La situación de los partidos de gobierno es, en cambio, la opuesta. (...) (PANEBIANCO, 1990, p.139)

A partir deste raciocínio o autor conclui que os partidos que nascem e se consolidam na oposição tendem a converter-se em instituições fortes, pois estão em desvantagem frente as legendas de governo, necessitando uma organização mais sólida. Quanto aos partidos que tornam-se governo em nível nacional logo após sua fundação, tendem mais facilmente a converter-se em instituições débeis. Entretanto ele alerta que essa premissa nem sempre pode ser aplicada, pois tanto os partidos de oposição como os de governo possuem graus diferenciados de institucionalização. Logo, “no puede establecerse una relación rígida entre el nivel de institucionalización y la posición inicial respecto al gobierno nacional”.(ANGELO PANEBIANCO, 1990, p.140)

Com base nessas idéias Panebianco examina a origem e o desenvolvimento organizacional de alguns partidos de oposição e de governo. O primeiro bloco de análise recai sobre as siglas opositoristas: Partido Trabalhista Britânico, SFIO, PSI, Social Democracia Alemã, PCF e PCI. De maneira geral eles apresentam dois pontos em comum: 1) são partidos que se institucionalizaram durante um longo período na oposição; e 2) são agremiações nascidas para organizar politicamente as classes subalternas. De forma particular essas legendas diferenciam-se em um aspecto, SPD, PCF e PCI, enquadram-se como “instituições fortes”, enquanto que os demais partidos são exemplos de “instituições frágeis”.

Mesmo afirmando que SPD, PCF e PCI são “instituições fortes” o referido autor destaca que entre eles existe um grau diferenciado de institucionalização: mais forte entre os comunistas franceses, meio termo nos comunistas italianos e menos forte na social democracia alemã. Além disto, salienta a trajetória particular de cada um deles. No decorrer de sua história os dois partidos comunistas – francês e italiano – apresentam pontos em comum, por exemplo, a presença de uma organização patrocinadora. Diferentemente destas duas agremiações partidárias, no histórico do SPD os sindicatos não possuem um papel fundamental na sua fundação, nem ele foi forjado por um chefe carismático.

Afora essas diferenças, os três partidos apresentam semelhanças, motivo pelo qual Panebianco (1990, p. 168) os rotula como “instituições fortes”: “se trata de tres organizaciones burocráticas potentes, ramificadas, com coaliciones dominantes de una elevada cohesión. Partidos en los que el sistema de incentivos colectivos y selectivos se halla en manos de una élite reducida. (...)”.

Em outro extremo encontram-se os partidos debilmente institucionalizados. Este é o caso do Partido Trabalhista Britânico, da Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e do Partido Socialista Italiano (PSI). Estes dois seguem o mesmo modelo da social democracia alemã no momento de sua formação, entretanto, nas palavras de Panebianco (1990: 198) “no conseguirá nunca ser más que una mala copia de la organización socialista alemana”.

Os três partidos acima citados têm outras semelhanças ao longo de suas trajetórias: a) os três dependem de organizações externas (por exemplo, sindicatos ou ambiente eleitoral); b) não desenvolvem uma burocracia central forte; c) possuem uma frágil coerência estrutural interna e um baixo grau de sistematização; d) em consequência da débil institucionalização existe a presença de personalidades de prestígio.

Em contraposição a essas similitudes, Panebianco destaca as diferenças entre eles. O Partido Trabalhista caracteriza-se pela legitimação externa, isto é, o braço político de uma organização patrocinadora, o sindicato. Ao contrário, a SFIO é um partido de legitimação interna. O PSI segue um modelo intermediário entre as outras duas siglas partidárias.: nem é um braço político nem é totalmente independente das organizações ligadas ao movimento socialista. Outra diferenciação refere-se ao “grau de coesão” e por último, nestas três agremiações ocorre uma predominância do grupo parlamentar sobre os demais militantes e instâncias do partido.

Enquanto Panebianco analisa os partidos sob a ótica da sua organização e da sua institucionalização, o que lhe permite estabelecer uma tipologia. Por sua vez, Dahl faz uma abordagem diferenciada e preocupa-se com a questão da democracia, mais especificamente com a problemática da democratização e leva em consideração dois eixos: contestação pública e direito de participação. É justamente o primeiro ponto – contestação - que interessa mais diretamente para os propósitos deste trabalho.

Antes porém de avançar a discussão sobre os dois eixos acima referidos é importante retomar a conceituação de Robert Dahl sobre democracia. Esta deve ser entendida como *um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos*<sup>58</sup>. O autor vai destacar que é menos importante a preocupação se este sistema existe ou não, mas que deve ser encarado como um “sistema hipotético”, ou seja, serve de balizador para os demais sistemas, na medida em que estes podem ser avaliados pelo (maior ou menor) grau de proximidade àquela concepção ideal.

O ponto de partida de Dahl são as condições que determinados regimes oferecem aos seus opositores com o intuito de exercerem plenamente sua função de oposição. Em alguns casos essas condições inexistem e sua preocupação recai sobre

---

<sup>58</sup> Op.cit. pp.26. Em outro momento de sua obra consta o seguinte conceito de democracia “*fruto de um cálculo de custos e benefícios feito por atores em conflito*”. p.21.

o processo de transformação pelo qual passa o regime que permite viabilizar este tipo de manifestação.

Retomando-se as duas dimensões da democratização – contestação pública e participação – é possível compreender os tipos de mudanças que alguns regimes sofrem ao longo do tempo. O autor tem como premissa que tanto a competição como a inclusão variam independentemente e produzem resultados diferentes. Por exemplo, partindo de uma “hegemonia fechada”<sup>59</sup> onde é permitida uma maior contestação pública, o resultado é uma liberalização do regime, o que permite que ele se torne mais competitivo. Ou seja, transformou-se em uma “oligarquia competitiva”. Quando o regime muda no sentido de proporcionar mais participação, mudando para uma maior popularização, ele torna-se mais inclusivo, neste caso chama-se “hegemonia inclusiva”. O terceiro caminho apontado por Dahl é quando o regime torna-se mais popularizado e liberalizado. Ou seja, aberto à contestação pública e fortemente inclusivo, quando isto ocorre denomina-se “poliarquia”. Segundo o autor ela é fruto de um processo de transformação que ocorreu no mundo ocidental ao longo dos séculos XIX e XX, bem como é o regime que mais se aproxima daquela “concepção ideal” – democracia.

O esquema explicativo de Dahl leva em consideração apenas variáveis políticas e têm como premissa o cálculo estratégico. Ou seja, mais do que a adesão dos atores políticos a valores democráticos este regime depende das suas escolhas estratégicas. Em outras palavras, a obtenção e manutenção da democracia está diretamente relacionada ao agir político dos é atores. Sendo assim, a *democracia sustenta-se a partir de um equilíbrio de forças, isto é, quando nenhum grupo social está em condições de eliminar os demais*<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> DAHL cita quatro exemplos de regime: Hegemonias Fechadas, Oligarquias Competitivas, Hegemonias Inclusivas e Poliarquias. Op. cit. p.30.

<sup>60</sup> Ib. id., p.21.

Neste jogo estratégico dois grupos estão agindo politicamente - situação x oposição - e a questão colocada é: o que é mais vantajoso reprimir ou tolerar os adversários? O próprio Dahl oferece a resposta:

a oposição será tolerada pela situação quando para esta última for menos custoso fazê-lo do que aceitar o risco de perder o poder para a primeira em eleições livres. Da mesma forma, a oposição aceita participar da competição eleitoral quando esta opção lhe for menos custosa do que a conquista do poder por meios revolucionários. (1997: 21)

O que depreende-se da idéia do autor é que em um regime competitivo tanto a situação como a oposição têm dois caminhos a seguir e qualquer que seja a sua opção vai refletir diretamente no funcionamento da democracia. A situação debate-se entre reprimir ou tolerar seus opositores; enquanto que a oposição pode optar por participar das eleições ou escolher a via revolucionária. As escolhas dependem de um cálculo estratégico, onde o que está em jogo é o menor custo ou a maior vantagem para cada um dos grupos sociais que se enfrentam.

Pelo que foi exposto acima percebe-se a diferenciação na abordagem dos autores. O modelo explicativo de Panebianco é marcado pelo recorte ideológico, ou seja, ele refere-se aos partidos de oposição reportando-se às legendas de esquerda. O fato dele tratar os partidos de oposição e os partidos de esquerda como sinônimos, não passa de uma coincidência que decorre da escolha do seu objeto de estudo. Já para Dahl o recorte ideológico não está presente, o ponto central é o cálculo estratégico que os atores políticos vão fazer ao agirem.

## 2.5 QUADRO INSTITUCIONAL BRASILEIRO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Além da análise do regime político como fator importante no desempenho das oposições, outros elementos marcam a sua atuação, por exemplo, sistema de governo, sistema partidário e sistema eleitoral. Convém trazer para a discussão as características do caso brasileiro e que o torna singular: presidencialismo,

bicameralismo, pluripartidarismo e representação proporcional. É dentro deste arranjo político-institucional que o pólo oposicionista deve ser analisado.

É interessante entender a singularidade do sistema político brasileiro em uma perspectiva comparada. Em seu clássico artigo, Sérgio Abranches<sup>61</sup>, confronta as características institucionais do Brasil e de 17 países democráticos ocidentais. A constatação do autor é que o Brasil compartilha vários elementos com a maioria dessas nações, por exemplo, mais da metade do grupo tem Parlamento bicameral, nove adotam o voto proporcional e o número médio de partidos é quatro.<sup>62</sup> A grande diferença está no sistema de governo, excetuando o Brasil, EUA e Finlândia, todos os demais países adotam o parlamentarismo. A partir desta verificação é que Abranches vai desenvolver dois argumentos. Primeiro, as características institucionais do Brasil - sistema proporcional e multipartidarismo - não o tornam um exemplo desviante se comparado aos outros 17 países democráticos. O segundo ponto defendido pelo autor é que a especificidade do caso brasileiro reside na adoção do regime presidencialista.

Voltando ao primeiro argumento, Abranches apresenta que a articulação entre voto proporcional e multipartidarismo não é uma exclusividade do Brasil nem é prejudicial ao seu sistema político. Ao contrário, ele vê como positiva esta combinação na medida em que contempla a pluralidade existente na sociedade. Nas suas palavras, *os sistemas proporcionais ajustam-se melhor à diversidade, permitindo admitir à representação a maioria desses segmentos significativos da população.*<sup>63</sup>

Para ilustrar e reforçar sua idéia o autor toma como exemplo a Inglaterra que adota o sistema majoritário. Este sistema no plano eleitoral admite o pluripartidarismo, mas *no plano parlamentar reduz fortemente as possibilidades de equilíbrio pluripartidário, ou seja, o regime inglês de representação apresenta um forte potencial*

---

<sup>61</sup> O artigo denomina-se "Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro". In: **DADOS**, v.31, n.1, 1988, pp.5-33.

<sup>62</sup> *Ib id.*, p.11.

<sup>63</sup> *Op. Cit.*, p.12.

*de exclusão de minorias significativas*.<sup>64</sup> O primeiro argumento do autor contrapõe-se a uma corrente da Ciência Política brasileira que atribui ao nosso sistema eleitoral a responsabilidade pelo excessivo fracionamento partidário e seu reflexo negativo na sustentação da democracia.<sup>65</sup> Para Abranches esta preocupação é exagerada pois o regime da proporcionalidade não incentiva a “proliferação excessiva de partidos”, ao contrário reflete o pluralismo existente na sociedade e o próprio sistema tem mecanismos que atuam como reguladores do processo, incentivando ou não a formação de partidos.

Retomando a segunda idéia defendida pelo pesquisador - a especificidade do Brasil reside na adoção do sistema presidencial, mais ainda, sua singularidade está na combinação entre presidencialismo, multipartidarismo e voto proporcional. Para que haja o entendimento do modelo brasileiro é preciso compreender a lógica que emerge a partir da articulação das suas características institucionais. Mais outro elemento deve ser acrescentado à discussão, o recurso as coalizões partidárias.

Novamente Abranches vai recorrer à perspectiva comparada para desenvolver seu raciocínio. Ao analisar as 17 nações democráticas ele constata que sete recorreram “freqüentemente ou moderadamente” ao recurso das grandes coalizões.<sup>66</sup> Estes sete países - França, Itália, Holanda, Finlândia, Alemanha, Áustria e Japão – apresentam grandes variações institucionais, de onde o autor conclui que não existe uma relação direta entre características institucionais (sistema de governo e sistema partidário) e o recurso das grandes coalizões. Mais uma vez aparece a singularidade brasileira: *combina voto proporcional, multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”<sup>67</sup>, organiza o executivo com base em grandes coalizões*.<sup>68</sup> Para distinguir o caso brasileiro de outros exemplos tomados como “presidencialismo de gabinete” –

---

<sup>64</sup> *Ib id.*, p.13.

<sup>65</sup> Scott Mainwaring (1993, 1994, 2000 e 2001) e Juan Linz (1999) são representantes desta corrente de análise.

<sup>66</sup> Esta deve ser entendida como “abranger mais parceiros que o necessário para obter maioria simples no Parlamento”. *Op.cit.* p.20

<sup>67</sup> Para SERGIO ABRANCHES o “presidencialismo imperial” está baseado na independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério como amplas coalizões. O “presidencialismo imperial” opõe-se ao “presidencialismo mitigado”. *Op.cit.* p.22.

Áustria e Finlândia – o autor adota a denominação de “presidencialismo de coalizão”, sendo o Brasil o único caso a ser enquadrado nesta categoria.

Detendo-se ao caso brasileiro o pesquisador procura explicitar melhor a dinâmica do “presidencialismo de coalizão”. Ele verifica que ela se repete ao longo da história brasileira, estando presente na República de 46 e na Nova República, e o padrão de formação das coalizões segue dois eixos: “partidário e regional”, presente tanto num como noutro período. O autor demonstra dois fatos: a) o controle ministerial nem sempre correspondeu ao peso dos partidos no Congresso; e b) o critério partidário e o critério regional não são utilizados aleatoriamente, mas seguem uma lógica própria. Por exemplo, na República de 46 os “ministérios de direção política” (Justiça, Trabalho, Indústria e Comércio, Relações Exteriores) eram ocupados pelo critério partidário. Já os “ministérios de gastos ou de clientelas” (Educação, Saúde, Viação e Obras Públicas) eram distribuídos pelo critério regional. Sendo que alguns Estados tem posição de liderança na sua região, aparecendo como representantes preferenciais da região. O terceiro grupo de ministérios, aqueles “político e economicamente estratégicos” (Fazenda e Agricultura), eram ocupados pela combinação dos dois critérios. Por exemplo, o Ministério da Agricultura ficava com o Estado de Pernambuco e o PTB.

Comparando-se os dois períodos estudados (República/46 e Nova República) por Sérgio Abranches com a política brasileira mais recente – Governo Fernando Henrique - percebe-se de um lado, a manutenção do recurso da coalizão partidária; e de outro lado, uma alteração no padrão de ocupação dos ministérios. De acordo com a cientista política Rachel Meneguello<sup>69</sup>, que estudou a distribuição dos partidos entre os ministérios ao longo dos anos de 1995, 1996 e 1997, o padrão de distribuição ministerial corresponde primordialmente ao peso parlamentar dos partidos. A estratégia do Governo federal de distribuir ministérios entre os partidos que não faziam parte da coligação eleitoral (PSDB – PTB – PFL) foi necessária porque a base

---

<sup>68</sup> *Ib id.*, p.21.

<sup>69</sup> Os dados citados constam no seu livro intitulado **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

governista não detinha a maioria no Congresso. Sendo assim, em 1995 o PMDB, partido com a maior bancada na Câmara dos Deputados (20,8% dos assentos), é incorporado à base de sustentação governamental, ficando com dois ministérios. Assim o apoio parlamentar do Governo atingiu 56,3% na Câmara Federal e 69% no Senado.

Analisando mais de perto os dados apresentados pela pesquisadora<sup>70</sup>, observa-se que o critério regional não é desconsiderado pelo referido Governo, mas há uma combinação entre o regional e o partidário. Por exemplo, o PSDB assumiu cinco ministérios e seus ocupantes eram originários do sudeste, mesma região de origem do presidente da República e onde o partido tem mais força organizacional. O mesmo ocorre com o PFL, detentor de três pastas ministeriais, cujas nomeações originam-se na região nordeste, onde também é a sua maior base eleitoral. Os outros dois partidos da aliança governista, PTB e PMDB, representavam a região sul. Apesar da equipe de ministros ser predominante uma nomeação partidária, o presidente Fernando Henrique reservou sete ministérios para ser preenchido pela sua “cota pessoal”. Ou seja, são pastas ocupadas por nomes sem vinculação partidária, onde todos os nomeados eram originários da região sudeste.

Em maio de 1996 o Governo federal incorporou mais um partido ao seu bloco de aliados: o PPB passou a fazer parte da equipe ministerial. Com esta incorporação dos pegebistas a sustentação parlamentar do Governo subiu para 77% na Câmara dos Deputados e 86% no Senado. Ao longo dos três anos estudados, a autora observa que o partido do presidente – PSDB – manteve o controle ministerial (seis pastas), apesar de não ser a maior bancada no Congresso, bem como a região mais representada foi o sudeste, que ocupava sete ministérios “partidários” e oito pastas por nomeação pessoal do presidente Fernando Henrique.

Três conclusões pode-se extrair dos dois estudos acima citados: a) o Poder Executivo, no Brasil, continua lançando mão de coalizões partidárias, b) sua definição

---

<sup>70</sup> A referência é a tabela 29 elaborada pela autora. Op.cit. p.143.

segue a lógica partidária-parlamentar e c) os partidos políticos desempenham um papel fundamental no cenário político, na medida que os presidentes necessitam de apoio parlamentar para governar. Essas constatações permitem ter uma visão positiva do modelo institucional brasileiro e reconhecer nas nossas agremiações agentes centrais na estabilidade política e na ordem democrática. Sérgio Abranches foi feliz na sua afirmação,

*A imagem que se tem passado para a opinião pública do país é que nossas mazelas derivam todas de nosso sistema de representação e das fragilidades de nosso quadro partidário. O que fica claro, (...), é que nossos problemas derivam muito mais da incapacidade de nossas elites em compatibilizar nosso formato institucional com o perfil heterogêneo, plural, diferenciado e desigual de nossa ordem social. (...)* (1988:21)

Outros cientistas políticos brasileiros alinham-se a esta visão positiva da combinação das características institucionais do Brasil, entre eles pode-se citar, Argelina Figueiredo & Fernando Limongi (1994; 1996; 1999), Fabiano dos Santos (1999). Mas também existe um outro grupo de pesquisadores da área da Ciência Política que é voz discordante, e aponta o modelo institucional brasileiro como uma “combinação explosiva” que gera instabilidade política, fragmentação partidária, fragilidade do sistema partidário, partidos indisciplinados e que não propicia a estabilidade democrática. Neste grupo encontram-se Juan Linz (1985), Scott Mainwaring (1993), Scott Mainwaring & Matthew Shugart (1993); Scott Mainwaring & Timothy Scully (1994), George Tsebelis (1997).

A abordagem sobre o “presidencialismo de coalizão” é importante para entender não só o funcionamento institucional brasileiro, como também permite visualizar o espaço institucional que cabe às oposições no atual contexto do país. Com a Constituição de 1988 o presidente da República adquiriu algumas prerrogativas legislativas particularmente importantes, que afetam diretamente as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, e conseqüentemente, também refletem na atuação dos partidos de oposição.

As duas importantes prerrogativas constitucionais adquiridas pelo Poder Executivo em 1988 foram: a) poder de editar medidas provisórias<sup>71</sup> e b) exclusividade em elaborar o orçamento anual da União<sup>72</sup>. Mesmo cabendo à Presidência elaborar a peça orçamentária, o Poder Legislativo tem capacidade de fazer emendas ao projeto de orçamento enviado pelo Executivo. Na prática cada parlamentar individualmente pode apresentar um número irrestrito de emendas à lei orçamentária. Entretanto, esta contribuição encontra alguns obstáculos na própria forma de tramitação do Orçamento anual. O percurso percorrido pela Lei Orçamentária Anual (LOA) obedece três etapas: 1) apresentação de emendas, 2) seleção das emendas pela Comissão Mista de Orçamento, e 3) votação em plenário pelos deputados e senadores da LOA elaborada pela Comissão Mista. Como pode-se perceber o curso das emendas dos parlamentares encontra uma grande barreira: na segunda etapa, momento em que as proposições dos congressistas são acolhidas ou rejeitadas.<sup>73</sup> Nesta fase os membros que participam da CMO tem grande poder, em especial o relator geral do orçamento.

Além dos poderes legislativos da Presidência, destacados anteriormente, o Executivo ainda faz uso de alguns expedientes para influenciar nos trâmites internos do Congresso Nacional que resultam na presteza da apreciação e da votação de propostas. Dois recursos são freqüentemente usados pelo Executivo para obter celeridade - pedidos de urgência<sup>74</sup> e redução dos prazos para apreciação de matérias pelos congressistas.

---

<sup>71</sup> Conforme prevê o artigo 62 da Constituição Federal, o Poder Executivo pode editar medida provisória com força de lei, onde o Congresso Nacional tem prazo de 30 dias para apreciá-la.

<sup>72</sup> O trabalho de MARCOS BEZERRA, intitulado **Em Nome das "Bases"**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999; e o artigo de ARGELINA FIGUEIREDO & FERNANDO LIMONGI, "O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-Constituinte", publicado na revista **Novos Estudos CEBRAP**, n.38, março/1994, pp.24-37, trazem importante contribuição para o entendimento da elaboração do Orçamento Anual da União.

<sup>73</sup> ARGELINA e LIMONGI destacam que são pouco claro os critérios para selecionar as emendas que vão compôr a peça orçamentária a ser enviada ao plenário. Op.cit. pp.33

<sup>74</sup> Tanto o Poder Executivo como o Poder Legislativo podem fazer uso do "pedido de urgência", mas essa solicitação se dá de forma diferenciada para um e para outro Poder. No caso do Legislativo, a "urgência" *incide sobre um processo de tramitação já iniciado e deve ser resultado de uma decisão coletiva*. FIGUEIREDO & LIMONGI (1994: 35) .

Lançar mão desses dois importantes expedientes, com vistas a acelerar os trâmites da Casa legislativa, resulta na diminuição do poder de barganha dos congressistas, em geral, e em particular, afeta diretamente a ação dos partidos oposicionistas. Segundo Figueiredo e Limongi (1994, p. 32) “a margem de manobra deixada pelo Executivo ao Legislativo é pequena. (...) De modo a deixar o Congresso Nacional sem outra opção que a aprovação de suas iniciativas sem alterações. (...)”.

A breve análise da organização interna do Congresso Nacional, tomando-se como exemplo a lei orçamentária, associada aos poderes legislativos que cabem à Presidência da República, permite concluir que na atual conjuntura política brasileira o Poder Legislativo tem uma pequena margem de atuação autônoma, de um lado, e de outro, a função básica dos parlamentares – legislar e influenciar no processo decisório – está comprometida e ela se reflete nas relações que se estabelecem entre os dois Poderes, bem na vida intra-muros do Congresso Nacional. É dentro deste quadro institucional que será analisado o desempenho das oposições durante o 1º Governo Fernando Henrique.

### **3 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOS PARLAMENTARES DA OPOSIÇÃO: FISCALIZAÇÃO DO EXECUTIVO**

Durante a fase do autoritarismo militar (1964–1985), o Congresso Nacional esteve sob censura e com suas prerrogativas limitadas. Findo este período e com a promulgação da nova Constituição (1988), o Legislativo brasileiro retomou e/ou adquiriu importantes funções, entre elas pode-se destacar: participar na elaboração do Orçamento federal<sup>75</sup>, participar na nomeação dos Conselheiros do Tribunal de Contas da União (TCU), legislar com exclusividade sobre as concessões de rádio e televisão, derrubar o veto presidencial amparado em maioria absoluta e, em alguns casos, as comissões permanentes detêm o “poder terminativo”. Ao mesmo tempo em que devolveu e/ou instituiu novas atribuições ao Poder Legislativo, a Carta de 1988 manteve a maioria dos poderes legislativos do Executivo, adquiridos no decorrer dos Governos autoritários. Esse novo ordenamento legal teve desdobramentos, de um lado, comprometeu parcialmente o papel do Congresso Nacional como formulador de políticas públicas, e de outro lado, consagrou a preponderância do Executivo na produção de matérias legais e a centralização decisória nas suas mãos, tornou-se um padrão.

A partir da redemocratização e sua conseqüente mudança no perfil de atuação do Legislativo brasileiro, instigou vários cientistas políticos a voltarem suas análises para a esfera legislativa, em que pese com perspectivas diferenciadas.<sup>76</sup> Estes estudos empíricos, desenvolvidos ao longo da década de 90, abordaram temas diversos, por exemplo, o funcionamento do Congresso Nacional, sua dinâmica, estrutura e organização; a questão da representação política; o recrutamento partidário; a atuação parlamentar; a disciplina dos partidos políticos, a composição

---

<sup>75</sup> A legislação brasileira confere ao Poder Executivo a exclusividade na iniciativa de matérias orçamentária e tributária.

<sup>76</sup> Entre esses autores, com matriz institucionalista ou com viés da escolha racional, pode-se destacar a contribuição de: Almeida e Moya(1997); Ames (2003); Amorim Neto (2000, 2004); Amorim Neto e Santos (2003); Carvalho (2003); Castro Santos (1997), Cintra (2004); Figueiredo e Limongi (1994, 1995, 1996,

das bancadas, entre outros. Independente das conclusões a que estes estudiosos chegaram, eles levaram em consideração um conjunto de aspectos que caracterizam o sistema político brasileiro: presidencialismo, pluripartidarismo, federalismo e sistema proporcional de lista aberta.

Tomando esse conjunto de variáveis como norteador, o presente capítulo tem como foco principal a análise da produção legislativa dos deputados oposicionistas protocoladas entre 1º de fevereiro de 1995 e 31 de janeiro de 1999, período correspondente a 50ª legislatura. O referido material empírico será tomado como o *corpus discursivo* e a partir dele buscar-se-á o entendimento sobre um rol de questões, tais como: as proposições apresentadas pelas oposições convergiam para um assunto específico ou se dispersavam por vários temas? elas defendiam interesses difusos ou concentrados? qual o papel desempenhado pelas siglas oposicionistas - foram fiscalizadoras do Governo, cooperativas com ele ou tão somente reativas as suas ações? é possível identificar um perfil de atuação desses partidos? Ou ainda, os seus parlamentares legislaram para quem e em nome de quem? Para dar conta deste conjunto de questionamentos parte-se da premissa que os partidos de esquerda, e que também fizeram oposição ao 1º Governo Fernando Henrique Cardoso, atuaram no Congresso Nacional com os seguintes propósitos: a) buscavam a delimitação de um espaço político próprio (nós/oposição *versus* eles/situação); b) exerceram um papel fiscalizador dos atos do Executivo; e c) propunham a discussão de uma agenda pública pautada, principalmente, por temas de interesse nacional. Busca-se assim, aprofundar o estudo sobre a atuação das oposições de esquerda na esfera parlamentar, e os embates travados por essas siglas em um determinado momento histórico.

Como já foi destacado na Introdução deste trabalho, a atividade parlamentar desenvolvida dentro do Congresso Nacional é bastante diversificada, não se restringindo a discursar e votar em plenário. Ela desdobra-se em várias frentes, desde

---

1999); Lemos (2001, 2002); Maiwaring (1993); Nicolau (1996, 2000); Pereira e Müller (2000); Pessanha (1997, 2003); Ranulfo (2000); Santos (1997, 1998, 2000, 2001, 2003); Schmitt (1999).

a participação nas comissões permanentes e temporárias, passando pela atuação na relatoria de projetos, fiscalização dos atos do Executivo, até a apresentação de emendas orçamentárias e a formulação de proposições, estas últimas objeto de análise no presente capítulo. Os parlamentares federais brasileiros podem encaminhar uma variada gama de proposições legislativas<sup>77</sup> e conforme define o artigo 100 do Regimento Interno, *proposição é toda a matéria sujeita à deliberação da Câmara*. Elas consistem em oito tipos, a saber<sup>78</sup>: proposta de emenda à Constituição (PEC), projeto<sup>79</sup>, emenda, indicação (INC), requerimento – por exemplo pedido de CPI (RCP) ou de convocação de Ministro (RQC)<sup>80</sup>, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle (PFC).

O estudo da produção legislativa requer a definição de alguns parâmetros que permitam categorizá-las objetivamente, sem entretanto, perder de vista a riqueza da sua diversidade. Esta necessidade é decorrente não só da sua natureza bastante diversificada, conforme foi referido acima, como do grande volume de propostas legais apresentadas. Ao todo foram 4.139 matérias de autoria dos representantes das esquerdas, no decorrer da 50<sup>a</sup> legislatura. Os critérios aqui adotados correspondem a três diferentes dimensões de análise - ação, abrangência e assunto – que ajudarão, em um primeiro momento, a compor uma tipologia das proposições, para posteriormente, analisar em profundidade algumas dessas propostas.

A partir da análise do material empírico, detecta-se que a dimensão denominada ação desdobra-se em dois grupos: aquelas proposições de caráter fiscalizador, e um outro conjunto em que predomina o aspecto propositivo. Foram enquadradas como matérias propositivas: os projetos de lei (PL), de lei complementar (PLP), de

<sup>77</sup> No início desta tese, encontra-se a lista completa de todos os tipos de proposições apresentadas pelos parlamentares da oposição durante a 50<sup>a</sup> legislatura.

<sup>78</sup> No caso do Senado Federal existe uma pequena variação. No artigo 211 do RI estão previstos seis os tipos de proposições legislativas: 1) propostas de emenda à Constituição, 2) projetos (de lei, de decreto legislativo e de resolução), 3) requerimentos, 4) indicações, 5) pareceres, 6) emendas.

<sup>79</sup> De acordo com os art. 109 do RI, os projetos podem ser de lei ordinária ou complementar, decreto legislativo ou de resolução, além de proposta de emenda constitucional.

<sup>80</sup> Os requerimentos podem ser de vários tipos, para os fins deste trabalho interessam apenas três, a saber: a) RIC - requerimento que solicita informação a Ministro de Estado; b) RQC - requerimento da Câmara dos Deputados que convoca Ministro; c) RCP – requerimento que solicita formação de CPI.

resolução da Câmara dos Deputados (PRC), além das propostas de emenda constitucional (PEC) e as indicações (INC).<sup>81</sup>

Fazem parte das proposições definidas como fiscalizadoras, os requerimentos, especificamente aqueles que solicitam informações aos Ministros de Estado ou aqueles que os convocam para depôr na Câmara Federal, respectivamente RIC e RQC, ou ainda, aqueles que solicitam formação de CPI (RCP). Além destes, as propostas de fiscalização e controle (PFC) e os projetos de decreto legislativo (PDC)<sup>82</sup>, estão incluídas neste grupo. Os representantes também podem se utilizar de mais uma medida fiscalizadora, a chamada SIT, ou seja, um recurso que lhes permite solicitar informações ao Tribunal de Contas da União sobre atos do Poder Executivo. Como percebe-se existem diversos expedientes regimentais que os legisladores podem lançar mão para fiscalizar e interpelar o Governo federal.

Quanto as outras duas dimensões analíticas – abrangência e assunto –, seu enquadramento surgiu da leitura das ementas das matérias legais, o que permitiu a identificação dos seus conteúdos e a partir daí elas foram classificadas em cada uma das categorias. Para o item assunto foram levantadas as palavras-chaves de cada proposição, permitindo estabelecer 12 categorias, são elas: 1) política<sup>83</sup>, 2) economia e tributação, 3) social, 4) mundo do trabalho, 5) saúde e previdência, 6) cultura, ciência & tecnologia<sup>84</sup>, 7) institucional<sup>85</sup>, 8) administrativa, 9) infra-estrutura<sup>86</sup>, 10) ecologia, 11) questão da terra e 12) homenagens.

No tocante a classificação das proposições segundo a abrangência, foram utilizadas as mesmas cinco categorias já estipuladas por Octávio Amorim Neto e Fabiano dos Santos (2002, 96), a saber: nacional, regional, local, setorial e individual.

<sup>81</sup> O artigo 113 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados define *indicação* da seguinte maneira: *é a proposição através da qual o deputado sugere a outro Poder a adoção de providências.*

<sup>82</sup> Conforme estabelece o RI, artigo 109, o projeto de decreto legislativo visa regular as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção presidencial.

<sup>83</sup> Foram categorizadas como “política” todas as proposições apresentadas pelas oposições que visavam interpelar o Governo, entre elas: RIC, RCP e RQC.

<sup>84</sup> Neste item estão incluídas as áreas de educação e desporto.

<sup>85</sup> Refere-se às questões internas ao Poder Legislativo.

Esses autores definiram-as da seguinte maneira<sup>87</sup>: a) nacional: “aquelas que regulem assuntos que afetem indiscriminadamente o conjunto de cidadãos do país ou de regiões, estados e municípios”; b) regional: “aquelas que regulem temas ou transfiram recursos a um ou alguns estados ou a uma ou algumas regiões do país”; c) local: “lei que dê benefícios a um ou alguns municípios”; d) setorial: “regula ou beneficia um determinado setor da economia nacional ou ramo de atividade profissional”; e) individual: “beneficia apenas um ou poucos indivíduos”.

Sabe-se de antemão que sempre que se busca algum tipo de classificação corre-se o risco de ser limitador ou pode-se cometer equívocos. Por exemplo, uma determinada proposição pode ser enquadrada em mais de um tópico quanto a sua abrangência ou assunto. Tomando-se como exemplo o enquadramento segundo a abrangência: em uma primeira leitura uma matéria legal pode ser categorizada como regional, mas a curto ou médio prazo, seu impacto também será sentido em âmbito nacional. Ou ainda, medidas de cunho localistas podem repercutir regionalmente. O mesmo pode acontecer com o critério assunto. Apesar dele ser auto-evidente, em algumas situações pode ocorrer da proposição abordar áreas distintas. Exemplificando, um projeto de lei que visa normatizar a greve no serviço público. Esta proposição poderia ser triplamente codificada: como uma categoria política ou administrativa ou do mundo do trabalho. Como fica evidenciado, em alguns momentos, lidar com as variáveis abrangência e assunto podem ser um pouco mais problemáticas do que se poderia supor à primeira vista. Para dirimir esse tipo de impasse, sem fugir da objetividade dos critérios estabelecidos, optou-se por uma solução bastante simples: interpretar a intenção inicial do legislador ao fazer sua proposição. Esta referência foi adotada para realizar as duas classificações dos projetos, assim mantém-se o mesmo tratamento para ambas as variáveis e evita-se

---

<sup>86</sup> Esta categoria envolve os seguintes itens: transporte, telefonia, energia elétrica e saneamento.

<sup>87</sup> Octávio Amorim Neto e Fabiano dos Santos, em seu artigo intitulado “A Produção Legislativa do Congresso – entre a paróquia e a nação”, ao analisarem a produção legislativa nacional (entre 1985 e 1998) estabeleceram dois critérios para tipificá-las, a saber: abrangência e o assunto, a primeira desdobrada em cinco categorias e a segunda em oito itens. Neste capítulo tomou-se como referência as cinco categorizações criadas pelos autores adaptando-a para o objeto de estudo em questão.

qualquer eventual ambigüidade, o que poderia resultar no comprometimento da objetividade dos critérios aqui estabelecidos.

Os mais recentes estudos sobre o Legislativo brasileiro tiveram como fonte empírica as votações nominais e procuraram analisar as leis aprovadas no Congresso Nacional, tendo como preocupação, entre outros, os seguintes itens: a sua origem (Executivo ou Legislativo ou Judiciário), seu tempo de tramitação, as áreas contempladas e seu grupo-alvo.<sup>88</sup> No presente capítulo, o caminho a ser trilhado não será o mesmo. O plano deste é apresentar uma visão panorâmica do conjunto da produção legislativa das oposições e, posteriormente, selecionar para análise dois tipos específicos de proposições de autoria dos parlamentares: os projetos de Decreto Legislativo e os de Fiscalização e Controle. Assim busca-se atingir os seguintes objetivos: a) identificar se os partidos de oposição legislam com base em interesses nacionais, regionais ou locais; b) analisar se as propostas dos parlamentares opositoristas possuem um caráter setorial ou individual; c) levantar os temas priorizados pelas oposições quando da elaboração de suas leis; e d) verificar o perfil de atuação dos deputados no desempenho da função de oposição ao 1º Governo Fernando Henrique.

### 3.1 TIPOLOGIA DAS PROPOSIÇÕES

Freqüentemente o Congresso brasileiro é retratado de forma pejorativa pela mídia nacional, por exemplo, inoperante, clientelista e demagógico são alguns dos qualificativos que lhes são atribuídos. Também junto à opinião pública sua imagem é bastante negativa: em pesquisa de opinião realizada no final de 2001 sobre a “confiabilidade das instituições brasileiras”<sup>89</sup>, a Câmara dos Deputados e o Senado não aparecem bem cotados, obtendo 3% e 2%, respectivamente das preferências dos

---

<sup>88</sup> Estou me referindo aqui às obras dos seguintes autores: Ames (2003), Amorim Neto e Santos (2002), Carvalho (2003), Figueiredo e Limongi (1999), Pereira e Müller (2001), Santos (2003).

<sup>89</sup> Pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Sensus em outubro de 2001 e citada por Octávio Amorim Neto e Fabiano dos Santos (2002, 91).

entrevistados. De outro lado, entre as instituições que gozam de maior confiança: 24% dos respondentes citaram as Forças Armadas, 16% a imprensa e 11% o Poder Judiciário. Entretanto, recentes estudos sobre o legislativo brasileiro não corroboram esta imagem negativa, ao contrário, os dados apurados vão em outra direção. Por exemplo, tomando como referência a produção legislativa dos congressistas, Figueiredo e Limongi (1994, 1999) identificaram 5.815 proposições parlamentares no decorrer da 48<sup>a</sup> legislatura (1987-1990).<sup>90</sup> Também Carlos Novaes (1994, 109) constatou uma elevada atividade legislativa na Câmara dos Deputados: para os anos entre 1989 e 1991 ele identificou 6.601 projetos de autoria dos deputados federais. Já no período correspondente a 50<sup>a</sup> legislatura, somente os seis partidos de oposição de esquerda protocolaram 4.718 propostas.<sup>91 92</sup>

Os números acima expostos podem ser tomados como reveladores de três aspectos: a) comprovam que o Congresso brasileiro e os parlamentares são bastante ativos, b) mostram que os congressistas cumprem com uma de suas principais funções constitucionais, qual seja, a de legislar, e c) revelam que a cada legislatura vem crescendo a produção legal dos deputados e senadores, o que pode ser interpretado como uma paulatina retomada, por parte do Poder Legislativo, da sua prerrogativa como formulador de políticas públicas. Estas constatações levam a refutar, por falta de respaldo empírico, a opinião corrente de que “não se trabalha no Congresso Nacional”, especialmente quando são analisados os últimos 18 anos do Legislativo brasileiro.

Como já foi destacado, os representantes dos partidos de oposição de esquerda foram bastante produtivos no decorrer da 50<sup>a</sup> legislatura, fato que se traduz na

---

<sup>90</sup> Esses autores salientam que esta não é uma característica exclusiva do Parlamento brasileiro. Comparando com a realidade do Congresso norte-americano, tem-se que lá seus deputados propuseram 8508 matérias legais entre os anos de 1987 e 1989. Eles extraíram esses dados da obra de Davidson e Oleszek. *Congress and its members*. Washingto, Congressional Quarterly Inc., 1990, p.30.

<sup>91</sup> Este total de proposições refere-se à produção legal de autoria dos deputados (4.139) e dos senadores (579), pertencentes ao bloco das oposições.

<sup>92</sup> Abdo Baaklini (1993, 212) encontrou dados bastante significativos ao analisar o trabalho legislativo na Câmara dos Deputados entre 1960 e 1966. Ele identificou 728 projetos apresentados pelos parlamentares no ano de 1960 e em 1963 foram 1244 proposições. Em contraste, nos dois anos

quantidade de proposições por eles apresentadas. Entretanto, mais importante do que esta constatação numérica, interessa aqui analisar o conteúdo do seu “ativismo” dentro de um marco mais amplo, que são as três dimensões de análise anteriormente citadas – ação, abrangência e assunto.

Conforme os dados levantados, os partidos oposicionistas concentraram quase todos os seus esforços, quando da apresentação de matérias legais, em duas frentes de atuação: fiscalização e proposição. Ambas permitiram às agremiações partidárias delimitar o seu espaço político na arena legislativa – oposição x situação - e afirmar sua agenda programática. A partir da análise do material empírico identificou-se que as seis siglas de oposição dividiram sua ação legislativa de forma muito eqüitativa entre os dois grupos: 48,5% de propostas fiscalizadoras e 48,3% de matérias propositivas. No Quadro 7 aparece a distribuição das proposições fiscalizadoras e propositivas por partido.

Quadro 7

Distribuição das Proposições x Partidos de Oposição  
Câmara dos Deputados - 50<sup>a</sup> Legislatura<sup>93</sup>

Proposições Fiscalizadoras		PT	PDT	PSB <sup>94</sup>	PCdoB <sup>95</sup>	PPS	PV
Tipo	N	N	N	N	N	N	N
RIC	1875	1222	259	99	243	25	27
PDC	49	29	03	03	12	01	01
PFC	43	25	02	01	09	05	01
RQC	19	11	03	03	01	01	0
SIT	11	07	02	01	0	0	01
RCP	09	05	02	01	01	0	0
Total	2006	1299	271	108	266	32	30
Fiscaliza-doras							
(%)	(48,5%)	(55,2%)	(34,4%)	(28,3%)	(54,7%)	(42,1%)	(54%)

Fonte: Dados brutos – PRODASEN

subsequentes à ascensão dos militares ao poder, ocorreu um declínio na apresentação de matérias: em 1965 foram 593 e em 1966 apenas 159.

<sup>93</sup> As proposições fiscalizadoras e as propositivas somam 4005, ou seja, 96,7% das propostas apresentadas pelos deputados. As 134 matérias protocoladas que faltam para fechar 100%, não se enquadram em nenhuma das duas categorias.

<sup>94</sup> No ano de 1995, o deputado Nilson Gibson estava filiado ao PMN, posteriormente ele migrou para o PSB. As 57 propostas legais por ele protocoladas, em 1995, foram computadas no somatório do Partido Socialista Brasileiro.

Quadro 7 (continuação)  
Distribuição das Proposições x Partidos de Oposição  
Câmara dos Deputados - 50<sup>a</sup> Legislatura

Proposições Propositivas		PT	PDT	PSB	PCdoB	PPS	PV
Tipo	N	N	N	N	N	N	N
PL	1362	721	315	131	150	32	13
INC	368	138	112	70	32	06	10
PEC	131	48	49	24	09	0	01
PRC	73	38	19	04	09	02	01
PLP	65	29	13	14	07	02	0
Total Propositivas	1999	974	508	243	207	42	25
(%)	(48,3%)	(41,3%)	(64,5%)	(63,8%)	(42,6%)	(55,3%)	(45%)
Outras Proposições	134	81	08	30	13	02	0
(%)	(3,2%)	(3,5%)	(1,1%)	(7,9%)	(2,7%)	(2,6%)	0
Total Geral	4139	2354	787	381	486	76	55

Fonte: Dados brutos – PRODASEN

Se por um lado, os dados expostos acima apresentam uma divisão praticamente igual entre as propostas fiscalizadoras e as propositivas, por outro lado, internamente a cada um destes dois grupos de proposições, observa-se um comportamento diferenciado dos partidos. Por exemplo, PT, PCdoB e PV formavam um bloco partidário que apresentavam um percentual maior de matérias fiscalizadoras, enquanto que PDT, PSB e PPS formavam outro conjunto, aqueles que se dedicaram a iniciar mais propostas propositivas.

O Quadro 7 também mostra claramente a prioridade dada pelos parlamentares a alguns tipos específicos de proposições dentro dos dois grupos de produção legal. Aqui aparece o primeiro ponto em comum entre os partidos: dentre as propostas fiscalizadoras, a preferência de todos eles recaiu sobre os requerimentos que

<sup>95</sup> Na contagem geral do PCdoB foram incluídas as 19 proposições apresentadas pelo deputado Lindberg Farias nos anos de 1997 e 1998, quando ele já havia migrado para o PSTU.

solicitavam informações aos Ministros de Estado (RIC), merecendo destaque o volume de requerimentos apresentados pelo PT, PDT e PCdoB. Da imensa quantidade de RICs (1875) pode-se destacar dois exemplos muito elucidativos. Os dois deputados que mais lançaram mão destes recursos foram Arlindo Chinaglia e Luciano Zica, ambos do PT de São Paulo. Cada um apresentou, respectivamente, 117 e 101 RICs no decorrer do seu mandato.<sup>96</sup>

O deputado Chinaglia concentrou-se nas questões políticas, especialmente ele esteve preocupado em questionar os gastos da União com publicidade nos seus Ministérios, ao todo 20 ministros foram interpelados por ele. Outro interesse seu, foi a questão previdenciária, onde entre o final de 1997 até meados de 1998, ele dedicou-se com muito afinco a este tema. No decorrer deste período, sistematicamente, o deputado petista interpelou o Governo federal sobre os 500, 300 e 100 maiores devedores da Previdência Social, em cada uma das 27 unidades da federação. A escolha deste tema não se deu por acaso, mas porque justamente nesse momento se desenrolavam as discussões derradeiras em torno do projeto da reforma previdenciária, finalizada, nesta Casa, em maio de 1998.<sup>97</sup>

Já o deputado Zica dedicou grande parte da sua produção legal a dois temas – política e infra-estrutura. Dentro dessas categorias, preocupou-se especialmente com a área petrolífera e com a estatal PETROBRAS<sup>98</sup>, intimando o Poder Executivo, através do Ministério de Minas e Energia a prestar esclarecimentos sobre: 1) os níveis de estoque de petróleo e derivados, 2) os critérios para promoção de funcionários da PETROBRAS, 3) os petroleiros grevistas demitidos da Refinaria Presidente Bernardes/Cubatão, 4) os recursos recebidos pela PETROS da estatal petrolífera, 5)

---

<sup>96</sup> Estes representantes paulistas estão entre os mais produtivos na Câmara dos Deputados: Chinaglia apresentou ao longo do seu mandato 140 proposições e Zica protocolou 133. Além deles, apenas outros sete parlamentares atingiram o patamar acima de 100 propostas legislativas. São eles: os petistas José Fortunatti (100), Ana Júlia (103) e Paulo Paim (163); a pedetista Cidinha Campos (123) e os comunistas Jandira Feghali (143) e Inácio Arruda (137).

<sup>97</sup> Logo no início do seu mandato, em meados de fevereiro de 1995, o presidente Fernando Henrique encaminhou o projeto da “Reforma da Previdência” à Câmara. Depois de uma longa tramitação ele foi aprovado em maio de 1998, onde o Governo federal saiu derrotado em duas importantes cláusulas.

<sup>98</sup> O interesse do deputado Luciano Zica pela área petrolífera pode ser explicada por sua atividade profissional: ele era petroleiro e até 1994 estava vinculado a Refinaria Planalto em Paulínia/SP.

o uso de verba da PETROBRAS para pagamento de campanha publicitária do Governo federal, 6) a compra de petróleo pela estatal brasileira nas Ilhas Cayman, 7) a constituição de subsidiárias da PETROBRAS, 8) a comercialização de combustíveis e 9) a estruturação e instalação da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Todos estes requerimentos protocolados pelos dois deputados petistas foram encaminhados aos respectivos Ministérios e posteriormente, arquivados em definitivo.

O outro ponto em comum entre as siglas oposicionistas refere-se às matérias propositivas, onde todos os partidos, em maior ou menor número, concentraram-se em apresentar projetos de lei (PL). Em segundo lugar, numa frequência bem inferior, aparecem as indicações (INC), onde através delas os parlamentares sugerem ao Poder Executivo a tomada de providências sobre determinado assunto. O grande volume de PLs apresentados (1362), novamente dificulta qualquer tentativa de particularizar a análise, entretanto não impede que se apresente dois exemplos. Seguindo o critério adotado anteriormente, optou-se por destacar os deputados que mais iniciaram projetos de lei. Foram eles, respectivamente, Paulo Paim (PT/RS) e Serafim Venzon (PDT/SC).

Ao longo do seu mandato, o deputado Paim foi autor de 163 proposições e 66% delas, ou seja, 108 foram projetos de lei, os quais priorizavam as seguintes áreas: mundo do trabalho (29), previdência (26) e social (25). Isto possibilita enquadrá-lo como um representante do tipo “especialista” com interesse em distribuir benefícios concentradamente a dois grupos: aos trabalhadores e aos aposentados. Algumas de suas matérias legais versavam sobre: 1) a política nacional de salário mínimo, 2) punição àquele empregador que não registrar seu empregado, 3) gratificação natalina na forma de cesta básica, evitando a incidência de tributação, 4) reserva de vagas nas empresas para o trabalhador com mais de 45 anos, 5) elevação para até oito parcelas o seguro-desemprego, 6) justificar falta do trabalhador ao serviço, no dia do seu aniversário de nascimento, 7) redução da jornada de trabalho para 30h/semanais, 8) utilização do saldo do FGTS da conta do trabalhador na sua educação ou de seus dependentes, 9) adicional de periculosidade aos trabalhadores em instituições

psiquiátricas ou assemelhadas, 10) saque dos recursos do FGTS para o trabalhador adquirir o terreno para construção da casa própria, 11) estatuto do idoso.

Outro deputado responsável por um grande número de projetos de lei foi o catarinense Serafim Venzon. O pedetista iniciou 51 projetos de lei e mais de 1/3 deles foi dedicado à área de economia e tributação, os quais tratavam do seguinte: 1) isenção de impostos à indústria moveleira, 2) pagamento integrado de impostos e contribuições das pequenas e microempresas, 3) regulamentação da comercialização do trigo e restrições a importação deste produto, 4) permissão às pessoas físicas e jurídicas, deduzir do imposto de renda doação feita a entidades filantrópicas, 5) isenção de IPI para máquinas e equipamentos agrícolas para uso em agricultura familiar, 6) estabelece valor-limite para abatimento do imposto de renda de gastos com educação. Em que pese o deputado Venzon ter contemplado sistematicamente em suas iniciativas legais o tema econômico-tributário, ele não pode ser rotulado como um parlamentar “especialista”, na medida em que internamente a esta categoria não houve uma especialização da sua parte e nem aparece um segmento como seu foco privilegiado. Do total de 159 projetos de lei protocolados por esses dois deputados, apenas dois foram transformados em norma jurídica (TNJ), ambos de autoria de Paulo Paim. Os seus demais PLs, na maioria, estavam tramitando nas comissões ou foram “apensados”, ou seja, anexados a outros projetos de lei em andamento na Casa legislativa.<sup>99</sup> Destino semelhante tiveram àqueles iniciados pelo deputado Venzon, ou seja, foram “apensados” ou arquivados definitivamente.

Depois de mostrar a panorâmica geral das proposições legislativas quanto à sua ação, parte-se agora para a categorização por assunto. Os números que estão no próximo quadro demonstram que, genericamente, o conjunto dos seis partidos de oposição priorizaram três temas. Em ordem de importância tem-se, em primeiro lugar, a área política, seguida de economia e tributação, e em terceiro lugar a área social. Os três temas juntos somam 2.787 propostas, ou seja, 67,3% da totalidade das matérias legais de autoria dos representantes das oposições, durante a 50<sup>a</sup>

legislatura. Praticamente este também é o mesmo padrão de preferência encontrado em cada uma das seis siglas oposicionistas, algumas pequenas variações internas são encontradas, como são os casos do PT, PCdoB, PPS e PV.

**Quadro 8**  
Distribuição das Proposições x Assunto x Partidos de Oposição  
Câmara dos Deputados - 50<sup>a</sup> Legislatura

<b>Assunto</b>	<b>PT</b>	<b>PDT</b>	<b>PSB</b>	<b>PCdoB</b>	<b>PPS</b>	<b>PV</b>
	N	N	N	N	N	N
Política	2078	1406	328	117	183	36
Economia Tributação	399	125	125	46	88	0
Social	310	165	75	46	12	03
Mundo do Trabalho	254	156	41	27	25	01
Saúde e Previdência	209	115	48	10	29	0
Cultura, Ciência e Tecnologia	190	79	51	12	47	01
Institucional	183	111	20	31	20	0
Administrativo	134	33	20	35	32	0
Infra-estrutura	83	21	23	27	06	02
Ecologia	81	39	13	05	08	11
Questão da Terra	72	43	14	05	10	0
Homenagens	52	17	03	07	20	01
Outros Temas	89	41	26	13	07	0
<b>Total</b>	<b>4139</b>	<b>2354</b>	<b>787</b>	<b>381</b>	<b>486</b>	<b>55</b>
(%)	(100%)	(56,9%)	(19%)	(9,2%)	(11,8%)	(1,3%)

Fonte: Dados brutos - PRODASEN

Mesmo que os partidos apresentem uma certa homogeneidade na escolha de seus temas, isto é, de cada três propostas apresentadas duas versavam sobre política, economia/tributação ou questões sociais, observa-se, entretanto, uma diferença quanto a sua hierarquização interna. Com exceção do PPS, para as demais

<sup>99</sup> O deputado Paim teve ainda, 26 projetos de lei arquivados em definitivo, quatro estavam na Mesa Diretora, três estavam prontos para ordem do dia e um fora remetido ao Senado Federal.

siglas partidárias as questões de cunho político foram prioridade e aparecem em primeiro lugar. Por exemplo, o PT de longe priorizou as questões políticas, quase 60% das suas proposições abordavam este assunto, seguido pelo PDT (41,5%), PCdoB (37,7%) e PSB (30,7%). Depois dessa área, o PT investiu nas proposições de cunho social (7%) e em matérias referente ao mundo do trabalho (6,6%), ficando em quarto lugar a temática econômico-tributária. Entretanto, para os pedetistas e deputados do PCdoB esse tema aparece em segundo lugar, atingindo 15,9% e 18,1% das suas propostas, respectivamente. Já os socialistas, além das questões de cunho político, deram preferência na mesma proporção – 12% cada um - a dois temas: economia e tributação e área social. A produção legal do PPS distinguiu-se um pouco dos demais partidos, sua primazia foram propostas de caráter econômico-tributário (19,7%), seguida de questões administrativas (17%), e em terceiro lugar, a área social (11,8%). Já o PCdoB teve na categoria “cultura, ciência e tecnologia” (9,6%) sua terceira prioridade, onde estão incluídos os projetos referentes a educação, temática que possui importância na produção legal dos deputados comunistas.<sup>100</sup>

Dentro das 2.787 proposições referentes aos três principais assuntos – política, economia/tributação, social - abordados pelos representantes das oposições, optou-se por apresentar, aleatoriamente, alguns exemplos de cada um dos partidos nos referidos temas, independente do tipo de proposição – tanto medidas fiscalizadoras como propositivas. No tocante à temática política predominam as propostas de viés fiscalizador e os exemplos a seguir destacados seguem a mesma tendência<sup>101</sup>: 1) institui Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o sistema financeiro privado. (RCP, autor: Milton Temer – PT/RJ), 2) requerimento ao presidente da Câmara dos Deputados no sentido de que sejam convocados os senhores ministros da Justiça (Nelson Jobim), das Comunicações (Sergio Motta) e da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (José Eduardo A . Vieira), a fim de prestarem esclarecimentos sobre o “mapa

---

<sup>100</sup> Os deputados do PCdoB apresentaram 32 projetos na área educacional.

<sup>101</sup> Em vista do elevado número de proposições categorizadas como “política” chegou-se a pensar em fazer um recorte e analisar tão somente aquelas que fossem de alcance “nacional” e/ou “setorial”, entretanto, elas totalizavam 742 e 236, o que novamente inviabilizava uma análise pormenorizada.

do voto” e a “planilha de cargos” que orienta a distribuição de cargos pelo Poder Executivo, conforme o jornal 'O ESTADO DE SÃO PAULO' (edição de 20/06/1995) e o jornal 'FOLHA DE SÃO PAULO' (edição de 14/06/1995). (RQC, autor: Ivan Valente – PT/SP), 3) solicita informações ao Ministério da Educação e do Desporto (Paulo Renato de Souza) sobre contratos com empresas de vigilância. (RIC, autora: Cidinha Campos – PDT/RJ); 4) requerimento ao presidente da Câmara dos Deputados de convocação do ministro da Justiça (Iris Rezende) para prestar esclarecimentos à Casa sobre iniciativas tomadas pelo Governo diante da crise das polícias brasileiras. (RQC, autor: Ricardo Gomyde – PCdoB/PR), 5) solicita informações ao Ministério dos Transportes (Eliseu Padilha) sobre denúncias pela imprensa de ilicitudes e irregularidades em licitações realizadas pelo DNER. (RIC, autor: Nilson Gibson – PSB/PE), 6) solicita informações ao Ministério de Minas e Energia (Raimundo Mendes Brito) sobre custos de novas turbinas para a Hidrelétrica de Itaipu. (RIC, autor: Augusto Carvalho – PPS/DF), 7) solicita informações ao Ministério das Relações Exteriores (Luiz Felipe Lampreia) sobre a posição diplomática brasileira a respeito da Conferência Internacional para a proibição das minas antipessoais. (RIC, autor: Fernando Gabeira – PV/RJ). A grande maioria dessas proposições teve como destino o arquivamento em definitivo ou foram encaminhadas ao respectivo Ministério, onde o responsável pela pasta ministerial manifestou-se junto ao 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. A partir desta pequena amostra do conteúdo dessas proposições, percebe-se que a categoria “política” é uma espécie de “guarda-chuva” que abarca uma variada gama de temas e que tem na fiscalização dos atos do Poder Executivo um ponto de convergência.

Os exemplos das matérias de caráter econômico-tributária protocoladas pelos partidos opositores seguem um perfil propositivo, diferentemente do que foi encontrado nas proposições de ordem “política”. Dentro dessa categoria tem-se: 1) sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, a adoção de providências no sentido de reduzir os valores do imposto territorial rural (ITR), no Estado da Bahia. (INC, autor: Coriolano Sales – PDT/BA), 2) permite a dedução das despesas de aluguel no cálculo do imposto de renda (IR) (PL, autor: Leonel Pavan –

PDT/SC) , 3) permite deduzir da base de cálculo do imposto de renda os gastos com aluguéis e medicamentos. (PL, autor: Agnelo Queiroz – PCdoB/DF), 4) altera artigos do Código Brasileiro de Aeronáutica, possibilitando que o serviço de transporte aéreo doméstico seja prestado por companhias aéreas estrangeiras. (PL, autor: Ubaldino Júnior – PSB/BA), 5) cria Zona Especial de Produção do Distrito Federal (ZEPRO), estabelece mecanismo para progressiva obtenção da autonomia econômico-financeira do Distrito Federal. (PL, autor: Augusto Carvalho – PPS/DF). À exemplo do que ocorre com a temática “política”, a categoria referente a “economia e tributação” também dá conta de uma diversidade de temas e cujo seu alcance é, majoritariamente, nacional ou regional. Como se constata, tanto nos exemplos destacados como no conjunto das proposições, inexistem matéria de ordem orçamentária, não por omissão dos parlamentares, mas em virtude desta ser uma iniciativa exclusiva do Poder Executivo, conforme determinação constitucional.

As proposições que tratavam da área social tiveram como seus principais autores os parlamentares do PT, PDT, PSB e PPS. Entre elas, identificam-se dois pontos em comum: a) esta é uma categoria que engloba, basicamente, matérias de perfil propositivo, e b) são propostas de abrangência nacional. São elas: 1) dispõe sobre a alteração do parágrafo terceiro do artigo 20 da lei 8742, de 07/12/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, aumentando de  $\frac{1}{4}$  para um salário mínimo o limite de renda *per capita* da família incapaz de prover o sustento dos idosos e portadores de deficiência, objetivando o pagamento do benefício de prestação continuada. (PL, autor: João Fassarella – PT/MG), 2) dispõe sobre o atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). (PL, autor: Enio Bacci – PDT/RS), 3) dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência. (PL, autor: Enio Bacci – PDT/RS)<sup>102</sup>, 4) sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Trabalho, o exame da oportunidade e conveniência de revisão do valor do salário-família. (INC, autor: Gonzaga Patriota – PSB/PE), 5) cria o sistema nacional de proteção às vítimas e testemunhas de infrações penais. (PL, autor: Sergio Arouca – PPS/RJ), 6) acrescenta

o artigo a lei 7716, de 05/01/1989, que define crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Incluindo dentre os crimes de racismo a prática de injúria, calúnia e difamação, utilizando elementos referentes a cor e a raça e fixando a pena de reclusão de um a três anos. (PL – autora: Telma de Souza – PT/SP).

Depois de abordar as duas dimensões das proposições – ação e assunto –, passar-se-á ao último item: abrangência. O próximo quadro traz mais uma informação de crucial importância para se avançar na classificação da produção legal produzida pelos congressistas das oposições de esquerda, completando-se assim, o trio de variáveis que permitem compor a tipologia geral das proposições. Em que pese abordagens na Ciência Política brasileira enfatizando e generalizando o comportamento dos legisladores como “paroquial”, na medida em que os parlamentares são vistos como aqueles interessados em beneficiar-se ou atender pleitos de suas bases eleitorais com vistas a sua reeleição.<sup>102</sup> Os dados levantados a partir da produção legal dos partidos de oposição, apontam em uma direção contrária: seu conjunto de propostas foi eminentemente nacional, isto é, elas atingiram 48% dos seus projetos, enquanto que as medidas de alcance local chegaram a um percentual bem menor (6,8%). O que permite afirmar que o “perfil paroquial” não pode ser generalizado para o conjunto dos parlamentares brasileiros, na medida em que os congressistas de esquerda da 50<sup>a</sup> legislatura, não se enquadram nele.

---

<sup>102</sup> As duas proposição são projetos de lei e foram apresentadas pelo deputado pedetista Enio Bacci em 1997 e chegaram a ser enviadas ao Senado Federal, mas não foram transformadas em norma jurídica.

<sup>103</sup> Refiro-me aqui, especificamente aos autores Barry Ames, Carlos Novaes, Nelson Rojas de Carvalho e Scott Mainwaring, entre outros.

## Quadro 9

## Distribuição das Proposições x Abrangência x Partidos de Oposição

Câmara dos Deputados - 50<sup>a</sup> Legislatura

<b>Abrangência</b>	<b>PT</b>	<b>PDT</b>	<b>PSB</b>	<b>PCdoB</b>	<b>PPS</b>	<b>PV</b>
	N	N	N	N	N	N
Nacional	1979	1133	372	169	245	28
Setorial	804	416	192	74	102	19
Individual	635	376	113	44	77	14
Regional	421	252	63	51	45	06
Local	285	165	47	43	14	09
S/Classificação	15	12	0	0	03	0
<b>Total</b>	<b>4139</b>	<b>2354</b>	<b>787</b>	<b>381</b>	<b>486</b>	<b>76</b>

Fonte: Dados brutos - PRODASEN

No tocante ao item abrangência das proposições, inexistiu qualquer diferença significativa entre os partidos de oposição, ou seja, todas as seis siglas partidárias concentraram seus esforços em propostas de cunho nacional. E em segundo lugar aparecem os projetos de interesse setorial (19,4%), seguido daqueles de abrangência individual (15%). O fato deste último item superar numericamente as proposições de alcance regional e local, pode ser explicado em função de que boa parte das matérias referentes as questões administrativas, institucionais e homenagens, estão incluídas nesta categoria.<sup>104</sup>

Seguindo o que foi feito com as duas dimensões já abordadas, buscar-se-á as propostas de alguns parlamentares para melhor traduzir o que os números estão indicando. As quatro maiores bancadas das oposições dedicaram mais de 40% da sua produção legal às matérias de alcance nacional. Em ordem decrescente tem-se: o PCdoB com 50,4%, PT com 48,1%, PDT com 47,3% e o PSB com 44,3%. Esses quatro partidos foram responsáveis por 97% do conjunto de projetos de abrangência nacional. Iniciando com o Partido dos Trabalhadores, que em números absolutos foi o partido que mais apresentou proposições de abrangência nacional, tem-se os seguintes exemplos: 1) estabelece que o porte de armas de fogo legal será exclusivo

<sup>104</sup> Na categoria administrativa/individual encontram-se, por exemplo, projetos que tratam da alocação ou nomeação de funcionário. Já o item institucional/individual diz respeito, por exemplo, aos

para militares. (PL, autor: Eduardo Jorge – PT/SP)<sup>105</sup>, 2) altera os parágrafos segundo e terceiro do artigo 23 da Lei 8159, de 08/01/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, reduzindo o prazo para o acesso aos documentos sigilosos referentes a segurança da sociedade e do Estado e aos referentes a honra e a imagem das pessoas. (PL, autor: Fernando Ferro – PT/PE), 3) inclui artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a necessidade de realização de referendo para aprovação das propostas de emendas à Constituição para assuntos como quebra de monopólio ou concessão na área de telecomunicações e petróleo. (PEC, autor: Miro Teixeira – PDT/RJ)<sup>106</sup>, 4) acrescenta parágrafo ao artigo 225 da Constituição Federal, vedando a importação e exportação de resíduos perigosos. (PEC, autor: Gervásio Oliveira – PSB/AP), 5) solicita informações a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (ministro Ronaldo Sardenberg) sobre providências adotadas para que o gerenciamento do Projeto SIVAM permaneça sob controle efetivamente nacional. (RIC, autora: Socorro Gomes – PCdoB/PA)<sup>107</sup>

A partir dos dados visualizados nos três quadros acima, reforçada pela amostra dos seus conteúdos, constata-se que o panorama geral do conjunto das proposições legais apresentadas pelos legisladores das oposições de esquerda caracteriza-se por medidas fiscalizadoras, especialmente os requerimentos (RIC) solicitando informações aos membros do Poder Executivo. Assim como, as questões políticas estão entre as suas principais preocupações e sua abrangência é de alcance nacional. Identifica-se ainda, um comportamento legislativo bastante homogêneo entre as siglas partidárias, principalmente no tocante à abrangência e ao assunto. A maior discrepância encontrada foi quanto ao tipo de proposição apresentada, onde

---

encaminhamentos dos parlamentares justificando suas ausências ou solicitando permissão para se afastar, por motivo de saúde ou para viajar.

<sup>105</sup> Este projeto de lei de autoria do deputado Eduardo Jorge, em 2001, estava pronto para entrar na ordem do dia.

<sup>106</sup> Em maio de 1996, a referida matéria foi devolvida ao autor, nos termos do artigo 137, parágrafo primeiro do Regimento Interno. Ou seja, a proposição apresentada pelo deputado Miro Teixeira não estava devidamente formalizada ou era inconstitucional ou anti-regimental ou ainda, fugia à competência da Câmara dos Deputados.

<sup>107</sup> A deputada enviou um outro RIC, com o mesmo teor desse e na mesma data, para o Ministro da Aeronáutica. Ambos os requerimentos de informação foram arquivados em definitivo.

dois grupos claramente foram identificados – fiscalizadores x propositivos, estando enquadrado neste os parlamentares do PDT, PSB e PPS. E naquele primeiro, os representantes do PT e PCdoB.<sup>108</sup>

### 3.2 AS MATÉRIAS FISCALIZADORAS: DECRETOS LEGISLATIVOS (PDC) E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (PFC)

Já foi demonstrado anteriormente que as matérias de conteúdo fiscalizador são maioria dentro do conjunto da produção legal dos parlamentares das oposições. Em função desta pequena vantagem numérica sobre as medidas propositivas, optou-se por focar especificamente dois tipos de proposição, são elas: os projetos de Decreto Legislativo (PDC) e os de Fiscalização e Controle (PFC).<sup>109</sup> Sua escolha está respaldada em dois aspectos: a) de acordo com o Regimento Interno, as duas modalidades são de competência exclusiva do Legislativo e dispensam sanção presidencial, desde que aprovados pelo Congresso Nacional;<sup>110</sup> e b) elas são um instrumento importante de fiscalização do Poder Executivo. Nas palavras de Fabiano dos Santos (2002, p.121), “(...) é através de decretos que são disciplinados os efeitos produzidos durante a vigência de medidas provisórias que perderam eficácia. É também por meio de decretos que se sustam os atos normativos do presidente que exorbitem seu poder de regulamentar”.

Cabe salientar que além dos deputados federais, as comissões e os líderes partidários também podem ser proponentes de projetos de Decreto Legislativo e sua tramitação é a mesma das leis orgânicas, sendo que para aprová-lo é necessário um *quórum* de 257 deputados (50% + 1) e aprovação por maioria simples. Desta forma, em função da sua condição minoritária, os seis partidos de oposição não conseguiram aprovar nenhum projeto de autoria de seus representantes dentre essas duas

---

<sup>108</sup> O PV também pode ser enquadrado dentro do perfil fiscalizador, mas como o partido só tinha um representante, isto pode levar a alguma distorção. Por isto, evitou-se citar o deputado Gabeira ao longo do texto, apesar de sua produção legal ter sido computada com as demais bancadas de oposição.

<sup>109</sup> O artigo 109 do RI da Câmara dos Deputados define a que se destinam os dois projetos citados.

<sup>110</sup> Os artigos 49 e 52 da Constituição Federal de 1988, definem as competências exclusivas do Congresso Nacional e do Senado Federal, respectivamente.

modalidades, ao longo da 50<sup>a</sup> legislatura, em que pese terem apresentado 54 decretos legislativos<sup>111</sup> e 44 PFCs.

Ainda de acordo com o estudo de Fabiano dos Santos (2003, 123), entre os anos de 1995 e 1998 foram aprovados 485 decretos legislativos, assim distribuídos: quatro de autoria de deputados, um proposto por líder partidário e todos os demais PDCs tiveram como proponentes cinco comissões permanentes, do Senado ou da Câmara. Dentre essas, as principais propositoras nesse período foram: a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTIC – Câmara) com 257 projetos, Comissão de Relações Exteriores (CRE – Senado) com 172 PDCs e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN – Câmara) responsável por 48 decretos legislativos. Ao longo do período entre 1986 e 1999, o autor encontrou 1.176 PDCs aprovados, entretanto aqueles de autoria dos deputados foram apenas 38, sem especificar a sua origem – se representantes da oposição ou da situação. O pesquisador conclui que no decorrer desses 14 anos foi possível identificar-se duas fases distintas:

Na primeira, de 1986 até 1988, a CRE e os deputados tomados individualmente eram os principais responsáveis pelas iniciativas de decretos. De 1989 em diante, a CCTIC passa a ser, junto com a CRE, a fonte primordial desses diplomas, perdendo os deputados a condição de principais proponentes. (2002, 122)

Voltando-se à 50<sup>a</sup> legislatura e tomando-se como objeto de análise, especificamente os 47 decretos legislativos (PDC) de autoria dos deputados federais, tem-se que: 29 eram de autoria dos congressistas do PT, 10 dos deputados do PCdoB, três do PDT, três dos deputados socialistas, um do PPS e um do deputado do PV. Esse tipo de matéria segue rigorosamente a mesma tipologia geral das proposições, isto é, a temática dominante é “política” (20) e sua abrangência é majoritariamente de alcance nacional (31). Também são temas freqüentes

---

<sup>111</sup> Destes 54 projetos de decreto legislativo, 47 foram apresentados pelos deputados e sete pelos senadores da oposição, assim distribuídos: cinco do PT (três do José Eduardo Dutra e dois do Eduardo Suplicy), um do pedetista Ernandes Amorim e um do senador do PPS, Roberto Freire. No Senado Federal os decretos legislativos tem como sigla PDS e na Câmara é PDC.

economia/tributação (9), saúde/previdência (4) e mundo do trabalho (4). Fazendo-se o cruzamento das variáveis – tipo de proposição x partido x assunto x abrangência – constata-se que entre os petistas predominam os decretos legislativos de cunho político-nacional e entre o PCdoB destacam-se os PDCs que tratam de economia/tributação-nacional.<sup>112</sup>

Já os 44 PFCs tiveram a seguinte distribuição: 26 originários do PT, nove do PCdoB, cinco do PPS, dois do PTD, um do PSB e um do PV. À exemplo do perfil dos decretos legislativos, também nesta modalidade legal a categoria “política” foi o assunto mais freqüente (31), já no item abrangência divide-se entre nacional (15) e setorial (13). Levando-se em consideração esta distribuição ou o cruzamento entre variáveis, conforme citado no parágrafo anterior, constata-se quase o mesmo perfil entre as duas modalidades. Será em torno dos conteúdos mais freqüentes – “política” (51), “economia/tributação” (17), “mundo do trabalho” (5), “saúde/previdência” (4) “- que recairá a análise dos decretos legislativos e dos projetos de fiscalização e controle.

Observando-se internamente os dois tipos de proposições – PDC e PFC – constata-se que, em nenhuma das quatro categorias citadas acima, existia um tema unificador em torno do qual todas as siglas de oposição gravitavam. Entretanto, identifica-se claramente duas convergências dos partidos opositoristas: através dos decretos legislativos eles contestavam politicamente as ações governamentais e buscavam barrar seus efeitos legais. Por exemplo, os deputados sistematicamente atuavam com o intuito de suspender atos do Poder Executivo, tais como decretos, portarias e atos normativos. Já os PFCs eram a modalidade legal através da qual as oposições implementavam suas ações fiscalizadoras, especialmente direcionadas para a probidade na gestão pública. É em torno desta preocupação comum que os deputados legislaram e exerceram sua função de fiscalização. Em uma escala bem menor, os parlamentares também tiveram um papel propositivo, este tipo de atuação apareceu quando eles protocolavam projetos de decreto legislativo que visavam, por

---

<sup>112</sup> Nos apêndices D e E encontram-se os quadros que permitem visualizar os dados completos, a partir

exemplo, a divisão geográfica-administrativa do país, ou seja, a criação de novos Territórios ou Estados.

Voltando-se ao primeiro item, percebe-se que ao desdobrar a categoria “política” é possível identificar assuntos recorrentes, como por exemplo, propostas que versavam sobre privatização, reforma agrária, projeto SIVAM, PETROBRAS. Quando o assunto é “saúde/previdência” o ponto de convergência eram as matérias previdenciárias, especialmente aquelas que regulavam as aposentadorias do INSS. Já nas outras duas categorizações – economia/tributação e mundo do trabalho – encontram-se proposições dispersas entre vários assuntos. A partir de um duplo recorte será exemplificado como isto ocorre: primeiramente abordar-se-á o conjunto de proposições que visavam confrontar as ações do Governo Federal, e posteriormente, o bloco de propostas em que o objetivo era a fiscalização do Poder Executivo.

Iniciando pela primeira ação – confrontar o Governo - o item privatização serve bem para demonstrar este objetivo. A reforma do Estado já fazia parte da agenda política brasileira desde a campanha presidencial de 1989, sendo deflagrada por Collor de Mello quando assumiu a Presidência da República e aprofundada no Governo Fernando Henrique. Estudos recentes sobre este tema fazem uma longa discussão sobre o papel desempenhado pelo Executivo e pelo Congresso Nacional, ora este é visto como um entrave ao processo privatista ora é apontado como um agente que teve pouca ou nenhuma participação nas transformações da esfera estatal. Independente dessas duas percepções diametralmente opostas sobre o papel do Congresso Nacional, elas apontam para um consenso entre os cientistas políticos brasileiros: há concordância entre os pesquisadores em torno da idéia de que o Poder Executivo foi o mentor do modelo de privatização e o responsável pela sua implementação. Nas palavras de Almeida e Moya (1997, p.120), “se é verdade que o Executivo é o responsável pela concepção do modelo de privatização em curso, bem

como pela iniciativa de levá-lo à prática, é certo também que o Congresso influenciou no desenho da fisionomia que veio a assumir”.

A afirmação acima aponta para o papel inconteste do Poder Executivo no processo de privatização, ao qual deve ser atribuído, em grande parte, aos poderes legislativos da Presidência da República, e que no Brasil são bastante elevados.<sup>113</sup> Sem querer entrar nessa discussão, o que interessa reter aqui é a forma como as privatizações das empresas públicas foram tratadas pela ótica dos partidos oposicionistas, mais especificamente através de suas iniciativas legais dentro do Congresso Nacional.

O programa nacional de desestatização implementado pelo Governo Federal sofreu contestações dos representantes das oposições a partir de duas importantes “trincheiras”, na sua produção legal e na tribuna, esta última objeto de análise nos próximos capítulos. Já no ano de 1995, a deputada do PCdoB, Socorro Gomes, encaminhou duas proposições legislativas – um PDC e um PFC<sup>114</sup> – que visavam excluir a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) da lista de empresas públicas a serem privatizadas. No ano seguinte, 1996, novamente a Vale do Rio Doce foi objeto de preocupação, dessa vez do petista Luiz Gushiken, que também protocolou um decreto legislativo objetivando impedir a venda da estatal. O deputado Luiz Mainardi (PT), em 1995, tentou sustar a ação do Poder Executivo que incluía o Banco Meridional no rol das estatais a serem transferidas para a iniciativa privada. A ação legislativa desses três representantes não logrou sucesso e as duas estatais foram a leilão, passando às mãos do capital privado.

---

<sup>113</sup> A referência aqui é o artigo de Carey e Shugart, intitulado *Poder de Decreto: chamando os tanques ou usando a caneta*, publicado na **RBCS**, v. 13, n.37, junho/1998, pp. 149-184, o qual tratava sobre os poderes legislativos e não-legislativos da Presidência em países presidencialistas. Os autores construíram um índice e o aplicaram em 35 países. Eles apontam o caso brasileiro com um índice bastante elevado de poderes legislativos da Presidência, ficando atrás somente do Chile, sob a vigência da Constituição de 1969.

<sup>114</sup> A ementa do PFC de autoria da deputada Socorro Gomes era a seguinte: “propõe que a Comissão de Economia, Indústria e Comércio fiscalize os atos do Poder Executivo no que concerne a execução do Programa Nacional de Desestatização especificamente no caso da Companhia Vale do Rio Doce.

A segunda temática com certa recorrência dentro da categoria “política” é a reforma agrária. A estrutura fundiária do país é um tema nevrálgico na política brasileira, onde tradicionalmente os campos ideológicos – direita x esquerda – se degladiam: a primeira defendendo o *status quo*, enquanto os representantes da segunda advogam mudanças neste quadro. Para os deputados opositores, Arlindo Chinaglia e Padre Roque, esta temática não passou despercebida e em duas ocasiões eles confrontaram a ação governista no tocante à reforma agrária.<sup>115</sup> Também o deputado petista, Gilney Viana, encaminhou medida legal para sustar um decreto do Poder Executivo que tratava da demarcação de terras indígenas.<sup>116</sup>

Outro assunto que provocou ação legislativa dos deputados foi em torno da normatização, por parte da Presidência da República, do direito de greve do servidor público federal.<sup>117</sup> Este decreto foi contestado pelos deputados do PT, Ana Júlia e Jacques Wagner, e pelo senador José Eduardo Dutra. Nenhuma das tentativas conseguiu sustar os efeitos da medida presidencial. Os deputados também protocolaram decretos legislativos com vistas a confrontar medidas governamentais em diversas áreas, por exemplo, Luciano Zica/PT tentou suspender os efeitos legais do decreto presidencial que permitiu a cisão de Furnas, a parlamentar Ana Júlia/PT questionou o índice de aumento das tarifas da ELETRONORTE, autorizado pelo DNAEE, e os deputados Fernando Ferro e Jacques Wagner, ambos do PT, contestaram duas propostas originárias do Poder Executivo referentes ao setor de Comunicações. O deputado Ferro saiu em defesa da radiodifusão comunitária, tentando evitar a cobrança de taxas dessas emissoras e excluindo a limitação da sua antena transmissora.<sup>118</sup> Já o deputado Wagner preocupou-se em suspender a permissão de exploração de televisão por assinatura via satélite, especificamente a TVA.<sup>119</sup>

---

<sup>115</sup> O Decreto de número 2250, de 11/06/1997, de autoria do Poder Executivo visava normatizar a vistoria em imóveis rurais para fins da reforma agrária.

<sup>116</sup> O Decreto 1775, de 8/01/1996, estabelecia as normas para sua demarcação.

<sup>117</sup> Referente ao Decreto 1480, de 3/05/1995.

<sup>118</sup> O Decreto 2615, de 03/07/1998, limitava a um raio de até mil metros a cobertura da antena transmissora da radiodifusão comunitária.

<sup>119</sup> O Ministro das Comunicações editou as portarias 87/96, 88/96 e 89/96 outorgando permissões para exploração do serviço de tv por assinatura via satélite.

Independente dos parlamentares não terem obtido um resultado efetivo na suspensão dos atos do Poder Executivo, pois na sua grande maioria essas ações foram arquivadas, elas serviam para atingir um objetivo bem específico: estabelecer uma linha demarcatória entre os campos da oposição e da situação, e assim marcar sua diferença político-ideológica em relação ao Governo Federal. Através das medidas legais acima destacadas, os deputados oposicionistas visavam confrontar os atos da Presidência da República. As proposições a seguir apresentadas, tinham como ponto comum fiscalizar a atuação do Governo Federal, cobrando probidade na gestão pública ou denunciando a sua falta.

O assunto que desperta grande suspeita por parte dos parlamentares refere-se ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o qual foi objeto de denúncia dos deputados Arlindo Chinaglia (PT), Fernando Gabeira (PV), Aldo Arantes e Socorro Gomes, ambos do PCdoB. Eles contestavam, especialmente, a lisura na licitação para a compra dos equipamentos para o referido projeto. Com exceção da proposta de fiscalização e controle do deputado Gabeira, que teve parecer favorável do relator na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMM)<sup>120</sup>, as demais iniciativas legislativas foram arquivadas. Mesmo assim o “projeto SIVAM” foi objeto de investigação de uma CPI, e em função das denúncias levantadas e da sua repercussão junto à opinião pública, o presidente Fernando Henrique viu-se forçado a afastar o general responsável pelo referido projeto.

Além do projeto “SIVAM”, o Governo Fernando Henrique esteve constantemente, ao longo da 50<sup>a</sup> legislatura, sob a mira fiscalizadora dos parlamentares das oposições. Freqüentemente os membros das oposições solicitavam ao TCU a realização de auditorias em órgãos ligados ao Poder Executivo,

---

<sup>120</sup> No final de maio de 1995, o PFC de autoria do deputado Gabeiro foi analisado pela CDCMAM – Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente, que aprovou, com alterações o parecer do relator, deputado LUCIANO PIZZATTO, nos seguintes termos “Expressando sua convicção de que o SIVAM mereça uma permanente discussão, fiscalização e controle por parte da Câmara dos Deputados, visando ao seu constante aprimoramento, e que o contrato para sua execução só deva ser firmado com a mais ampla garantia do rigoroso cumprimento da legislação em vigor, em especial no que respeita ao cumprimento de todas as obrigações tributárias por parte das duas empresas selecionadas -

por exemplo: 1) o acordo internacional do gasoduto Brasil/Bolívia (Luciano Zica/PT), 2) auditoria contábil, financeira e operacional no Ministério da Agricultura, especificamente o Departamento Nacional de Cooperativismo era motivo de suspeição (Padre Roque/PT), 3) auditoria contábil e financeira nas contas do INSS (Paulo Paim/PT)<sup>121</sup>, 4) auditoria na execução orçamentária, por descumprimento da LDO (Paulo Bernardo/PT)<sup>122</sup>, 5) auditoria na Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), referente ao período de 1989 até 1996 (João Coser/PT), 6) fiscalização da execução do contrato firmado entre a PETROBRAS e a empresa SERTEP S/A e fiscalização pela CFFC do contrato de associação entre PETROBRAS e a OPP PETROQUIMICA – empresa do GRUPO ODEBRECHT – para a constituição da Companhia Nacional de Produtos Petroquímicos (CNPP), em Paulínea/SP, por motivo de formação de monopólio (Inácio Arruda/PCdoB), 7) auditoria na aplicação dos recursos do SUS pela Prefeitura de Beberibe/CE (Inácio Arruda/PCdoB)<sup>123</sup>, 8) auditoria junto ao Banco Central sobre o uso irregular das chamadas contas CC-5 (Arlindo Chinaglia/PT), 9) auditoria no empreendimento habitacional “Vila União”, em Campinas/SP, por suspeita de mau uso dos recursos públicos, oriundos do FGTS (Luciano Zica/SP), 10) fiscalização dos procedimentos da direção do BASA – Banco da Amazônia – acerca da contratação de uma fundação privada, a qual era responsável por reestruturar o referido banco público (Geraldo Pastana/PT), 11) apurar denúncias veiculadas na imprensa – jornal Correio Braziliense – sobre possíveis irregularidades na gestão do Banco do Brasil (José Pimentel/PT), 12) auditoria junto ao Ministério dos Transportes e demais órgãos governamentais envolvidos na construção da ponte sobre o rio Pelotas, no município de Barracão/RS, na BR-470;(Waldomiro Fioravante/PT), 13) auditoria especial na execução orçamentária e financeira do Fundo Social de Emergência, referente ao exercício de 1995 (Augusto de Carvalho/PPS), 14) auditoria especial junto ao SESI/SP, por

---

RAYTHEON e ESCA, contra o voto em separado do deputado Ivan Valente”. DCD 22 11 96 PAG 6182 COL 02.

<sup>121</sup> O deputado Paim encaminhou três PFCs tratando do mesmo assunto. Cada uma delas direcionada a agentes diferenciados: TCU, Comissão de Seguridade Social e Família e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Todas elas foram arquivadas ao final da 50ª legislatura.

<sup>122</sup> Esta PFC foi transformada em requerimento de informação (RIC).

<sup>123</sup> Em 25/06/1998, foi lido e publicado o parecer favorável da CFFC, transformando a PFC em requerimento.

suspeita de utilização indevida de recursos orçamentários da entidade em campanha política (Aldo Rebelo/PCdoB)<sup>124</sup>, 15) auditoria especial junto ao Banco do Brasil em função do pedido de financiamento a esta instituição pela empresa MULTIPAO (Augusto Carvalho/PPS)<sup>125</sup>, 16) auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Fundação Hospitalar do Distrito Federal em função de despesas realizadas por esta instituição (Augusto Carvalho/(PPS).

Além desta lista de solicitações ao TCU, seguidamente era encaminhado às Comissões Permanentes da Câmara, em especial a de Fiscalização Financeira e de Controle (CFFC) e a de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMM), pedidos de providências pelos deputados da oposição, versando sobre: 1) fiscalização dos Ministérios da Cultura e das Comunicações e da TELEBRAS em função da denúncia veiculada pelo jornal “O Globo”, em 21/09/1997, em que esses órgãos estariam envolvidos em esquema fraudulento de repasse de verbas públicas federais para a Prefeitura de Florianópolis/SC (Ricardo Gomyde/PCdoB), 2) fiscalização da atuação do Executivo Federal no controle das queimadas na região amazônica e do incêndio florestal em Roraima (Socorro Gomes/PCdoB), 3) auditoria contábil do PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Luiz Eduardo Greenhalgh/PT), 4) esclarecimento por parte do Ministério dos Transportes sobre recursos destinados à fiscalização das concessões de rodovias federais (João Fassarella/PT), 5) investigação de denúncias de malversação de verbas federais no Departamento Nacional de Combustíveis – MME (Augusto Carvalho/PPS), 6) apuração de responsabilidade do Ministro da Previdência e Assistência Social, pelo cadastramento como entidade filantrópica da SESNI (SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU), de propriedade da família do ex-deputado federal FABIO RAUNHEITTI, cassado por corrupção na “CPI do Orçamento”, em 1993; (Cidinha Campos/PDT), 7) apuração de responsabilidade do Ministro da Saúde pelo credenciamento do Hospital-Escola São José, também denunciado na “CPI do

---

<sup>124</sup> Havia suspeita por parte do deputado Rebelo que o diretor regional do SESI/SP havia se beneficiado na sua campanha para deputado federal usando indevidamente recursos orçamentários da entidade.

<sup>125</sup> 25 06 1998 (CD) PLEN – PLENARIO – Leitura e publicação do parecer da CFFC pela aprovação, na forma de requerimento. PFC 16-A/95.

Orçamento” por envolvimento em corrupção (Cidinha Campos/PDT), 8) CFFC exerça, com o auxílio do TCU, inspeção extraordinária no Hospital Central do Exército(Alexandre Cardoso/PSB), 9) fiscalização do Programa de zoneamento econômico-ecológico da Amazônia Legal, sob responsabilidade da Secretaria de Assuntos Estratégico (SAE) (Ivan Valente/PT), 10) fiscalização do Banco Central e dos administradores do Fundos de Investimento 157 (Ivan Valente/PT), 11) examinar as ações do presidente do Banco do Nordeste do Brasil e demais gestores, sobre a repactuação da dívida da VICATEX S/A junto ao referido Banco, conforme denúncia do sindicato dos bancários e da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste - AFBNB (Inácio Arruda/PCdoB). Como pode se constatar a partir da extensa listagem anterior, as proposições legais iniciadas pelos parlamentares das oposições, giram em torno de um ponto comum: a denúncia de malversação das verbas públicas em diversos órgãos federais.

Mesmo que a probidade na administração pública concentrasse boa parte das iniciativas legais, especificamente nas modalidades decretos legislativos e propostas de fiscalização e controle, os deputados opositoristas não deixaram de legislar com o intuito de regular a esfera privada. Por exemplo, o deputado petista Gilney Viana apresentou uma PFC com o objetivo de coibir e punir práticas abusivas praticadas pelos estabelecimentos de ensino privado, quando do reajuste das mensalidades escolares. Também o deputado José Fortunatti (PT), em duas ocasiões (1995 e 1997) solicitou que a CFFC apurasse denúncias sobre a política de preços praticada pela Petroquímica Triunfo.

Os trabalhadores, em atividade ou inativos, também foram objeto de matéria legal proposta pelos deputados das oposições. Em duas proposições o foco foi o “Programa de Desligamento Voluntário”(PDV) do Banco do Brasil: ora suspendendo-o (Augusto Carvalho/PPS), ora fixando prazo para o empregado do Banco do Brasil poder aderir ao PDV (Severiano Alves/PDT). Além deste grupo, os deputados do PCdoB, Inácio Arruda e Agnelo Queiroz, legislaram sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, sobre a não autorização da abertura do

comércio aos domingos e sobre os critérios de fiscalização das condições de trabalho, conforme convenções internacionais. Jacques Wagner/PT, também pleiteou junto a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a fiscalização do trâmite de registros de trabalhadores estrangeiros no Brasil.

Já os aposentados tiveram em Miguel Rosseto e em Paulo Paim, ambos do PT, defensores de seus interesses, na medida em que esses parlamentares contrapunham-se às ações implementadas pelo Poder Executivo, com vistas a resguardá-los de eventuais medidas prejudiciais, por exemplo: 1) assegura aos empregados que obtiveram o benefício da aposentadoria sob a vigência das regras (editadas em 1991 e reformuladas em 1996), todos os direitos trabalhistas decorrentes do vínculo empregatício existente até então, 2) susta o dispositivo da Medida Provisória de 13/10/1996, que estabelece que o ato da concessão de benefício de aposentadoria importa em extinção do vínculo empregatício, 3) regulamenta a classificação dos produtos ou agentes nocivos à saúde do trabalhador com vistas ao direito de aposentadoria especial. O conteúdo dessas propostas demonstram que sua preocupação com os trabalhadores desdobra-se em duas direções: de um lado, a defesa de interesses mais gerais, e de outro, a preservação de direitos de categorias profissionais específicas, tais como bancários, especialmente do Banco do Brasil, e comerciários.

Na análise do processo de proposição de leis, verificou-se que essas iniciativas dos parlamentares foram instrumentos fundamentais no desempenho da sua função de oposição, traduzida especialmente na fiscalização dos atos do Poder Executivo. Isto ocorreu principalmente através dos requerimentos de informação (RIC), decretos legislativos (PDC) e projetos de fiscalização e controle (PFC). Estas duas últimas modalidades tiveram seus conteúdos analisados mais detalhadamente. O perfil encontrado nestes dois tipos de proposição segue rigorosamente àquele encontrado no panorama geral das propostas, ou seja, eram matérias que priorizavam a categoria política e tinham alcance nacional. Internamente à temática política encontrou-se como ponto de convergência a preocupação com a probidade no trato da coisa

pública. O que permite afirmar que a atuação dos representantes das oposições, no que tange ao assunto e a abrangência, teve mais proximidade e homogeneidade do que distanciamento. Quanto ao público-alvo dos congressistas – para quem e em nome de quem eles legislavam, identificou-se que os representantes do PT e do PCdoB tendem a ser mais especialistas, abordando temas referentes ao “mundo do trabalho”, enquanto que os deputados das demais siglas – PDT, PPS, PSB e PV – tendem a ser mais generalistas. Em função deste perfil, os parlamentares petistas e comunistas sobressaem-se como defensores dos interesses da classe trabalhadora, buscando distribuir benefícios concentradamente; enquanto que PDT, PPS, PSB e PV, formularam propostas que visavam distribuir benefícios dispersos.

#### 4 A DESCONSTRUÇÃO DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE

Neste capítulo buscar-se-á analisar os pronunciamentos dos deputados opositoristas, no tocante a sua caracterização do Governo Fernando Henrique, quando de suas manifestações no Grande Expediente. Durante os quatro anos da 50<sup>a</sup> legislatura, os parlamentares abordaram uma variada gama de temas, sendo que a maior concentração (1/3) foi em torno da área política, seguido das matérias pertinentes ao mundo do trabalho, e posteriormente, saúde e previdência.<sup>126</sup> Internamente à categoria “política”, os assuntos que mais mobilizaram os representantes das oposições foram: a) reformas constitucionais, b) quebra dos monopólios estatais, c) programa de desestatização/privatizações e d) suspeitas de fraude e corrupção. A partir deste conjunto temático, percebe-se que nas suas falas preponderavam os assuntos eminentemente nacionais, aos quais foram dedicados quase 40%, a seguir, com uma frequência menor, em torno de 30%, aparecem as manifestações abordando temas de abrangência setorial. O último item acima citado - suspeitas de fraude e corrupção - está diretamente relacionado ao objetivo central do presente capítulo: analisar a maneira através da qual os deputados das esquerdas caracterizaram o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique. Ou em outras palavras, a forma como os opositoristas (des)construíram o seu 1º Governo.

Através de seus pronunciamentos na tribuna, observa-se que o discurso das oposições, no período estudado, estava permeado pelo que Laclau e Mouffe (1985) denominaram de “lógica do antagonismo”<sup>127</sup>, isto é, os deputados desses partidos

---

<sup>126</sup> A categorização dos pronunciamentos seguiu a mesma tipologia adotada para o enquadramento da produção legal, conforme foi visto no capítulo anterior. As 12 categorias estabelecidas foram: 1) política, 2) mundo do trabalho, 3) saúde e previdência, 4) social, 5) cultura, C & T, 6) economia e tributação, 7) institucional, 8) administrativa, 9) infra-estrutura, 10) ecologia, 11) questão da terra, 12) homenagens. Os 600 pronunciamentos proferidos pelos deputados estavam distribuídos entre essas categorias da seguinte forma: 200 falas enquadravam-se na categoria 1, outras 200 referentes aos itens 2 e 3, e as demais 200 manifestações estavam dispersas entre as restantes nove categorizações (do 4 ao 12).

<sup>127</sup> Para Laclau e Mouffe (1985) este conceito deve ser entendido como “aquele onde a realidade de um dos pólos é simplesmente a negação do outro”. Por exemplo, ao imaginarmos dois sujeitos em uma

demarcaram um espaço político cuja a linha divisória estabeleceu dois campos políticos muito distintos: nós/oposição x eles/Governo. Suas manifestações discursivas foram reveladoras de sua estratégia política: a opção por uma atuação denunciante e fiscalizadora dos atos do Poder Executivo. Tendo como foco constante de suas críticas as propostas e projetos governamentais, as quais serviram para manter seu distanciamento do Governo federal, e simultaneamente, reafirmar sua postura político-ideológica.

Tal oposicionismo não foi identificado apenas nas falas dos deputados, mas também nas suas declarações de voto quando das votações em plenário. Por exemplo, ao analisar o apoio partidário ao Governo Fernando Henrique, durante o primeiro mandato, Nicolau (2000, p. 721) afirma que “o PT aparece como o mais oposicionista (2,9%), seguido do PCdoB (6,3%), PSB (8,5%) e PDT (10,0%)”.<sup>128</sup> Os percentuais entre parênteses indicam o quanto houve de adesão dessas siglas ao bloco governista, variando de 3% a 10% da bancada o índice de colaboração com o Governo. Entretanto, se por um lado, esses partidos fizeram sistematicamente oposição, por outro lado, sempre que foi preciso, os deputados oposicionistas souberam dialogar e negociar com as demais agremiações partidárias, conseguindo assim que proposições de sua autoria fossem aprovadas. Esse processo de negociação resultou, por exemplo, na aprovação de 37 propostas legislativas deste grupo, ao longo da 50<sup>a</sup> legislatura, em que pese sua condição de minoria.<sup>129</sup>

Sistematicamente, ao longo dos anos de 1995 à 1999, os parlamentares do bloco das esquerdas subiram à tribuna e dedicaram-se a avaliar criticamente o Governo Fernando Henrique, tais manifestações foram mais freqüentes no primeiro e

---

relação de antagonismo, A x B, A impede que B se constitua plenamente, daí a relação de antagonismo. Se A destrói B, o antagonismo deixa de existir, neste momento dá-se a ruptura.

<sup>128</sup> No seu artigo intitulado “*Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998)*”, In: **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.43, 2000, pp.709-735, Nicolau construiu uma “escala do grau de oposicionismo”. Esta variava de 0 a 100, onde quanto mais perto de zero, maior era a oposição ao Governo e quanto mais afastado deste ponto e próximo de 100, maior era a adesão e apoio ao Governo. Os partidos mais situacionistas foram: PFL (77,5%), PSDB (77,3%) e PTB (70,4%).

no terceiro anos da legislatura, isto é, 1995 e 1997, respectivamente. Como será visto a seguir, as oposições elegeram alguns pontos no desempenho governamental, sendo em torno deles que suas análises se detiveram, entre eles destacam-se como objeto de crítica: a) as ações do Governo: caminhos da economia e seus programas sociais; b) a ingerência do Executivo no Legislativo, em especial sua maneira autoritária de relacionar-se com o Congresso Nacional, e c) os escândalos envolvendo o Governo FHC, principalmente as suspeitas de fraude e malversação de verbas públicas federais. Cada um desses itens corresponde a subdivisão interna do presente capítulo.

#### 4.1 AÇÕES GOVERNAMENTAIS: CAMINHOS DA ECONOMIA E PROJETOS SOCIAIS

Em março de 1995, dois meses após a posse de Fernando Henrique na Presidência da República, os partidos de oposição já confrontavam o seu Governo, indicando que o país estava em crise. Este foi o teor, principalmente, dos pronunciamentos de deputados tanto do PT como do PCdoB. Basicamente este diagnóstico estava ancorado em um episódio externo - o “efeito México” - e outro interno, as medidas econômicas implementadas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, com vistas a fazer adequações ao cenário econômico pós-crise mexicana. O conjunto dessas medidas foi chamado por alguns membros das oposições de “Plano Real II”.

As falas mais emblemáticas, a seguir reproduzidas, sobre a “situação de crise” vivida pelo país tiveram como autores os parlamentares Sérgio Miranda (PCdoB) e Ivan Valente (PT). Iniciando pela manifestação deste último, já no dia 11 de março de 1995, o petista identificava uma “grave crise”, cujo o foco localizava-se nas esferas econômica e política. Para caracterizar este último item, o parlamentar apontava dois fatos recentes: 1) a renúncia do presidente do PSDB, e 2) a ampliação da base de

---

<sup>129</sup> O PT conseguiu aprovar 24 projetos, o PCdoB aprovou seis proposições, PDT e PSB aprovaram, cada um, três propostas legislativas e o PPS foi bem-sucedido em uma matéria legal. No Apêndice F

sustentação parlamentar do Governo. Quanto a este segundo ponto, o Executivo empreendeu um grande esforço para garantir-lhe uma maioria absoluta das cadeiras na Câmara dos Deputados (56,4%), atraindo para a coalizão governista, logo no início do mandato, o PMDB. Por conta da sua adesão, este partido assumiu dois Ministérios - Transportes e Justiça.<sup>130 131</sup> Entretanto, a articulação desta maioria foi rotulada pela oposição como “fisiológica”, pois segundo seus partidários, ela foi obtida na base da troca de cargos por votos em plenário.

O outro ponto foi a preocupação do parlamentar em descrever a gravidade da situação econômica do país, relacionando-a ao comprometimento do principal pilar do Governo Fernando Henrique, o “Plano Real”, bem como aos efeitos negativos da “crise asiática” sobre as economias de países periféricos, tal como Argentina, México e Brasil. O elemento “crise” adquire um sentido especial na manifestação do deputado do PT, ele representa a falência do “modelo neoliberal” e simultaneamente, estão criadas as pré-condições para o Governo implementar o programa de desestatização. No seu entendimento, o Governo vê como saída para a “crise” e manutenção das conquistas do seu plano econômico a via da privatização. Eis a fala do representante do Partido dos Trabalhadores:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, os meios de comunicação — televisão, rádio e jornais — deixam claro que o Governo enfrenta três grandes questões que mostram a gravidade da crise instalada. A primeira diz respeito às dificuldades do Governo em controlar as turbulências que ameaçam a sua criatura, o Real. A segunda refere-se às dificuldades encontradas pelo Governo para comprovar que a situação vivida pelo México e pela Argentina e o modelo neoliberal nada têm a ver com a situação econômica do Brasil e com o Plano Real. E a terceira questão envolve a renúncia do Presidente do PSDB, fato que deixa absolutamente clara a crise instalada no seio do próprio Governo, devido a sua incapacidade de administrar o resultado de uma aliança fisiológica, clientelista, que gera uma série de insatisfações. Os jornais não dizem exatamente quantos bilhões de dólares, mas nos três últimos

---

estão listadas as 37 TNJ de autoria das oposições.

<sup>130</sup> Figueiredo e Limongi (1999b) definem “coalizão de governo eleitoral” como aquela que se estabeleceu na fase da campanha eleitoral, neste caso, PSDB/PFL/PTB, e “coalizão ampliada” como sendo aquela que foi construída posteriormente, com vistas a garantir maioria qualificada no Congresso Nacional (3/5 dos votos).

<sup>131</sup> Somente em 1996, com a adesão formal do PPB é que o Governo Fernando Henrique obteve os 3/5 da Câmara, garantindo assim o patamar necessário para a aprovação das reformas constitucionais.

dias é possível que cinco bilhões de dólares das reservas cambiais brasileiras tenham sido queimados. Enquanto isso, vemos na televisão e na imprensa as medidas do Governo, que desviam verbas da Previdência para o Tesouro, dizendo que a Previdência está quebrada, (...) O Governo mente, os números mentem. O Governo faz política e ideologia com os números que estão aí. (...) A venda do patrimônio público frente a essa evasão que está havendo de bilhões de dólares e a queima de dólares no mercado mostram claramente a crise do modelo que aí está, o modelo neoliberal da exclusão social, da miséria e da transformação dos países ditos emergentes em países periféricos do capitalismo. O Governo deve uma explicação à Nação e uma mudança de rumos dessa política suicida. O Brasil não pode ser o México e nem a Argentina. (11/03/1995)

Como já foi salientado, a “situação do país” não foi uma preocupação apenas do deputado Ivan Valente, um mês após proferir o pronunciamento acima destacado, também o representante do PCdoB, Sérgio Miranda, abordou o mesmo tema e criticou a conduta do presidente Fernando Henrique frente a ela. Ambos os parlamentares atribuíam a origem da crise à adesão ao projeto neoliberal. Ou seja, foi o neoliberalismo, “excludente e promotor da miséria”, que levou o México e a Argentina à crise, e também abalou a estrutura econômica brasileira. A crise no país refletia uma opção política equivocada e que fracassou tanto aqui, como, em geral, na América Latina. Como entender a responsabilidade atribuída ao presidente, se a opção neoliberal foi anterior a sua eleição? A explicação deve ser buscada retrocedendo-se no tempo: em 1994 Fernando Henrique era o Ministro da Fazenda, sendo um dos responsáveis pela implementação do “Plano Real” e beneficiou-se politicamente do seu sucesso. Além disso, os partidos de oposição apontavam que o presidente da República, logo depois de sua posse, deveria ter reorientado sua política econômica e desta forma teria minimizado a crise que já se avizinhava, mas não o fez.

Para agravar o início do mandato de Fernando Henrique, o bloco oposicionista apontava que o seu Governo enfrentava problemas com seus partidos aliados e também dava sinais de perda de apoio popular, apesar da sua expressiva vitória eleitoral conquistada, em primeiro turno, “com o amplo apoio da imprensa, do poder

econômico, dos partidos políticos majoritários”. A seguir reproduz-se a primeira parte da manifestação do deputado Miranda, ocorrida no dia 8 de Abril de 1995:

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, os brasileiros, não somente os que têm um mínimo de informação, (...) querem saber claramente o que está havendo com o atual Governo. O Sr. Fernando Henrique Cardoso foi eleito numa campanha arrasadora. (...) O Governo hoje enfrenta a instabilidade na sua base política, a insatisfação popular e o reconhecimento, por parte dos que observam a cena econômica e política, de uma seqüência de trapalhadas.

Sras e Srs. Deputados, para responder a essa pergunta procuro analisar a trajetória recente do País e do mundo. Este Governo tão poderoso, que tratou os adversários de forma arrogante, que se considerava o senhor e o dono da verdade, entre a sua eleição e os dias de hoje encontrou uma pedra no meio do caminho, (...) Qual era essa pedra? Era a crise do México, que mostrou, de forma indubitável, que o chamado ajuste neoliberal, para a área de influência americana, fracassou. (...) Inicialmente, a atitude do Governo com relação a essa questão foi de desleixo. Mesmo sabendo que seu programa estava profundamente afetado, tratou com desdém aqueles que procuravam fazer uma análise mais global da situação do País, não lhes dando nenhum crédito. Fernando Henrique Cardoso é obrigado a reconhecer, como revelam artigos de grandes revistas, que o mundo mudou. O mundo havia mudado no final do ano passado, para justificar o neoliberalismo de suas propostas, e agora argumenta que o mundo mudou de novo. Na minha opinião, o Governo pensa que o mundo é uma biruta de aeroporto, que muda de acordo com o vento. (08/04/1995 – 1ª parte)

Nesse seu fragmento discursivo, o membro do PCdoB arrolou algumas adjetivações à figura do mandatário da Nação: “arrogante”, “desleixado” e “dono da verdade”. Em parte elas tem como fonte, a sua expressiva votação no pleito presidencial, e de outro lado, seus importantes apoiadores, os quais o deputado faz questão de nomear: a mídia e o poder econômico. Os qualificativos elencados não servem apenas para construir uma imagem negativa do presidente Fernando Henrique, também apontam para a impossibilidade de diálogo entre o seu Governo e as oposições. Razão pela qual, segundo o parlamentar, teria levado o Chefe do Executivo a não perceber o seu erro e insistir no fracassado neoliberalismo.

De certa maneira, o deputado Miranda está denunciando que o Governo Federal fez sua opção política: a construção de uma maioria parlamentar pela via da centro-direita, e quando necessário, estendeu-se aos pequenos partidos de direita, como por

exemplo, PL, PSC e PSD, que não integravam formalmente a coalizão governista, mas que em determinados momentos votavam favoravelmente às proposições do Governo.<sup>132</sup> Consequentemente, o presidente não precisava da aquiescência de nenhum partido do bloco oposicionista. Logo, os posicionamentos políticos de cada um dos lados – situação x oposição – ficaram definidos desde o início do mandato presidencial. Para reforçar o que está sendo dito, pode-se destacar a seguinte afirmação de Santos (2003, p.99):

(...) durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso: em 79,4% das votações nominais, PFL, PMDB, PSDB, PTB e PPB uniram-se para derrotar o PT e o PDT e mudar a Constituição de 1988. (...) E isso é igual a dizer que não havia razão alguma para o presidente se empenhar em obter apoio ad hoc dos partidos de oposição.

Na segunda parte do seu pronunciamento, Sérgio Miranda faz mais críticas ao presidente da República e desconstrói o que seriam os “pilares” do seu Governo – “sensibilidade social, ética e democracia”. Nas suas palavras:

(...) Ora, quais seriam os pilares fundamentais do Governo Fernando Henrique Cardoso? Pelo seu passado, pela sua trajetória política, mesmo que se desconsiderassem as opiniões no campo econômico, ele trazia para o cenário do Governo Federal o conceito de sensibilidade social, de ética na política e de democrata durante toda a sua vida. Esses pilares estão também abalados. Do ponto de vista social, Srs. Deputados, qual a medida social que este Governo vem adotando para enfrentar os graves problemas do País? Cria um programa sem metas, sem objetivos, que até agora não disse a que veio. Está sendo criticado por seus próprios apoiadores. O Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, fez uma crítica contundente ao Governo, responsabilizando o neoliberalismo das propostas governamentais pela insensibilidade social.

Do ponto de vista ético, todos temos consciência de que a imagem do Governo foi afetada pela crise no Banco Central. Esse trânsito promíscuo que existe entre autoridades do Banco Central e os bancos privados despertou, em todos os brasileiros conscientes, no mínimo a idéia de que havia algo de podre no reino do Banco Central.

E do ponto de vista democrático? Estamos com uma grande e desagradável surpresa: vemos um Governo que trata o Congresso Nacional de forma autoritária, não apenas pelas medidas provisórias que, em seqüência ininterrupta, vêm chegando a esta Casa, mas pelo

---

<sup>132</sup> Nas eleições de 1994, o PL elegeu 13 deputados e o PSC e o PSD conquistaram, cada um, três vagas no Parlamento Nacional.

desdém para com a representação popular deste Parlamento.  
(...).(08/04/1995 – 2ª parte)

Na continuação de sua fala o deputado Miranda referiu-se ao passado político do presidente Fernando Henrique, o que lhe habilitaria imprimir um determinado perfil ao seu Governo, entretanto não foi o que ocorreu. Para desmanchar esta possibilidade o representante do PCdoB recorreu aos acontecimentos, por exemplo o “ pilar da ética ” fica comprometido quando membros do Governo transitam entre a iniciativa privada e o Banco Central e vice-versa. Ou ainda, a postura autoritária do presidente ao governar na base de medidas provisórias, sem dar chance aos detentores de mandatos populares o exercício da sua representação, independente do partido a que pertencem. A crítica de Sérgio Miranda ao elevado uso de medidas provisórias encontra respaldo empírico, pois ao longo do seu primeiro mandato, Fernando Henrique editou 2609 MPs, superando em muito os seus antecessores, por exemplo, José Sarney editou 147 e Itamar Franco 505.<sup>133</sup>

Nessa sua fala, o deputado Miranda abordou um ponto importante e que estava intrinsecamente relacionado ao episódio do Banco Central e às MPs: a centralização decisória do Executivo brasileiro no pós-1988. Na nova ordem constitucional brasileira foram criadas regras que em muito favoreceram o Poder Executivo, entre elas: a edição de medidas provisórias, a exclusividade em determinadas matérias (orçamentárias, nomeação da Diretoria do Banco Central e de Ministros dos Tribunais Superiores), a detenção do instrumento de veto (total ou parcial) e a possibilidade de intervir no processo legislativo, por exemplo com os pedidos de urgência na tramitação de projetos de sua autoria, entre outros.<sup>134</sup> Esse conjunto de prerrogativas adquiridas pelo Executivo ajudam a formatar as relações entre os dois Poderes (Executivo - Poder Legislativo). Os autores Shugar e Carey (1998) quando estudaram comparativamente os regimes presidencialistas na América Latina, indicaram como os poderes legislativos do Executivo podem minar o fortalecimento do Congresso Nacional.

---

<sup>133</sup> Fonte: Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República.

O segundo item abordado foi uma constante fonte de crítica da parte dos representantes das oposições: as ações governamentais na área social. A manifestação a seguir reproduzida foi pronunciada pelo deputado do PPS, Augusto Carvalho, no dia 26 outubro de 1996 e tratou de analisar dois desses programas oficiais:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, Quaisquer que sejam os índices levantados em âmbito internacional, (...) vamos encontrar o Brasil junto às nações mais pobres do mundo, perdendo, nas Américas, apenas para o combatido Haiti. Dói mesmo confirmar que as preocupações de nossos governos, quase que sem exceção, na área social, não têm sido as prioridades, (...). E dói mais ainda ver que se joga com a miséria, com a necessidade de nosso povo para investir programas que não passam do papel ou que, quando passam, não são dirigidos a seu público — alvo, isto é, aos excluídos de todo o País. (...) Basta que nos lembremos da criação do Fundo Social de Emergência, com que o Governo, segundo declarações prestadas à época de sua criação, poderia ter a seu dispor verbas bastantes para cuidar de questões sociais emergentes. (...) E os programas de relevante interesse social acabaram por se transformar em compra de goiabada cascão, em tampos de latrina, em gasolina para os veículos do ex-Presidente Geisel; foram comprados cristais para presentear o Presidente Clinton quando de sua visita ao Brasil;. consertou-se um aparelho cinematográfico no Palácio do Jaburu e outras demências da espécie. A Nação tomou conhecimento disso em farto noticiário da imprensa. O Fundo Social de Emergência, afinal, nem era social, isto é, não tinha qualquer preocupação com o campo social, nem era assim tão de emergência. A Nação tomou conhecimento disso em farto noticiário da imprensa. O Fundo Social de Emergência, afinal, nem era social, isto é, não tinha qualquer preocupação com o campo social, nem era assim tão de emergência. (...) (26/10/1996 – 1ª parte)

O deputado Augusto Carvalho abriu sua fala localizando o Brasil como uma das nações mais pobres do continente latino-americano e reconhecendo que esta é uma situação antiga, daí a premência de se investir no social. Mas ele salientou que esta área nunca foi uma prioridade dos Governos anteriores, nem o foi no de Fernando Henrique, em que pese a criação do “Fundo Social de Emergência”. Este veio com o objetivo de investir prioritariamente em saúde, educação e benefícios previdenciários,

---

<sup>134</sup> Os poderes legislativos do Executivo brasileiro no novo contexto democrático foram analisados por Figueiredo e Limongi. (1999a e 1999b).

tendo como público-alvo o atendimento aos excluídos.<sup>135</sup> Apesar da tentativa governamental, o parlamentar denunciou o seu total desvirtuamento, ou seja, o dinheiro para investir existia, porém ele foi usado para outros fins que nada tinham a ver com os “excluídos do país”. De onde ele deduz que o Governo Fernando Henrique, mais uma vez, mentiu para a nação ao propor um fundo emergencial para o social, que nas palavras do próprio deputado “nem era social, isto é, não tinha qualquer preocupação com o campo social, nem era assim tão de emergência”. Novamente, a expectativa de “sensibilidade social” do Governo Fernando Henrique, é desconstruída pelo representante do PPS, assim como já o fizera o deputado do PCdoB, Sérgio Miranda.

Na continuação de sua manifestação, Augusto Carvalho analisa ainda, o principal projeto do Governo Federal na área social, o “Comunidade Solidária”. Este pretendia ser inovador, na medida em que, segundo sua proposta original, não promovia o assistencialismo, nem estaria apoiado em estruturas clientelísticas. Eis as palavras do parlamentar do PPS:

(...)De fato, Sr. Presidente, havia um divórcio freqüente entre funções e gastos, passando por programas e subprogramas que em nada coincidiam com as despesas efetuadas. (...) O Fundo Social de Emergência mudou de nome e ganhou mais ano e meio de sobrevivência. Agora chama-se FEF — Fundo de Estabilização Financeira — destinado, no entanto, ao mesmo triste papel, a meio dos gastos públicos. (...) Fomos atrás dos gastos públicos nesta área. Melhor ainda, debruçamo-nos sobre documento elaborado pela Casa Civil da Presidência da República, que nos dá conta da execução orçamentária e financeira da agenda básica do Programa Comunidade Solidária. Os dados colhidos são de estarrecer, já que o mínimo que se poderia dizer é que tais números comprovam, à saciedade, a absoluta insensibilidade do Governo da República para com a área social. (...) A dotação do Programa Comunidade Solidária representa apenas 0,6% do Orçamento Geral da União, o mesmo orçamento que nos informa que

---

<sup>135</sup> O Fundo Social de Emergência foi criado em março de 1994, ainda no Governo Itamar Franco. Posteriormente, no início do ano de 1995, já sob a Presidência de Fernando Henrique, ele sofreu alterações, o “novo” Fundo Social de Emergência. O FSE foi resultado de uma emenda constitucional que incluiu no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias mais um dispositivo, concebido e aprovado nos seguintes termos: “Art. 71. *Fica instituído, nos exercícios de 1994 e 1995, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados no custeio das ações dos sistemas de saúde e de educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social*”.

somente em 1996 gastaremos, com o pagamento dos juros da dívida interna, 16 bilhões de reais, montante sete vezes superior às despesas programadas, porém não realizadas, para o Comunidade Solidária. (...) Pois bem, no mesmo período, — esse é apenas mais um exemplo da pura insensibilidade social — a Comissão do Exército Brasileiro, em Washington consome 1 milhão, 135 mil reais em aquisição de instrumentos musicais. A União, por seu turno, jogou fora mais 1 milhão, 546 mil reais em festividades e homenagens, sem esquecer que o serviço de vigilância e limpeza levou, no mesmo primeiro semestre, mais de 230 milhões de reais dos cofres públicos. (26/10/1996 – 2ª parte)

Augusto Carvalho insistia em lembrar que o “Fundo Social de Emergência” foi rebatizado com outro nome para ganhar sobrevivência – “Fundo de Estabilização Financeira” (FEF), mas mesmo assim não produziu nenhum resultado efetivo para a área social. O mesmo destino teve o “Comunidade Solidária”, cuja a dotação orçamentária além de ínfima não era aplicada para os fins necessários. Para reforçar sua argumentação o parlamentar recorreu a números, os quais ele fez questão de ressaltar que eram oficiais, ou seja, a oposição não estava inventando nenhum dado, e através deles comparou com outros gastos governamentais – como por exemplo, aquisição de equipamentos musicais, festividades, serviço de vigilância -, o que serviu para demonstrar concretamente como se gastava mal e se desperdiçava o dinheiro público numa das “nações mais pobres do mundo” e com elevado déficit social. De forma resumida, o que o deputado procurava demonstrar era que o Governo Fernando Henrique não tinha compromisso com o social e era incapaz de promover políticas públicas relevantes, não por escassez de recursos, mas sim por opção política.

Na continuação do fragmento discursivo, Augusto Carvalho abordará outro programa social sob o guarda-chuva do “Comunidade Solidária”, desta vez na área habitacional. Novamente, o deputado do PPS lançou mão da mesma estratégia discursiva: apresentou dados e exemplos concretos, traçou comparações com outros gastos governamentais, para enfim concluir que se investia pouco no social, nada era resolvido e a dívida nesta área só aumentava.

(...) O Programa Habitar Brasil, que objetiva atender famílias que estejam vivendo em áreas que não apresentam condições mínimas de habitabilidade, embora dispondo de 110 milhões, 835 mil, 400 reais no orçamento do Programa Comunidade Solidária, não conseguiu ver aplicado sequer um centavo. Mas, com o serviço de cópia e reprodução de documentos, o Governo da República, somente nos primeiros seis meses deste ano, estragou algo um pouco acima dos 40 milhões de reais.

A lista não se esgota aqui. Se tomássemos todas as verbas orçadas para o Comunidade Solidária e comparássemos período a período, com o que ali foi efetivamente aplicado e o que se gastou em badulaque nos três Poderes da República, gastaríamos páginas e páginas com esse trabalho. (...) Sr. Presidente, o Governo não tem mais quem iludir. A rigor, não possui sequer outros novos instrumentos para levar à nossa população a idéia de que ela estaria sendo assistida na área social por tantos e tais programas, tantos e tais projetos que enchem folhas e folhas de papel, mas que do papel não conseguem sair. E não saem porque falta a este Governo, de um lado, a capacidade de, enfim, definir a qualidade de seus gastos e mais que tudo, uma cadeia de prioridades que esteja a indicar, afinal, que a imensa dívida social existente, resultante de uma história de iniquidades, pode pelo menos ter a sua liquidação equacionada. (26/10/1996 – 3ª parte)

Na continuação de sua fala, o deputado do PPS manteve o mesmo tom crítico ao Governo Fernando Henrique, o ponto central é a sua incapacidade decisória na esfera do social. Esta pode ser identificada na falta de aptidão governamental especialmente em duas frentes, por exemplo, na operacionalização de seus programas e projetos e na definição de prioridades. O resultado da inoperância do Governo tem dois desdobramentos: no presente, ao abandonar a população menos favorecida, e no futuro, ao agravar o déficit social, deixando mais distante a possibilidade de solucioná-lo.

Ao promover críticas ao Governo Federal, tanto na economia como na área social, os parlamentares das oposições preocuparam-se em apresentá-las respaldadas em dados oficiais e trazendo exemplos concretos, adotando assim uma postura de “oposição responsável”, em detrimento do rótulo de “denuncista”, freqüentemente atribuído a eles pela base governista. Essa estratégia cumpre uma dupla função na disputa política que estava sendo travada: construir uma imagem

positiva do bloco opocisionista, e simultaneamente, desqualificar o Governo Fernando Henrique.

#### 4.2 A INGERÊNCIA DO EXECUTIVO NO LEGISLATIVO

Além de confrontar as áreas econômica e social do Governo Fernando Henrique para caracterizá-lo negativamente, os deputados das oposições também criticavam a forma como o presidente relacionava-se com o Congresso Nacional. Este tema foi muito freqüente quando os parlamentares ocuparam a tribuna durante o Grande Expediente, sendo que a maior concentração de pronunciamentos abordando a ingerência do Executivo nos assuntos do Poder Legislativo ocorreu em 1997. Isto se deu porque foi justamente nesse ano que o Parlamento brasileiro aprovou a emenda constitucional que introduziu a reeleição aos cargos Executivos. A tramitação desta PEC e, sua respectiva aprovação, levantaram suspeitas da parte dos representantes das oposições, os quais acusaram o Palácio do Planalto de exercer constante pressão sobre os congressistas e promover um “toma-lá-dá-cá” com os parlamentares.

Outro momento exemplar desta intromissão e denunciada pelo bloco oposicionista, ocorreu durante o processo de escolha dos dirigentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em fevereiro de 1997. Cada uma das duas Casas legislativas adota o critério partidário na distribuição de direitos, ou seja, os cargos diretivos são distribuídos proporcionalmente entre os partidos conforme o peso eleitoral de suas bancadas. Neles estão incluídos postos de suma importância da burocracia legislativa, como por exemplo, a Mesa Diretora (MD). Esta instância pode ser considerada o núcleo do poder em cada uma das Casas do Legislativo e ela é composta por sete cargos.<sup>136</sup> Ao partido com o maior número de representantes cabe

---

<sup>136</sup> Estes cargos, tanto no Senado como na Câmara, são: Presidente, dois Vices-Presidentes e quatro Secretários. As atribuições destes cargos, definidas pelo RI são as seguintes: a) Primeiro Vice-Presidente: responsável pelos requerimentos de informação (RIC) apresentados pelos parlamentares ao

ocupar a sua Presidência, por um período de dois anos não-renovável.<sup>137</sup> Obedecendo a este critério, para o biênio 1997-1998, coube ao PMDB e ao PFL assumir, respectivamente, o cargo de Presidente da Câmara e do Senado Federal, para os quais indicaram os nomes de Michel Temer e Antônio Carlos Magalhães.<sup>138</sup> A ocupação dos demais postos segue o mesmo critério da representatividade, pois esta regra é fundamental para garantir participação às minorias.<sup>139</sup>

Entre os principais porta-vozes que apontavam a ingerência do Executivo na esfera congressual estavam os deputados do PT, sendo emblemática a manifestação do petista Luciano Zica, no dia 4 de fevereiro de 1997, no auge da disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados:<sup>140</sup>

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, hoje venho à tribuna levantar a minha preocupação, depois de passado o temporal da reeleição e no momento em que as atenções se voltam para a eleição da Mesa.

Infelizmente, da mesma forma como atuou no caso da reeleição, o Presidente da República se imiscui num tema que deveria ser

---

Governo; b) Segundo Vice-Presidente: atua como corregedor e cuida dos requerimentos de despesas médico-hospitalares; c) Primeiro-Secretário: cuida da parte administrativa da Casa; d) Segundo-Secretário: encarregado dos passaportes dos parlamentares e dos estagiários universitários; e): Terceiro-Secretário: responsável pelos requerimentos encaminhados pelos congressistas solicitando licenças, justificando faltas e requisitando passagens aéreas; f) Quarto-Secretário: cuida da habitação funcional.

<sup>137</sup> Durante o ano de 2004 entrou em discussão a possibilidade de alteração desta regra, com o objetivo de permitir a reeleição dos presidentes das duas casas. Entretanto esta proposta não logrou sucesso.

<sup>138</sup> Além de Michel Temer, faziam parte da Mesa Diretora, para o biênio 1997-1998, os seguintes deputados: 1º Vice-Presidente: Heráclito Fortes (PFL/PI), 2º VP: Severino Cavalcanti (PPB/PE), 1º Secretário: Ubiratan Aguiar (PSDB/CE), 2º Secretário: Nelson Trad (PTB/MS), 3º Secretário: Paulo Paim (PT/RS), 4º Secretário: Efraim Moraes (PFL/PB). A oposição também ocupou a suplência de 1º Secretário: José Maurício (PDT/RJ). No Senado a composição da MD foi: 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo (PSDB/RN), 2º VP: Júnia Marise (PDT/MG), 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (PMDB/PB), 2º Secretário: Carlos Patrocínio (PFL/TO), 3º Secretário: Flaviano Melo (PMDB/AC), 4º Secretário: Lucídio Portella (PPR/PI).

<sup>139</sup> Aplicando o critério da proporcionalidade à Câmara dos Deputados, na 50ª legislatura, tem-se que os partidos de oposição de esquerda, detentores de 21,6% das vagas, estiveram praticamente ausentes da Mesa Diretora no primeiro biênio (1995-1996), ocupando apenas a quarta-suplência de Secretário, cujo o indicado foi o deputado Wilson Braga, do PDT. No Senado Federal, onde a representatividade das oposições era ainda menor (14,8%) do que a existente na Câmara, ocuparam tão somente a quarta-Secretaria e duas suplências de Secretário.

<sup>140</sup> Os deputados que abordaram a relação Executivo x Legislativo foram: em 1995, Maria Laura/PT, em 1997, Waldomiro Fioravante, Luciano Zica e Walter Pinheiro, todos do PT; Neiva Moreira/PDT e Agnelo Queiroz do PCdoB.

exclusivamente da competência do Poder Legislativo: a eleição das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados. Lamentavelmente, Sua Exa. dá sua opinião e indica inclusive o voto, como se aqui estivessem vassallos seus que devessem obedecer às suas orientações. (04/02/1997)

Nesse seu pronunciamento, o deputado Zica não estava queixando-se da forma como o presidente da República tratava os membros da oposição, mas sua crítica ia mais além, ele denunciava o tratamento desrespeitoso do Poder Executivo em relação ao Legislativo, na medida em que o Palácio do Planalto interferia em um processo que dizia respeito exclusivamente a esfera parlamentar. Ou seja, o Governo não tinha consideração nem mesmo pelos seus aliados, pois os tratava como “vassallos”, nos dizeres do próprio deputado do PT.

Depois do processo de escolha dos presidentes das duas casas legislativas, mais uma vez, ainda no ano de 1997, um representante das oposições voltou a criticar duramente a postura do Executivo frente aos trabalhos internos do Poder Legislativo, assim manifestou-se o deputado do PDT, Neiva Moreira:

Sr. Presidente, quero proceder à leitura de uma nota do Bloco Parlamentar de oposição: as oposições brasileiras denunciam à Nação a escalada autoritária em que se engajou o Governo Fernando Henrique Cardoso, depois que começou a perder o apoio na sociedade e a não controlar sua base de sustentação no Congresso. Depois de submeter o Parlamento e a Justiça a achincalhos, (...) o aparato presidencial volta-se agora para inibir o voto oposicionista dentro da própria Câmara dos Deputados.

No afã de aprovar suas reformas neoliberais, o Presidente submeteu o Parlamento brasileiro, no dia de ontem, a uma brutal agressão. Acatando questão de ordem formulada pelo Líder do PFL, o Presidente da Câmara dos Deputados suspendeu a votação de quatro destaques para votação em separado da Oposição. Diante da dificuldade de obter 308 votos para manter sua proposta de reforma administrativa, a manobra governista pretende remeter a decisão de aceitar ou não os DVS à deliberação de Plenário, por maioria simples de 257 votos.

A trama de restringir o direito das minorias de apresentar destaques, teve início num café da manhã, na residência oficial do Presidente da Câmara dos Deputados, (...) Lamentavelmente, o Sr. Temer cedeu às pressões, perdendo uma oportunidade histórica de reafirmar a soberania da instituição.

Agredir a Câmara dos Deputados, pelo receio de ser derrotado, demonstra que o Governo se enfraquece. Pretende o Palácio do Planalto tangenciar os problemas que tem com sua base de apoio parlamentar, através de uma manobra torpe, anti-regimental e antidemocrática. (08/05/1997)

Esta fala do parlamentar Neiva Moreira acrescentou outros pontos àqueles abordados pelo representante do PT, Luciano Zica, em que pese ambos criticarem a ingerência do presidente Fernando Henrique nos assuntos internos do Parlamento. Em seu pronunciamento, o pedetista denunciou publicamente uma tentativa do Governo Federal de alterar as regras do jogo institucional, para assim manobrar a seu favor e cercear os direitos da minoria. O foco da denúncia era o “DVS” – Destaque para Votação em Separado<sup>141</sup>. Primeiramente deve-se entender no que ele consiste. O “DVS” é uma técnica legislativa que funciona da seguinte forma: destaca-se partes do texto de uma proposição, que está em discussão, para que ele seja votado em separado. De acordo com o Regimento Interno, cada votação de “DVS” é nominal, ou seja, força que os congressistas exponham com clareza a sua posição. Sendo assim, durante a tramitação de cada uma das reformas constitucionais, que traziam embutidas propostas bastante controversas, os membros das oposições lançaram mão desta estratégia com um objetivo muito claro: a exposição dos partidos governistas frente a opinião pública, de um lado, bem como, de outro, visavam aumentar o seu desgaste perante os grupos afetados pelas reformas. Ao votar nominalmente, em função da solicitação de “DVS”, os aliados do Governo estavam impedidos de esconder-se na votação da proposição reformista mais geral.

O segundo ponto que deve ser entendido é, especificamente, em torno da manobra governamental ao qual o deputado do PDT referiu-se. Quando a oposição solicita um “DVS” a um projeto de autoria do Governo, é este que deve assegurar 308 votos, ou seja, o número necessário para aprovação de qualquer modificação constitucional. Mas quando é o Governo que requer o “DVS” a alguma proposta da oposição, cabe a esta garantir os 308 votos. O exemplo relatado por Neiva Moreira,

---

<sup>141</sup> Os artigos 161 e 162 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados normatizam os “destaques”.

referia-se, especificamente, a reforma administrativa e ela enquadrava-se no primeiro caso. Segundo o representante pedetista, o Governo estava com problemas com a sua base de sustentação, logo na incerteza de conseguir garantir os 308 votos. Sendo assim, ele transgiversa e tenta levar a decisão de acatar ou não o “DVS” para o plenário, para esta decisão o Governo só precisava assegurar 257 votos.

#### 4.3 OS ESCÂNDALOS DO GOVERNO FHC

As denúncias de malversação de verbas públicas e acusações de fraude e corrupção foram outros pontos muito explorados pelos representantes das oposições, com o objetivo de desqualificar o Governo Fernando Henrique. Neste rol de escândalos envolvendo a esfera governamental estavam, entre outros, o “projeto SIVAM”, o “PROER”, o “toma-lá-dá-cá” da reeleição, os gastos governamentais com publicidade e as Comissões Parlamentares de Inquéritos, ora porque não funcionavam – caso da CPI dos Bingos - ora porque foram abortadas pelo Governo - exemplo da CPI dos Corruptos.

Os pronunciamentos mais expressivos abordando o “projeto SIVAM” foram proferidos pelo deputado do PV, Fernando Gabeira e pelos petistas, Arlindo Chinaglia e Marcelo Déda, os quais ainda ocorreram no início da 50<sup>a</sup> legislatura. Além das manifestações na tribuna, Chinaglia atuou, sistematicamente, em outras instâncias do Legislativo com o intuito de obter informações sobre os acordos que envolviam o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Nesse sentido o deputado Chinaglia apresentou proposições legais tratando do referido assunto, entre elas destacam-se as propostas de fiscalização e controle (PFC) e os requerimentos de informação (RIC). Este último recurso tinha um interlocutor definido, dirigia-se ao Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Ronaldo Sardenberg, ao qual o deputado formalmente, solicitava esclarecimentos. No dia 11 de março de 1995, Arlindo Chinaglia fez uma extensa manifestação da tribuna, cujo o teor eram suas suspeitas sobre o SIVAM e a conduta do Poder Executivo nesse projeto. O parlamentar pronunciou-se da seguinte maneira:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, em 26 de fevereiro deste ano, entrei com uma representação perante a Comissão de Fiscalização e Controle com o objetivo de convidar as autoridades responsáveis pela implantação do Projeto Sivam para prestarem esclarecimentos.

(...) Entretanto, o Governo brasileiro nos deve, até o momento, um esclarecimento. (...) Trata-se de o Governo dizer, (...) claramente se tem ou não intenção de investigar as suspeitas de corrupção que envolvem o projeto Sivam.(...) A esse propósito, comento matéria do jornal O Estado de S. Paulo, de 5 de março de 1995, que divulga que os franceses admitem que a Thomson pode ter nomeado intermediários brasileiros, mas afirmam que a Raytheon teria agido da mesma forma, gastando em torno de 40 milhões de dólares para vencer a licitação.

Em outro trecho da matéria, lembra que os franceses avaliam que a decisão brasileira foi influenciada pelo peso político dos Estados Unidos e pelo trabalho de três brasileiros — o ex-Ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves; o Senador Gilberto Miranda e o Embaixador do Brasil em Washington, Paulo de Tarso Flecha de Lima. (...)

E estamos falando de um projeto que envolve uma área estratégica do País, a Amazônia, um projeto que custará ao final 2 bilhões e 800 milhões de dólares.

(...) Concluo, pedindo a V. Exa, Sr. Presidente, que seja inserido nos Anais da Casa o artigo que traz a declaração do General Thauniaturgo Sotero Vaz, a quem pretendo convidar para prestar depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle.Com base nestes dados, o general diz ter chegado a uma conclusão. “Há gente ganhando dinheiro com a instalação desse sistema. Há corrupção por trás disso”. Sotero Vaz concorda com o comandante do 7º Comar, - Márcio Callafange, de que o Sivam pode resultar em fracasso e virar um novo Projeto Calha Norte. Para Callafange, o mais inteligente para vigiar o espaço aéreo da Amazônia seria reforçar os pelotões de fronteira com mais soldados, aviões e principalmente helicópteros. (11/03/1995)

O deputado Chinaglia demonstrou ser um profundo conhecedor do “projeto SIVAM”, acompanhando o assunto desde a legislatura anterior. Nessa sua fala o parlamentar introduziu uma nova estratégia discursiva: para reforçar seus argumentos ele recorreu a três veículos de comunicação, mais precisamente matérias publicadas em três jornais de grande circulação nacional, bem como a um membro do Exército brasileiro. Todos esses agentes convergiam para um mesmo ponto: o Serviço de Vigilância da Amazônia era objeto de diversas suspeitas e o Governo Federal não fazia nenhum movimento para esclarecê-las. Entre as dúvidas que pairavam sobre o projeto SIVAM estavam: a) processo licitatório viciado – favorecimento da empresa norte-americana em detrimento da concorrente francesa, em função da pressão de

autoridades brasileiras no processo de escolha da empresa vencedora; e b) rapidez no processo de aprovação do projeto de resolução pelo Senado, impedindo que os senadores debatessem o assunto, por falta de tempo. Além disso, o deputado petista não tinha suspeição apenas sobre o entorno do projeto SIVAM, ele duvidava inclusive da opção do Governo brasileiro em apostar nessa proposta como sendo o melhor caminho para vigiar e proteger a Amazônia. É interessante que para respaldar essa sua dúvida, Arlindo Chinaglia se utiliza de um enunciador “de fora” – do PT, do campo das oposições e da esfera parlamentar. Portanto, ele pode ser visto como alguém “neutro” e, ao mesmo tempo, um especialista no assunto – um oficial de alta patente do Exército. Logo, este enunciador se constitui em um porta-voz autorizado, pois é um general habilitado a falar sobre o SIVAM e não pertence a nenhum partido político.

O Sistema de Vigilância da Amazônia manteve-se na pauta temática dos representantes das oposições, especialmente os deputados Arlindo Chinaglia, Fernando Gabeira e Marcelo Déda, continuavam sendo seus principais porta-vozes e insistiam em abordar o assunto. Um mês depois da manifestação do petista Chinaglia, anteriormente reproduzida, o SIVAM voltou a ser o principal assunto na fala de outro membro do PT. No dia 13 de abril de 1995, Déda manifestou-se da seguinte maneira:

Num gesto que está a merecer o necessário estudo para que se produza a competente resposta, ignora olímpicamente as denúncias ontem formuladas pelo companheiro Arlindo Chinaglia, Deputado petista pelo Estado de São Paulo, sobre a inidoneidade da ESCA, empresa escolhida para ser a “integradora brasileira” do projeto SIVAM. Viciado pelas suspeitas já denunciadas pelo Deputado Fernando Gabeira com relação à empresa líder do consórcio, a Rayteon, este contrato está agora moral e legalmente firmado pela denúncia do ilustre Deputado paulista, que demonstrou a realização de fraudes contra a Previdência por parte da ESCA, o que, nos termos da lei, impossibilitava a sua participação na licitação da qual saiu vitoriosa. Ao invés de determinar a imediata anulação do contrato, o Sr. Presidente da República manda apressar os procedimentos, pois pretende incluir o contrato SIVAM, no valor de 1,4 bilhão de dólares, entre os “mimos” que pretende oferecer a Mr. Clinton. (13/04/1995)

Para aumentar ainda mais o círculo de desconfianças em torno do projeto SIVAM, o deputado Déda acrescenta mais um item: a empresa brasileira que faria

parte do consórcio, a ESCA, tinha problemas com a Previdência Social. Conseqüentemente, ela estava legalmente impossibilitada de participar da licitação e muito menos, poderia ter saído vitoriosa. Apesar de todas as evidências comprometedoras, os partidos de oposição não conseguiram impedir que o processo do SIVAM seguisse adiante e recebesse verbas públicas para sua viabilização.

Outro ponto nevrálgico do Governo Fernando Henrique e que foi foco de constante crítica pelos deputados opositores foi o chamado "PROER". Em várias ocasiões, especialmente nos anos de 1996 e 1997, esses parlamentares foram à tribuna denunciar a ajuda financeira que o Governo Federal concedeu a alguns bancos privados, entre eles Bamerindus, Econômico e Nacional. Entre os deputados que se dedicaram a este assunto estavam: Milton Temer (PT), Coriolano Sales e José Maurício, ambos do PDT, Augusto Carvalho (PPS) e Nilson Gibson (PSB). O pronunciamento abaixo teve como autor o pedetista Coriolano Sales e foi proferido no dia 15 de março de 1996. Eis a sua expressiva fala:

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, vivemos nas últimas semanas momentos de fortes e graves acontecimentos no sistema financeiro do País. As descobertas de fraudes no Banco Nacional e as denúncias de vários crimes do colarinho branco no Banco Econômico nos fazem crer que os problemas no Sistema Financeiro Nacional extrapolam as discussões sobre a regulamentação do art. 192 da Constituição Federal e se transformam em casos de polícia e de responsabilidade penal de controladores e de dirigentes do Sistema Financeiro Nacional, sem falar na responsabilidade política do Governo.

Não poderíamos deixar de exaltar nossa indignação com a total incompetência do Banco Central, no desempenho de suas funções de fiscalização e controle das instituições financeiras do País. (...) O Congresso Nacional e, especialmente, a Câmara dos Deputados, tem o dever de se mobilizar e agir prontamente nesta questão do Sistema Financeiro, capitaneando as discussões e proponho urgentes soluções por intermédio da aprovação de um Projeto de Lei Complementar, (...).

É bem verdade que a recém-criada Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro Nacional, requerida por 29 Senadores, deverá cumprir seu papel, investigando seriamente todos os indícios de fraudes e crimes cometidos pelos Bancos Nacional e Econômico. (...) Estaremos, como Deputados Federais, vigilantes das ações dos Srs. Senadores que irão participar da CPI, pois entendemos que todo o País exige uma apuração rigorosa e um trabalho investigativo de muita profundidade, seriedade e responsabilidade. (...) Neste passo, Sr.

Presidente, cabe aqui fazer um elogio ao Governador de São Paulo, Mário Covas, que, em boa hora, destoa do Governo e aplaude a iniciativa do Senado Federal. S. Exa. uma das figuras mais importantes da vida política nacional, dirige São Paulo, maior centro financeiro deste País, e certamente cioso e consciente das suas responsabilidades como Governador do maior PIB da Federação brasileira, não teme a instalação de uma CPI. (...) (15/03/1996 – 1ª parte)

A manifestação do deputado Coriolano estava pautada pelos últimos acontecimentos ocorridos no sistema financeiro nacional e que envolviam duas importantes instituições bancárias: Nacional e Econômico, ambos suspeitos de ações ilícitas. O foco de suas críticas eram o Banco Central e o Governo Federal. Este pela sua responsabilidade política frente aos fatos, e o primeiro por uma espécie de “culpa técnica”, ou seja, não cumpriu com suas funções primordiais de fiscalizar o sistema financeiro nacional. De onde se deduz que a falta de fiscalização levou aos crimes cometidos pelos dois bancos citados. A gravidade dos acontecimentos levou 29 senadores solicitarem a criação de uma CPI sobre o sistema financeiro brasileiro. É interessante ressaltar como o parlamentar politiza este tema. O que poderia ser um assunto estritamente “técnico” e que diria respeito ao mercado, ele o transforma em uma questão política central, na qual os congressistas também devem se envolver. Tanto é assim que o presidente Fernando Henrique enviou para a apreciação do Congresso um conjunto de MPs tratando deste setor e criando o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, que ficou conhecido como “PROER”. Na continuação de sua manifestação, a seguir reproduzida, o pedetista Coriolano Sales deteve-se em explicar o funcionamento do “PROER”:

(...) Não podemos ficar, entretanto, mais uma vez, à mercê do Poder Executivo que, do alto de sua arrogância e desrespeito para com o Congresso Nacional, continua a impor soluções equivocadas por intermédio de medidas provisórias precipitadas. Assim, teremos que rever totalmente o Proer, buscando o questionamento, inclusive, de sua conveniência e de seus exagerados benefícios aos banqueiros, seja de forma direta, no caso dos bancos compradores, ou indireta, no caso dos ex-banqueiros que, simplesmente, saem ilesos do mercado financeiro e muito ricos, (...)E preciso acelerar as denúncias e as punições, cujo papel cabe ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, mas, também, devemos rever com a máxima urgência a Lei n 7.492/86 — conhecida

como a lei que pune os crimes do colarinho branco. Devemos torná-la ainda mais rígida, (...) Há que se discutir bastante esta posição facciosa do Governo Federal em relação ao protecionismo dos banqueiros, sob a falsa alegação de que se quer proteger os depositantes e a normalidade do Sistema Financeiro Nacional. A negociação da compra do Nacional pelo Unibanco, onde foram utilizados até agora 5,8 bilhões de reais do Proer, demonstra claramente que houve um amplo favorecimento aos banqueiros da família Moreira Salles, que, inescrupulosamente, se deram ao luxo de escolher o trigo, deixando todo o joio para a administração do Banco Central, às expensas do Erário. (...) Ora, Srs. Deputados, é evidente que o Proer não foi usado só para solucionar o caso do Banco Nacional, mas foi criado em função do Banco Nacional. O Presidente do Banco Central, em seu recente depoimento no plenário do Senado, (...) esqueceu de mencionar é que os recursos do Proer, apesar de oriundos dos depósitos e recolhimentos compulsórios dos bancos junto ao Banco Central, são recursos do público, sim, pois são recursos de depositantes e investidores desses bancos, cuja parcela é obrigatoriamente recolhida ao Banco Central como instrumento de política monetária do Governo Federal. Esqueceu ainda, o didático Presidente do Banco Central, de comentar que o Proer tem inegável efeito inflacionário, com conseqüente aumento da dívida pública federal, (...) (15/03/1996 – 2ª parte)

Novamente aparece nos pronunciamentos dos membros das oposições a reclamação em relação ao tratamento desrespeitoso que o presidente da República dispensava ao Congresso Nacional, dessa vez a motivação foi o envio de mais uma medida provisória e a sua forma precipitada, ou seja, “atropelando” o Parlamento e impedindo que os congressistas exercessem o direito de debater a questão em análise. Na continuação da sua fala, Coriolano Sales dedicou-se a detalhar o “PROER”, lançando as seguintes questões: por que ele foi criado? quem se beneficiava? qual o seu custo? E em ato contínuo, o deputado responde a cada uma delas. Ele acusou o Governo Federal de tê-lo criado, aparentemente, para beneficiar os banqueiros em geral, mas que em realidade o “PROER” tinha um objetivo bem específico: o Banco Nacional. Por que o Governo teria interesse em participar desta triangulação, na qual o poder público não obteve nenhum lucro? A resposta foi fornecida por outro parlamentar, Nilson Gibson do PSB: “(...) quando da intervenção do Banco Nacional dizia-se que o dinheiro do PROER estava sendo usado para salvar a vida financeira da nora e do filho do Presidente, ela, da família de Magalhães Pinto”. (20/05/1997)

Ao justificar o PROER, o Palácio do Planalto apresentou dois argumentos: primeiro, ele objetivava evitar a instabilidade do Sistema Financeiro e proteger os depositantes. Em segundo lugar, o Governo alegou que as verbas destinadas ao PROER não eram recursos públicos. Porém o deputado Coriolano desconstrói ambos os argumentos, na medida em que ele demonstra que os grandes beneficiários do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional são os banqueiros e os ex-banqueiros, esses últimos porque saem com seu patrimônio pessoal preservado, apesar de serem passíveis de enquadramento no “crime de colarinho branco”. E os primeiros, porque receberam dinheiro público para comprar uma instituição bancária, como foi o caso da família Moreira Salles, proprietária do Unibanco, que ainda escolheu ficar apenas com a “parte boa” do Nacional, sobrando para o erário assumir o lado deficitário. Daí o pedetista ter apontado, no início da sua fala, a responsabilidade política do Governo. Na parte final do seu pronunciamento o deputado Coriolano nomeia os perdedores com o PROER:

São muitos pontos de questionamento que se mostram inaceitáveis à medida em que setores vitais como saúde, educação e assistência social continuam a ser discriminados e relegados à segunda categoria no Governo Fernando Henrique. (...) Estima-se, de forma otimista, que o Proer poderá emprestar mais de 20 bilhões de reais aos banqueiros incompetentes e oportunistas do País, enquanto que a previsão de recursos orçamentários para 1996, destinados à educação e à saúde, não ultrapassa, respectivamente, os montantes de 9 bilhões de reais e 4 bilhões de reais. A miséria de grande parte da população não pode aceitar tamanho benefício que é concedido a banqueiros irresponsáveis, que em anos passados amealharam verdadeiras fortunas se aproveitando da inflação (...) A solução encontrada pelo Governo Federal por intermédio do Proer, insisto, é extremamente onerosa para a Nação e estimula o indevido enriquecimento dos banqueiros sob a justificativa de proteger os depositantes. (...)As contradições são tão evidentes, que se torna difícil ao Banco Central encontrar explicações convincentes para o tratamento diferenciado que foi dado na negociação Nacional-Unibanco, cujas condições facilitadas se contrapõem às dificuldades que estão surgindo no processo de venda do Econômico para o Banco Excel.

(...)Temos a convicção de que nós Parlamentares não nos furtaremos à ação imediata para a reformulação ou, até mesmo, para a rejeição da proposta do Proer. O País inteiro reage a esta concessão descabida de privilégios ao setor financeiro e nós, como representantes da população

brasileira nesta Casa, devemos impor a vontade popular, reagindo às fórmulas encaminhadas pelo Banco Central que reedita o Proer (...). Como representante do povo baiano nesta Casa não poderia, também, deixar de fazer estas reflexões críticas sobre o difícil momento por que passa o Sistema Financeiro Nacional, alertando sobre tudo para o tratamento diferenciado que vem sendo dado pelo Banco Central ao caso do Banco Econômico, cujo encerramento de atividades afetou fortemente a população e a economia baiana e — por que não dizer? — de muitos Municípios nordestinos. (...) Por outro lado, também estaremos vigilantes a qualquer manobra do Banco Central que possa ferir os legítimos interesses do povo baiano, que foi a grande vítima da ação criminosa praticada pela Diretoria incompetente daquela instituição.

(...) Entendemos que é dever desta Casa também instalar a CPI para apurar as omissões e irregularidades na condução do Banco Central do Brasil. Entendemos que é dever desta Casa instalar uma CPI independentemente da CPI do Senado Federal, a fim de que os desmandos cometidos no Sistema Financeiro Nacional possam ser do conhecimento de toda a sociedade brasileira. (...) O Governo está solitário na sua posição de escamotear os desmandos e as falcatruas ocorridas no Sistema Financeiro Nacional. Entendemos que é um dever desta Casa apurar todos desses desvios de recursos. Agindo assim, o Congresso Nacional e particularmente a Câmara dos Deputados nada mais estarão fazendo do que o cumprimento de seu dever. (15/03/1996 – 3ª parte)

Na parte final da sua manifestação, o deputado Coriolano volta a reafirmar que o objetivo primordial da edição da “MP do PROER” era beneficiar o Banco Nacional, tanto foi assim que outra instituição bancária, o Excel teve dificuldades na aquisição do Banco Econômico. Para dar a exata dimensão de quanto o PROER custava aos cofres da Nação, o autor comparou a sua verba com a previsão orçamentária de 1996 para as áreas da saúde, educação e assistência social. Para estes três setores estava destinado R\$13 bilhões, enquanto que para o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional estava previsto mais de R\$ 20 bilhões. Desta forma, o parlamentar do PDT torna evidente para quem o presidente Fernando Henrique governava: os banqueiros. Para reverter esta situação o deputado faz uma conclamação aos seus pares: que eles não se furtem da sua condição de representantes do povo e saiam em sua defesa. Naquele exato momento, ela se daria em duas direções. A primeira seria derrotar a proposta governamental de reedição da medida provisória do PROER, e em segundo lugar,

Coriolano Sales propõe a instalação de uma CPI na Câmara, seguindo o exemplo dos senadores, a qual não se concretizou.

Outro aspecto chama a atenção nessa manifestação do deputado pedetista, e está relacionada ao grau de abrangência dos temas abordados nos pronunciamentos dos membros das oposições. A partir da análise do conjunto de suas falas no espaço do Grande Expediente, constatou-se que havia o predomínio de assuntos nacionais (40%) e os temas regionais atingiam o percentual de 10%. Dentre os fragmentos discursivos até agora analisados, esta foi a primeira vez que um parlamentar das oposições introduziu a questão regional ao tratar de assuntos nacionais, como este da estatura do PROER. Como um representante da Bahia, Coriolano destaca os prejuízos econômicos que o encerramento das atividades do Banco Econômico trouxeram para seu Estado, bem como para outros municípios da região Nordeste. Comparada com as demais bancadas, foi a do PDT a que mais dedicou-se a abordar assuntos regionais (16,8%) nas suas manifestações da tribuna, seguida pelo PSB (15,5%) e pelo PT (8,7%).

Além dos projetos “SIVAM” e “PROER”, já destacados acima, os parlamentares do bloco opositor foram bastante vigilantes em relação aos gastos com publicidade realizados pelo Governo Federal, tanto na administração direta como na indireta. Entre os deputados que fizeram duras manifestações em torno deste tema, pode-se destacar os representantes do PT, Joana Darc e Waldomiro Fioravante. Pela sua importância e contundência, será reproduzida a fala da deputada Joana Darc, ocorrida no dia 13 de Agosto de 1997<sup>142</sup>:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, é preciso que sejam tomadas providências com relação ao que é gasto hoje com publicidade em nosso País. Pelo que sabemos, o orçamento da Marinha brasileira para este ano gira em torno de 4 bilhões de reais e o Governo brasileiro está gastando 8 bilhões de reais com publicidade.

---

<sup>142</sup> Novamente no dia 15/08/1997, a deputada Joana Darc voltou a abordar o mesmo assunto e, conforme havia prometido dois dias antes, deu mais detalhes sobre a publicação da Caixa Econômica Federal. Já o pronunciamento de Waldomiro Fioravante ocorreu em janeiro de 1997, e questionava os gastos do Governo Federal com publicidade, especialmente na mídia televisiva, para “divulgar a emenda da reeleição”.

Acho que isso é uma questão muito grave em nosso País. Inclusive já procurei fazer um levantamento a respeito de uma publicação feita pela Caixa Econômica Federal (...). Gostaria de saber à custa de quem o Governo brasileiro e a Caixa Econômica Federal estão fazendo publicações tão caras. É lógico que sabemos que é à custa do nosso dinheiro, do dinheiro público. (...)

Então, Sr. Presidente, gostaria que realmente fossem tomadas providências com relação a esses gastos que estão sendo feitos com o dinheiro do povo, dinheiro esse que deveria ser mais aplicado em educação e em saúde, setores que, sabemos, hoje estão cada vez mais prejudicados. Há hospitais com doentes pelo corredor, precisando de mais leitos. É necessário que o Poder Público invista mais no SUS. (...) Precisamos também investir mais em educação em nosso País. (...) Foi-me dito que o Governo brasileiro daria Crédito Educativo a esses estudantes das faculdades particulares. Só que a verba destinada ao Crédito Educativo é mínima. Cada faculdade recebeu uma quota ínfima. (...) Isso tudo significa falta de verba para a educação e a saúde. Então, chegamos à conclusão de que se está gastando muito dinheiro com porcaria neste país, a exemplo da publicação de um caríssimo manual da Caixa Econômica Federal, (...). Ao mesmo tempo, recebo uma comunicação do Sr. Ministro da Saúde, no sentido de que está investindo na compra de medicamentos, mas é escasso o dinheiro para que S. Exa. continue a fazê-lo, razão pela qual faltam remédios em todos os Municípios brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados deixo aqui o meu protesto contra esse tipo de coisa que está acontecendo em nosso País, quando o orçamento da União destina 8 bilhões de reais para gastar em publicidade, uma das mais caras possíveis. Não podemos continuar permitindo que isso aconteça, porque é um desperdício, um gasto desnecessário. Precisamos gastar mais com saúde e educação em nosso País. (...) exigirei que o Governo brasileiro pare com essa ganância desenfreada para divulgar um plano falido como o Plano Real. (13/08/1997)

Neste pronunciamento da deputada petista identifica-se a mesma estratégia discursiva presente nas falas dos deputados que abordaram o “PROER”: recorre aos dados do orçamento federal, comparando os recursos destinadas a alguns setores de atuação governamental. Neste dia a parlamentar utilizou um caso específico, uma publicação da Caixa Econômica Federal, para fazer um questionamento mais geral: a verba orçamentária da área de publicidade. Segundo salientou Joana Darc, esses valores eram o dobro do que estava previsto para a Marinha brasileira. Se for resgatada a fala do pedetista Coriolano Sales, anteriormente destacada, lá constava que para o ano de 1996 o Governo Federal tinha uma previsão de investir US\$ 4

bilhões na saúde e US\$ 9 bilhões na educação. Ou seja, apenas a verba destinada a esta área superava os valores previstos para a publicidade governamental e mesmo assim, os US\$ 9 bilhões previstos eram insuficientes para fazer frente às demandas educacionais do país. Ao delinear este quadro, a parlamentar do PT faz questão de salientar que as verbas para a saúde e para a educação são escassas e insuficientes porque o Governo desvia seus poucos recursos para se auto-promover. O Governo prioriza dar dinheiro para publicidade em detrimento de áreas fundamentais, deixando assim de investir no SUS, em compra de medicamentos e no crédito educativo, entre outros exemplos. Tanto Joana Darc como Coriolano Sales empreendem um duplo esforço: a) demonstrar que o presidente Fernando Henrique não tinha na saúde e na educação suas prioridades, e b) caracterizá-lo negativamente, a partir de suas escolhas políticas equivocadas, nos casos citados ficava evidenciada a malversação do dinheiro público.

Dando continuidade às suspeitas lançadas pelas oposições à atuação do Governo Fernando Henrique, as próximas duas falas tiveram como porta-vozes os deputados Nilson Gibson (PSB) e Chico Vigilante (PT). Nos seus pronunciamentos ambos os parlamentares trataram de fazer uma resenha dos escândalos ocorridos no primeiro mandato presidencial. Da parte do representante do PSB, Nilson Gibson, houve duas importantes manifestações com conteúdos muito semelhantes, em 8 de janeiro e 20 de maio de 1997. A escolha recaiu em reproduzir a fala do mês de maio:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, a mídia, contínua e veladamente, divulgam para os incautos e ingênuos que o maior patrimônio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao lado do Plano Real, é a imagem de honestidade do Governo. Data venia, não é verdade. Sr. Presidente, novamente registro desta tribuna, a mais alta do Brasil, a cronologia das ilicitudes e irregularidades praticadas no Governo Fernando Henrique Cardoso. Vejamos:

Escândalo do Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, que concedeu ao ex-Presidente do Banco Central, o banqueiro Fernão Bracher, operação cambial denunciada no Senado Federal e divulgada pelo Deputado Delfim Netto; 2. Banco Central acusou o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, atualmente Presidente do Congresso Nacional, de ser o maior beneficiário das doações do Banco Econômico, incluindo políticos do PFL; 3. Banco Central envolvendo o Sistema

Financeiro Nacional. Intervenções nos Bancos Nacional, Econômico, Comercial, Mercantil e Bamerindus; 4. Caso Sivam; envolvimento da CIA em serviços de espionagem, na França e nos Estados Unidos; e irregularidades, culminando na demissão do Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Mauro José Miranda Gandra, e também de um embaixador que trabalhava como porta-voz do Governo Fernando Cardoso — registro, Sr. Presidente, que em nenhuma outra oportunidade, nem mesmo no regime militar, o Brasil viu ser demitido um Ministro militar, foi a primeira vez; 5. O caso da pasta cor-de-rosa, outra sujeira mantida, sabe-se como, Sr. Presidente? Pegaram o tapete do Palácio do Planalto e jogaram a sujeira lá embaixo; 6. Relatório do Unicef diz que o Brasil é o pior País da América do Sul, em analfabetismo, e o pior do mundo em distribuição de renda; 7. O Secretário de Política Econômica, Sr. José Roberto Mendonça de Barros, ligado à NBA e Associados, funcionando na administração do Palácio do Planalto; 8. O suicídio do Sr. Heber Machado, em Belo Horizonte, que era diretor da Federação das Indústrias de Minas Gerais. O empresário deixou uma carta, parecida com a de Getúlio Vargas, que é um verdadeiro libelo acusatório contra a corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso; 9. Presidente Fernando Henrique Cardoso chama Parlamentares de malandros. O Chefe do Gabinete Civil, Dr. Clóvis Carvalho, acusa CNBB de criar dificuldades para o Governo Fernando Cardoso; 10. O ex-Ministro Ciro Gomes declarou à imprensa que existe corrupção no atual Governo, na área da saúde. E também citou a Eletronorte. (20/05/1997 – 1ª parte)

O deputado Gibson deixou bem claro qual era o objetivo de seu pronunciamento: desconstruir a “imagem de honestidade” do Governo FHC, que encontrava guarida na mídia. Esta inclusive já havia sido apontada pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB), em abril de 1995, como uma grande aliada de Fernando Henrique desde os tempos da campanha presidencial. Dada a afirmação do representante do PSB, ela assim manteve-se depois da posse do presidente. Para atingir seu objetivo Nilson Gibson listou dez acontecimentos, ocorridos ao longo dos anos de 1995 e 1996, que vinculavam o Governo à irregularidades e atos ilícitos. Fatos que servem para comprovar uma imagem completamente diferente daquela veiculada pela imprensa, entre os exemplos citados estavam: “PROER”, “SIVAM”, “pasta rosa”, relatório da UNICEF, entre outros. Tanto foram os escândalos que na continuação de sua fala, o

deputado socialista pede o *impeachment* do presidente Fernando Henrique e justifica o porquê.<sup>143</sup>

Desde o início do Governo Fernando Cardoso, o Brasil vive uma ciranda de escândalos e de corrupção — não idêntica à do Governo do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, quando pedimos desta tribuna o seu impeachment.(...) Estou aqui porque fui — desta tribuna — o primeiro Parlamentar desta Casa a pedir o impeachment de Fernando Collor de Mello, o corrupto. (...) Data venha vamos preparar imediatamente processo de destituição do Presidente Fernando Cardoso, o impeachment — estou advertindo. É necessária essa providência.

Vejam bem, o corrupto Fernando Collor de Mello foi afastado, em virtude da construção do jardim da Dinda, do presente de um Fiat, duas coisinhas bem pequenininhas, e foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Agora, Sr. Presidente, é muita coisa. (...)

Agora, surge a revelação de que Parlamentares receberam dinheiro para votar a favor da emenda da reeleição. Houve negociações de todo o tipo, em uma gama que vai dar legitimidade duvidosa até a pura e simples corrupção.

(...) Eu sou contra a CPI. Bastam os fatos para que nós Parlamentares ou então o Supremo Tribunal Federal casse imediatamente o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Não há outra situação. Não precisa mais de CPI para incriminar, como ocorreu com a denúncia apresentada por Barbosa Lima e Marcelo Lavanère a esta Casa. Para nós, não precisa. Quantos argumentos, quantos indícios há? Sr. Presidente, a atitude a ser tomada é imediatamente declarar a cassação, através da Câmara dos Deputados, ou, então, do Supremo Tribunal Federal, porque se trata de crime comum do Sr. Fernando Henrique Cardoso. (...)

O jornal O Público, de Lisboa, Portugal, dedicou uma manchete: “Compra de votos atinge Governo Fernando Cardoso. Uma autêntica bomba atingiu o núcleo do Governo Fernando Cardoso. Há muito que circulavam denúncias de compras de votos no Congresso brasileiro. Agora, gravações telefônicas comprovaram-nas”. (...)O Libération publicou que o Ministro Sérgio Motta é acusado de estar envolvido na compra dos votos de cinco Parlamentares através de um pot de vin, ou seja: uma propina de US\$ 200 mil”. (...) É de pasmar!

(...) Peço à Presidência da Câmara dos Deputados que aceite o meu pronunciamento de hoje como uma peça acusatória, no qual faço a denúncia contra o Presidente da República, a fim de que seja instaurado imediatamente, nesta Casa, o processo de impeachment contra S. Ex. Que seja votado, e, depois de recebido, encaminhado ao

<sup>143</sup> Outro parlamentar que solicitou o *impeachment* do presidente Fernando Henrique foi o deputado do PDT, José Maurício, sua manifestação ocorreu no dia 13/11/1997.

Senado, para o devido processamento do impeachment. (20/05/1997 – 2ª parte)

O deputado Gibson fez questão de lembrar que foi ele o primeiro parlamentar a manifestar-se na tribuna favoravelmente ao *impeachment* de Collor de Mello. Ao comparar a conduta entre os dois presidentes, Collor e Fernando Henrique, o congressista fez questão de reafirmar que as acusações que pairavam sobre Collor eram infinitamente menores do que àquelas que envolviam Fernando Henrique. O fato agravante de todos os demais acontecimentos, anteriormente arrolados, consistiu na acusação de compra dos parlamentares para votar favoravelmente à emenda da reeleição. Tamanho foram os rumores em torno desta negociação, que os deputados do bloco oposicionista conseguiram assinaturas suficientes para instaurar uma CPI. Entretanto, a deputada do PSDB, Zulaiê Cobra, foi designada para o cargo de relatora, o que fez com que os trabalhos na CPI não avançassem.

Um paradoxo parece existir na manifestação do representante do PSB, ele posicionava-se contrário à instauração desta CPI para investigar os fatos. Entretanto, a sua justificativa elimina-o, pois o seu absoluto convencimento de que todos os acontecimentos eram verdadeiros tornavam a CPI desnecessária. Sua convicção era reforçada pelas matérias publicadas no exterior, especialmente em jornais de Portugal e da França. O teor dessas matérias davam conta justamente das denúncias de compra de votos dos parlamentares, agravadas pela suspeita do envolvimento direto de um importante colaborador do presidente Fernando Henrique, o ministro das Comunicações Sérgio Motta. A preocupação do deputado Gibson com os escândalos do Governo Federal não eram recentes, tanto que no dia 8 de janeiro de 1997, ele disse: “(...) quando alguém levantar esse tapete no Palácio do Planalto, deve o povo brasileiro assistir à sujeira do Governo FHC. O país clama por patriotismo, moralidade, honradez, extirpando do nosso convívio colméias de vermes e párias que denigrem nosso glorioso passado”.

O outro deputado que subiu à tribuna e fez uma espécie de resenha dos escândalos envolvendo o Governo Fernando Henrique, foi o petista Chico Vigilante. Sua manifestação deu-se depois da realização do pleito de 1998, quando o presidente foi reeleito para mais um mandato.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde desta segunda-feira, dia 16, quero falar sobre os escândalos que se sucedem neste País; em virtude do número elevado, eles vão se amontoando. Aparece um; em seguida, outro; depois, outro, e as pessoas os esquecem. É como se fosse uma corrida de obstáculos. Nada é apurado, nada é investigado. Isso poderá levar o Brasil a uma situação em que alguns vão pensar que o crime compensa, que alguém pode continuar praticando erros sem o mínimo de preocupação, sem ser responsabilizado pelo que fez. Sr. Presidente, quero rememorar alguns dos escândalos que aconteceram no Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Tivemos o escândalo do SIVAM. Houve uma discussão muito grande no Congresso Nacional sobre o assunto. Foram produzidas páginas e páginas de jornais e revistas; a matéria ocupou grande espaço no noticiário das rádios e televisões, e depois acabou em nada. Ninguém tem notícia de quem foi punido. Afinal de contas, havia ou não maracutaia no SIVAM? Houve também o escândalo da "pasta cor-de-rosa". Autoridades da República foram acusadas nos documentos contidos nessa pasta cor-de-rosa. A imprensa produziu vasto noticiário, mas também ficou o dito pelo não dito. Aí surge um novo escândalo, e as pessoas se esquecem do que estava sendo discutido. (...) (16/11/1998 – 1ª parte)

O projeto "SIVAM" já havia sido objeto de denúncia de outros parlamentares, entre eles Fernando Gabeira e dos petistas Arlindo Chinaglia e Marcelo Déda. Três anos depois dessas acusações, o deputado Chico Vigilante trouxe o assunto novamente à tona, mas não para acrescentar algum fato novo e sim para mostrar que nada foi esclarecido, ninguém foi responsabilizado, nem houve punições. O representante do PT também apresenta uma das características do Governo Fernando Henrique e que deve ser vista como a sua marca: a sucessão de escândalos. Na continuação de sua fala, Chico Vigilante resgata dois episódios que surgiram nos meses que precederam a campanha presidencial de 1998 e se estenderam até o pleito – Ilhas *Cayman* e a escuta no BNDES.

(...) Agora surgem essas notícias que, na verdade, dizem respeito a dois fatos da mais alta gravidade. Até penso que os encaminharam de

maneira deliberada para que um tente empanar o outro, (...) São as questões do chamado dossiê das Ilhas Cayman e do "grampo" no BNDES.

Sr. Presidente, já se falava disso há muito tempo. Durante toda a campanha eleitoral falava-se dessas contas de altas autoridades da República nas Ilhas Cayman.

(...) Mas agora, Sr. Presidente, parece-me que as autoridades da República não estão preocupadas com a veracidade dos documentos. Querem saber quem os produziu. Também quero saber quem os produziu, mas quero, muito mais, saber se são verdadeiros ou não, e se existem ou não as contas nas Bahamas. Ninguém, em momento algum, disse que as contas estão em nome do Sr. Fernando Henrique Cardoso; a imprensa também não.

Passaram a investigação para o Chefe da Casa Militar. Não cabia ao Chefe da Casa Militar fazer nenhuma investigação. Depois, passaram o caso para o Ministério Público. Sabemos que o Ministério Público é o maior engavetador de denúncias que existe. (...) Portanto, é algo que precisa ser investigado, e esta Casa tem, sim, poderes e o dever de fazer as investigações. (16/11/1998 – 2ª parte)

Na continuação do seu pronunciamento, o deputado Vigilante deixou claro que, mais do que explicar da tribuna o episódio das Ilhas *Cayman*, sua preocupação residia em saber sobre sua veracidade ou não. Para se chegar a uma resposta definitiva era necessário investigação e aí que estava localizado o problema. No entendimento do parlamentar do PT, no Governo Fernando Henrique o Ministério Público não estava cumprindo plenamente as suas funções, porque o Procurador-Geral, apelidado pelas oposições de "engavetador-geral", agia com o intuito de impedir que as denúncias envolvendo a Presidência da República prosperassem. Aparentemente esse caso tinha passado pelas mãos da Casa Militar e do Ministério Público, mas nada fora esclarecido. O que deputado almejava era que a Câmara dos Deputados não fosse omissa frente aos fatos e tomasse para si a investigação, independente do Governo ter maioria na Casa legislativa. É interessante observar que mesmo tendo passado as eleições presidenciais, esta fala ocorreu em 16 de novembro, os representantes dos partidos de oposição mantêm a mesma linha política, ou seja, continuar denunciando e tensionando com o presidente Fernando Henrique Cardoso. A seguir a abordagem do membro do PT recai sobre a privatização do Sistema TELEBRÁS:

(...) Outra coisa, Sr. Presidente, são as fitas, são os negócios, é o escândalo referente às privatizações. Tive o cuidado de assistir ontem ao programa da TV Globo. Nele, o próprio Ministro das Comunicações, Sr. Mendonça de Barros, diz que tentou interferir, sim, para atingir o grupo de Carlos Jereissati, que é irmão do Governador do Ceará, um tucano de plumagem brilhante e de bico grande. São irmãos, têm negócios juntos. O Ministro Mendonça de Barros disse que sua interferência foi no sentido de impedir que o grupo do irmão do Governador do Ceará ganhasse a concorrência pública. Se tivesse hombridade, dignidade, o Ministro teria agido de outro modo antes do leilão, teria denunciado para a sociedade brasileira que o leilão de privatização das empresas do Sistema TELEBRÁS estava correndo perigo, porque um grupo ligado ao Governador do Ceará, (...) que não tinha capacidade de operar o negócio, estava entrando na concorrência de maneira escusa — como disse o próprio Ministro —, para ganhar a licitação. É isso que teria feito um homem de bem. Na verdade, S.Exa. deveria ter impedido a participação daquele grupo no leilão, (...) em vez de pressionar a carteira previdenciária do Banco do Brasil para injetar recursos no negócio. Aí é que está a negociata; isso é que não deve ser feito neste País. Um homem de bem, um Ministro, teria ido ao Presidente da República e denunciado o fato de que tinha conhecimento; teria cancelado o edital da licitação naquele instante e publicado outro, marcando o leilão para outro dia; por fim, teria denunciado a armação do irmão do Governador Tasso Jereissati. Mas não o fez, Sr. Presidente. Preferiu ir pelo caminho fácil do dinheiro público; optou por empregar recursos públicos num negócio privado e pressionar uma instituição como o Banco do Brasil a entrar na operação, a fim de impedir que outro negociante ganhasse as licitações. (16/11/1998 – 3ª parte)

Na continuação de sua fala, Chico Vigilante está denunciando mais um episódio na extensa lista de acusações de irregularidades e ilícitudes envolvendo o Governo Fernando Henrique, apresentada pelos partidos de oposição. Nesse fragmento o ponto central eram as privatizações, mais especificamente, o sistema de telefonia. O mote de sua manifestação foi a entrevista dada ao programa televisivo *Fantástico* pelo Ministro Mendonça de Barros, ligado ao PSDB e um dos principais assessores do presidente da República. O seu teor causou impacto sobre o deputado do PT, mas por quê? Ao admitir que interferiu diretamente na privatização da TELEBRAS, Mendonça de Barros explicitava as relações promíscuas entre o público e o privado, confirmando assim o que outrora era apenas uma suspeição das oposições. Pode se dizer que a lógica do Ministro era “os fins justificam os meios”, isto é, para excluir do leilão um grupo econômico que não tinha condições de operar o negócio, o que comprometeria a desestatização na área da telefonia, Mendonça de Barros lançou

mão de sua influência política para assim alterar o rumo do leilão. Tanto o deputado como o Ministro das Comunicações concordavam em um aspecto, o grupo Jereissati não estava habilitado a participar do processo de privatização, a discordância estava na forma de fazer a exclusão do pretendente. Pois o caminho correto, segundo Chico Vigilante, seria denunciar o fato e cancelar o leilão, e não utilizar-se de tráfico de influência. Ao agir dessa maneira, Mendonça de Barros comprometeu não só a privatização do sistema TELEBRAS, bem como o próprio Governo. Eis a parte final da sua manifestação.

(...) No tempo do SIVAM, Sr. Presidente, disseram que não podíamos criar uma CPI, para não atrapalhar a discussão da reforma previdenciária que estava acontecendo nesta Casa. Depois, na época do escândalo da "pasta cor-de-rosa" ocorreu a mesma coisa: disseram que não podia haver investigação pelo Congresso Nacional para não atrapalhar as reformas. Agora, tanto no caso do "grampo" quanto no do dossiê das Ilhas Cayman, dizem que não se pode investigar o assunto, porque isso vai atrapalhar o pacote econômico.

A verdade, Sr. Presidente, é que este País está indo para o buraco. Não pode investigar nada, e nunca vai poder, porque o Brasil não sairá da crise tão cedo; crise esta provocada pelas próprias autoridades que aí estão. Os escândalos se sucedem e são cada vez maiores, e o Congresso Nacional não pode fazer nada, por causa das chamadas reformas. Agora, não pode, por causa do ajuste econômico. Afinal de contas, vai poder quando?

Entendo ser perfeitamente compatível a ação de uma CPI com o funcionamento normal do Congresso Nacional, realizando uma investigação profunda, até para que a sociedade brasileira tome conhecimento dos fatos. Feita essa investigação pelo Congresso Nacional, se as autoridades constituídas — Presidente da República e Ministros — não deverem absolutamente nada, aqueles que os acusaram levemente devem ir para a cadeia. O que não pode acontecer é este Congresso Nacional ficar na inércia, sem investigar as denúncias, como se não estivesse acontecendo nada. Isso não pode acontecer em hipótese nenhuma! (...)

Afinal, que democracia é esta que não resiste a uma investigação? Que democracia é esta que estamos construindo, que é incapaz de produzir mecanismos de autodefesa? A investigação é, sim, um mecanismo de autodefesa da própria democracia, da consolidação do processo democrático. Não tem e nunca terá uma democracia forte um país que não resiste às investigações. E o que estão dizendo agora? Hoje mesmo, serei tachado de antipatriota, por estar falando tudo isto aqui. Pergunto a V.Exa.: patriotismo é defender maracutaia? É não querer investigação? É colocar tudo debaixo do pano? É fazer negociata? Se é isso, não quero ser patriota. Para mim, patriotismo é defender a minha

Pátria, que não é sinônimo de roubalheira, malandragem ou corrupção, nem pode ser confundida com impunidade.

Portanto, espero que o Congresso Nacional tenha a capacidade de constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito à altura da exigida pelo momento, para investigar os fatos com isenção, seriedade e profundidade, a fim de encontrar os culpados por esses desmandos que estão por aí. A alguns da própria base do Governo interessa que nada seja investigado, porque querem ficar com as pastas da corrupção e chantagear o próprio Presidente da República. (...) Portanto, para alguns interessa que não seja investigado nada, para que se beneficiem da dúvida e tenham o Presidente da República como refém. Por isso, a investigação seria fundamental, até para restabelecer a autoridade do Presidente da República e para que ele não se torne refém daqueles que dizem defendê-lo, mas na verdade estão na defesa dos próprios interesses. Portanto, o apelo que faço a esta Casa é no sentido de que a investigação dessas denúncias seja feita com profundidade, a fim de se livrar o Brasil da situação vergonhosa que estamos vivendo. Era o que tinha a dizer. (16/11/1998 – 4ª parte)

No encerramento de seu pronunciamento Chico Vigilante elencou os principais escândalos envolvendo o Governo Fernando Henrique – SIVAM, Ilhas *Cayman*, “pasta rosa”, “grampo BNDES” - e apresentou as razões pelas quais o Palácio do Planalto não permitia que esses acontecimentos fossem investigados. As justificativas palacianas eram de duas ordens, uma para não emperrar o andamento das reformas constitucionais, e outra por conta do ajuste econômico. Entretanto o deputado petista levanta a seguinte questão: *afinal de contas, vai poder quando?* Ou seja, se dependesse da Presidência da República as investigações nunca ocorreriam. A proposta do parlamentar era que o Congresso Nacional não ficasse apático e fizesse uso de suas prerrogativas, sob pena de colocar em risco a própria democracia. Para tomar as rédeas deste processo, o membro do PT propunha que uma comissão parlamentar de inquérito fosse instaurada. Geralmente uma CPI é um instrumento das minorias e para ser efetivada é necessário a assinatura de 171 deputados (1/3 da Casa), número de membros que as oposições não tinham na 50ª legislatura. Sabedor disto, Chico Vigilante apela aos seus pares, não só aos opositores, para que a CPI fosse viabilizada. Esta, segundo o parlamentar, seria a única maneira de esclarecer os fatos, separar os inocentes dos culpados, punir os responsáveis, e desta forma preservar a democracia brasileira.

É interessante observar a construção discursiva que o deputado fez para conclamar seus adversários, na tentativa de trazê-los para o seu lado. Chico Vigilante apelou para uma fórmula supra-partidária, pois ao continuar nesta situação de sucessão de escândalos o país sairia perdendo, já que havia o enfraquecimento do Governo e do próprio presidente da República, o que em última instância, trazia prejuízos à democracia. Esta no seu entendimento, tem a ver com transparência e *accountability*, e todos aqueles que se mostrassem favoráveis a instalação da CPI poderiam ser chamados de democratas e patriotas, independente da filiação partidária. Àqueles contrários a ela seriam considerados, em uma cadeia de equivalência, “antipatriotas, corruptos, malandros, chantagistas e defensores das negociatas, das maracutaias e das roubalheiras”.

O foco principal deste capítulo consistiu em analisar um conjunto de pronunciamentos dos representantes das oposições, com vistas a identificar como o Governo Fernando Henrique foi por eles, desconstruído. Como já foi destacado no decorrer desse capítulo, suas manifestações da tribuna estavam assentadas em três pilares, as ações governamentais nas áreas econômica e social; as relações Executivo e Legislativo; e por fim, os escândalos envolvendo o Governo Federal. O primeiro item serviu para caracterizar o país em uma situação de crise, basicamente do ponto de vista econômico. Da perspectiva das oposições, a “crise brasileira” assumiu duas significações. De um lado, ela representava a falência do modelo neoliberal, e conseqüentemente, colocava em xeque o próprio “Plano Real”. De outro lado, ela serviu para desencadear o processo de privatização das estatais e assim, salvar o referido programa econômico do Governo.

Além da economia, também as áreas social e política foram objeto de crítica pelos parlamentares do bloco oposicionista. Quanto ao “social” foi mostrado por estes deputados que, apesar da urgente necessidade de investir nela, essa área não era uma prioridade para o Palácio do Planalto. Tanto era assim, que as verbas destinadas aos projetos sociais eram infinitamente menores do que outros gastos governamentais. A razão para isto encontrava-se menos na escassez de recursos, e mais na sua opção política, a qual não passava pelos mais necessitados. Afora

destinar poucos recursos, os programas sociais existentes não atingiam aquele que deveria ser seu objetivo primordial: atender os excluídos, o que tornava a situação ainda mais grave. Este foi um dos caminhos trilhados pelos deputados de esquerda para desqualificar o Governo Fernando Henrique, destacando seu desperdício das verbas sociais e sua incompetência, por não promover políticas públicas relevantes.

Quanto a arena política, *stricto sensu*, os membros das oposições foram pródigos em apontar os desmandos do presidente da República, especialmente nas relações entre os Poderes Executivo x Legislativo, e em acusações de fraude e corrupção. Para caracterizar o primeiro item, os deputados destacaram o comportamento anti-ético e fisiológico do Governo em dois episódios, que podem ser tomados como paradigmáticos: a) quando da cooptação do PMDB para sua base aliada; e b) quando da aprovação da emenda da reeleição. Em ambos os casos, segundo os partidos de oposição, o Palácio do Planalto lançou mão de “expedientes escusos” para atingir seus objetivos, ao promover um “toma-lá-dá-cá” com os peemedebistas, oferecendo-lhes cargos em troca de apoio parlamentar, ou ainda, barganhando financeiramente com alguns deputados para votarem favoravelmente à emenda da reeleição.

Em decorrência desse episódio da “compra de votos”, o bloco das oposições conseguiu instaurar uma CPI, entretanto seus trabalhos não avançaram por interferência do Palácio do Planalto. Outras duas Comissões Parlamentares de Inquérito - a dos Bingos e a dos Corruptos - também sofreram pressão da parte do Governo, ora obstaculizando seu funcionamento ora abortando-a. As CPIs foram alguns dos exemplos citados pelos deputados oposicionistas para caracterizar a forma desrespeitosa do Executivo relacionar-se com o Legislativo. Outro típico caso de ingerência da Presidência da República, e denunciado pelos partidos de oposição, ocorreu quando da eleição da Mesa Diretora da Câmara, em 1997. Aconteceu que o Governo manifestou-se favorável a um determinado candidato e sinalizou sua preferência aos membros da sua bancada. Isto foi considerado pelos partidos adversários como uma falta de respeito com o Parlamento brasileiro.

Em continuidade da sua linha de denunciar os escândalos envolvendo o Governo Fernando Henrique, as oposições trouxeram à público vários exemplos, entre eles, foram destacados, o projeto SIVAM, o PROER, Ilhas *Cayman*, a privatização do sistema de telefonia, o “grampo” do BNDES e as verbas publicitárias. O que havia em comum entre eles era a associação do Governo Federal à malversação do dinheiro público e à imoralidade administrativa. A construção negativa do presidente da República e de sua administração, ganha especial importância, na medida em que os partidos de oposição acusavam a imprensa de ser aliada de Fernando Henrique e respaldar a sua imagem de honestidade. A estratégia adotada pelos opositores foi de publicizar esses fatos, demonstrando que o Palácio do Planalto praticava improbidade administrativa e defendia os interesses de determinados grupos, em detrimento dos interesses nacionais. Estes eram defendidos pelos parlamentares das oposições, que assim delimitaram claramente de qual lado eles estavam e o quão distante eles estavam do projeto político governista. Não só era um distanciamento programático, como também o era pragmático.

## 5 AS OPOSIÇÕES FRENTE AO DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

O presente capítulo propõe-se a analisar as manifestações da tribuna dos representantes das oposições em relação à mudança do perfil do Estado brasileiro, durante o tempo reservado ao Grande Expediente. Conforme já foi destacado no capítulo anterior, esses parlamentares trataram de diversos temas nas suas falas, mas foi em torno das questões políticas que eles se concentraram. Especificamente neste capítulo, interessa estudar a sua posição frente à quebra dos monopólios estatais e do programa de privatizações proposto pelo Governo Fernando Henrique.

Respaldado na sua expressiva votação nas urnas, o presidente Fernando Henrique logo no início dos trabalhos legislativos, em 16 de fevereiro de 1995, encaminhou ao Congresso Nacional um conjunto de propostas com vistas a alterar o perfil do Estado brasileiro, o qual foi denominado pelos representantes das oposições de “projeto neoliberal”. Entre as medidas iniciais apresentadas pelo Executivo duas se destacavam: a) a redefinição do conceito de empresa nacional e b) a quebra dos monopólios estatais das telecomunicações, da energia elétrica, de recursos minerais, do petróleo e do gás. No ano de 1996 entrou em discussão a proposta governamental de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cuja contenda estendeu-se até 1998. Já em 1997, a pauta do Legislativo foi dominada pelo debate em torno da privatização das “teles”, da reforma previdenciária<sup>144</sup> e do PROER.<sup>145</sup> A partir dos assuntos referidos, constata-se que o papel da conjuntura na formação da pauta legislativa fica bastante visível no decorrer desses quatro anos. Assim como percebe-se que os assuntos eminentemente nacionais preponderavam nas manifestações dos membros das oposições.

---

<sup>144</sup> As propostas de reformas constitucionais nas áreas política e da Previdência Social serão abordadas no próximo capítulo.

<sup>145</sup> O PROER é a sigla do programa de ajuda econômica que o Governo federal aprovou com o intuito de socorrer bancos privados, entre eles o Econômico, o Nacional e o Bamerindus.

Como já foi citado acima, imediatamente após a abertura dos trabalhos da 50<sup>a</sup> legislatura, o Poder Executivo enviou à apreciação do Parlamento um conjunto de medidas com vistas a redesenhar o Estado brasileiro. O estrategema do Governo Federal foi apresentá-las em bloco e elas englobavam as emendas constitucionais que propunham as quebras dos monopólios estatais, a saber: dos recursos minerais, de exploração do potencial de energia hidráulica e redefinição do conceito de “empresa nacional” (EMC n° 6), das telecomunicações (EMC n° 8) e do petróleo, do gás e derivados (EMC n° 9). Além dessas propostas liberalizantes, orientadas para o mercado, o Palácio do Planalto também enviou, simultaneamente, as reformas previdenciária, tributária e fiscal.

Para dar conta das reações dos partidos oposicionistas e seus posicionamentos frente ao pacote reformista serão tomados os pronunciamentos dos seus representantes a partir de três eixos de análise, os quais correspondem as sessões em que este capítulo está dividido. Na primeira pretende-se apreender a visão das oposições sobre o papel do Estado. A necessidade de tal compreensão decorre dos debates estarem inseridos em uma conjuntura reformista que promulgava reduzir ao mínimo o escopo das suas funções. Um segundo eixo analítico busca entender as percepções dos membros desses partidos às justificativas dadas pelo Governo para promover as reformas constitucionais, seus objetivos e quais os grupos que seriam beneficiados ou prejudicados com as alterações propostas. Por fim, o terceiro ponto objetiva resgatar as manifestações dos deputados em torno das reformas constitucionais, especificamente as proposições em torno da quebra dos monopólios estatais e das privatizações.

## 5.1 QUAL O PAPEL DO ESTADO?

O conjunto de reformas constitucionais encaminhadas pelo presidente Fernando Henrique aprofundou medidas liberalizantes iniciadas no Governo de Collor de Mello (1990-1992). As propostas reformistas apresentadas em 1995 sustentavam a idéia

que elas pretendiam colocar um ponto final em um modelo interventor de Estado, cuja presença forte era sentida, direta ou indiretamente, no setor produtivo. Tal ciclo teve seu início no pós-30 com Getúlio Vargas e, segundo Fernando Henrique, passados 60 anos apresentava sinais de esgotamento. Diante desta realidade deveria ocorrer a substituição deste Estado por um novo modelo, com vistas a retomada do desenvolvimento econômico e social do país.

A questão do Estado foi um aspecto que permeou incisivamente as falas dos deputados de todos os partidos de esquerda e elas apresentavam um ponto de convergência: seu papel era considerado fundamental em um país como o Brasil. A partir dessa premissa alguns parlamentares até admitiam a necessidade de reformar o Estado, porém em uma direção diametralmente oposta daquela que o Governo Fernando Henrique propunha. Para esses congressistas qualquer reformulação deveria ter como objetivo principal “desprivatizar” o Estado, colocando-o a serviço dos brasileiros em geral, especialmente os mais necessitados. Sendo assim pode-se afirmar, como será visto a seguir, que a clivagem básica não se deu apenas entre reformistas x anti-reformistas, mas também entre estatistas *versus* anti-estatistas. Pois a idéia subjacente às propostas de reforma estava diretamente relacionada a visão de Estado, tanto de um bloco partidário como de outro.

Sempre que os deputados oposicionistas abordaram temas como quebra dos monopólios estatais, as privatizações e as reformas constitucionais, eles também estavam falando, direta ou indiretamente, sobre a questão do Estado. Por um aspecto meramente conjuntural, o ano de 1995 - quando tiveram início a tramitação das propostas de reformas constitucionais - foi pródigo em manifestações dos parlamentares abordando mais explicitamente o papel do Estado. As falas mais expressivas ocorreram no mês de abril e foram proferidas pelos deputados do PT, Chico Ferramenta (MG), Gilney Viana (MT) e Miguel Rossetto (RS). Chico Ferramenta subiu à tribuna, no dia 25 de abril de 1995, e lembrou a seus pares que o Chefe da Nação, em suas manifestações públicas, vinha apregoando o fim do ciclo do

intervencionismo estatal. Em seu pronunciamento, a seguir reproduzido, o petista foi bastante crítico a proposta governamental e saiu em defesa de um outro tipo de reforma. Eis suas palavras:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Parlamentares, com muita honra que ocupo a tribuna desta Casa. (...) Acima de tudo, procurarei defender os interesses gerais do povo brasileiro, em busca de soluções para esta crise que tanto golpeia a sociedade brasileira. E dentro desta perspectiva que tenho procurado acompanhar as ações políticas do nosso Presidente, mesmo antes de sua posse.(...) Entre as preocupações levantadas pelo Presidente, destaca-se firmemente, como ponto central, a reforma do Estado, nos seus mais diversos aspectos. Certamente este debate é muito rico e espero que seja fecundo. A sociedade brasileira não pode esperar mais por reformas profundas no nosso sistema educacional, que assegure uma produção científica de qualidade, gerando novas tecnologias capazes de somar para o desenvolvimento nacional. O sucateamento do sistema de saúde, não pode mais continuar. (...) A contração da execução orçamentária levou a cortes em investimentos em habitação, saneamento básico, obras de infra-estrutura urbana, transporte público, que agravaram ainda mais a situação das levas de migrantes, despejados nos grandes centros, movidos pelas agonias da vida rural. (...)

(...)Mesmo no nosso País, a figura do Estado tentacular confunde-se com governos autoritários e, mais recentemente, com o ciclo da ditadura militar, sob cuja égide, a intervenção estatal no mundo econômico atingiu o paroxismo. As estatais foram obrigadas a ser curvar à vontade e aos caprichos dos governantes ou a servirem de metas de política econômica questionáveis, ou a meramente se curvarem a interesses diretos de grupos econômicos. Quem não se lembra das indicações políticas para cargos vitais e importantes nas empresas estatais? (...) (25/04/1995 – 1ª parte)

À exemplo de seus pares em outras manifestações, o deputado Chico Ferramenta fez um diagnóstico do país: a situação era de crise, soluções deveriam ser buscadas e o caminho estava nas reformas. Reformar também era a proposta de Fernando Henrique, porém não eram as mesmas mudanças apregoadas pelo representante do PT. O presidente da República propunha como ponto central alterar as funções do Estado, substituindo o intervencionismo estatal, vigente desde a década de 30, por um modelo regulador/fiscalizador das atividades econômicas. Em um campo oposto, o representante das oposições defendia não um Estado mínimo, mas ao contrário, um Estado que se fizesse presente. Apesar do longo período de

vigência do Estado interventor, ele esteve completamente ausente de áreas fundamentais como educação, ciência e tecnologia, saúde, habitação e infra-estrutura (saneamento básico e transporte público). A defesa de um Estado “presente” em oposição ao interventor, adquire um sentido especial na fala de Chico Ferramenta. Este modelo de Estado foi associado, no caso brasileiro, a governos autoritários, os quais colocaram as estatais à serviço de interesses políticos e de determinados grupos econômicos. Com isto o deputado constrói uma cadeia de equivalências, onde o intervencionismo estatal foi igualado a autoritarismo e privatização do espaço público. É por isto que em tempos democráticos este é um modelo que não serve mais, devendo passar por reformas que tenham como objetivo principal publicizar o Estado.

Na continuação de sua manifestação Chico Ferramenta reforçou uma das facetas negativas do Estado interventor, mas também detalhou algumas das suas contribuições para o país, em um momento histórico determinado:

(...) No Brasil, mais do que nunca, o setor produtivo estatal sempre foi privatizado, servindo a interesses particulares de grupos políticos ou econômicos. Este fato, junto a muitos outros, levou à crise do setor, que hoje necessita de ter o seu papel econômico revisado. Todavia, não podemos esquecer que a intervenção do Estado no mundo econômico — o chamado Estado nacional desenvolvimentista — foi o fator decisivo para que a economia brasileira chegasse aonde está. (...) Acredito que o Estado deve ser público. Portanto, não o patrocinamos. Não estamos defendendo o Estado quando criticamos a fúria privatista do Governo federal, mas apenas dizendo que é preciso tornar nossas estatais empresas públicas a serviço de toda a sociedade.

O capital estrangeiro e o capital nacional, certamente somaram e contribuíram para este desenvolvimento, mas foi a capacidade de investimento do Estado, juntamente com os instrumentos de poupança pública que determinaram a dinâmica expansiva da economia brasileira.

Resta então, nos perguntarmos: este ciclo está mesmo encerrado? Tenho minhas dúvidas Sr. Presidente. Infelizmente, mesmo sendo a décima economia mundial, acredito que o papel estruturante do Estado no mundo econômico, ainda é e será relevante. Deverá, obviamente, ser revisto, modificado, adaptado ao mundo moderno, mas continuará a existir. (...)

A nossa preocupação é exatamente não levar o discurso para o campo ideológico. Não estamos aqui discutindo se o setor siderúrgico é ou não estratégico; estamos chamando atenção para o fato de que esse

método de privatização, essa fúria privatista tem trazido muitos prejuízos para o Brasil. Afirmamos que o Estado brasileiro investiu 25 bilhões de dólares no setor siderúrgico e só teve 2 bilhões de retorno; portanto apenas 8% daquilo que investiu. Os números que estamos apresentando — e são de um relatório do BNDES — comprovam que o Estado brasileiro está perdendo seu patrimônio, está ficando sem dinheiro e continua endividado. (...) Estamos procurando trazer o debate exatamente para o campo pragmático e não ideológico, ou da fantasia,(...). É preciso discutir, sim, a reforma do Estado. Defendemos a reforma do Estado, talvez não a mesma que S. Ex o Presidente da República, está defendendo. (...) (25/04/1995 – 2ª parte)

O deputado Ferramenta localizou precisamente onde estava a origem da crise do Estado interventor: ter servido a interesses privados. Mesmo assim, o intervencionismo estatal desempenhou um papel importante, ele foi responsável por colocar a economia brasileira entre as dez maiores do mundo. O parlamentar reconheceu que os capitais nacional e estrangeiro também contribuíram para isto, mas foi o maciço investimento público que alavancou o nível de desenvolvimento nacional. É em função desta contribuição que o representante da oposição estava convencido que o Estado ainda possuía um importante papel a desempenhar, entretanto ele deveria se dar em outras bases. O principal embate com o Governo Federal se dará justamente na definição em torno de quais são as reformas necessárias. Estas se colocam em um campo diametralmente oposto à “fúria privatista” do presidente Fernando Henrique, ao invés de menos Estado, o que a sociedade brasileira necessita é de mais Estado, que ele esteja mais presente e à serviço, não de uma elite, mas dos brasileiros em geral.

É interessante observar a construção discursiva que o parlamentar do PT fez: ele admitiu que estava fazendo um debate pragmático em torno desta questão, e quem pretendia ideologizá-lo era o presidente da República. Isto porque freqüentemente, conforme noticiado pela imprensa, ao longo da tramitação das propostas de emendas constitucionais o Chefe do Executivo rotulou as oposições de “atrasadas e retrógradas”, por elas estarem contra essas propostas e porque as esquerdas faziam críticas vazias. Para desqualificar este argumento do primeiro mandatário da nação, Chico Ferramenta utilizou-se de um contra-argumento

pragmático, isto é, ele buscou em um relatório do BNDES, portanto “oficial”, dados para questionar as medidas privatistas do Governo. Daí que ele trouxe o exemplo da siderurgia, toda ela já havia passado para as mãos privadas, que deu como retorno apenas 8% de todo o capital investido pelo Estado brasileiro, que fora algo em torno de US\$ 25 bilhões.

Assim como o deputado Ferramenta, Gilney Viana reportou-se ao período autoritário para reconhecer a importância do papel do Estado, sem deixar de destacar as visões diferenciadas, entre aquelas defendidas pelo PT e as apregoadas pelos militares. A manifestação de Viana deu-se no dia 1º de abril, quando fez alusão aos 31 anos do golpe militar no Brasil:

(...) O distanciamento possibilitado pelo tempo e pelas lutas atuais nos permite hoje identificar e avaliar o regime militar também sob outro prisma — do seu projeto nacional — porque o regime militar e sua tecnoburocracia tinha um projeto nacional para o Brasil — que não era o projeto nacional da esquerda, das reformas de bases da valorização das potencialidades do mercado interno e da contraposição dos ditames da superpotência norte-americana. O traço mais significativo do projeto nacional do regime militar foi o papel central do Estado: seja como agente autoritário promotor de mudanças no panorama econômico-social (novo sistema financeiro, sistema de habitação, legislação da reforma agrária e colonização), seja como parceiro do desenvolvimento econômico (1º plano nacional de desenvolvimento, e principalmente o II PND), seja como agente de integração nacional (o PIN, e a política de ocupação da Amazônia). E foi graças a esse papel central do Estado que o regime militar propiciou duas mudanças estruturais ao País: a modernização conservadora da economia, tanto na agricultura como na indústria, completando o ciclo de substituição de importação, e a chegada ao capitalismo financeiro.

Está claro que duas condições básicas possibilitaram tais avanços: o mercado financeiro favorável, incrementando a taxa de investimento interno com o aporte da poupança externa e uma elevada taxa de exploração dos trabalhadores, possibilitando lucros extraordinários. A contrapartida das altas taxas de crescimento foram altas taxas de exclusão social, agravando-se o quadro de marginalidade social superlativizada, quando o regime e o seu modelo de desenvolvimento se esgotara, deixando a gigantesca dívida social das elites para com a maioria da população. (01/04/1995 – 1ª parte)

Longe de fazer qualquer apologia ao período do autoritarismo, a fala do deputado Gilney Viana tinha um objetivo muito claro ao fazer referência ao passado recente: reconhecer que os militares tinham um projeto para o país, cujo ponto fundamental era o papel do Estado. Apesar da proposta da esquerda estar muito distante daquela apregoada pelos governos militares, ambos os atores políticos reconheciam a centralidade do Estado. A atuação do Estado sob a égide da ditadura militar promoveu mudanças estruturais no Brasil – “a modernização conservadora da economia e a chegada ao capitalismo financeiro”. Entretanto, essas mudanças tiveram conseqüências positiva para alguns, a elite financista com altos lucros, e nefasta para outros, a classe trabalhadora – marginalizada e socialmente excluída. Na continuação de seu pronunciamento, o parlamentar do PT questionou sobre o projeto político do Governo Fernando Henrique:

(...) Qual o projeto nacional deste Governo híbrido do Sr. Fernando Henrique Cardoso? A se acreditar nos pronunciamentos e iniciativas do Governo, seu projeto nacional é extremamente internacionalista. A abertura sem freios do mercado nacional (não apenas aos investimentos estrangeiros, mas a toda sorte de mercadorias); a confiança ilimitada de que a mão invisível do mercado dirija os investimentos e aloque os recursos para atender às demandas sociais (e os eventualmente excluídos sejam entregues aos bons samaritanos da caridade social) é a fé inabalável de que a iniciativa privada seja não só esteio da liberdade, mas também de todas as satisfações coletivas, é a negação do papel do Estado como promotor do desenvolvimento nacional, reservando-lhe apenas o papel de mero controlador de políticas macroeconômicas, e sempre que possível retirando-lhe a obrigação dos serviços sociais de saúde, educação e segurança.

(...) Completa-se o círculo: abre-se o mercado, extinguem-se as aduanas, abre-se a fronteira e extinguem-se as Forças Armadas. E a soberania nacional? E a nossa identidade cultural? E o Estado Nacional? Parece-nos que o Governo do Sr. Fernando Henrique tem um projeto de curto prazo, o Plano Real, mas não tem um projeto de longo prazo para a Nação.

Parece-nos que o Governo propõe um novo contrato social com a pretendida reforma da Constituição, mas rejeita ouvir o povo e recusa discuti-la exaustivamente com o Congresso Nacional. Parece-nos que o Sr. Fernando Henrique está embevecido pela ideologia neoliberal, mas não tem um projeto nacional claro. Parece-nos mais ainda que a ideologia neoliberal não dá suporte a um projeto nacional para um país da grandeza do Brasil e da sua história recente, inclusive do período militar. (...) Até quando, Sr. Presidente e Sras e Srs. Deputados? (01/04/1995 – 2ª parte)

Na parte final da sua fala, o deputado Viana traçou um paralelo entre os dois projetos – o dos militares e o de Fernando Henrique. A diferença substancial entre ambos era que no primeiro caso, predominava o nacionalismo e o intervencionismo estatal. Já o segundo projeto era internacionalista, entreguista e tinha no Estado mínimo seus principais traços. As medidas incluídas neste modelo de Estado visavam abrir a economia nacional para o capital estrangeiro com vistas a atrair investimentos. Entretanto, o parlamentar do PT destacou que o Governo não possuía um projeto de Nação, apenas um projeto de curto prazo, que tinha como objetivo, tão somente, “salvar o Plano Real”.

Alguns dias depois do pronunciamento do seu colega de bancada Chico Ferramenta, o deputado Miguel Rosseto ocupou o espaço do Grande Expediente, em 29 de abril, para fazer uma contundente manifestação em torno da proposta de quebra do monopólio do petróleo. Porém, no início de sua fala ele abordou uma outra questão - o papel do Estado:

(...) Digo isso porque tenho certeza de que a responsabilidade desta Casa exigirá amplo debate sobre o tema, até agora inexistente. Nossa responsabilidade é fugir do senso comum criado em torno das estatais e dos monopólios, que se fundamentam em impressões ligeiras desinformações e, acima de tudo, em uma tal e insidiosa campanha que tem como objetivo final o desmantelamento do Estado brasileiro.

E por isso que peço a atenção de S. Ex para fazer o relato desses debates e depoimentos. Estou convencido de que não se discute nessa emenda um tema de Governo, mas um tema de Estado. Um tema que diz respeito a toda uma geração, e, mais do que isso, a gerações futuras, que sofrerão as conseqüências de nossa decisão. O que estamos por decidir é a sorte de um patrimônio acumulado ao longo de mais de quatro décadas, fruto de uma luta política que envolveu gerações. Lutas em que muitos de nós e dos nossos pais se envolveram, que mobilizaram a Nação, acima até mesmo das divergências ideológicas. Luta essa que, acima de tudo, construiu uma experiência vitoriosa na definição de um instrumento poderoso para a formação de um projeto de desenvolvimento nacional. Por tudo isso, essa é uma decisão que só deve fidelidade às nossas consciências; que deve ser escrupulosamente elaborada com base na informação, num debate de idéias, num projeto de futuro para o nosso País. (...)  
(29/04/1995)

As duas manifestações dos membros do Partido dos Trabalhadores apresentavam uma convergência: introduziram no debate um tema que estava sendo deixado de lado, deliberadamente ou não, pelos governistas, o Estado. Não só esta questão foi trazida à tona, como reconheceram o importante papel que ele desempenhou e ainda desempenha na sociedade brasileira. Em que pese essas aproximações, a fala do deputado Rosseto trouxe uma diferença substancial em relação ao pronunciamento do seu colega de partido. Rosseto introduziu o caráter de luta, presente nas discussões sobre as privatizações e quebras dos monopólios estatais. Ou seja, o que estava em jogo eram dois projetos políticos radicalmente opostos e aquele que se tornasse hegemônico, apontaria o futuro do Brasil. E sobre isto os congressistas estavam sendo chamados a participar, oportunidade que, segundo Rosseto, não deveria ser desperdiçada. Pois esta era a chance do Congresso Nacional, e mais especificamente das oposições, evitarem o desmonte do Estado brasileiro.

Outro parlamentar que trouxe a questão do Estado para o debate, foi o representante do PCdoB, Aldo Arantes. Sua fala ocorreu em dezembro de 1996 e pode ser tomada como uma síntese do ideário das oposições em torno do referido tema:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, na verdade, essa questão das privatizações envolve um debate, mais aprofundado, envolve um debate acerca da papel do Estado na economia brasileira, aliás, do papel do Estado na economia.

Fala muito que hoje a regra é a de menos Estado e mais mercado. Só que sabemos, Sr. Presidente que menos é Estado e mais mercado, retirando o Estado das atividades sociais, significa permitir o crescimento dos grandes grupos econômicos e o agravamento da crise social, que; aliás, é o que está acontecendo em todos os países que estão aplicando o tal projeto neoliberal. Ele significa a concentração brutal da renda, por um lado, e, por outro, a marginalidade social.(...)  
(31/12/1996)

A tônica do pronunciamento do deputado Aldo Arantes não é só o reconhecimento da importância da atuação do Estado na economia, mas também a construção do antagonismo entre Estado e mercado. Ou seja, na medida em que o mercado se expande, o Estado encolhe. Essa relação assimétrica entre os dois

agentes produz um resultado positivo - ganhos para os grandes grupos econômicos, e outro negativo - perdas para outros, pois aumenta a concentração de renda e a exclusão social, agravando assim a crise social. Mas isto não está restrito apenas ao Brasil, mas ocorre em todos os países que adotaram o “projeto neoliberal”.

Os pronunciamentos anteriormente destacados apresentaram características comuns, entre elas, a crítica ao novo modelo estatal proposto pelo Governo Fernando Henrique, o reconhecimento da importância da presença do Estado e a defesa da sua reforma, mas em um sentido diametralmente oposto ao apresentado pelo Palácio do Planalto, ou seja, ele deve ser desprivatizado, para só assim atender aos interesses gerais da sociedade brasileira. No próximo item, os partidos de oposição abordam os argumentos apresentados pelo Governo Federal para sustentar seu pacote reformista e, em ato contínuo, vão desmontá-los, um a um.

## 5.2 AS JUSTIFICATIVAS DAS REFORMAS (DES)NECESSÁRIAS

O pacote de medidas liberalizantes encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional trazia em sua mensagem a assinatura de seis Ministros de Estado, passando a idéia de coesão do projeto de Governo.<sup>146</sup> A isto deve ser acrescentada a expressiva base de sustentação que o Poder Executivo contava no Parlamento, totalizando já no início da 50<sup>a</sup> legislatura, 289 cadeiras.<sup>147</sup> É importante destacar também o tempo da reforma: “início de Governo, amparado pela legitimidade das urnas e com apelo às expectativas otimistas dos cidadãos, além da inexistência de constrangimentos eleitorais próximos”.<sup>148</sup> O somatório destes fatores gerava uma expectativa positiva no Governo em aprovar suas proposições, bem como dava indícios de sua estratégia para lidar com os desdobramentos das mesmas.

---

<sup>146</sup> Os Ministérios envolvidos eram os seguintes: da Justiça, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Previdência e Assistência Social, da Administração e Reforma do Estado, e de Minas e Energia.

<sup>147</sup> Quando os trabalhos legislativos foram iniciados, o presidente Fernando Henrique já havia atraído o PMDB para o seu lado, agregando mais 107 votos a sua coalizão eleitoral, detentora de 182 cadeiras. A adesão formal do PPB, mais 52 deputados, ocorreu apenas em 1996.

De outro lado, encontravam-se os partidos de oposição em uma posição duplamente desvantajosa: a) seu desempenho no pleito presidencial não fôra suficiente para levar a decisão para o segundo turno, e b) sua votação garantiria-lhe apenas 20% de representatividade na Câmara dos Deputados. Em função desses dados – houve um projeto vitorioso e outro derrotado - as condições da luta política entre Governo e oposições estavam dadas, ou seja, relações de conflito entre os blocos situacionista e oposicionista. A relação conflitiva entre os dois campos políticos não tardou a aparecer na esfera legislativa. A reação dos membros das oposições ao conjunto de propostas reformistas foi imediata. Logo que eles tomaram conhecimento das justificativas apresentadas pelo Governo para promovê-las, os deputados oposicionistas procuraram sistematicamente desconstruí-las.

O ano de 1995, por coincidir com o início da tramitação das medidas reformadoras, foi propício para as manifestações desse tipo, mas elas também ocorreram ao longo dos quatro anos do curso do processo. Inicialmente serão analisadas duas falas do ano de 1995, seguida de uma manifestação de 1996 e por fim, destacar-se-á um pronunciamento de 1998, quando boa parte das emendas constitucionais já haviam sido aprovadas.

Na primeira vez em que ocupou o espaço do Grande Expediente, em março de 1995, o deputado João Paulo dedicou-se a analisar o por que do encaminhamento das reformas constitucionais. Assim pronunciou-se o parlamentar do PT:

(...) Sr. Presidente, Srs. Deputados, no primeiro pronunciamento meu nesta Casa, trago a preocupação dos novos Deputados e dos Deputados novos, dos antigos Deputados e dos Deputados antigos e de todos os que querem fazer o futuro do nosso País. Ao lado da questão econômica, temos as reformas constitucionais, que parecem uma panacéia, mas não guardam relação alguma com a mão espalmada do Sr. Fernando Henrique Cardoso. S. Ex quer fazer a reforma tributária, que não é mais reforma tributária, que não é nem reforma; quer fazer a reforma da Previdência Social, mas que não guarda relação com suas prioridades. O que S. Ex pretende fazer, Sr. Presidente, é vender o

---

<sup>148</sup> O “tempo da reforma” foi citado por Leany B. de Sousa Lemos, em seu artigo intitulado *O Congresso Brasileiro e as reformas orientadas para o mercado: o conflito legislativo sobre monopólios estatais*, apresentado no III Congresso de Latinoamericanistas de Europa; Amsterdam, 3-6 de julho de 2002.

nosso patrimônio, é tentar quebrar o nosso monopólio. S. Ex quer que o Congresso Nacional passe um cheque em branco para o Executivo. Para encenar esta primeira parte de meu pronunciamento, quero dizer que os Srs. Senadores e Deputados não darão um cheque em branco para um Governo que perde a cada dia a sua autoridade sobre o controle da economia do País e também insinua a perda do controle sobre o seu patrimônio. Por isso, Sr. Presidente, a nossa responsabilidade é grande, mas será exercida — tenho certeza — com a grandeza de um Parlamento livre e soberano, (...). A reforma constitucional pensada pelo Governo Fernando Henrique é, na realidade, um grande engodo, (...)

O Congresso precisa ter muita responsabilidade. Precisamos, independentemente de coloração partidária, somar os nossos esforços, as nossas responsabilidades para com as nossas famílias e para com os nossos estados, a fim de não darmos esse cheque em branco ao Governo Federal para colocar na mão do monopólio privado aquilo que os nossos antepassados, com muito suor, sangue e lágrima, construíram para o nosso País. Tenho certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. de que o Congresso Nacional, na hora certa, saberá dar a resposta. Não queremos quebrar o monopólio. E evidente, também, que não queremos a manutenção do status quo estabelecido nas empresas estatais da forma como está. Queremos o controle social e o estabelecimento do contrato de gestão,(...) (10/03/1995)

A compreensão do deputado João Paulo em torno dos argumentos governamentais sobre as reformas segue a mesma linha de seus pares em outras manifestações: o pacote reformista que estava sendo apresentado guardava uma direta relação com a situação econômica do país. Ou seja, essas medidas vinham para “salvar” o Plano Real e por isso foram rotuladas de “engodo”. E mais, nem a reforma tributária nem a previdenciária foram objeto de debate durante a campanha presidencial de 1994, já que as promessas eleitorais do então candidato Fernando Henrique eram em número de cinco e estavam simbolizadas nos cinco dedos de sua mão – agricultura, educação, trabalho, saúde e segurança.

Outros aspectos chamam a atenção nessa fala do representante do PT. O primeiro ponto são os tipos de relações que se estabelecem entre os atores políticos envolvidos: a) relação conflitiva entre Governo x oposições, b) de não-subserviência entre Governo e Parlamento, e c) cooperativa intra-Legislativo. Para o deputado João Paulo, os congressistas deveriam estar cientes do seu papel e de suas

responsabilidades no processo de tomada de decisão. Daí o apelo do deputado em “não entregar um cheque em branco para o Governo”, ou seja, não ser subserviente a ele. Pois é na instância do Legislativo que as resoluções devem ser tomadas, e se os seus membros tiverem uma postura cooperativa poderiam acordar sobre suas diferenças. Isto é, as oposições tinham um claro posicionamento: eram contrárias a quebra dos monopólios estatais. Entretanto, defendiam a mudança do *status quo* nas empresas públicas, visando melhorar seu desempenho e colocá-las sob o controle da sociedade, ao invés de simplesmente privatizá-las, conforme desejava o Governo.

O foco principal do pronunciamento da deputada Socorro Gomes, no dia 23 de maio de 1995, era sua contrariedade à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Porém, no decorrer de sua manifestação ela abordou as razões pelas quais o Governo Fernando Henrique propunha as reformas constitucionais. Eis a sua expressiva fala:

(...) Tomei conhecimento, com indignação, de que o Ministro do Planejamento, José Serra, considera a venda da Vale do Rio Doce parte de um plano de arrecadação de dinheiro pelo Governo para financiar o pagamento de dívidas. Mas onde o traço antinacional do Governo Fernando Henrique se revela com maior nitidez é na grande contenda que se trava neste Congresso, hoje, em torno da reforma constitucional, sobre tudo depois que o Presidente da República retornou de sua viagem aos Estados Unidos.

Logo que tomou posse, Fernando Henrique Cardoso anunciou que iniciaria as mudanças da Constituição pelas reformas tributária e fiscal. Toda a imprensa do País fez repercutir esse anúncio. Naquele momento o argumento era o de garantir a governabilidade do País. Entretanto, as emendas que S.Exa enviou ao Congresso dizem respeito ao Capítulo Da Ordem Econômica: fim dos monopólios do petróleo e das telecomunicações; mudanças no conceito de empresa nacional, acabando com as diferenças em relação às empresas estrangeiras aqui sediadas, indo, inclusive, de encontro às concepções até dos países cujos exemplos as elites dominantes brasileiras costumam seguir. Nos Estados Unidos, há protecionismo às empresas nacionais, ao mercado, à economia nacional. Também a abertura da navegação de cabotagem e interior para navios de bandeiras estrangeiras e a concessão da distribuição de gás canalizado às empresas privadas foram propostas do Governo.

Para justificar as mudanças, o Governo diz que precisa atrair capitais externos a fim de fomentar o desenvolvimento e o crescimento da economia. Mas é falso dizer que a Constituição restringe ou proíbe a

entrada e a livre aplicação do capital estrangeiro no País. Pelo contrário, o capital estrangeiro está presente em todos os setores de nossa economia e até domina vários deles, (...) (23/05/1995 – 1ª parte)

Neste fragmento discursivo, a deputada do PCdoB reproduz as três justificativas governamentais para promover as reformas: pagamento das dívidas, garantia da governabilidade e promoção do desenvolvimento econômico via capital estrangeiro. Apesar da indignação, Socorro Gomes reconheceu a primeira razão como verdadeira, mas as outras duas não passavam de uma falácia. E por que eram falaciosas? Primeiro, porque a governabilidade estava diretamente relacionada às reformas fiscal e tributária, de acordo com o Governo, entretanto elas foram uma espécie de “jogo de fumaça” para encobrir as emendas referentes a Ordem Econômica. Eram estas reformas pró-mercado que mais interessavam ao Poder Executivo. Tanto foi assim que antes do final de 1995 o bloco governista havia conseguido aprovar, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, três importantes emendas constitucionais, as de nº 6, 8 e 9. As EMC de nº 6 e 8 foram promulgadas no dia 15 de agosto, já a proposta de quebra do monopólio do petróleo, mais polêmica, teve uma tramitação mais prolongada, levando nove meses para obter a sua promulgação, o que só foi acontecer em 9 de novembro de 1995.

A outra justificativa também era vista como enganosa - fomentar o desenvolvimento econômico via investimentos estrangeiros - isto porque o capital estrangeiro já se fazia presente em vários setores econômicos, por exemplo, o farmacêutico, o automobilístico, o eletroeletrônico, não havendo nenhum impedimento constitucional que proibisse a sua entrada no Brasil. O que a Constituição de 1988 assegurava era o tratamento favorecido às empresas nacionais e a exclusividade do Estado em explorar áreas como recursos hídricos, minerais, petrolíferos e serviços de telecomunicações. A deputada fez questão de salientar que em outros países, como por exemplo os Estados Unidos, adotam políticas protecionistas ao seu mercado e a economia nacional. Portanto, as propostas de reforma do Governo Fernando

Henrique eram mais liberalizantes do que as normas em vigor nos países assumidamente de orientação liberal.

Na continuação de sua fala, Socorro Gomes trouxe um exemplo concreto de uma estatal para desconstruir mais um dos argumentos governamentais:

(...) O Governo e seus aliados, defensores do neoliberalismo, difundem um rosário de mentiras sobre a Petrobrás, a Telebrás e outras empresas estatais e estratégicas. Dizem que tais empresas não têm capacidade de investir e são onerosas aos cofres públicos. Um balanço da atividade da Petrobrás ainda que sumário, demonstra, contudo, o quanto é falaciosa essa argumentação. Em menos de 40 anos, o monopólio permitiu ao Brasil aumentar sua produção diária de petróleo de 2.700 barris para mais de 700 mil barris. Há 19 anos o Tesouro não coloca dinheiro na Petrobrás. Nos seus 40 anos de existência, a Petrobrás deu lucro em 39 exercícios.

(...) Tudo isso leva-nos a concluir, Sr. Presidente, Sr e Sras. Deputados, que a reforma constitucional, no seu aspecto essencial, de quebra dos monopólios estatais, atende a interesses estratégicos das grandes potências, e não aos interesses do Brasil.(...) (23/05/1995 – 2ª parte)

Além das razões do Governo Federal, já citadas pela representante do PCdoB – pagar dívidas, garantir a governabilidade e atrair capital estrangeiro – nesta segunda parte de sua fala, ela resgatou mais um argumento: “as estatais não têm capital para investir e são onerosas para os cofres públicos”. Novamente a deputada Socorro Gomes irá desconstruir o argumento governamental, utilizando-se de um exemplo concreto, neste caso a PETROBRÁS. Segundo ela, esta estatal, em seus 40 anos de existência, foi produtiva e lucrativa, portanto não se sustentavam os motivos apresentados pelo Poder Executivo para levar a cabo suas proposições de reforma. É com base nas ações implementadas pelo Governo e nas “reais” motivações que a parlamentar irá rotulá-lo de “antinacionalista” e “neoliberal”. Frequentemente ambas as qualificações são associadas ao Governo Fernando Henrique pelos membros das oposições através de suas manifestações no espaço do Grande Expediente.

Passados quase dois anos do mandato de Fernando Henrique, boa parte de suas medidas reformistas já haviam sido aprovadas, entre elas, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a flexibilização dos monopólios estatais no setor das telecomunicações e nas áreas de recursos minerais, hídricos e petrolíferos, e a redefinição do conceito de “empresa nacional”. Foi inserido nesta conjuntura do surgimento de um novo desenho do Estado brasileiro que o deputado Aldo Arantes fez a seguinte manifestação, no dia 31 de dezembro de 1996:

Sr. Presidente, Sr Srs. Deputados, o Governo Fernando Henrique Cardoso coloca em prática no Brasil o modelo neoliberal, tendo como uma de suas pilastras no plano econômico de privatização das empresas públicas. Argumenta-se que na nova fase de desenvolvimento do capitalismo o Estado deve se voltar para as funções de atender à saúde, educação e segurança, deixando para as empresas privadas a atividade econômica. (...) Fala-se, Sr. Presidente, que a privatização deveria ser feita para garantir os investimentos públicos na área da saúde e da educação. Nada mais falso, porque sabemos que a educação e a saúde estão em crise. Sabemos que, num balanço da venda das empresas estatais, o que entrou em termos de recursos efetivos foi muito pouco.

Das 36 empresas vendidas até 1995, vendidas — é importante que se diga — a preço de banana, obteve-se 8 bilhões, 840 milhões de dólares. No entanto, só entraram efetivamente para os cofres da União 800 milhões de dólares, porque o restante foi pago com moeda podre. Então, é falacioso a tese de que se privatiza as empresas para se assegurarem investimentos nas áreas da saúde e educação.

Por outro lado, Sr. Presidente, também tem sido dito que a privatização deve ser feita para garantir o pagamento da dívida pública.(...)Mas isso é uma brincadeira! Porque a dívida brasileira, em função dos juros escorchantes, aumentou, do início do Governo Fernando Henrique, de 47 bilhões de reais para 134 bilhões de reais. Imaginem, com os juros estratosféricos, o que está significando de sangria para o Brasil o pagamento desses juros astronômicos, cuja consequência será a liquidação das empresas estatais para pagar uma dívida, não só a dívida interna, como a dívida externa! A dívida externa já está paga não se sabe quantas vezes, e a dívida interna só aumenta esses juros escorchantes, (....).

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que, na minha opinião, na opinião do meu partido, é necessário desmistificar esta idéia de que a modernidade implica na privatização de empresas estratégicas. Não desejamos uma modernidade que implique na manutenção de estruturas econômicas carcomidas, mas uma modernidade que incorpore ao desenvolvimento do País os avanços científicos e tecnológicos que estão em curso no mundo, mas mantendo a nossa

identidade, os nossos interesses, porque hoje os chamados “Tigres Asiáticos” não adotam o projeto neoliberal, não adotam esta política monetarista e irresponsável da paz nos cemitérios, que consegue o equilíbrio financeiro às custas de estrangular a economia do País, à custa de um desemprego monumental, da crise na indústria, no comércio e na agricultura, e à custa da venda do patrimônio público. É por isso que cresce a resistência de alguns setores da sociedade brasileira contra essas privatizações irresponsáveis. (...) (31/12/1996)

Três aproximações podem ser feitas entre os pronunciamentos de Aldo Arantes e de sua colega de bancada, Socorro Gomes. A primeira é que o ponto-chave continua sendo a mínima atuação do Estado, reduzindo-o apenas às áreas de saúde, educação e segurança. A outra questão refere-se as justificativas falaciosas do Governo para promover suas reformas, desta vez o argumento era que “a privatização deveria ser feita para garantir os investimentos públicos na área da saúde e da educação”. Com mais esta razão, o deputado Aldo acrescenta mais um item na extensa lista de motivos dados pelo Poder Executivo para implementar seu projeto reformista. De acordo com o parlamentar, assim como das outras vezes, o Governo estava faltando com a verdade e suas motivações foram facilmente desmontadas por este, e por outros representantes das oposições, que recorreu a dados, números, relatórios e balancetes oficiais para desconstruir a versão governamental. Desta vez a estratégia foi comparar o montante de recursos obtidos com a venda de 36 estatais com o que efetivamente entrou nos cofres públicos como resultado dessas privatizações. Pela comparação, o saldo deste ficou muito aquém do esperado. Ou seja, o Governo se desfez do patrimônio público e o resultado financeiro obtido com isto foi quase nada. Para este parlamentar a verdadeira justificativa estava em outro ponto – na dívida pública, tanto externa como interna. Coincidentemente, este foi o único, dos quatro argumentos resgatados pela deputada Socorro Gomes, que ela admitiu ser o real motivo da parte do Governo Federal.

O terceiro ponto de aproximação entre os dois representantes do PCdoB, é que também o deputado Aldo Arantes demonstrou com clareza a sua contrariedade ao projeto político do presidente Fernando Henrique. Sua manifestação é mais do que uma simples crítica ao pacote governamental, ele estabeleceu uma linha

demarcatória entre os dois lados, onde a principal marca é o antagonismo. Ou seja, de um lado, estava o Governo Federal e de outro, as oposições, cujas as posições políticas eram irreconciliáveis. Ou estava-se a favor das reformas constitucionais, nisto inclui ser privatista, neoliberal e defensor do Estado mínimo. Ou estava-se radicalmente contra tudo isto e se tem uma outra alternativa para o país que viabilize seu desenvolvimento, sem privatizar as empresas estatais estratégicas e sem entregar o patrimônio público acumulado ao longo de décadas. Para embasar a sua afirmação, Aldo Arantes novamente recorreu a exemplos e para tal apresentou o caso dos “Tigres Asiáticos”, que não adotaram o receituário “neoliberal” e atingiram taxas de crescimento econômico bem elevadas.

Apesar da distância temporal de 23 meses entre um pronunciamento e outro, a deputada Jandira Feghali manifestou-se utilizando elementos discursivos muito semelhantes àqueles das falas dos seus colegas de partido, Aldo Arantes e Socorro Gomes, entre eles, a idéia que o Governo Federal apresentava justificativas falaciosas para o desmonte do Estado brasileiro. Assim ela pronunciou-se no dia 23 de novembro de 1998:

Sr. Presidente, é este Governo que vai fazendo deste País o palco da infelicidade, que vai trazendo aos brasileiros um sentimento negativo da perspectiva da viabilização do seu país. (...) E, em nome do pagamento de juros e da sustentação do sistema financeiro, reforma-se a Previdência Social não para viabilizá-la, mas para dar ao mercado segurador 200 bilhões de dólares, conseguidos mediante o sacrifício de benefícios de aposentados e pensionistas .

(...) Para onde vamos? Para onde vai este País? (...) Não podemos admitir que este País vá sendo doado dessa forma, porque a queima dos ativos está na mesma lógica do atual ajuste. Queimam-se ativos por duas razões: a primeira, porque nos acordos internacionais há que abrir espaço nos setores estratégicos para empresas transacionais. Em segundo lugar, queimam-se ativos para pagar juros de uma dívida explosiva, que se amplia, já que nossos juros são de 50% ao ano. A queima da Vale do Rio Doce, da PETROBRÁS, do setor elétrico, da TELEBRÁS representa criminosamente doações que não pagam a dívida nem o volume dos juros que teremos a pagar ano que vem. As 56 empresas estatais já privatizadas renderam em torno de 30 bilhões, o que não paga a metade dos juros de 72 bilhões já previstos para 1999. O Governo vai acabar com tudo o que construímos durante mais de um século.(23/11/1998 – 1ª parte)

Nesta sua fala, a representante do PCdoB foi bastante contundente na desconstrução dos argumentos apresentados pelo Governo Fernando Henrique. Segundo ela, as reformas constitucionais, e não só a previdenciária, vinham com um objetivo muito específico: corresponder aos interesses internacionais dentro da conjuntura da globalização. De um lado, pregavam a abertura dos setores estratégicos para as empresas transnacionais, e de outro lado, o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Didaticamente a deputada Jandira apresentou dados reforçando sua posição: até o final de 1998, já haviam sido privatizadas 56 estatais, mesmo assim o somatório arrecadado era equivalente a apenas 45% do montante correspondente aos juros da dívida brasileira, a ser pago em 1999. Na continuação do seu pronunciamento, Jandira Feghalli enfoca a questão previdenciária:

(...) O Ministro Pedro Malan é um monetarista ortodoxo e absolutamente vinculado a todas as agências internacionais. (...) Esse Ministro, ao discorrer, nesta Casa, sobre o centro da crise brasileira, tratou-nos como se fôssemos (desculpem-me a palavra) idiotas, dizendo que o problema é a Previdência. Mentira! Não há rombo na Previdência Social brasileira, nem no regime geral, nem na previdência pública. Afirmando isso aqui com a absoluta tranquilidade e convicção de quem conhece os dados. Então, trata-se de grande tergiversação, de manobra para dizer à sociedade que o periférico é o problema central e, assim, esconder o principal a ser dito. (...) Todas as empresas estatais, instrumentos de desenvolvimento criados pelo Estado, estão sendo digeridos; a previdência pública, constituída pela primeira lei em 1923, está sendo exterminada; o Sistema Único de Saúde, está sendo violado em suas diretrizes e asfixiado financeiramente; a universidade pública, institutos públicos de pesquisa que produzem 99% das pesquisas mais importantes deste País, está sendo desmontada. (23/11/1998 – 2ª parte)

No momento em que a deputada Jandira proferiu sua fala, a reforma previdenciária já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados e ainda estava em tramitação no Senado Federal. Apesar do presidente Fernando Henrique tê-la encaminhado em fevereiro de 1994, passados quatro anos ela ainda não tinha finalizado seu processo no Congresso Nacional. O que só foi acontecer no início do seu segundo mandato, depois da proposta original ter sofrido importantes alterações, fruto de muita pressão das oposições, dos sindicatos e de outros setores sociais

organizados, bem como de desentendimentos internos da própria base aliada e o Governo Federal.

Conforme destacou a deputada do PCdoB, a razão para a reforma da Previdência, exposta pelo ministro Malan, era o déficit existente nessa área. Sua condição deficitária estaria agravando a situação econômica do país. Logo, para resolver a crise brasileira era preciso solucionar a problemática área previdenciária. Assim como o argumento relativo às privatizações era inverídico, conforme foi destacado anteriormente, esse também não se sustentava. A pergunta que cabe fazer então é que outros motivos existiam? A explicação pode ser buscada na própria fala da deputada: grandes empresas transnacionais tinham interesses em setores nacionais específicos, os quais por serem estratégicos representavam altíssima lucratividade, por exemplo, a área de seguros, da telefonia, de energia elétrica e de recursos naturais (hídricos, petrolífero e minérios). A entrada do capital estrangeiro nestas áreas, estava constitucionalmente impedida de acontecer, daí a necessidade de promover as reformas pró-mercado, conforme o plano elaborado pelo Governo Fernando Henrique.

As manifestações analisadas neste item tinham como propósito, desconstruir as justificativas do projeto reformista apresentadas pelo Governo Fernando Henrique. Para os governistas descartar as estatais onerosas e criar um novo perfil de Estado, voltado para a saúde, educação e segurança, permitiria atrair capital estrangeiro, o que serviria para fomentar o desenvolvimento e o crescimento econômico. Entretanto, a proposta de redução das funções do Estado foi rotulada pelos parlamentares das oposições como uma “panacéia” e uma “falácia”. Pois do seu ponto de vista, o que o Governo pretendia era salvar o “Plano Real” e abrir as fronteiras econômicas do país, inserindo-se assim nos preceitos da globalização. Nos pronunciamentos aqui destacados, claramente se percebe um corte ideológico: as oposições apresentando-se como defensora dos interesses nacionais, de um lado, e de outro, o Governo Federal antinacionalista, atendendo aos interesses dos grupos internacionais.

### 5.3 QUEBRA DOS MONOPÓLIOS ESTATAIS E AS PRIVATIZAÇÕES

Como já foi destacado, em fevereiro de 1995 o Poder Executivo deflagrou o processo de alteração do perfil do Estado brasileiro. É também neste ano, que os representantes dos partidos de oposição ocuparam o espaço do Grande Expediente para fazer suas manifestações mais contundentes em torno das medidas encaminhadas pelo Governo Fernando Henrique. Os temas que mais mobilizaram esses deputados e acirraram o conflito entre os dois blocos ideológicos foram: a) a quebra dos monopólios estatais das telecomunicações e do petróleo, e b) as privatizações do sistema elétrico e da Companhia Vale do Rio Doce. Principalmente os membros do PT e do PCdoB foram, sistematicamente, à tribuna denunciar o que representava a aprovação das medidas reformistas e quais as suas conseqüências imediatas, ou futuras, para a sociedade brasileira. Entre os principais porta-vozes da contrariedade da quebra dos monopólios das “teles” e do petróleo, estavam os petistas Ana Júlia (25/04/95), Chico Vigilante (21/02/95), Ivan Valente (04/05/95), Maria Laura (01/04/95), Miguel Rosseto (29/04/95), Milton Temer (09/06/95) e Walter Pinheiro (20/02/97 e 15/07/97). Pelo PCdoB, os interlocutores mais aguerridos na defesa dos monopólios estatais foram Aldo Arantes (09/06/95 e 31/12/96) e Agnelo Queiroz (24/06/95). Também o pedetista, Sergio Carneiro (06/05/95), fez uma importante fala favorável à manutenção desses monopólios na mão do Estado.

A partir da análise deste conjunto de pronunciamentos, constata-se que eles possuem uma estrutura discursiva semelhante. Ou seja, independente do partido político, as manifestações em torno da quebra dos monopólios estatais e das privatizações obedeceram a três tempos, a saber: primeiramente os parlamentares buscaram entender as razões de sua implementação e procuraram contextualizá-las, no Brasil e no mundo. Depois eles preocuparam-se em abordar as suas conseqüências para o país, caso as propostas do Governo fossem aprovadas. E por fim, uma avaliação da derrota sofrida pelas oposições, quando da aprovação das

emendas constitucionais. As falas mais expressivas sobre o referido assunto serão analisados a seguir.

Apenas cinco dias após o encaminhamento ao Legislativo das propostas de reforma do Governo, o deputado Chico Vigilante assim pronunciou-se:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, a Constituição brasileira foi promulgada há pouco mais de cinco anos, (...)a Constituição Cidadã. A primeira vista, parecia que todos os males do Brasil estavam sepultados e que, a partir daquele instante, haveria o crescimento econômico, melhor distribuição de renda, enfim, acabaria a miséria no Brasil. Hoje, após cinco anos, os mesmos que aplaudiram aquele ato, (...)falam que o País é ingovernável por causa dela. Insistem em que seja feita uma revisão constitucional, como se fosse o remédio para todos os males da economia brasileira. Afirma-se, a todo instante, que é preciso quebrar o monopólio das telecomunicações, do petróleo, abrir nossa economia para o capital externo. (...)tenho convicção: o problema do País não é a Constituição brasileira. (...) A Constituição chinesa, tenho certeza, é mais nacionalista do que a nossa. Entretanto, o capital internacional está sendo investido lá, mas com controle, o Estado controla a sua economia. (...)

Portanto, precisamos discutir o assunto com muita tranquilidade e seriedade no Congresso Nacional. Os representantes de outros Estados devem saber que a única chance de se continuar investindo em telecomunicações nos rincões mais distantes da Capital da República, como o Acre, por exemplo, é através do monopólio das telecomunicações. A Embratel, esse gigante construído pelo povo brasileiro, deve continuar existindo. O capital privado não vai investir no Acre porque a telefonia naquele Estado dá prejuízo. Não se vai investir em Ceilândia - para me reportar a um local mais perto — em Taguatinga e em quase todas as cidades-satélites de Brasília porque também dão prejuízo. (...) o capital privado nacional, e muito menos o internacional, não vai investir onde não dá lucro. Eles querem é o sistema de transmissão de dados, a telefonia celular, pois dão lucro, deixando os ossos do sistema para o Estado brasileiro.(21/02/1995 – 1ª parte)

O parlamentar abre a sua fala destacando a rápida mudança conjuntural ocorrida a partir da promulgação da Constituição de 1988. Em um primeiro momento ela seria a solução de todos os problemas do país, passados apenas sete anos, o novo ordenamento legal transformou-se em algo anacrônico e passou a ser visto como uma importante fonte de ingovernabilidade. Criam-se assim as condições

emergenciais para o “discurso do reformismo”, que joga nas emendas constitucionais uma nova possibilidade de resolução dos males brasileiros. Entretanto, o deputado petista deixa claro a sua posição: os problemas do Brasil não tem nada a ver com a Carta Magna, ou mais especificamente com o seu viés nacionalista. Para reafirmar o seu ponto de vista, ele remete-se ao exemplo da China, país que vinha atraindo elevadas cifras de capital estrangeiro, apesar do regime estatista e nacionalista.

Para Chico Vigilante o ponto nevrálgico localizava-se em outro lugar, no interesse que uma área estratégica como as telecomunicações, despertavam nas empresas estrangeiras. Em função do monopólio estatal, elas estavam impedidas de atuarem neste setor altamente lucrativo e dentro desta lógica de mercado, as barreiras deveriam ser quebradas. Entretanto, o deputado fez questão de salientar que se existe uma parte que dá lucro nas telecomunicações, existe uma outra que dá prejuízo e esta não interessa ao investidor, seja nacional ou internacional. Logo, ou esta população ficará desassistida ou caberá ao Estado fornecer esse serviço, arcando sozinho com este ônus.

Assim como fez a defesa da manutenção do monopólio estatal das telecomunicações, Chico Vigilante também pregará, na continuação de sua fala, a manutenção do *status quo* na área petrolífera.

É uma falácia essa história de privatização e de quebra do monopólio. O mesmo vale para o petróleo. Quem não se lembra de que, há pouco mais de cinquenta anos, estava em aberta a prospecção de petróleo no Brasil? As empresas podiam fazer pesquisas a hora e onde quisessem. Diziam que não havia petróleo no País. Foi então que se criou, com a vontade, a raça e a coragem do povo brasileiro, a Petrobrás, tomando-a o gigante que é hoje. E não me venham falar que ela dá prejuízo ou que é mal administrada. O problema não está nos funcionários da empresa. A maioria das estatais brasileiras tornaram-se cabide de emprego de políticos falidos. Quando um candidato não conseguia reeleger-se, era nomeado para dirigir uma estatal. Por isso elas andaram meio ruim das pernas. (...)

Outro assunto, Sr. Presidente. O Estado que aí está, que eles chamam de inoperante — os que defendem —, de dinossauro, não foi construído pela esquerda brasileira. A esquerda sempre teve um espaço muito pequeno na política nacional. O Estado brasileiro atual foi construído e defendido, em grande parte, pelas pessoas que hoje o estão combatendo. Fico estarecido quando ouço por exemplo, o Deputado Roberto Campos falar mal do sistema econômico brasileiro, porque ele foi um dos seus idealizadores e sempre pensou assim. Logo, não estão agindo com seriedade, não estão falando a verdade. Ouço, também, neste Congresso, pessoas dizendo que é preciso modificar a Constituição para se poder fazer uma melhor distribuição de renda. Mas como? (...) Quero ver quando fizerem essa reforma constitucional, de quem vão passar a reclamar.

(...) Este País é grande. Creio que os defensores da quebra dos monopólios querem entregar as riquezas nacionais. O que querem é isso mesmo. Por que essa guerra toda pelo petróleo? Todos sabemos que a Guerra do Golfo, que houve há pouco tempo, não era para libertar o Kuwait, era uma guerra pelo petróleo. (21/02/1995 – 2ª parte)

Quando da discussão em torno da quebra do monopólio estatal sobre o petróleo, a PETROBRAS contava com 42 anos de existência e o parlamentar fez questão de lembrar que à época da sua criação, empresas petrolíferas atuavam no Brasil e negavam a existência de petróleo em solo nacional. Mesmo assim, por vontade política, a estatal foi criada e em quatro décadas tornou-se uma referência na área, nacional e internacionalmente.<sup>149</sup> Para não dar margem a qualquer argumento falacioso, Chico Vigilante ainda destaca que esta empresa era lucrativa e bem administrada. E aqui reside um ponto importante na fala do deputado, a gestão da coisa pública. De um lado, existe um gestor público que administra bem, caso da PETROBRAS e do Hospital Sara Kubitschek, e de outro lado, governantes que fazem mau uso das estatais transformando-as em “cabide de emprego”. É aí o foco do problema: na falta de responsabilidade e probidade na administração pública. Isto leva a desvirtuamentos e acarreta prejuízos a toda uma nação. Portanto, o que deve

---

<sup>149</sup> Em dezembro de 1951, Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional o projeto que criava a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). Entretanto, esta proposição não previa o monopólio estatal e admitia participação minoritária do capital estrangeiro. O monopólio na mão do Estado foi proposto, primeiramente, pelo deputado do PTB, Euzébio Rocha e posteriormente, pelo presidente da UDN. No calor da discussão Vargas foi chamado de “aliado do imperialismo”, e devolveu a crítica aos seus detratores, acusando-os de “falso nacionalismo”. Em outubro de 1953, o presidente Vargas sancionou a lei que criava a PETROBRAS. Fonte: *jornal Folha de São Paulo*, 5/8/2005.

ser discutido não são as privatizações e sim repensar a forma como se dá a administração da coisa pública.

Outro aspecto que o parlamentar chama a atenção é a transformação que se processa no modelo interventor de Estado. Outrora ele serviu para construir a PETROBRAS e a TELEBRAS, conforme desejaram seus idealizadores, agora ele transformou-se em inoperante e deve ser combatido. E o que mais causa estranheza ao deputado é que são exatamente as mesmas pessoas que levantaram as bandeiras pró, e depois contra, o intervencionismo estatal. Nesse período nunca houve dois modelos de Estado se degladiando, representando duas concepções ideológicas, pois a esquerda não teve força política suficiente para lançar ao debate o seu modelo ou influenciar no seu formato, sempre ele foi fruto da opção política da elite dirigente, sem qualquer influência da esquerda nos seus desígnios. Entretanto, quando seus representantes saíram em defesa dos monopólios e da atuação estatal foram rotulados de “dinossauros”. O que deve ser entendido é por que de idealizadores e defensores do Estado interventor passaram a detratores? As justificativas apresentadas, segundo Chico Vigilante, não se sustentam e uma a uma ele foi desmontando – Constituição nacionalista, prejuízo com as estatais, redistribuição de renda.

Na continuação de seu pronunciamento, o deputado petista responde aos apartes de dois membros da base governista, Carlos Magno(PFL/SE) e Antônio Aureliano (PSDB/MG).<sup>150</sup> O teor de seus apartes pode ser resumido em poucas palavras, ambos alertavam que o Governo não tinha intenção de privatizar a PETROBRAS nem a TELEBRAS. A proposta enviada ao Congresso tinha por objetivo flexibilizar os monopólios estatais e estabelecer parcerias com a iniciativa privada. Isto se fazia necessário porque o mundo mudara e até mesmo um líder da esquerda, o polonês Lech Walesa, tinha revisto suas posturas, daí que a esquerda brasileira

---

<sup>150</sup> A íntegra dos apartes dos deputados Antônio Aureliano e Carlos Magno estão reproduzidas no Anexo A.

também precisava sair do sectarismo e adaptar-se a competitividade do mundo moderno. O entrave estava na “Constituição demagógica” que impedia o Brasil de aproximar-se do primeiro mundo, por isso a necessidade de reformá-la.

Na sua resposta aos seus adversários, Chico Vigilante lembrou aos seus pares que o capital privado já havia dominado o setor das telecomunicações e que seus serviços tinham deixado a desejar. Portanto, causava estranheza ao deputado que esses mesmos grupos clamassem por uma oportunidade. Por sua vez, o parlamentar alertou que o Governo Federal não queria estabelecer um esquema de parceria, e sim entregar um setor lucrativo à iniciativa privada. Eis as suas palavras:

(...) Tenho ouvido muitos Senadores e Deputados dizerem que o Estado deve sair dessas áreas e se preocupar com os setores da saúde, da educação, da segurança e do transporte. Mas, vejam bem: existe algo mais privatizado, no País, do que a Saúde? Na maioria dos Municípios brasileiros, os hospitais são privatizados. E sabemos do péssimo atendimento que dão à população. Quando alguém quer fazer um tratamento de qualidade, geralmente procura um hospital público. Aqui no Distrito Federal é assim, (...) tem de batalhar para conseguir uma vaga, por exemplo, no Hospital Sarah Kubitschek, que é público. Essa é a demonstração de que, quando quer, o Estado faz bem feito.(...)

Além disso, o capital estrangeiro geralmente não corre risco. O capitalista, no Brasil, não corre riscos. Vive “mamando nas tetas” do Governo. Depende dele para tudo. São raros os que tem iniciativa própria. O melhor capitalismo do mundo é o nosso. E o capitalismo estatal. Quando alguma empresa quebra, o Banco do Brasil a socorre e geralmente assume o prejuízo. A dívida de 600 empresas foi assumida pelo referido banco, quando deviam ter sido privatizadas novamente. Em certos setores, o Estado nunca deveria ter entrado. Entrou porque foi obrigado. As empresas faliram. Tinham tomado dinheiro emprestado. Não pagaram os empréstimos e o Estado assumiu a dívida.

Quero o desenvolvimento do Brasil — vou lutar por isso —, mas só quero com distribuição de renda. Não quero que este País continue uma Nação muito rica, mas de povo. (...) Ou este país muda para melhor — e isso não se dará com a entrega das nossas riquezas —, com o empresariado brasileiro e o Governo se preocupando com a distribuição de renda, (...) ou não vai ter solução. (...) Aí ninguém se salvará. Tanto apresento aqui, enquanto é tempo, essas minhas preocupações para que possamos consertar o rumo da nossa economia. (21/02/1995 – 3ª parte)

No seu embate com os aliados do Governo, o deputado Vigilante desmistificou um dogma bastante disseminado na sociedade brasileira: a competência da iniciativa privada *versus* a incompetência do poder público. Para isso ele recorreu ao passado, quando as telecomunicações já estiveram nas mãos do capital privado e não funcionavam direito. De outro lado, existem exemplos concretos de administração competente no setor público, desde que o Estado assim se proponha a fazê-lo. Ou seja, que o princípio republicano não se desvirtue para o patrimonialismo. Além disso os tradicionais preceitos liberais, tais como, correr riscos, disputa de mercado, competitividade, empreendedorismo, não são encontrados no receituário dos capitalistas, nacionais ou estrangeiros, que aqui se estabeleceram. Seguidamente empresas quebram e são socorridas pelo Governo, razão pela qual o Estado brasileiro passou a atuar em determinados setores, que não estavam necessariamente entre seus interesses primordiais. Portanto, segundo o parlamentar, a quebra dos monopólios estatais, diferentemente do que apregoam os governistas, não tem nenhuma relação com o desenvolvimento do país ou com a distribuição de renda, mas tem a ver com um jogo de interesses, onde grupos econômicos almejam as riquezas nacionais.

Dois meses depois desta expressiva manifestação do deputado Chico Vigilante, foi a vez de Ana Júlia subir à tribuna para rechaçar a quebra do monopólio estatal das telecomunicações. Seu pronunciamento ocorreu no dia 25 de Abril de 1995:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nobre Vice-Líder do PSDB referiu-se exatamente a um dos temas que me trazem a esta tribuna, a proposta de emenda à Constituição, enviada ao Congresso pelo Poder Executivo, que trata do monopólio estatal das telecomunicações.

Dentre as argumentações levantadas em defesa da emenda do Executivo, uma é a de que somente com o fim do monopólio estatal se poderia desencadear um processo de investimentos, ampliação, barateamento e desenvolvimento tecnológico nas telecomunicações brasileiras, no sentido até da democratização do acesso básico da população, no caso, ao telefone.

A primeira verificação que devemos fazer, portanto, é em relação a se este proposto processo de liberalização terá impacto positivo nas tarifas

pagas pelos usuários, no sentido de seu barateamento; para isso vale a pena analisarmos alguns dados da experiência internacional. Segundo a “National Telephone Tariffs”, (...) países como Inglaterra, Japão e México, que mais fortemente implementaram a liberalização, praticam tarifas mais elevadas, enquanto os países europeus que mantêm o monopólio público, como Itália e França, possuem diferenciação de preços bem abaixo. (...) Na verdade, o que ocorreu nos países que liberalizaram as telecomunicações foi o barateamento, sim, das tarifas internacionais, interurbanas e de comunicação de dados, privilegiando assim os grandes consumidores empresariais e penalizando as famílias de mais baixo poder aquisitivo e a pequena e média empresa. Nos casos mais recentes do México e da Argentina, as tarifas chegaram a subir 200%. Portanto, os dados recolhidos da experiência internacional não apontam para qualquer indício de que a liberalização traga como benefício uma diminuição nos preços das tarifas das telecomunicações para a grande massa da população; muito pelo contrário,(...) . (25/04/1995 – 1ª parte)

Toda a manifestação da deputada petista girava em torno da sua contraposição aos argumentos daqueles favoráveis à quebra do monopólio das “teles”. Ana Júlia não fez apenas um embate ideológico, ela também lançou mão de uma linha argumentativa pragmática, ela inseriu o cenário internacional na discussão. Os defensores do fim do monopólio apregoavam que ele resultaria na ampliação do acesso a linha telefônica, em função do seu barateamento. Para desconstruir essa idéia, a representante do PT contra-argumenta com a experiência de outros países onde a liberalização ocorreu, como foi o caso da Inglaterra, Japão, Argentina e México. O que houve nestes países foi a elevação dos preços e comparando-os com outros lugares como a França e a Itália, que mantinham o monopólio público, as tarifas praticadas nesses últimos eram menores. Na continuação de sua fala a parlamentar vai abordar e desmistificar as outras duas razões pró-liberalização das “teles”.

(...) Outro argumento levantado pelo Governo é de que o sistema público de telecomunicações no Brasil não tem condições de arcar com os investimentos, que são urgentes no setor, e de que somente a quebra do monopólio permitiria a entrada da iniciativa privada, suprimindo essa lacuna e fazendo chegar aos cidadãos serviços ágeis e de boa qualidade. Mais uma vez a experiência internacional não traz boas notícias aos argumentos do Governo.

Tomando-se novamente como parâmetro a experiência européia, verificamos que no caso da Inglaterra ocorre, imediatamente após a

privatização, certo aumento dos investimentos até 1990, seguida de uma queda de quase 30%, ficando abaixo dos países onde prevalece a ação estatal nas telecomunicações, como Alemanha, e França, e, após 1989, mesmo da Espanha. Assim, os investimentos ingleses caíram de 5 milhões de dólares em 1990 para pouco mais de 3 milhões de dólares em 1992, quer dizer, é uma queda significativa. Novamente, verifica-se que os investimentos priorizam as áreas mais avançadas tecnologicamente e mais rentáveis, que beneficiam os grandes clientes, despriorizando-se a expansão da rede básica. (...)

Um terceiro motivo, comumente apresentado pelos defensores da quebra do monopólio, é que se necessita instalar a concorrência no setor para alavancar o desenvolvimento tecnológico. Aqui podemos analisar os gastos com pesquisa e desenvolvimento, em relação ao faturamento das principais empresas. Novamente, encontraremos empresas sob controle estatal, como a France Telecom, a DBT alemã e mesmo a NTF japonesa com percentuais de investimento maiores que a British Telecom inglesa, que as companhias regionais americanas, as Baby Bells, e mesmo da AU norte-americana. (...) (25/04/1995 - 2ª parte)

A deputada Ana Júlia reforçou a polêmica ao desconstruir os outros dois argumentos favoráveis a quebra do monopólio das “teles” - atração de capitais e introdução da competição, cujo resultado ampliaria o acesso à telefonia e ofereceria serviços ágeis e de qualidade. Trazendo para o debate a experiência européia, especificamente o caso inglês, a parlamentar admitiu que o aumento de investimentos é parcialmente verdadeiro, pois em um primeiro momento ele acontece e depois, ocorre a sua retração. A prioridade do capital é a tecnologia de ponta, pela sua rentabilidade, deixando de lado a ampliação da rede básica, a qual tornaria mais democrático o acesso aos serviços telefônicos. Diferentemente do caso inglês, tem-se a realidade das estatais francesa, alemã e japonesa com investimentos maiores do ocorrido naquele país. Ao demonstrar que as justificativas do Governo não se sustentam a uma análise mais criteriosa, a representante petista nomeia a quem interessa a abertura do mercado da telefonia: aos grandes. Na continuação de sua fala, Ana Júlia apresenta os malefícios da liberalização das telecomunicações:

É necessário que esta discussão soe o alarme contra o preconceito e o desconhecimento da ação do setor público na economia brasileira. Esse pequeno resumo dos problemas das experiências internacionais demonstra como pode em um país como o nosso, onde prevalecem

fortes desigualdades regionais e onde está ainda longe a universalização do acesso a telecomunicações, mesmo da rede básica, causar efeitos maléficos de difícil retorno a quebra do monopólio estatal, no sentido do aprofundamento da exclusão da grande massa da população e mesmo da piora dos serviços hoje prestados. Primeiro é preciso dizer que o que pretende o Governo não é a flexibilização do monopólio das telecomunicações, como eufemisticamente refere a emenda constitucional, mas sim o fim completo do monopólio público, pois a flexibilização já existe hoje, já é realidade. Com efeito, a União é proprietária de 53% do capital votante da TELEBRAS, que corresponde a apenas 24,1% do capital total,(...) Portanto, o modelo brasileiro está longe de ser o monopólio duro, inflexível, como buscam acusar os defensores da liberalização (...).

Além disso, o Governo resolveu enfrentar a grave situação das telecomunicações brasileiras de trás para frente, indo na contramão da história. Não apresentou para a sociedade e para o Congresso uma proposta de reestruturação do setor, estabelecendo metas, discutindo o perfil da situação do Estado e da iniciativa privada, a situação das desigualdades regionais. (...) Ao contrário, pretende que o Congresso aprove uma emenda à Constituição sem saber o que acontecerá no dia seguinte. Aí entramos em um terreno pantanoso e incerto, (...) um dia diz que a EMBRATEL não será privatizada, outro dia inclui também a TELEBRAS. Afirma que o Estado manterá seu poder regulamentador, fiscalizador e concedente sobre o setor, mas não fala sobre a prestação de serviços. (...) O que parece que o Governo pretende arrancar do Congresso um cheque em branco e muito provavelmente fazer como no caso das companhias de energia elétrica, cuja regulamentação para concessões o Governo realiza impunemente através de medida provisória.

O fim do monopólio estatal das telecomunicações deve provocar apreensão principalmente aos Estados do Norte e do Nordeste e às camadas mais pobres da população, incluindo aí a classe média. Com efeito, somente por causa do monopólio é possível a prática do subsídio cruzado, onde os serviços mais rentáveis geram recursos para que sejam mantidos aqueles com menos retorno de lucro e mesmo prejuízo. (...)(25/04/1995 - 3ª parte)

A parlamentar do PT retoma a discussão em torno da importância do papel do Estado, especialmente em um país com grandes desigualdades regionais e sociais, como o Brasil. A manutenção do monopólio estatal é a garantia mínima para que essas desigualdades não se agravem, pois o subsídio cruzado torna possível às populações do Norte e do Nordeste o acesso aos serviços de telefonia, mesmo que a sua universalização esteja longe de ser atingida.

Outro aspecto que a deputada Ana Júlia chama a atenção é para o tipo de jogo político que o Governo fazia com o Congresso: a inserção da incerteza, como uma variável predominante nas relações entre os dois Poderes. O Executivo denominava de “flexibilização” do monopólio na área de telecomunicações, o que na prática era uma emenda constitucional que propunha a transferência do controle público para a iniciativa privada. O papel do Estado sobre este setor depois da “flexibilização” também era algo indefinido, assim como a privatização ou não da estatal TELEBRAS. Ou seja, segundo a representante petista, o Governo desejava um “cheque em branco” do Congresso Nacional.

Os partidos de oposição não deram trégua ao Governo quando o assunto foi as reformas constitucionais. Entre esse pronunciamento de Ana Júlia e a manifestação de Ivan Valente, transcorreram menos de dez dias. Novamente no dia quatro de maio de 1995, o espaço do Grande Expediente voltou a ser ocupado por um representante deste bloco, cujo foco também era a quebra do monopólio das telecomunicações. O deputado Valente parte da premissa que as reformas constitucionais do Governo Fernando Henrique fazem parte de um projeto mais amplo, qual seja um ajuste estrutural do tipo neoliberal, à exemplo do que aconteceu no México e na Argentina, e que levou o povo a condições insuportáveis. Na sua fala, a seguir reproduzida, ele segue a mesma linha de argumentos e contra-argumentos desenvolvida por sua colega de bancada:

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, hoje o Congresso Nacional, primeiramente a Câmara dos Deputados, começa a votar as emendas constitucionais(...). Alegando que o País é ingovernável com a Constituição atual e propondo a desconstitucionalização, o Governo tensiona o Congresso com reformas que visam privatizar monopólios, mudar a Previdência, etc. A tática empregada pelo Governo foi a seguinte: inicialmente, mandou todas as reformas de uma só vez. Em seguida verificando a reação popular à reforma da Previdência e, de outro lado, vendo que não há unidade para fazer uma reforma tributária mexendo com estados e municípios, mas tendo também que discutir quem paga e quem não paga imposto neste País, começou pela reforma na ordem econômica e manifestou, particularmente, seu interesse em acelerar o processo de privatizações. E esse o tema que nos traz a esta tribuna hoje, (...)

Poderíamos fazer esse debate em termos de projetos, de programa, de conjunto de idéias, enfim, um debate ideológico. Isso é importante.(...) Pois bem, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, não vamos fazer um debate ideológico. Não o faremos não porque não queiramos ou não possamos fazê-lo, mas porque devemos discutir essa questão no campo em que o Governo a propõe, e o que ele propõe, atualmente, é o debate em cima do que alinhava suas proposições e idéias centrais, no caso , o mercado.

Vamos discutir capacidade de financiamento, competitividade, eficiência, atendimento de demanda e tendências internacionais, para concluir pela manutenção do monopólio estatal das telecomunicações. Então, não somos nós que vamos ideologizar este debate. (04/05/1995 – 1ª parte)

O deputado Ivan Valente abre sua manifestação expondo a estratégia governista no trato com o pacote das reformas: remete ao Congresso todas as medidas de uma só vez e aguarda as reações dos atores políticos envolvidos. Como as reformas tributária e previdenciária se mostraram mais difíceis de chegar a um consenso ou de serem acordadas, até mesmo entre os aliados do Governo, o Executivo optou por investir nas propostas constitucionais referentes a Ordem Econômica, especialmente na quebra dos monopólios estatais e nas privatizações.

À exemplo dos outros pronunciamentos, como aqueles proferidos por Chico Ferramenta e por Ana Júlia, anteriormente destacados, o deputado Valente opta por desideologizar a discussão e levá-la para o campo do mercado, ou seja, debater a partir dos mesmos argumentos que o Governo se utiliza para respaldar sua proposta, “financiamento, competitividade, eficiência, atendimento de demanda e tendências internacionais”. Mesmo tentando estabelecer um ponto de interseção entre os dois blocos – Governo x oposições - para promover o debate, o representante do PT deixa claro que parte de uma premissa diferente daquela defendida pelo Executivo. Para ele os setores estratégicos devem ser mantidos sob o controle do Estado, e aí reside a espinha dorsal do projeto alternativo àquele proposto pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Sob a ótica dos membros das oposições o Estado é fundamental como agente investidor, regulador e promotor de políticas públicas, especialmente em países do terceiro mundo.

Na continuação de sua fala, Ivan Valente aborda uma a uma as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo e vai desconstruí-las, tal como já haviam feito seus colegas, entre eles Chico Vigilante e Ana Júlia. Entre os motivos governamentais para a flexibilização das “teles”, ele destacou a demanda reprimida, a atração de grandes investidores e a introdução da competição e da competitividade. Nas suas palavras,

Assim, Sr. Presidente, queríamos começar pela exposição de motivos da emenda do Governo, que aponta a exaustão da capacidade de investimento do Estado para justificar as privatizações ou a flexibilização do setor de telecomunicações. O Ministro Sérgio Motta tem insistido, embora sem demonstrar, que o País precisa investir 35 bilhões de dólares num horizonte de quatro ou cinco anos, a fim de colocar o setor de telecomunicações brasileiro em situação equivalente à de países europeus, até mesmo à dos menos desenvolvidos. (...)

Pois bem. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que a afirmação de que há uma demanda de 8 milhões de terminais não se baseia na realidade brasileira. (...) Mas não se discute a verdadeira e principal razão da falta de acesso do brasileiro a esse tipo de serviço, que é essencial, sim. O principal motivo está na própria concentração da renda e da riqueza em nosso País, ou seja, a pessoa que não tem acesso à água potável e ao sistema de esgotos (...) não terá condições de ter acesso aos terminais telefônicos. Esta é a questão central e fundamental. Então, a demanda que está sendo apontada como existente, para começar, é falsa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queríamos dizer o seguinte: (...) existem dados, bastante concretos, que nos indicam que o setor de telecomunicações deixou de investir, nos últimos dez anos, a fabulosa soma de 8,5 bilhões de dólares, em razão de sucessivos cortes orçamentários. (...) Por isso, Sr. Presidente, seria um salto de qualidade se entendêssemos que o Sistema tem condições e capacidade operacional de deslanchar se houver vontade política nessa direção. Além do mais, é necessário desmistificar o argumento de que a flexibilização do monopólio estatal das telecomunicações vai assegurar o ingresso de grandes investimentos no setor. Haveria certamente grandes interesses em algumas fatias dos serviços de longas distâncias, de transmissão de dados e de telefonia celular, (...). Os investidores internacionais não têm interesse em investir na expansão e modernização do sistema básico e das redes básicas, porque essa parte assegura um baixo retorno (...). A questão aqui evidentemente, é política e aponta para o caráter social do monopólio, feito e operado de tal forma que os subsídios cruzados podem proporcionar esse tipo de distribuição de serviços, em que o conjunto da população pode ser atendido, o que não seria o objetivo ou de monopólios privados ou de um regime de concorrência ampla. (...) O capital internacional e transacional têm interesse em se apoderar de mercados regionais e atividades lucrativas. Não estão interessados em montar uma infra-

estrutura complexa que articule nossos subsistemas econômicos, um mercado nacional de dimensões continentais, que atenuem nossas disparidades regionais com preços razoavelmente uniformes e instalações interligadas.(...) (04/05/1995 – 2ª parte)

A base em que o Governo Federal assentava sua justificativa ao projeto reformista estava no reconhecimento da sua incapacidade como agente financiador ou promotor de investimento. Para deixar claro à nação o esgotamento deste modelo de Estado, os governistas lançaram números para concretizar a realidade das telecomunicações no país: em um período de médio prazo, este setor necessitaria de um aporte financeiro em torno de US\$7 a 8 bilhões anuais. Dinheiro indisponível nos cofres públicos, segundo a fonte governamental, o ministro das telecomunicações Sergio Motta. Entretanto, o deputado Ivan Valente ressaltou que esses valores estavam errados justamente porque o Governo partiu de uma premissa equivocada: a demanda de 8 milhões de terminais era irreal. Ou seja, a necessidade apresentada pelo Governo era falsa, logo a previsão orçamentária para dar conta disso também o era. E porque ela estava errada? Segundo o parlamentar, porque as condições sociais do país, modelo altamente concentrador de riqueza, impedem que boa parcela da população tenha renda suficiente para ter acesso ao serviço telefônico. Daí a importância do monopólio estatal continuar existindo, porque somente através dele é que será minimamente garantido a essa camada populacional economicamente desfavorecida o seu acesso à telefonia.

É interessante observar a reversão que o membro das oposições fez no argumento governamental: o monopólio estatal provocava um acesso restrito, logo apenas uns poucos privilegiados poderiam fazer uso dos terminais telefônicos. A equivalência que se estabeleceu foi que o monopólio estatal era injusto e anti-democrático. O deputado do PT reverteu a equivalência e mostrou que a quebra do monopólio era geradora de injustiça, porque o investimento só ocorreria em áreas rentáveis e não nos serviços básicos. Enquanto que a manutenção pública das telecomunicações era um sistema mais democrático, porque através do “subsídio cruzado” uma maior camada da população pode ser atendida, simultaneamente ele

também atenuava as desigualdades regionais. Na continuação de sua fala, Ivan Valente desconstrói outros “mitos” apresentados pelo Governo Fernando Henrique na área das telecomunicações, entre eles: a) o fato da economia brasileira ser fechada, impedindo a parceria público-privada, b) a necessidade de atrair capital estrangeiro, e c) tendência internacional à privatização. Eis o detalhamento do “terceiro mito”, por ele abordado na sua manifestação:

Um terceiro ponto central relacionado aos argumentos que têm sido usados, que não são os ideológicos, para discutir a flexibilização ou a privatização das telecomunicações em nosso País diz respeito às tendências que existem internacionalmente. Esse é um dos principais mitos usualmente divulgados por análises superficiais ou de cunho marcadamente ideológico(...)

(...) Alguns pensariam que a maioria esmagadora dos serviços em telecomunicações dos países centrais do capitalismo está na mão da iniciativa privada. Pois o único país onde o sistema é totalmente privatizado são os Estados Unidos da América, (...)Mas é importante registrar que o Japão, tido como modelo capitalista, (...)o Governo mantém a propriedade de 65,8% das ações. (...) Só que em nosso País a União detém apenas 23% das ações da Telebrás e 51% das ações com direito a voto, que lhe dão o controle acionário. (...) Na Argentina, tivemos a repartição do país em três empresas estatais. Quer dizer, a estatal argentina não serve, mas as estatais francesa, italiana e espanhola servem para gerir as telecomunicações no país. A mesma coisa aconteceu com o Chile, o México e a Venezuela, onde empresas estatais européias avançaram significativamente para patrocinar as telecomunicações. Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui demonstrando que não é possível usar o raciocínio de que a tendência mundial é a privatização. (...)

(...) Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, dizemos, por fim, que o Congresso Nacional tem diante de si uma grande responsabilidade na discussão da ordem econômica neste momento. Muitos dos Ministros que aqui estiveram afirmaram categoricamente que a venda das estatais estratégicas visa fazer caixa para o Governo, a fim de se diminuir o pagamento de juros, quando se poderá pensar em investimentos nos setores sociais. Não devemos acreditar nessa balela. É um erro estratégico, já que não vamos ter nossas estatais de volta. Precisamos delas para termos um projeto nacional de desenvolvimento para colocarmos este País no rumo do futuro. (04/05/1995 – 3ª parte)

Seguindo na sua contra-argumentação pragmática, o deputado Ivan Valente atacou mais três justificativas do Governo para promover a quebra do monopólio das

“teles”. Todas elas, de acordo com o parlamentar, não se sustentavam a uma análise mais criteriosa da realidade. Quanto ao primeiro item, o Brasil pouco obstaculiza a entrada ou a circulação de capital estrangeiro. Segundo, o próprio Sistema TELEBRAS é um exemplo da parceria entre o público e o privado, na medida em que o serviço de modernização de equipamentos é realizado pela iniciativa privada. E finalmente o terceiro mito - tendência mundial à privatização, é desfeito ao se traçar comparações com outros países capitalistas. À exceção dos Estados Unidos, cujo setor das “teles” é totalmente privatizado, nações como Japão, Alemanha, França, Espanha e Itália são detentores de empresas estatais. E mais, essas mesmas empresas experimentaram um processo de expansão sobre o mercado latino-americano, investindo nas telecomunicações da Argentina, Chile, México e Venezuela. O questionamento que parlamentar do PT fez foi por que as estatais europeias, não só se mantêm, como investem além das fronteiras da Europa? E se isto é válido para os europeus, por que os países latino-americanos devem privatizar as suas empresas, indo na contra-corrente da tendência mundial? Ao levantar essas indagações, Ivan Valente expõe o quanto as telecomunicações são objeto de cobiça pelos grupos estrangeiros, por serem altamente rentáveis. Os Governos dos países da América Latina ao adotarem o caminho da abertura das fronteiras econômicas, em especial um setor estratégico como as telecomunicações, poderão estar comprometendo o futuro de suas nações e agravando ainda mais o distanciamento entre os hemisférios norte e sul, estes cada vez mais pobres e aqueles cada vez mais ricos.

Simultaneamente a esse debate em torno das telecomunicações, outra proposta de quebra de monopólio estatal foi foco de acirradas discussões – o petróleo. Um dos principais expoentes favoráveis à manutenção da área petrolífera sob o controle do Estado foi o deputado do PT, Miguel Rosseto. Sua emblemática manifestação ocorreu no dia 29 de Abril de 1995:

Sr. Presidente, durante 45 dias a Comissão Especial que trata do Projeto de Emenda à Constituição de nº 6, que prevê a quebra do monopólio estatal do petróleo, discutiu aprofundadamente o tema. (...) Foi um debate rico e esclarecedor. Infelizmente, pela própria dinâmica

desta Casa, a maioria dos Parlamentares não tomou conhecimento desses debates. Infelizmente, também, o ritmo atribulado que o Governo impôs à Câmara e o Congresso fez com que esses debates não tivessem nem mesmo a necessária cobertura da imprensa.

(...) Nossa responsabilidade é fugir do senso comum criado em torno das estatais e dos monopólios, que se fundamentam em impressões ligeiras, desinformações e, acima de tudo, em uma tal e insidiosa campanha que tem como objetivo final o desmantelamento do Estado brasileiro. (...) Qualquer decisão que se pretenda séria sobre a sorte do monopólio deve necessariamente iniciar-se por um balanço da sua vigência no Brasil.

Em quarenta anos de vigência do monopólio estatal do petróleo no Brasil, o governo investiu 10 bilhões de dólares no sistema Petrobrás (...) e recolheu U\$ 34 bilhões para o Tesouro na forma de impostos e taxas. Ainda neste período, a Petrobrás investiu U\$80 bilhões de dólares no País - superior à soma de todos os investimentos realizados por empresas internacionais reunidas - (...) O que nos remete a uma segunda questão: terá esgotado o apelo do Estado neste setor da economia pela sua crise de financiamento? (...) Há mais de vinte anos, ou mais precisamente desde 1973, o Tesouro não investe um centavo sequer no setor por uma única e simples razão: o sistema é auto-sustentado e superavitário. (29/04/1995 – 1ª parte)

Comparando-se esta fala de Miguel Rosseto sobre a quebra do monopólio do petróleo àquelas que abordaram o fim do controle estatal das “teles”, de autoria de Chico Vigilante, Ana Júlia e Ivan Valente, destacadas anteriormente, observa-se a mesma estrutura discursiva em todas elas. Ou seja, um convite a uma profunda reflexão em torno da questão (telecomunicações ou petróleo), seguida da apresentação dos argumentos governamentais e sua desqualificação. Posteriormente uma análise da tendência internacional em cada uma das áreas, e por fim, o interlocutor nomeia, em tom de alerta, quem são os ganhadores e os perdedores no caso dos setores de telefonia e petrolífero deixem de estar sob controle do Estado.

Em função de ser bastante extenso, o pronunciamento do deputado Rosseto foi dividido em quatro partes, facilitando assim a sua análise. Na parte inicial, acima destacada, o parlamentar do PT reconheceu que a riqueza de debates que se estabeleceu internamente na Comissão Especial, não se reproduziu no restante da Câmara dos Deputados, nem repercutiu na imprensa com a devida importância. Logo

o representante das oposições estava apontando para uma fragilidade da dinâmica legislativa: a falta de debate. Entretanto o que poderia parecer um paradoxo da Casa legislativa, nada mais é do que uma manobra do Governo, que deliberadamente sobrecarregou a pauta do Parlamento, para justamente evitar qualquer discussão em torno de suas propostas e assim acelerar a aprovação das matérias do seu interesse.

Na continuação de sua fala, o deputado Rosseto levanta alguns pontos fundamentais para o debate público sobre o monopólio estatal do petróleo, entre eles, qual o montante de recursos necessário para desenvolver o setor petrolífero? ou ainda, como se dá a participação do Estado nessa área, tanto nos países desenvolvidos, como naqueles de baixo nível de desenvolvimento? Eis as suas indagações:

(...) O representante do Governo simplesmente desconhece os números que baseiam a proposta de mudança mais importante nas suas áreas na história brasileira! Isto é suficiente para demonstrar com que seriedade o Governo produz seus dados e argumentos.

(...) A terceira questão levantada pelo Governo e por defensores do neoliberalismo refere-se ao curso internacional da participação do Estado na economia e, particularmente, no setor petrolífero, associada a isso a idéia da existência da concorrência no setor. Segundo essas argumentações, os portais da modernidade serão atravessados pelo Brasil, livrando-o do anacronismo das estatais e dos monopólios. Este seria o curso internacional de quem alcançou a eficiência no setor.

O que se deduz da observação do quadro internacional é exatamente o oposto da pregação que estamos acostumados a ouvir. Como se sabe, a participação do Estado brasileiro no PIB encontra-se na ordem de 21%. No clube das economias altamente privatizadas o que vamos encontrar são países de baixo desenvolvimento, pequena sofisticação de suas economias e alta miserabilidade de seu povo. São países como Costa Rica, que ostenta 19% do seu PIB em mãos do Estado; Etiópia, com 16%; Uganda, com 15%; e o Peru (...) que alcança apenas 10% de seu PIB em mãos estatais.

No lado oposto, o que vamos encontrar são países como a Dinamarca, com 51%; Suécia, com 49%; França, com 42%; ou a Alemanha, com 39%. Mesmo os Estados Unidos, parâmetro para todas as análises, não confirmam as suas teses, uma vez que, com 28% da suas economias em poder do Estado, é ainda superior ao caso brasileiro.

Assim como a participação do Estado na economia em geral, a situação de participação estatal no setor petrolífero é exatamente o oposto da pregação neoliberal. Das reservas mundiais, apenas 45% encontram-se

hoje em poder das 22 maiores empresas privadas, enquanto 83% estão sob o controle das 28 maiores estatais do setor. Aqueles que falam em concorrência, encobrem uma realidade altamente monopolizada: quinze empresas detêm 94% das reservas mundiais. Doze empresas privadas detêm 65%, portanto, dois terços das vendas de derivados de petróleo do mundo. E por conta desta realidade que se impõe a opção clara: Ou temos monopólio estatal ou monopólio privado no setor. (29/04/1995 – 2ª parte)

Nas palavras do próprio deputado petista, faltava seriedade ao Governo a partir do momento, em que boicotava o debate público em torno do tema monopólio do petróleo e quando jogava com a desinformação, por exemplo, apresentava dados sem consistência. Tal fato se deu quando o Executivo não expôs claramente que a PETROBRAS era uma estatal superavitária e que se auto-sustentava, portanto ela não dependia de investimento público para continuar existindo. Ou ainda, não foi dado ao conhecimento público que esta estatal devolveu ao tesouro nacional, sob a forma de impostos e taxas, uma cifra de U\$ 34 bilhões, ao longo de seus 40 anos de existência. Também não foi dito pelo Governo que a PETROBRAS “investiu U\$80 bilhões de dólares no país - superior à soma de todos os investimentos realizados por empresas internacionais reunidas”. Para deixar mais marcada a falta de transparência governamental, Rosseto relatou que o próprio ministro das Minas e Energia admitiu, em depoimento à Comissão Especial, desconhecer o montante de investimento que deveria ser feito na área petrolífera. Assim como, o Poder Executivo denominou de “flexibilização” o que na verdade consistia na transferência do monopólio estatal para as mãos privadas.

O outro argumento governamental que o deputado Miguel Rosseto desqualificou referia-se a conjuntura internacional. Na visão do Governo, a tendência mundial era a desestatização da economia, tanto nas telecomunicações como no setor petrolífero. Entretanto, o petista apresentou dados que indicavam uma direção diametralmente oposta aquela apregoada pelo Poder Executivo. Ou seja, países desenvolvidos e altamente capitalistas como Noruega, Suécia, França e Alemanha, apresentavam, à época, índices acima de 40% de participação do Estado na economia. De outro lado,

países periféricos, caso da Etiópia, Uganda, Costa Rica e Peru, tinham uma economia altamente privatizada, com menos de 20% do PIB em mãos estatais. A participação do Estado brasileiro (21%) aproximava-se deste segundo grupo. À luz da realidade encontrada nas nações ditas de primeiro mundo, pode-se inferir que o papel do Estado na economia fez toda a diferença no seu patamar de desenvolvimento e nas condições de vida de sua população. Diferentemente do perfil encontrado nos países africanos e latino-americanos, onde predominava a miséria e o baixo nível de desenvolvimento.

Na parte final de sua manifestação, o deputado Rosseto trata das conseqüências para o país, caso a quebra do monopólio estatal do petróleo fosse aprovada pelo Congresso Nacional. Nas suas palavras,

(...) A pergunta que se impõe, portanto, é que se há necessidade de mudanças, para que e para quem? Afinal, o que podemos esperar com a quebra do monopólio? Quais seriam as vantagens para o País? Poderíamos esperar a redução de preços para o consumidor final? A experiência internacional diz que não. Nos países onde a exploração do petróleo foi privatizada, a conseqüência foi o aumento de seu preço, e não a sua diminuição. (...) Certamente, o consumidor final em nada ganharia com a mudança.

(...) Poderíamos, então pensar em benefícios para a indústria nacional por novos investimentos das empresas internacionais? Tampouco isso encontra amparo nos dados de realidade. Em primeiro lugar, a Petrobrás, hoje, realiza 80% de suas compras no mercado interno, o que fatalmente seria revertido com operadoras internacionais no controle do mercado.

(...) Por fim, impõe-se perguntar se a quebra do monopólio não beneficia o consumidor final. Se não traz benefício ao País, tão pouco, à indústria nacional, a que interesses atende essa mudança? (...) Falar que se deve manter o monopólio da União e que se pretende com essa proposta flexibilizar o exercício desse monopólio, retirando o monopólio estatal, não passa de mais uma grande falácia. É evidente que, na medida em que se eliminam as possibilidades da manutenção do monopólio estatal, retirando a escala e o mercado integrado da PETROBRAS, constrói-se efetivamente um processo lento de privatização e de seu desmantelamento. (...) O Governo nos propõe abandonar esse modelo por uma aventura, por uma matriz de petróleo inexistente, por mecanismos de controle também inexistentes, por uma idéia de resultados supostamente melhorados, o que todos os dados e a realidade nacional e internacional desmentem. Mais do que uma

aventura portanto, é uma irresponsabilidade para com a Nação.  
(...)(29/04/1995 – 3ª parte)

Duas importantes motivações que poderiam justificar a concordância com a proposta de transferência do monopólio público para as mãos da iniciativa privada, não encontram sustentação, de acordo com o deputado Rosseto. Primeiro, porque o consumidor final não pagaria menos pelo produto derivado do petróleo, e em segundo lugar, a indústria nacional também não se beneficiaria, pois não haveria nenhuma garantia de investimento do capital estrangeiro aqui. E em caso de haver este investimento, o deputado lança dúvida se ele proporcionaria alguma vantagem à burguesia nacional, talvez até sua situação sofresse um revés. Para reforçar seu ponto de vista, o parlamentar do PT trouxe como exemplo os casos do México e da Argentina, que abriram suas fronteiras econômicas e privatizaram suas estatais, processo este que não resultou em ganhos para o conjunto de sua população. Nos dizeres do próprio deputado, “o México escreveu uma das páginas mais humilhantes do neo-colonialismo: após entregar todo seu patrimônio acabou por entregar sua própria soberania ao tesouro americano”. Na parte final de sua manifestação o representante do PT, conclama seus pares a refletir sobre a possibilidade da nação trilhar um outro caminho, oposto à “pregação neoliberal” de Fernando Henrique:

(...) Isto nos propõe o Governo sob o rótulo de modernidade. A isto estamos dispostos a nos opor com todas as forças de nossa consciência. Queremos convidar os Srs. Parlamentares e a sociedade brasileira para um caminho diverso, um caminho que garanta e aprofunde nossa soberania, que aperfeiçoe a forma de gestão das empresas públicas, colocando-as efetivamente sob controle público, que lhes dê transparência e eficiência, com instrumentos como o contrato de gestão, que comprometa seus diretores com metas e objetivos, que as transforme em instrumentos da construção de um projeto de Nação soberana e justa. O que vamos definir é grave e decisivo para o futuro de todos nós. Não decidiremos, tenho certeza, com base em chantagens desqualificadas. Seremos generosos com nossa perspectiva de futuro e, através dos nossos votos, reafirmaremos o nosso inalienável compromisso com o País. (...)

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o dispositivo que assegurou, no texto constitucional, o exercício do monopólio do petróleo, foi conquistado com mais de 97% dos votos dos Deputados

Constituintes, em 1988. Portanto, 97% dos Deputados Constituintes, em 1988, optaram pela manutenção do monopólio estatal do petróleo.

O que mudou nesses últimos oito anos? A nosso ver, nada, nenhum elemento. Ao contrário, todas as mudanças do centro nacional e internacional nos fazem crer não só na justeza e na sabedoria daquela decisão de então, mas sinalizam no sentido da necessidade, imperiosa da manutenção do texto constitucional. Quero dizer que lutaremos, resgataremos todo o simbolismo, toda a energia, toda a crença que o lema “O petróleo é nosso” simbolizou para uma geração de milhões e milhões de brasileiros. Esse é o compromisso do nosso partido, e é o que faremos. (29/04/1995 – 4ª parte)

Segundo Miguel Rosseto, o que o Governo estava propondo não passava de uma “aventura”, na medida em que o modelo em vigor não servia mais, mas não era dito exatamente o que seria colocado no seu lugar. A troca se daria em nome de, supostamente, “resultados melhores” do que até então obtinha-se. Em contrapartida o representante petista apresentava a sua (e/ou do seu partido) contra-proposta: aperfeiçoar a gestão das empresas estatais, através da transparência, eficiência e efetivo controle público. O centro desta alternativa apresentada por Rosseto vai ao encontro das demais proposições de seus colegas de bancada, em torno do assunto monopólios do Estado e privatizações, a qual deveria ser buscada uma outra forma de administrar as estatais e a coisa pública. Deve-se ressaltar que essa não era uma postura apenas dos petistas, ela era convergente com a opinião dos membros dos demais partidos de oposição. Havia concordância entre eles que deveria ser introduzida alguma reformulação na atuação do Estado, mas nada extremado que levasse a aceitar a quebra dos monopólios estatais ou as privatizações, muito menos nos moldes proposto pelo Governo Fernando Henrique.

Essas afirmações encontram reforço nos dados apurados pelo IDESP, a partir de *survey* realizado em 1991 e reaplicado em 1995<sup>151</sup>. De acordo com as informações levantadas por este instituto, em 1991 havia uma minoria de parlamentares (30%) que defendiam o intervencionismo estatal, enquanto que a predisposição dos

---

<sup>151</sup> Os resultados desta pesquisa do IDESP foram citados no artigo de autoria de Maria Hermínia Tavares de Almeida e Mauricio Moya, intitulado “A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização”, publicado na **RBCS**, vol.12, n.34, jun./1997, pp. 119-132.

congressistas em concordar com alguma reformulação na atuação do Estado era majoritária (69%). Ao serem indagados sobre a *conveniência de o Estado restringir sua atuação às áreas clássicas* (segurança, educação e justiça), 46% dos parlamentares concordava plenamente com a proposição, 23% em termos e 30% discordava. Internamente ao PDT, 50% dos seus deputados eram totalmente contrários àquela assertiva, enquanto que no PT esse índice chegava a 87%.

Para o ano de 1995, as respostas a esta mesma indagação apresentaram uma pequena variação: 59% dos pedetistas não concordavam com aquela asserção, e entre os petistas o percentual de discordância atingia 81%. Ao tomar posse na Presidência da República, Fernando Henrique encontrou um ambiente legislativo, de maneira geral, bastante favorável a sua proposta reformista: 72% dos congressistas concordavam (total ou parcialmente) com a idéia de *o Estado restringir sua atuação às áreas clássicas*, enquanto que apenas 28% era de vozes discordantes.

Também no ano em que as reformas constitucionais foram encaminhadas pelo Poder Executivo (1995), o DIAP preocupou-se em ouvir a opinião dos deputados e senadores dos sete principais partidos políticos brasileiros sobre o referido tema. Os resultados referente à Câmara dos Deputados estão reproduzidos no quadro a seguir.

Quadro 10  
Opinião congressistas x revisão atuação do Estado por área, por partido  
(Câmara dos Deputados - 1995)

Área: PETRÓLEO	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter Monopólio	<b>31%</b>	9%	7,5%	5%	23,5%	10%	73%	98%
Privatizar	<b>4,5%</b>	3%	16%	0	2,5%	4%	0	0
Solução Intermedi- ária	<b>55%</b>	73%	72%	67%	59%	80,5%	15,5%	0
Área: TELECO- MUNICA- ÇÕES	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter Monopólio	<b>28%</b>	6%	6%	15%	21%	8%	81%	95,5%
Privatizar	<b>7%</b>	9%	15%	11%	2,5%	10%	0	0
Solução Intermedi- ária	<b>58,5%</b>	70%	78%	67%	61%	82,5%	15,5%	5%

Fonte: DIAP, Projeto – Mercado e Opinião Pública Ltda., 1995.

Os dados apresentados no Quadro 10 indicam que, em 1995 os principais partidos de oposição (PT e PDT) eram amplamente favoráveis à manutenção do *status quo* na área petrolífera e nas telecomunicações. A privatização de qualquer um desses setores, nem sequer era cogitada pelos representantes desses partidos, mesma tendência encontrada quando das manifestações desses parlamentares no espaço do Grande Expediente. Diferentemente da opinião dos opositoristas, os deputados da base governista eram majoritariamente a favor de uma solução intermediária, ou seja, nem queriam a privatização nem defendiam o monopólio estatal do petróleo e das “teles”.

Quadro 10 (continuação)  
Opinião congressistas x revisão atuação do Estado por área, por partido  
(Câmara dos Deputados - 1995)

Área: GÁS CANALI- ZADO	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter Monopólio	<b>4,5%</b>	0%	1,5%	0%	7%	2%	34,5%	63%
Privatizar	<b>34,5%</b>	51,5%	59%	48%	25%	39%	11,5%	0
Solução Intermedi- ária	<b>45,5%</b>	42,5%	37%	52%	56,5%	53%	46%	37,5%
Área: ENERGIA ELÉTRICA	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter sob controle estatal	<b>9,5%</b>	0	4,4%	3,5%	5%	2%	15,5%	30%
Privatizar	<b>19%</b>	27%	34%	29,5%	10,5%	27,5%	3,8%	0
Solução Intermedi- ária	<b>64,5%</b>	63,5%	56%	59%	76,5%	65%	73%	67,5%

Fonte: DIAP, Projeto – Mercado e Opinião Pública Ltda., 1995.

Comparando-se as respostas à revisão constitucional nas “teles” e na área petrolífera com os outros dois setores acima citados - gás canalizado e energia elétrica - constata-se uma variação nas opiniões dos parlamentares. Tanto os parlamentares do PT como do PDT já são mais propensos a acatar uma “solução intermediária” para o setor elétrico, embora rechacem a possibilidade de sua privatização. O gás canalizado dividia a opinião dos dois partidos opositoristas: a maioria dos pedetistas concordavam com uma “solução intermediária” (46%), enquanto outros 34,5% preferiam que o monopólio estatal fosse mantido. Postura inversa encontrava-se entre os membros do PT: 63% desejavam a permanência do controle público e um grupo minoritário (37,5%) aceitava uma “solução intermediária”.

A partir desses dados é possível inferir que as duas principais siglas das oposições, no tocante às áreas das telecomunicações e do petróleo, tinham muito mais resistência a uma eventual quebra dos seus monopólios estatais, do que nos setores energético e do gás canalizado, onde havia uma postura menos inflexível. Ou seja, para esses partidos o petróleo e as telecomunicações eram áreas inegociáveis, razão pela qual eles eram radicalmente contrários a perda do controle público sobre os dois ramos de atividade.

O caminho da “solução intermediária” representava o contraponto à opção fácil da entrega do patrimônio público, que segundo os deputados das oposições, beneficiava a determinados interesses – dos grandes e do capital estrangeiro, assim como ajudava o Governo a “fazer caixa” para sustentar seu plano econômico – Real – e pagar os juros da dívida externa. O deputado Rosseto alertava em sua manifestação, anteriormente reproduzida, que o Brasil não estava sozinho, caso seguisse a via da privatização, outros países da América Latina já tinham adotado o “receituário neoliberal”, com prejuízos irreversíveis para o conjunto da sua população. É interessante observar que a cada manifestação dos membros das oposições, desde o início da 50<sup>a</sup> legislatura, paulatinamente foi sendo definido o significado de “neoliberalismo” e porque Fernando Henrique foi rotulado de neoliberal. A cadeia de significados que foi construída por eles para este projeto tornou-o equivalente a: privatização, desmonte do Estado, entrega do patrimônio público e neocolonialismo.

No dia 6 de maio de 1995, o deputado do PDT, Sergio Carneiro subiu à tribuna para fazer uma análise sobre o processo de negociação entre Poder Executivo e Congresso Nacional, especialmente a atuação das oposições quando das votações das reformas constitucionais. Eis a sua manifestação:

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, esta semana a Casa deu uma demonstração de grandeza com a votação da emenda do gás canalizado. O Congresso Nacional mostra claramente que o Poder Executivo apenas propõe, mas, na verdade, é o Congresso Nacional

que faz as reformas. O PMDB, afirmando a posição desta Casa e apresentando um substitutivo à proposta original do Governo, possibilitou um amplo entendimento. E nós, do PDT e de outros partidos de esquerda, mostramos que estamos abertos ao debate, na medida em que sejam feitos acordos que representam a média do pensamento desta Casa.

Infelizmente, o noticiário nos dá conta de que esse avanço não se verificou nas demais propostas de emenda constitucional enviadas pelo Governo a esta Casa. Na questão do conceito de empresa brasileira, de navegação de cabotagem e particularmente em relação às telecomunicações e ao petróleo, nenhum avanço foi verificado no sentido de se estabelecer um canal de negociação entre as forças políticas que compõem o Congresso Nacional.

De forma que temos de ratificar nossa posição, sobretudo com relação às telecomunicações e ao petróleo, dois setores estratégicos para nossa sociedade que, uma vez abertos à exploração de empresas representantes de outros países, haverão de trazer muitos aspectos negativos ao País. Quanto ao petróleo — (...) como explicar que estamos importando petróleo para preservar nossas reservas e vamos abrir a exploração dessas reservas a empresas representantes de países que já exauriram as suas os têm reservas para muito pouco tempo?

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, esse é o posicionamento do PDT. Vamos continuar trilhando este caminho, isto é, na defesa do monopólio do petróleo e das telecomunicações. Era o que tinha a dizer. (06/05/1995)

O pedetista Sergio Carneiro reconheceu que o Poder Executivo foi o proponente das reformas constitucionais, mas nem por isso o Parlamento brasileiro foi omissivo. Ao contrário, o deputado destacou que o Congresso Nacional teve um papel relevante na definição do marco legal das reformas do Estado. Quanto a atuação das oposições não podem ser rotuladas de inflexíveis ou responsáveis por qualquer obstaculização aos trâmites das propostas governamentais. Especificamente na emenda referente ao gás canalizado (EMC nº 9), foi possível um entendimento entre os dois blocos - opositoristas e governistas. Entretanto, o mesmo não ocorreu quando da votação da quebra do monopólio estatal do petróleo e das “teles”, em função de alguns aspectos: a) o teor das proposições do Governo foi percebido pelas oposições, como altamente lesivo à nação; b) a postura do Poder Executivo em relação ao Congresso Nacional era de obter “um cheque em branco” dos legisladores, não se dispondo a dialogar ou negociar com os partidos opositoristas, c) havia uma falta de predisposição dos

membros das oposições em aderir a qualquer projeto que resultasse na perda de controle público em setores tidos como estratégicos para o desenvolvimento do país. Ou seja, não havia possibilidade dos dois campos ideológicos chegarem a um denominador comum em relação às telecomunicações e ao petróleo, porque cada um dos lados partiam de visões diametralmente opostas: o Governo querendo privatizar e quebrar os monopólios estatais, enquanto que os partidos de oposição eram contrários a isso. Onde houve a predisposição de ambas as partes por uma “solução intermediária” o entendimento foi possível, como por exemplo, no caso do gás canalizado.

Logo depois da Câmara dos Deputados ter aprovado a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, alguns representantes das oposições, entre eles, Agnelo Queiroz, Aldo Arantes, ambos do PCdoB, e Milton Temer, do PT, subiram à tribuna no mês de junho de 1995, para fazer um balanço sobre o fim desses monopólios estatais. A fala mais emblemática teve como porta-voz o deputado Agnelo Queiroz, ela foi pronunciada no 24 de junho.

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, a aprovação da emenda que quebra o monopólio do petróleo teve um sabor particularmente amargo para os patriotas brasileiros. Em contrapartida, os neoliberais tupiniquins comemoraram a vitória em uma etapa decisiva para a implementação de seu projeto, alterando em profundidade o capítulo sobre a Ordem Econômica da Constituição Federal, desfigurando-a e tornando-a irreconhecível.

O comandante dessa ofensiva neoliberal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não mediu esforços para assegurar essa vitória. Usou de todos os meios ao seu alcance, da coação à troca de cargos por votos, no melhor estilo fisiológico; da anistia de dívidas a informações falsas; (...) empregou sem parcimônia todo o arsenal a seu dispor.

O surpreendente, no episódio, é a rendição deste Congresso. O mesmo Congresso que resistiu valorosamente às primeiras tentativas de neoliberalizar o Brasil, que votou o impeachment de Collor, que impediu a consumação, no essencial, da Revisão Constitucional passada, agora dobrou os joelhos diante do Executivo. Esse é um fato novo, que precisamos entender em toda a sua essência.

Considerando a composição de classe desta Casa, o significado dessa capitulação se torna claro. E a capitulação da burguesia brasileira de ter um projeto próprio, tornando-se caudatária do projeto do imperialismo. Dessa forma, os seus representantes alinharam-se com as propostas neoliberais, que representam as necessidades desses capitais imperialistas, e arrastaram consigo até mesmo um certo número de Parlamentares de passado e bases progressistas, desorientados ou assustados com a fanfarra da direita. (24/06/1995 – 1ª parte)

A fala do deputado do PCdoB é marcada pela dicotomia e ela pode ser identificada em três níveis: a) ganhadores x perdedores com as reformas constitucionais; b) neoliberais “tupiniquins” x patriotas, c) Fernando Henrique, associado à direita x oposições. Dois aspectos chamam a atenção nessa manifestação de Agnelo Queiroz, a conduta do presidente da República e o papel desempenhado pelo Congresso Nacional frente às reformas. Na opinião do deputado, o presidente Fernando Henrique usou de todos os recursos políticos ao seu alcance para conseguir angariar junto a sua base aliada, os votos necessários a favor do seu projeto reformista. Reforçando o revés sofrido pelas oposições, o representante do PCdoB ainda destacou a colaboração do Parlamento para que o Governo lograsse sucesso. O mesmo Congresso que no ano de 1993, posicionara-se contrário a qualquer alteração na Constituição Federal, passados dois anos, mudara de posição e atacava a sua essência, ou seja, o nacionalismo. Dando continuidade a sua manifestação, assim pronunciou-se o parlamentar:

Será essa vitória segura, um fenômeno estável, que veio para ficar? Essa é uma questão premente para os setores populares. E entendemos que a resposta negativa se impõe. O neoliberalismo não oferece solução, a médio e longo prazo, para os problemas estruturais de nossa economia ou do capitalismo como um todo, e será inevitavelmente asfixiado por suas próprias contradições. (...)

(...) Obviamente não pode ser generalizada a assertiva de que todos os Parlamentares votaram em troca de cargos, porque há muitos Parlamentares neste Congresso e eu ressalvei no meu pronunciamento — que votaram por causa desse senso comum criado na sociedade, essa voz uníssona de toda imprensa, sem voz discordante. V. Ex não conseguiu ver um Parlamentar, ou um defensor de uma postura contra as reformas neoliberais, participando, por exemplo, do programa “Bom dia Brasil” em todo esse período. Então, não teve voz discordante. Vários Parlamentares, acredito até que de boa-fé, votaram acreditando

que na nossa lei ordinária — pois não passou a lei complementar — possamos ter aqui novos tipos de controle e de proteção do Estado brasileiro e das nossas empresas. E a intenção de vários Deputados da Casa, na qual acredito. Mas é inegável que aconteceu essa troca de favores, e os jornais estamparam o fato, com depoimentos claros, com quem o Governo estava compondo a mesa, quem negociava, quem trazia os cargos etc. Aliás, isso ocorreu talvez numa esfera superior, em nível de lideranças. Mas vários Parlamentares — não todos — foram por esse caminho. (...)

Gostaria inclusive que tivessem antecedido à reforma da Ordem Econômica, as reformas tributária, educacional, a discussão de uma política agrícola para este País, um projeto de desenvolvimento autônomo, de geração de empregos, de fortalecimento da nossa economia, pois tenho certeza de que este Congresso se somaria a esse esforço. (24/6/1995 – 2ª parte)

Dois aspectos chamam a atenção neste fragmento discursivo do deputado do PCdoB: a) o papel da imprensa frente às reformas, e b) o comportamento do Poder Executivo na condução das suas proposições reformistas. Quanto ao primeiro item, o parlamentar questionou a diferença de tratamento dado pelos veículos de comunicação, sintetizado no programa “Bom Dia Brasil”, àqueles favoráveis às reformas e os contrários a ela. Estes últimos não tiveram o menor espaço na mídia para manifestar as suas posições, enquanto que os primeiros – pró-reforma - sempre tiveram na imprensa uma aliada de suas idéias. Sendo assim, o Governo Federal além de ter encontrado um ambiente legislativo favorável às reformas, tanto do ponto de vista do tamanho da sua base parlamentar de apoio, como das opiniões predominantes no início da 50ª legislatura, também contou com a mídia para repercutir positivamente o teor do seu projeto reformista. O deputado Agnelo direcionou sua crítica para o cenário de unanimidade que foi construído em torno das propostas de reforma, e isto só foi possível em detrimento do embate entre as vozes consoantes e dissonantes. Ao não oportunizar o debate e a discussão em torno dessas idéias – pró e anti-reformas - foi perdida a chance dos dois grupos políticos consensuarem em torno de pontos comuns mínimos.

Entretanto, ao mesmo tempo que o representante do PCdoB responsabilizou a imprensa por criar um consenso e servir de canal para que apenas um dos lados

difundisse suas idéias, ele recorreu ao jornalismo impresso para reforçar sua crítica ao comportamento do presidente da República. Agnelo Queiroz acusou-o de lançar mão da tática do “toma-lá-dá-cá”, conforme foi noticiado pelos jornais. De acordo com esta fonte, para obter a aprovação de suas medidas reformistas, o Poder Executivo distribuiu cargos aos partidos da sua base aliada, em contrapartida esses parlamentares votaram a favor dos suas proposições. Além deste grupo de congressistas que “negociou pelo alto”, isto é, através de seus líderes partidários, também existiu aqueles membros que apoiaram as propostas governistas por convicção. Ou seja, apostando em uma nova formatação do Estado brasileiro.

Ao abordar a relação Executivo x Legislativo, o deputado Agnelo tocou em um problema institucional muito importante da conjuntura política do período correspondente ao primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Estudos recentes realizados pelos cientistas políticos brasileiros apontam ora no caminho da preponderância do Poder Executivo sobre o Congresso Nacional, ora essa supremacia é relativizada. No primeiro grupo destacam-se os pesquisadores Figueiredo e Limongi (1999)<sup>152</sup>, que no momento específico das reformas constitucionais confirmaram este padrão de relacionamento entre os dois Poderes, nas suas palavras, “o Executivo é capaz de ditar o conteúdo, o tempo e o ritmo dos trabalhos no Congresso”. Entre os estudiosos que relativizam este predomínio estão Almeida e Moya (1997, p.130), que ao analisarem as privatizações das estatais concluíram que o “Executivo foi o responsável pela concepção do modelo de privatização, bem como pela iniciativa de levá-lo à prática, mas é certo também que o Congresso influenciou no desenho da fisionomia que veio a assumir”.

Na continuação de sua fala, Agnelo Queiroz retoma a questão do neoliberalismo como o pano de fundo das reformas constitucionais e relaciona-o ao contexto

---

<sup>152</sup> Os autores FIGUEIREDO e LIMONGI abordaram as relações entre Executivo x Legislativo em diversos artigos publicados entre os anos de 1995 e 1998.

internacional e suas conseqüências para a conjuntura brasileira. Eis o final da sua manifestação:

(...)No Brasil, o neoliberalismo também conseguiu deter o crescimento do processo inflacionário, um mal que vinha se tornando crônico; e com isso ganhou respaldo para continuar a implementação de seu projeto. Mas, não bastassem avisos fúnebres do que aconteceu como México, os sinais de perigo vindos da Argentina e de outros países que seguiram os mesmos passos daqueles, há sinais de que a economia brasileira, capitaneada pelos neoliberais, marcha rumo a um estrangulamento.

O Plano Real foi concebido como vanguarda de uma proposta cujo carro-chefe é a atração do capital estrangeiro para o Brasil, em doses maciças. Peças-chaves dessa estratégia são a âncora cambial, os juros altos e a liberalização das importações, medidas cuidadosamente calculadas para remunerar, de forma atrativa, o capital especulativo. (...) Esses juros são fundamentais para a continuidade do Plano Real. Essa é, também, a razão da ânsia em privatizar o patrimônio público brasileiro e enxugar as suas riquezas minerais, energéticas e de biodiversidade. Trata-se de oferecer o filé da economia, para atrair esses capitais especulativos, encher-lhes a boca de água com a oferta de ativos como o da Petrobrás e, da Telebrás (...)

O custo social e econômico dessa política começa a ficar evidente. Segundo a Gazeta Mercantil, da edição do Plano Real até abril, os salários perderam 30% do seu valor. O desemprego e o subemprego na economia informal cresceram 8,6%. A indústria vai se descapitalizando, (...). A classe média submerge em dívidas com cheques especiais, cartões de crédito, financeiras e agiotas, na vã tentativa de manter anis padrões. O comércio fica às moscas e a inadimplência nas compras a crédito cresce desmesuradamente. Esses são fatos denunciados cotidianamente nos órgãos de imprensa.

(...) Com o maior cinismo, FHC ainda tenta posar de socialdemocrata, dizer-se de esquerda, renega o título de neoliberal e direitista. Mentira! E o comandante em Chefe dos neoliberais, que toca a todo o vapor os seus projetos. E de direita, sim! A sua aliança com o PFL, anunciada à época como mera tática eleitoral, revelou-se uma aliança estratégica de forças de direita com o mesmo projeto, da velha direita carcomida, como diz ele, com a nova direita formada por renegados do campo democrático. (...) Com esses ataques, à democracia, sob o pretexto de modernidade, em nossa opinião o neoliberal e direitista Fernando Henrique Cardoso começa a mostrar colorações fascistas. (...) Era o que tinha a dizer. (24/06/1995 – 3ª parte)

O deputado Agnelo ressalta a condição hegemônica do neoliberalismo, corrente ideológica que se implantou não só na América Latina, como no continente europeu e até mesmo na antiga União Soviética e seus países satélites. O Brasil foi precedido

por outras nações latino-americanas na adoção dos preceitos neoliberais, essas medidas detiveram um problema crônico comum a todas elas: a inflação. Segundo o parlamentar do PCdoB, esse saldo positivo respaldou o receituário neoliberal e permitiu sua expansão por vários países. Entretanto, este projeto consistia em uma via de mão dupla, pois também trazia consigo conseqüências nefastas, como por exemplo o alto custo social e econômico e entre eles destacam-se o desemprego e o achatamento salarial. No caso brasileiro, o deputado Agnelo estabeleceu uma relação direta entre neoliberalismo e Plano Real. Ou dito de outra forma, este último é a faceta concreta do primeiro. Para dar sustentação ao seu plano econômico, o presidente Fernando Henrique precisava atrair capital estrangeiro, daí a necessidade de abrir as fronteiras econômicas do Brasil e privatizar as empresas estatais, tendo na PETROBRAS e na TELEBRAS fortes atrativos.

No encerramento da sua manifestação, o parlamentar concentrou-se em criticar a figura do presidente, rotulando-o de “neoliberal”, “direitista” e “anti-democrático”, qualificações similares a que outros membros das oposições seguidamente lhe atribuíam. O objetivo em desconstruir a imagem do presidente não se restringe apenas em desqualificar um adversário político, mas sua relevância encontra resposta no seu passado. Fernando Henrique e a maioria daqueles que estavam fazendo oposição ao seu Governo, tinham pontos em comum: foram vítimas da ditadura militar e desempenharam um papel importante na redemocratização do país. Isto é, tinham uma mesma raiz ideológica – democrática, progressista e de esquerda. O que as oposições desejavam mostrar era que, não foi a esquerda que ficou ultrapassada e se transformou em anacrônica, mas foi Fernando Henrique que renegou o seu passado ao ascender ao poder. Portanto, ele não pode simbolizar a “modernidade”, porque ao se aliar com a “nova direita” ele se converteu em um conservador, ideário que outrora ele combatia.

O neoliberalismo foi um conceito bastante freqüente nas manifestações dos membros das oposições e a ele já foi atribuído uma extensa rede de significados, tais

como, privatização, desmonte do Estado, entrega do patrimônio público, entreguismo, nova direita e neocolonialismo. Ao abordar a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o deputado Aldo Arantes atribuiu ao projeto neoliberal a responsabilidade da “Vale” passar para as mãos do capital privado. Antes de reproduzir a sua fala, faz-se necessário resgatar a conjuntura da época da sua privatização.

O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi instituído por Collor de Mello em 1990, e desde a sua criação, mais de uma dezena de estatais foram privatizadas. Em meados de 1995, o Governo Fernando Henrique elaborou e apresentou ao Poder Legislativo um projeto de lei (PL) propondo a privatização de algumas estatais, entre elas a Cia. Vale do Rio Doce. Depois de alguns meses tramitando nas duas Casas legislativas, em janeiro de 1996, o Senado Federal aprovou a sua venda. Com previsão inicial de ocorrer em janeiro ou fevereiro de 1997, a realização do leilão ficou definido para o dia 29 de abril, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Porém, setores sociais se mobilizaram, entre eles a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e ingressaram com medidas judiciais, obtendo liminares que impediam a realização do leilão neste dia. Ao todo a Justiça Federal concedeu 11 liminares, em vários Estados, entre eles São Paulo e Rio de Janeiro, barrando a venda da Vale do Rio Doce.<sup>153</sup> O Governo Federal teve que arregimentar sua equipe de advogados da Advocacia-Geral da União para agir com rapidez e derrubar cada liminar que surgia.

Além da disputa judicial, o Governo teve que enfrentar outra batalha: as manifestações populares. Elas ocorreram nas ruas centrais do Rio de Janeiro, em frente ao prédio da Bolsa de Valores, capitaneadas pela CUT e pelo MST, e no interior do Pará, pelos garimpeiros de Carajás, temerosos pelo seu futuro pós-privatização.<sup>154</sup> Em função das liminares judiciais a União teve que transferir o leilão por duas vezes: primeiramente foi adiado para o dia 3 de maio, e posteriormente, remarcado para o dia 6 de maio, quando efetivamente aconteceu. A Companhia Vale

---

<sup>153</sup> Além de Barbosa Lima Sobrinho, pela ABI, também obtiveram liminares judiciais, o deputado do PDT/RJ, Miro Teixeira e a estudante Luciana dos Santos. Fonte: jornal *Folha de São Paulo*, 30/04/1997.

<sup>154</sup> Carajás abriga uma das mais importantes jazidas de minério pertencentes à Cia. Vale do Rio Doce.

do Rio Doce foi arrematada por R\$ 16,6 bilhões pelo empresário David Streinbruch, com um ágio de quase 20%. Apesar de concretizada a venda da estatal, ela teve desdobramentos na esfera do Judiciário e no âmbito do Legislativo, onde o então líder do bloco das oposições, senador José Eduardo Dutra, apresentou requerimento para criação da “CPI da Vale”, mas esta não vingou.

Como já foi destacado anteriormente, a privatização desta estatal levou à tribuna vários deputados das oposições, entre os pronunciamentos mais expressivos destacam-se aqueles proferidos pelos representantes do PCdoB, Socorro Gomes e Aldo Arantes. Pela relevância do seu conteúdo será reproduzida a manifestação deste último parlamentar, ocorrida no período da convocação extraordinária do Congresso Nacional, na sessão do dia 31 de dezembro de 1996. Nesse pronunciamento o deputado Aldo ressalta que desde a sua fundação, em janeiro de 1943, a Cia. Vale do Rio Doce tornou-se a maior exportadora de minério de ferro do mundo, formou um conglomerado de 40 empresas, seu desempenho a colocava em padrões internacionais e sua importância para a economia brasileira era incontestável. Eis o teor da sua fala:

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, o Governo Fernando Henrique Cardoso coloca em prática no Brasil o modelo neoliberal, tendo como uma de suas pilastras no plano econômico de privatização das empresas públicas. (...) Seguindo esta orientação, o Governo Federal procura acelerar esta política,(...). Incluí na pauta, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, anteriormente prevista para janeiro de 1997, foi adiada para fevereiro. A verdade é que surge um forte movimento contrário à entrega não apenas da Vale do Rio Doce, mas, sobretudo do controle das riquezas minerais estratégicas, já conhecidas ou não, encontradas no subsolo brasileiro. Evidentemente, é um absurdo, é uma irracionalidade privatizar não só a empresa, mas também as jazidas, inclusive as não conhecidas.

Pergunta-se, Sr. Presidente: privatizar a Vale por quê? Por que essa urgência? Na verdade, o que existe é a política entreguista do Governo em repassar para o capital privado todas as empresas nacionais, sobretudo as estratégicas e rentáveis. O argumento anteriormente usado, de que as empresas públicas são deficitárias, não se aplica à Vale, como também não se aplica a várias outras empresas estatais,

estas, sim, alvos da cobiça no processo de privatização. No fundo, o Governo quer dar satisfação ao Banco Mundial, ao FMI e aos grandes países capitalistas.

(...)A Vale forma um conglomerado de quarenta empresas nas áreas de minério de ferro e pelota, alumínio, cobre, bauxita, ouro, madeira e celulose, siderurgia, transporte ferroviário e marítimo, entre outras atividades. Essa empresa possui um patrimônio avaliado em 16 bilhões de dólares. Só para se ter uma idéia, a Cia Vale do Rio Doce faturou, em 1994, 4,1 bilhões de dólares, o que equivale a dizer que é uma empresa não só rentável, mas altamente rentável. (...) (31/12/1996 – 1ª parte)

Esta manifestação de Aldo Arantes precedeu à realização da venda da Companhia Vale do Rio Doce, que só foi acontecer no mês de maio de 1997, depois de sucessivos adiamentos, conforme o próprio deputado destacou. Este dado traduz a dificuldade encontrada pelo Poder Executivo em levar adiante o seu programa de desestatização, especialmente em algumas áreas, ora encontrando resistência no Parlamento, não só dos partidos oposicionistas, como internamente a sua base de sustentação, ora enfrentando as manifestações da sociedade civil organizada, como por exemplo, sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e centrais sindicais. Este consistiu no grupo de atores políticos anti-flexibilização e anti-privatização, cuja argumentação essencial era a defesa do Estado brasileiro e da soberania nacional. Por outro lado, o parlamentar preocupou-se em desconstruir um dos principais argumentos governamentais para privatizar as estatais, sua situação deficitária.

Ele recorreu ao histórico da “Vale” onde, em 53 anos de existência, ela tornou-se a maior exportadora mundial de minério de ferro, cujo faturamento, em 1994, atingia a cifra de US\$ 4 bilhões. De acordo com o representante do PCdoB aí residia a real justificativa para privatizá-la: seu patrimônio e sua rentabilidade tornavam-a altamente atrativas à iniciativa privada. Relembrando as manifestações dos membros das oposições em defesa de uma outra importante estatal, a PETROBRAS, constata-se a recorrência dos argumentos e contra-argumentos frente às privatizações e à flexibilização dos monopólios.

Na continuação de sua fala, Aldo Arantes critica o Governo Federal pela falta de transparência no processo de privatização da Cia. Vale do Rio Doce, a entrega do patrimônio público ao capital privado e a perda que representava para o país a sua venda.

(...) Mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso não quer polêmica sobre essa questão, manobra e pressiona para ganhar tempo e conquistar apoio e orquestra, juntamente com a mídia, uma campanha bem planejada para desacreditar a empresa. No entanto, membros do próprio Governo reconhecem que a Vale é rentável, não dá prejuízo, mas que poderia dar mais lucro e, portanto, é necessário sua privatização. Tal reconhecimento entra em flagrante contradição com a propaganda governamental de que empresa pública são ineficientes e deficitárias.

O que ocorre é que as grandes companhias multinacionais estão de olho nas riquezas do subsolo brasileiro e, para ajudar as multinacionais e os grandes capitalistas brasileiros, o Governo abriu na venda mil documentos da empresa, para que as multinacionais possam radiografar tudo e, a partir daí, avaliar melhor o que interessa nesse processo de privatização. (...) A privatização da Vale do Rio Doce representa, portanto, um sério golpe na soberania do nosso País. Tanto assim que cresce com rapidez um movimento de protesto contra esta medida pretendida pelo Governo Federal. O que se quer é deixar o filé mignon para o capital particular e o osso para o Estado. (...)

No caso das empresas públicas, Sr. Presidente, é importante que se diga que é um argumento falacioso querer dizer que os setores progressistas são contra as privatizações. Quero dizer que somos contra as privatizações dos setores estratégicos da economia. E mais, é necessário deixar claro que o processo de estatização nas condições concretas do Brasil foi conduzido pelos setores conservadores que estatizaram empresas falidas para garantir altos lucros de empresários incompetentes, O que defendemos é a desprivatização do Estado. O que defendemos exatamente são as empresas estatais estratégicas, rentáveis, mantidas para assegurar as condições do País de estabelecer uma política econômica segundo seus interesses. (...)  
(31/12/1996 – 2ª parte)

Foi uma característica das oposições atuar em duas “trincheiras”, por exemplo, fazer contundentes pronunciamentos da tribuna, de um lado, e de outro, apresentar proposições com o intuito de fiscalizar os atos do Executivo. O deputado Aldo Arantes é um típico exemplo desta atuação em duas frentes: ele foi o autor desta forte manifestação, bem como lançou mão de um recurso legislativo denominado

requerimento de informação (RIC), com vistas a obter esclarecimentos sobre o processo de venda da empresa Vale do Rio Doce. Entretanto, ele não teve suas expectativas correspondidas, pois o Governo dava “respostas truncadas, dados quebrados e informações compartilhadas, para dificultar qualquer entendimento dos critérios, normas e dados referentes às informações solicitadas”. Essa falta de transparência da parte do Governo contrastava com o amplo acesso aos dados que foi franqueado às empresas interessadas na compra da estatal.

Outro importante aspecto abordado na sua fala pelo representante do PCdoB, foi sobre a oscilação no papel do Estado. No passado recente houve uma vigorosa defesa pela intervenção do Estado, seu resultado foi a promoção da estatização de empresas, visando a preservação do lucro de empresários que haviam falido. Os autores deste processo, denominados por Aldo Arantes de “conservadores”, são os mesmos que depois passaram a defender as privatizações. Ou seja, os processos estatizante e privatizante foram realizados pelo mesmo grupo – “conservadores”- e sua oscilação temporal se deu conforme os interesses econômicos em jogo, em ambos os casos, privilegiando o interesse do capital privado em detrimento do público. O elo comum em ambos os períodos foi a transformação do interesse privado em interesse do Estado.

Ao dar este enfoque, o membro das oposições estava desconstruindo a imagem de “progressista” atribuída pelo presidente Fernando Henrique àqueles favoráveis às emendas reformistas. Sendo assim, os significados “moderno” e “progressista” pertencem àqueles que defendem o *status quo* e não o contrário. O deputado Aldo reafirma a sua posição de contrariedade à entrega das estatais, especialmente a Cia. Vale do Rio Doce, tendo como motivação uma questão política, isto é, elas eram estratégicas para o desenvolvimento do país. Assim como a lucratividade dela, e de outras estatais, é que tornariam possível promover investimentos sociais. Ambas as justificativas do membro das oposições se sobrepõem ao entreguismo promovido pelos “neoconservadores”. Na parte final da sua fala, Aldo Arantes vai nomear quem são os aliados na defesa do anti-reformismo.

Não desejamos uma modernidade que implique na manutenção de estruturas econômicas carcomidas, mas uma modernidade que incorpore ao desenvolvimento do País os avanços científicos e tecnológicos que estão em curso no mundo, mas mantendo a nossa identidade, os nossos interesses, porque hoje os chamados “Tigres Asiáticos” não adotam o projeto neoliberal, não adotam esta política monetarista e irresponsável da paz nos cemitérios, que consegue o equilíbrio financeiro às custas de estrangular a economia do País, à custa de um desemprego monumental, da crise na indústria, no comércio e na agricultura, e à custa da venda do patrimônio público. É por isso que cresce a resistência de alguns setores da sociedade brasileira contra essas privatizações irresponsáveis. Nesse sentido, têm-se manifestado o PCdoB, o PT, o PDT, o PSB e setores do PMDB e do PSDB. Da mesma forma, o ex-Presidente Itamar Franco, o ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves, o Governador Miguel Arraes, o ex-Governador Leonel Brizola, Lula, (...) a CNBB, a OAB, a UNE, a UBES, a CUT, enfim, vários setores da sociedade brasileira, que vêm mobilizando contra esta política. (...)

Encerro meu pronunciamento dizendo que as privatizações, da forma apresentada pelo Governo, não interessam a um processo efetivo de integração do País num novo estágio de desenvolvimento da sociedade no âmbito mundial. O processo de privatização está levando à venda, a preço de banana, empresas estatais estratégicas, como a Vale do Rio Doce. Fala-se da privatização da Petrobrás, fala-se da privatização do Banco do Brasil. Na verdade, Sr. Presidente, isso é retirar das mãos do Estado brasileiro poderosas alavancas para definir uma política econômica que atenda aos nossos interesses. Reafirmo: não é a minha posição colocar-me contra todo e qualquer tipo de privatização, mas somos firmemente contra a privatização de empresas estratégicas de grande relevância para a economia brasileira, como são a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e o setor de telecomunicações. Era o que tinha a dizer. (31/12/1996 – 3ª parte).

Três aspectos, entrelaçados entre si, chamam a atenção no encerramento da manifestação do deputado do PCdoB: a) as conseqüências negativas do receituário neoliberal, b) a existência de um caminho alternativo a este projeto, e c) os opositores ao neoliberalismo. O principal objetivo das medidas neoliberais, independente de onde elas fossem aplicadas, era atingir o equilíbrio financeiro. Aldo Arantes destacou que quando isto é obtido, produz um custo bastante alto, por exemplo, desemprego elevado, venda do patrimônio estatal e recessão econômica, levando à crise os setores produtivos. São essas conseqüências nefastas que servem de justificativas para as oposições serem contra a sua implementação. Entretanto, esses partidos não

estavam sozinhos na sua luta, figuras de expressão nacional, tais como Itamar Franco, Miguel Arraes, Aureliano Chaves e Brizola, além de setores do PMDB e do próprio partido do presidente da República, também organizações sociais estavam ao seu lado. A importância em nomear seus aliados cumpria dois objetivos, primeiro, a diversidade no perfil político dessas figuras representava que a causa anti-reformas era marcada pela pluralidade, pois personalidades tanto do centro como da direita também se manifestaram contrárias a elas.

Esta diversidade no espectro político dos aliados remete ao segundo ponto, ele permite desfazer o rótulo de radical e sectário atribuído às esquerdas, na medida em que elas se opunham às reformas constitucionais. Para reforçar que a marca do radicalismo não se aplica às oposições, o representante do PCdoB admite em sua fala que não são contra as privatizações em geral, apenas naqueles setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, tais como, siderurgia, petróleo e telecomunicações. Esta postura abre espaço para que o diálogo com o Governo sobre outras privatizações venha a acontecer, desde que ele assim o quisesse.

O próximo pronunciamento segue a mesma linha da manifestação de Agnelo Queiroz, quando ele fez seu balanço sobre a flexibilização do monopólio das telecomunicações, imediatamente após a sua aprovação pelo Poder Legislativo, em junho de 1995. A fala a seguir reproduzida teve como porta-voz o petista Walter Pinheiro, que dedicou seu tempo no Grande Expediente para tratar do setor elétrico. Sua ida à tribuna ocorreu no dia 15 de julho de 1997, 23 meses depois da emenda constitucional nº 6 ter sido promulgada pelo Congresso Nacional. A “EMC 6” era uma espécie de “emenda guarda-chuva”, nela estava embutida além da flexibilização dos monopólios de recursos minerais e energia elétrica, a proposta de alteração do conceito de empresa nacional. Como já foi destacado, sua tramitação foi bastante célere e ao final de 180 dias ela tinha sido aprovada. Assim manifestou-se o deputado Pinheiro:

(...) eu gostaria de falar sobre o setor elétrico. No decorrer dos debates sobre a privatização das estatais brasileiras já privatizadas, o cidadão brasileiro foi bombardeado com informações, nem sempre verdadeiras, acerca da ineficiência dessas empresas. Foi assim no processo de privatização do setor siderúrgico — conseqüentemente, da Vale do Rio Doce, seu ponto mais alto. Essa estratégia do Governo ainda persiste nesse momento em que se começa a discutir a privatização do setor elétrico.

Esses debates têm colocado em posições antagônicas segmentos expressivos da sociedade brasileira. A verdade é que existe um forte lobby para reduzir o papel do Estado e abrir o setor à iniciativa privada, justificado por três objetivos básicos: aumentar a eficiência por meio da competição; atrair recursos e reduzir a interferência do Estado. Entretanto, tal estratégia não guarda qualquer vinculação a uma política industrial e tecnológica inserida em um projeto nacional de desenvolvimento.

É um grave equívoco supor que a privatização, particularmente do setor elétrico, possa ser resumida simplesmente na venda de empresas. Isso é desconhecer a especificidade do setor é, portanto, desconhecer uma realidade nacional. Essa visão economicista, de vender ativos para suprir o caixa do Tesouro e diminuir o déficit público, tecnicamente é um desastre, pois significa o desmantelamento de todo o sistema elétrico nacional. Ademais, as privatizações não têm representado ingresso de dinheiro, pois tal processo tem se dado com moedas podres, isto é, pela troca de títulos da dívida interna e externa. Desde a implementação do Programa Nacional de Desestatização — PDN — em 1990, já foram privatizadas 55 empresas, dentre elas três do setor elétrico: a Elcesa, a Light e a CERJ, tendo o Governo arrecadado cerca de 17 bilhões, dos quais 63,3% em moeda podre. (15/07/1997 - 1ª parte)

Na abertura de seu pronunciamento, Walter Pinheiro reintroduziu um ponto que já fora exposto por outros membros das oposições, as informações veiculadas pelos meios de comunicação davam conta que as empresas estatais eram ineficientes ou deficitárias, daí a necessidade de privatizá-las, segundo justificava o próprio Governo Federal. Tal acontecimento teve seu ápice em dois momentos: quando da flexibilização do monopólio das telecomunicações e na ocasião da privatização da Vale do Rio Doce. E voltou a voltar a aparecer no período da privatização do setor elétrico. Entretanto, o deputado petista desconstrói essa “falácia” e didaticamente mostra a sua versão: o objetivo era diminuir o déficit público e fazer caixa para o Tesouro. Porém, nem isto estava sendo atingido, na medida em mais de 60% do

montante arrecadado com a privatização de três estatais do setor elétrico foi pago com a chamada “moeda podre”, ou seja, com títulos da dívida pública. A conseqüência dessa forma de pagamento resultou em muito pouco dinheiro entrando nos cofres da União.

Novamente o que estava em questão era a disputa entre dois projetos políticos, traduzidos na visão antagônica de Estado. De um lado, o grupo amplamente favorável a redução das suas funções *versus* os defensores da sua manutenção nos mesmos termos existentes. O fundamento para defender o *status quo* estava baseado na idéia que as estatais, em especial dos setores estratégicos, serviriam como alavanca para um projeto de desenvolvimento nacional. Na continuação de sua fala, o deputado Walter Pinheiro analisa as conseqüências das privatizações na área de energia elétrica.

(...) No Brasil — além de ter vantagem de possuir um enorme potencial hidroelétrico e um sistema elétrico interligado nacionalmente, que mesmo com a escassez de recurso tem atendido com extrema eficiência às necessidades do País — a energia é gerada a baixo custo. Outros países como os Estados Unidos e o Canadá mantêm as suas grandes hidroelétricas principalmente sobre o controle estatal, (...).Na Inglaterra, (...) a privatização do setor elétrico trouxe enormes conseqüências, dentre as quais o aumento de tarifas, os reflexos desestabilizantes na economia e a queda na qualidade dos serviços. (...) As privatizações da Ecelsa, no Espírito Santo, CERJ e Light, no Rio de Janeiro, como tem sido divulgado por toda imprensa nacional, conduziram a uma piora na qualidade de serviços prestados à população.

(...) Assim, para manter o processo de estabilização da economia, os gestores e implementadores da atual política econômica do Governo FHC entendem como urgentes e inadiáveis o ajuste fiscal e a reestruturação do Estado, mediante as reformas constitucionais (...).A privatização de empresas estatais representam um dos elementos fundamentais deste processo. Seja mediante investimento direto, ou pela especulação financeira em bolsas de valores, a venda das estatais desperta o interesse de capitais externos, necessários neste momento para reequilibrar o balanço de pagamentos. (...) (15/07/1997 - 2ª parte)

155

---

<sup>155</sup> O setor energético foi desregulamentado obedecendo os seguintes marcos legais:

- *Lei n 8.631, de 1993 (regulamentada pelo Decreto n 774/93)*, “desequalizou” as tarifas de energia elétrica, eliminou os subsídios cruzados, obrigou o estabelecimento de contratos de suprimento entre as

A parte final de seu pronunciamento serve para reforçar a direta relação entre a política econômica do presidente Fernando Henrique e a reformulação do perfil do Estado brasileiro. Para dar sustentação ao “Plano Real” era necessário e urgente levar a cabo o processo de privatização das estatais. No caso específico do setor elétrico, o Brasil apresentava vantagens, tais como, um grande potencial hidroelétrico, uma malha energética estendida por todo o país e uma geração de energia a um baixo custo. A via privatista adotada pelo Governo brasileiro estava na contra-mão de países tipicamente liberais, como eram os casos do Canadá e dos Estados Unidos, que mantinham sob o controle estatal suas hidrelétricas.

Ao privatizar o setor de energia elétrica, o Governo pretendia atrair investimento estrangeiro para o setor e assim melhorar os serviços, bem como aumentar a sua eficiência via competição. Entretanto, o que houve na prática, na fase pós-desestatização, foi justamente o contrário, nas três antigas estatais houve piora nos seus serviços. Mesma tendência observada no setor de energia da Inglaterra, onde houve queda na qualidade dos serviços e elevação nas tarifas cobradas.

Este capítulo teve por objetivo analisar os pronunciamentos dos deputados das oposições em torno da reforma do Estado, especificamente a quebra dos monopólios estatais e as privatizações das empresas públicas. A partir da proposta apresentada pelo Governo Fernando Henrique, e a conseqüente reação dos parlamentares oposicionistas, constatou-se que dois projetos políticos, com visões diametralmente

---

empresas, cancelou débitos e créditos entre as empresas, e destas com o Governo, promoveu a primeira etapa de um plano de recuperação tarifária e criou os Conselhos de Consumidores Estaduais;

— *Decreto n 915/93*: estabeleceu as condições para a realização de projetos de geração, por meio de consórcios entre concessionárias e autoprodutores;

— *Decreto n 1.009, de 1993*, criou o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica — SINTREL (regulamentado pela Portaria n 337/94), acordo de operação conjunta, integrado, numa primeira etapa, pelas geradoras federais e estabeleceu a permuta de energia;

— *Decreto Federal n 1.503, de 1995*, que estabeleceu a privatização do sistema Eletrobrás;

- *Lei Federal n 9.074, de 7 de junho de 1995*, que regulou a figura do Produtor Independente de Energia Elétrica, prorrogou prazo de concessões e induz a desverticalização do setor elétrico; ANEEL — Ag

opostas sobre o tema, degladiavam-se. De um lado, estavam os governistas com suas bandeiras reformistas e anti-estatistas, e de outro lado, localizavam-se os partidos de esquerda, anti-reformistas e pró-Estado. As manifestações discursivas do pólo das oposições estavam permeadas pela lógica do antagonismo, onde a manutenção do *status quo* inviabilizava as medidas liberalizantes e voltadas para o mercado, e o vice-versa também se dava. Ou seja, a defesa das propostas pró-mercado comprometia os pilares do modelo interventor de Estado. Sendo assim, os dois projetos políticos não tinham a menor possibilidade de convivência ou de chegarem a um denominador comum. Apesar dessa acirrada luta política, um dos lados – governista - conseguiu tornar seu projeto hegemônico, não sem antes fazer algumas concessões.

Como foi destacado no parágrafo acima, o primeiro embate entre os dois blocos ideológicos deu-se em torno do papel do Estado. A base governista defendendo o antigo preceito liberal de “menos Estado e mais mercado”, enquanto que os partidos de oposição manifestavam-se contrários à idéia do Estado mínimo. Os deputados das oposições partiam do pressuposto que sua atuação era uma alavanca fundamental para o desenvolvimento econômico e a promoção de justiça social, daí a necessidade da manutenção do *status quo*. Em contrapartida, o presidente Fernando Henrique e seus aliados tinham como premissa o esgotamento do intervencionismo estatal, razão pela qual ele decretou o “fim da Era Vargas”.

O segundo confronto entre Governo *versus* oposições, ocorreu quando foram abordadas as justificativas das reformas. Os argumentos governamentais para promovê-las podem ser sintetizados em três grupos, a saber: 1) as estatais são onerosas, deficitárias e não possuem capital para investir; 2) o Estado deve concentrar suas funções nas áreas de saúde, segurança e educação; e 3) as privatizações e quebra dos monopólios estatais atrairão investimentos externos, os

quais irão promover crescimento econômico e fomentarão o desenvolvimento do país. Tendo por base esse conjunto de motivações o presidente Fernando Henrique encaminhou ao Congresso Nacional suas propostas reformistas. Enquanto o Governo Federal apresentava suas razões para empreender seu pacote de reforma do Estado, as oposições, mesmo na condição de minoria, não lhes deu trégua, e sistematicamente, seus representantes ocupavam a tribuna para desconstruir, uma a uma, as justificativas governamentais. A partir da análise dos seus pronunciamentos é possível identificar uma estratégia utilizada pelos deputados oposicionistas para atingir esse objetivo. Esses parlamentares levantaram três questionamentos e foi em torno deles que os partidos de oposição fizeram o jogo da desconstrução e reconstrução argumentativa. Os três eixos de questões foram: a) por que reformar?; b) quem ganha e quem perde com as reformas?, e c) quais as suas conseqüências para a nação brasileira?

Para responder ao primeiro questionamento – por que reformar? – os deputados oposicionistas procuraram desmistificar uma premissa muito comum entre os liberais, segundo a qual, “a iniciativa privada é competente e o Estado é incompetente”. No rastro desta assertiva, o Palácio do Planalto aproveitou para disseminar o rótulo da “ineficiência das estatais”, com vistas a criar um ambiente favorável às privatizações, dentro e fora do Congresso Nacional. Para refutar essa premissa liberal os parlamentares citaram os exemplos da PETROBRAS, Cia. Vale do Rio Doce e do Hospital Sara Kubitschek. Todas elas instituições pertencentes ao poder público, bem administradas e superavitárias. Portanto, os argumentos do Governo – estatais inoperantes e deficitárias - não encontravam sustentação na realidade. Além disso, os representantes das oposições também lembraram que o sistema de telefonia tinha uma parte rentável e esta subsidiava a telefonia básica. Evidenciava-se assim, a função social do monopólio estatal, e por causa deste caráter, os membros das oposições reconheceram ser ele um sistema mais democrático. Invertia-se assim, a equivalência construída pelos governistas, segundo a qual, a existência do monopólio público era anti-democrática, na medida em que o acesso à telefonia estava restrito a um “pequeno grupo de privilegiados”.

A ineficiência das empresas estatais estava diretamente relacionada com a sua incapacidade de investimento, outra das razões para privatizar ou flexibilizar os monopólios estatais, segundo os governistas. Para eles, a liberalização da economia surtiria um efeito duplamente positivo: introdução da competição e atração do capital estrangeiro. O primeiro efeito – competitividade - geraria desenvolvimento tecnológico e tornaria as empresas mais eficientes. Já o segundo, promoveria o crescimento econômico. Para desconstruir ambos os resultados, as oposições optaram por um estratagema: denunciar da tribuna que não havia nenhuma garantia que os capitalistas investiriam no Brasil e muito menos que seus recursos investidos aqui, resultariam em crescimento econômico. O exemplo mais paradigmático, citado pelos deputados de esquerda, era o caso da telefonia na Inglaterra. Neste país, no período pós-privatização, não houve melhora nos serviços prestados ou barateamento das tarifas telefônicas, bem como os investimentos diminuíram. Para esses parlamentares, o Governo estava limitado a uma visão economicista, cujos interesses eram muito claros: diminuir o déficit público, fazer caixa para o Tesouro, salvar o “Plano Real”, pagar os juros da dívida externa e sustentar o sistema financeiro. Estes também eram as razões pelas quais os antigos defensores do intervencionismo estatal transformaram-se em seus detratores.

Quanto ao tamanho do Estado, especificamente a redução da sua atuação, o Poder Executivo alardeava que esta era uma tendência mundial. O Brasil ao segui-la, apenas inseria-se na conjuntura internacional e se cadastrava a atingir o mesmo patamar da modernidade, tal como os países europeus. Novamente os partidos de oposição lançam mão de dados empíricos para desconstruir esse argumento. Seus representantes mostram da tribuna que os países mais desenvolvidos, entre eles, Alemanha, França, Japão, são nações com alta participação do Estado no seus respectivos PIB. Em contrapartida, países subdesenvolvidos da África e da América Latina, possuem baixa participação do Estado. Dessa forma os deputados de esquerda atingem duplamente as razões levantadas pelos governistas, demonstrando

que o Estado mínimo não é um padrão mundialmente seguido. E por outro lado, também serve para reforçar sua bandeira da importância do aparato estatal na promoção do desenvolvimento de uma nação.

Ao fazer a defesa de um projeto de país desenvolvido e com soberania, na medida em que não entrega suas riquezas naturais nem seu patrimônio, simultaneamente, as oposições rotulam o Governo Fernando Henrique de entreguista, anti-nacionalista e submisso aos interesses internacionais. Em outras palavras, um Governo neoliberal. Ao neoliberalismo foi atribuído, pelos partidos de esquerda, uma extensa cadeia de significações, entre eles, um projeto que visa estrangular a economia, ampliar o desemprego, gera crise nos setores produtivos; pratica uma política monetarista e privatista.

Em vista do jogo da construção e desconstrução de significados em torno da problemática da reforma do Estado, o bloco das oposições deixam claro seu posicionamento: seus representantes até cogitam reformá-lo, mas em uma direção diametralmente oposta daquela apregoada pelo Governo Fernando Henrique. Na visão dos partidos de esquerda, o Estado deve ser desprivatizado e colocado efetivamente sob controle público e as estatais administradas de forma transparente, aperfeiçoando as técnicas de gestão pública, como por exemplo, adotando o contrato de gestão e estabelecendo metas a serem atingidas, entre elas a eficiência.

## 6 AS OPOSIÇÕES E AS REFORMAS CONSTITUCIONAIS

Dentro do seu marco liberalizante, o Governo Fernando Henrique elaborou um plano de reformas à Constituição brasileira que se desdobrava em várias frentes: econômica, tributária e fiscal, administrativa, previdenciária e política. Cada uma delas tramitou no Parlamento em ritmo próprio e diferenciado, umas em tempo célere e outras mais lentamente. O presente capítulo desta tese aborda as manifestações dos deputados oposicionistas em torno de duas dessas reformas constitucionais, pela importância e polêmica gerada a escolha recaiu sobre as propostas na área da Previdência Social e na Política. Este último capítulo, também tem como objeto de análise o projeto político alternativo das oposições.

### 6.1 A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

No seu pacote de emendas constitucionais a reforma da Previdência Social ficou conhecida como PEC nº 33. Esta proposta governamental previa, de forma sintética, “um sistema misto de aposentadoria pública e privada; aposentadorias públicas até 5 – 10 vezes o salário mínimo, com um teto de US\$820 mensais; acima dessa faixa era de responsabilidade individual”.<sup>156</sup> Por promover cortes e atingir interesses específicos de grupos organizados, especialmente funcionários públicos, a tramitação dessa PEC demorou mais tempo e exigiu muito mais negociação do que as demais emendas referente à ordem econômica, por exemplo. Sua aprovação só foi obtida no final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, e assim mesmo seu conteúdo ficou um tanto distante da proposição inicialmente apresentada.

---

<sup>156</sup> In: AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. FGV, 2003, p. 250.

Em março de 1995 o Poder Executivo enviou à Câmara dos Deputados sua proposta de reforma previdenciária. E foi nesta Casa legislativa que o Governo enfrentou grandes dificuldades e sofreu suas maiores derrotas. A primeira delas ocorreu na própria Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), quando os membros desta Comissão decidiram desmembrar em quatro emendas o projeto original do Executivo. A sua vontade era que a PEC 33 fosse tratada como um único pacote, mas oito deputados governistas votaram a favor da separação.<sup>157</sup> Somente depois de 475 dias de tramitação, ou seja, em julho de 1996 que o Senado recebeu a proposição que tratava da reforma da Previdência Social. Durante 14 meses ela esteve sob o crivo dos senadores, posteriormente a sua apreciação, discussão e votação, ela foi devolvida à Câmara dos Deputados para uma nova rodada de debates. Até que em 15 de dezembro de 1998, ela finalmente foi promulgada.

A reforma previdenciária foi um tema que, desde o seu envio ao Congresso Nacional, mobilizou fortemente os partidos de oposição. Ao longo da sua tramitação na Câmara dos Deputados, em diversas oportunidades, os parlamentares do bloco oposicionista subiram à tribuna para manifestarem-se contrários ao projeto apresentado pelo Governo.<sup>158</sup> O primeiro semestre de 1998, especialmente entre janeiro e maio, concentrou o maior número de pronunciamentos sobre o referido assunto, mesmo período em que foram proferidas as falas mais expressivas. As manifestações a seguir analisadas foram extraídas justamente desta segunda etapa de votação na Câmara.

Ao ocupar o espaço do Grande Expediente para tratar da questão previdenciária, sistematicamente, os representantes das oposições utilizaram-se da mesma construção discursiva quando abordaram as outras emendas constitucionais, referentes às privatizações e à quebra dos monopólios estatais. Ou seja, desconstruir

---

<sup>157</sup> De acordo com AMES (2003) foram três parlamentares do PPB, três do PMDB, um do PFL e outro do PTB, que contrariaram a vontade do Governo. Op. cit. pp.250.

<sup>158</sup> Os principais oradores do bloco das oposições foram: pelo PT, Paulo Delgado, Waldomiro Fioravante, Vânio dos Santos, Luiz Alberto, Walter Pinheiro, Chico Vigilante e Luis Eduardo Greenhalgh; pelo PDT foi José Maurício e pelo PCdoB foi o deputado Agnelo Queiroz.

os argumentos do Poder Executivo para promover as reformas ou flexibilizações e identificar os sujeitos que se beneficiavam e aqueles que perdiam com estas medidas. O pressuposto comum entre os pronunciamentos desses representantes era a afirmação da viabilidade da Previdência Social, simultaneamente à identificação de que a origem de seu problema estava no gerenciamento do sistema. Visão completamente diferente daquela apregoada pelo bloco liberal-reformista, estes apontavam o processo constituinte de 1988 como o responsável pelas distorções no sistema previdenciário e viam na privatização a possibilidade de eliminá-las.

Alguns meses após o Senado ter devolvido à Câmara dos Deputados a PEC 33, o deputado Luiz Alberto (PT/BA)<sup>159</sup> manifestou-se em um momento particularmente especial da sua tramitação. Ou seja, no dia 13 de janeiro de 1998 foi instalada a Comissão Especial que iria analisá-la nesta segunda etapa.<sup>160</sup> Neste seu pronunciamento, o representante do PT alerta sobre as intenções do Governo ao promover a reforma previdenciária, no seu entendimento “essa PEC representa a desativação de um sistema de atendimento, que, desde 1923, garante a setores excluídos da população deste País, a população mais sofrida, negra, pobre, jovem e de mulheres, um mínimo de assistência social”. Eis as suas palavras,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou abordar o tema inserido na ordem do dia do País inteiro e que esta Casa deverá debater a partir de hoje: a reforma da Previdência. Governo neoliberal do Sr. Fernando Henrique Cardoso dá continuidade à sua saga de privatização do Estado brasileiro. Isso vem ocorrendo pelo desmantelamento dos serviços públicos e pela privatização de setores estratégicos da nossa economia. Desta vez, é a Previdência Social, cuja Comissão Especial deverá ser instalada nesta Casa hoje.

(...) Em abril de 1995, foi enviada ao Congresso Nacional a PEC nº 33/95. Essa PEC nunca foi uma proposta de reforma para melhoria do atendimento da população no que diz respeito à Previdência Social. Trata-se, na verdade, de grande supressão de direitos dos trabalhadores, combinada com a retirada da intervenção do Estado na área social, transferindo-a para o setor privado.

(...) O sistema com o qual o Governo Fernando Henrique Cardoso quer acabar paga mais de 16,6 milhões de benefícios mensais, sendo cerca

---

<sup>159</sup> Em janeiro de 1997, Luiz Alberto assumiu como deputado federal, na vaga deixada pelo titular, Ubaldino Júnior, do PSB, que fora eleito Prefeito de Porto Seguro/BA.

<sup>160</sup> A íntegra do aparte concedido ao deputado Milton Temer encontra-se no Anexo B.

de 5,8 milhões na área rural e 10,8 milhões na área urbana. Do total de benefícios pagos, cerca de 8,5 milhões são no valor de um salário mínimo, ou seja, mais de 51% do total de benefícios pagos pela Previdência Social. Paralelamente a isso, a Previdência paga mensalmente cerca de 35 mil benefícios no valor de dez a cinquenta salários mínimos, e 208 segurados percebem benefícios superiores a 100 salários mínimos.

Os benefícios por tempo de serviço, que o Sr. Fernando Henrique Cardoso quer retirar dos trabalhadores, respondem por cerca de 37% do gasto total do INSS. As aposentadorias por idade são em cerca de 4,8 milhões, sendo que 29% do total têm o valor médio de 134 reais, conforme estudos da assessoria do Partido dos Trabalhadores. Completando esse quadro, estão aproximadamente 2 milhões de aposentadorias por invalidez, sendo que cerca de 1,1 milhão em benefícios assistenciais e 4,4 milhões em pensões. (13/01/1998 – 1ª parte)

Durante a Assembléia Nacional Constituinte a bancada dos partidos de esquerda defenderam uma proposta de previdência social universalista e inclusiva, mesma posição que prevaleceu entre a maioria dos legisladores de 1988. Diferentemente desta perspectiva, o Governo Fernando Henrique encaminhou medidas visando justamente a desestruturação da agenda forjada no decorrer do processo constituinte. Ou seja, a sua proposta de reforma era excludente e apontava para a supressão de direitos. E aí residia a inconformidade do representante do PT, a possibilidade de abandono da camada mais necessitada da população. Os dados apresentados pelo deputado Luís Alberto revelam que o sistema previdenciário brasileiro segue o modelo “guarda-chuva”, isto é, assegura os direitos relativos à previdência propriamente dita e à assistência social, daí a importância desse sistema para os menos favorecidos.

Os números dão conta da sua abrangência: quase 17 milhões de benefícios eram pagos mensalmente e 51% deles estavam na faixa de um salário mínimo, além de atingir trabalhadores urbanos e rurais, que só foram adquirir este direito na Constituição de 1988. A extensão da aposentadoria rural colaborou para o perfil inclusivista da nova Carta, pois além de reconhecer um direito a quem não o tinha, explicitava seu papel redistributivista, na medida em que o seu aporte de recursos ao sistema era diminuto. Alguns anos mais tarde, os reformistas atribuem parte do déficit

da Previdência Social justamente as pensões rurais, pois o montante pago a este grupo era maior do que a soma geral da contribuição para os cofres da seguridade social.

Um ponto nevrálgico na discussão em torno da reforma da previdência foi a questão da aposentadoria. Esta podia ser atingida de duas formas, a) por tempo de serviço (30 anos para as mulheres e 35 para os homens) ou b) por idade mínima. A proposta governamental, pela premência fiscal-orçamentária, previa a extinção deste segundo modelo, substituindo-o pela conjugação entre os dois quesitos tanto para os trabalhadores da iniciativa privada como para o funcionalismo público. Ou seja, mesmo atingindo o tempo de contribuição era necessário ter no mínimo 55 anos, no caso das mulheres, e 60 anos para os homens. Os deputados das oposições denunciaram a injustiça desta proposição do Governo, na medida em que ela penalizava os mais pobres. Por exemplo, aquele indivíduo que começava a trabalhar cedo, situação muito comum entre a população pobre do país, que aos 16-17 anos já estão trabalhando para contribuir com a renda familiar, ao completar o seu tempo de contribuição antes dos 55/60 anos não poderia requerer sua aposentadoria. No final o Governo Federal foi parcialmente derrotado neste item, e os trabalhadores da iniciativa privada foram excluídos da exigência de atingir idade mínima para poder aposentar-se, critério válido apenas para os funcionários públicos.

Na continuação de sua fala, o deputado petista explica que o sistema previdenciário passava por dificuldades por causa da “corrupção do sistema, associada a uma omissão deliberada do Governo”, e os responsáveis por esta situação são as “forças políticas que estão no Governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo os antigos arenistas PFL e PPB”. Em contrapartida ao déficit previdenciário apresentado pelo Palácio do Planalto, a assessoria do PT fornecia outros números sobre a Previdência Social,

(...) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as dificuldades da Previdência pública no Brasil não estão localizadas no número de beneficiários, tampouco nos servidores públicos. (...) Os números da

Previdência Social explicitam o quanto ela é viável, à medida que o Governo a tenha como prioridade. Estes dados são os seguintes: receita total de 4 bilhões e 16 milhões de reais; receita bancária de 3 bilhões e 78 milhões de reais; despesa com benefícios de 3 bilhões e 523 milhões de reais; e outras despesas de 550 milhões de reais.

Conforme análise da assessoria do Partido dos Trabalhadores, a arrecadação bancária da Previdência supera em 250 milhões de reais o gasto com benefícios, ou seja, sob o aspecto da arrecadação, há no momento situação de equilíbrio entre o que é receita previdenciária típica e o que é gasto com benefícios por ela mantidos. Assim, há um superávit mensal, mesmo ocorrendo uma sonegação de contribuições, mesmo havendo as fraudes e a corrupção no sistema.

(...) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este Governo do PSDB e seus aliados, PFL e PPB, pretendem mudar o regime da Previdência com o exposto objetivo de privatizá-la, entregando-a à iniciativa privada. Trata-se de uma estratégia de sucateamento, que se consolida neste Governo e há alguns anos se caracteriza pelo desvio de verbas, a exemplo dos mais de 45 bilhões de reais que nos últimos trinta anos foram retirados da Previdência e destinados a obras faraônicas. Os trabalhadores vão perder direitos adquiridos, sobretudo pela mudança do conceito para concessão de tempo de serviço para contribuição. Essa mudança implicará a exclusão de milhares e milhares de trabalhadores e trabalhadoras dos direitos previdenciários. (13/01/1998 – 2ª parte)

No fragmento acima destacado fica explícita a negação da crise estrutural da Previdenciária Social, pois a raiz do seu problema estava localizada na “corrupção” e na “omissão do Governo”. Desta forma o deputado do PT promoveu um deslocamento na origem da crise da Previdência, na sua visão ela é acima de tudo uma crise gerencial e que pode ser superada através de vontade política, ou melhor, de uma reorientação política. Novamente o parlamentar recorreu a dados levantados pela assessoria do seu partido para reafirmar a condição superavitária do sistema previdenciário, apesar da sonegação, da corrupção e da fraude que atingiam esta área.

A tática do Poder Executivo era outra, ele juntou as duas contas – previdência + assistência – e apresentou-a como deficitária, daí a necessidade de reformá-la e assim desonerar os cofres públicos. Adotando uma estratégia discursiva simplificadora, o Governo apelou para a “satanização” do funcionalismo público, atribuindo a esta categoria a responsabilidade pelo déficit da Previdência Social. No prosseguimento do seu pronunciamento, o deputado Luís Alberto analisa as

conseqüências da reforma previdenciária para os trabalhadores, considerada por ele “um golpe fatal nos trabalhadores, prejudicando o setor informal e também, o setor formal, principalmente aqueles trabalhadores de setores da economia com alto grau de rotatividade de mão-de-obra, os quais jamais conseguirão completar 35 anos de contribuição e irão, então, recorrer ao benefício por idade, que não só é uma agressão a sua vida como trabalhador”. Eis a continuação de sua contundente manifestação,

(...) Há expressa intenção deste Governo de restringir o acesso aos direitos previdenciários, o que significa um grande retrocesso em um país marcado por uma brutal ausência de políticas sociais dirigidas ao povo trabalhador. A restrição aos direitos previdenciários fica expressa pela proposta de desconstitucionalização da Previdência, o que permitirá que toda ela seja gerenciada pelo setor privado, principalmente nesse campo das empresas multinacionais da área de Previdência.

Dessa forma, direitos como pensão por morte e universalidade do acesso à previdência pública, serão suprimidos do texto constitucional. É necessário que o conjunto dos trabalhadores e da sociedade em geral tome conhecimento que o Governo FHC está dando um duro golpe nos seus direitos adquiridos e estabelecendo que uma legião de trabalhadores do setor informal e desempregados não terão direito à assistência social, consolidando uma exclusão social em nome da estabilidade da moeda.

A proposta de reforma da Previdência, Sr. Presidente, gera a exclusão de vários direitos dos trabalhadores. Há algumas questões que devem ser analisadas pelos Parlamentares que irão debater este tema no Congresso. (...) A proposta governamental está no sentido da substituição do conceito de seguridade social, que passa efetivamente pela liquidação da Previdência Social universal. O sistema que o Governo Federal, representado pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso, pretende liquidar atende apenas a 1,7% da população que ganha acima de R\$ 2.400,00, conforme dados do último PNDA-IBGE. O Governo Fernando Henrique Cardoso tem como objetivo, com esta reforma da Previdência, o estabelecimento de uma previdência privada e aberta, em que o Estado se retira do sistema, gerando milhões de excluídos, que serão desprotegidos pelo Estado. (...) (13/01/1998 – 3ª parte)

Na continuidade da sua fala o representante do PT destaca a tentativa do Poder Executivo em desconstitucionalizar os direitos previdenciários adquiridos com a Carta Magna de 1988. Para dar visibilidade ao modelo restritivo de previdência social proposto pelo Governo, o deputado petista elenca todas as possíveis perdas a serem impostas a classe trabalhadora com o consentimento dos legisladores, entre elas

estavam os seguintes itens: tempo mínimo de contribuição para aposentadoria, suspensão do benefício por morte e acesso universal aos serviços públicos da Previdência. A proposição governamental pretendia excluir da rede de proteção da seguridade social aqueles que já estavam marginalizados - trabalhadores na informalidade e desempregados. Este fato por si só geraria indignação, mas ele era agravado pela própria realidade brasileira, socialmente injusta e altamente concentradora de renda, que impõe ao Estado um papel ativo na formulação de políticas públicas na área social. O membro das oposições apresenta a opção ideológica que o Governo Fernando Henrique estava fazendo ao abrir o mercado previdenciário para o capital privado, ao invés de promover políticas redistributivas. Ou seja, o presidente da República governava para os ricos e abandonava à própria sorte os grupos mais destituídos.

Na sucessão do seu pronunciamento, Luís Alberto detalha a constelação de interesses em torno da reforma da Previdência Social:

(...) A reforma da Previdência é um grande negócio, que busca estabelecer uma previdência privada, conforme informações de especialistas. Até o ano 2000, terá um patrimônio estimado em 200 bilhões de dólares. Podemos afirmar que é um negócio bastante favorável ao capital privado, com a conivência e com o beneplácito do Governo Fernando Henrique Cardoso, que se submete a essa lógica. O Governo Federal abrirá mão de setor fundamental: a assistência social a milhões de trabalhadores brasileiros desassistidos.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que, de acordo com denúncias, diversos bancos já estão participando desse negócio que envolve a política previdenciária. (...) Além das seguradoras nacionais, também as estrangeiras estão se preparando para entrar no País, a exemplo da Fidelity Investments e a Prudential, que juntas dominam o mercado americano do setor, com patrimônio de 541 bilhões e 300 bilhões, respectivamente.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa reforma não é do interesse dos trabalhadores, mas, sim, das grandes empresas nacionais e estrangeiras que atuam na área da previdência. O Governo Fernando Henrique Cardoso mostra de vez que este é o resultado da aliança com o Partido da Frente Liberal, que se traduz nessa política neoliberal, em que o que importa é a estabilidade da moeda, em detrimento da vida das pessoas, dos investimentos sociais junto aos setores excluídos da população.

Em verdade, há uma retirada de direitos, favorecendo a entrada de capitais estrangeiros no setor, ou seja, Fernando Henrique Cardoso

troca a proteção social à vida do povo por incremento de capital especulativo em nosso País.(...) (13/01/1998 – 4ª parte)

Logo na primeira linha da sua fala, o deputado Luís Alberto resume o interesse que a reforma previdenciária despertava: “é um grande negócio”. Ao fazer uso deste adjetivo o parlamentar não está apenas lançando mão de uma qualificação, mas ele está dando a exata dimensão deste mercado, onde circulam muitos bilhões de dólares, o que também quer dizer que ele é um negócio para poucos. E este grupo de “poucos” já estava se movimentando com vistas a obter uma posição vantajosa para o momento em que a disputa por este mercado se desse. À exemplo do que já vinha acontecendo em outras áreas - telecomunicações, petrolífera e energia elétrica – o Poder Executivo seguia cumprindo o caminho da abertura das fronteiras econômicas para o capital privado, até chegar à Previdência Social. O ponto em comum entre todas as reformas propostas é que a sua necessidade sempre dava em nome da estabilidade da moeda, isto é, para salvaguardar o plano Real, segundo a análise dos parlamentares das oposições.

O tipo de abordagem realizada pelo representante do PT é recorrente nas manifestações dos demais membros das oposições: a divisão em dois do espaço político, que estão constantemente em luta e medindo a sua força política. Esses dois campos mantêm uma relação de assimetria, ou seja, se um lado ganha é porque, necessariamente, o outro está perdendo. No caso especificamente da proposta da reforma previdenciária, a perda imposta à classe trabalhadora resultará em ganhos para o grande capital.

Ao final da sua extensa fala, o deputado Luís Alberto volta a fazer o contra-ponto com o Governo Federal, desmistificando suas razões para reformar a Previdência Social, e chamando a atenção para o fato de que, caso ocorra sua aprovação, “a lógica que vai impor mais essa derrota aos aposentados será aquela que ocorreu na aprovação da emenda que estabeleceu a reeleição para Presidente: a compra do voto”. Nas palavras do parlamentar:

(...) Comprovadamente, o povo brasileiro está sofrendo um processo brutal de exclusão, em benefício do capital especulativo. (...) A PEC, a partir da lógica dos governistas, vem retirar o que chamam de privilégios de uma minoria. Essa modificação não se justifica, pois vai penalizar a maioria do povo. Na verdade, o Governo e a sua base de apoio são coniventes com a larga rede de sonegação que existe no sistema previdenciário. Apenas para ilustrar, (...) uma empresa aérea brasileira nunca recolheu aos cofres públicos o FGTS. Reconhecendo a sonegação, propôs ao Governo pagar seus débitos com bilhetes de passagem. O Governo não tomou absolutamente nenhuma medida para enquadrar legalmente os sonegadores, (...)

O povo está atento a todas as questões debatidas nesta Casa e dará a resposta no momento devido. Ele sabe que se estão criando as circunstâncias para aumentar a miséria e piorar as condições de vida da maioria da população. (...) Os trabalhadores serão excluídos da previdência social pública e irão ingressar num sistema que tem como lógica não a Previdência Social, mas o lucro desenfreado e brutal das grandes empresas nacionais e internacionais na área de Previdência — como disse no início, Sr. Presidente, — que já estão mostrando os dentes para entrar nesse mercado.

Encerro este pronunciamento, Sr. Presidente, chamando a atenção dos trabalhadores brasileiros. O Partido dos Trabalhadores tem denunciado insistentemente o caráter perverso dessas emendas constitucionais, particularmente a que trata da Previdência Social e que vai retirar dos trabalhadores o direito de se aposentarem algum dia, porque na prática eles estarão impedidos, proibidos de se aposentarem. E denunciemos mais essa insistência absurda do Governo Federal em ver aprovada proposta que, (...) esta Casa rejeitou seis vezes; seis vezes, repito, a proposta de estabelecer contribuição para os aposentados. (13/01/1998 – 5ª parte)

O Governo Federal preconizava que a deterioração das contas da Previdência se dava em função, principalmente, das distorções entre o sistema público e privado de aposentadoria, o que resultava no seu comprometimento como um todo, daí a proposta de reforma visando eliminar os “privilégios de uma minoria” e assim “salvar” a estrutura previdenciária. Em um primeiro momento a reforma da Previdência poderia ser vista como a *política da imposição de perdas*<sup>161</sup>, já que vários grupos seriam afetados pelas medidas constantes no pacote reformista. Entretanto o deputado do PT mostra uma contradição do Poder Executivo nesta questão, por exemplo, ao mesmo tempo em que ele não cobrava dos sonegadores da Previdência,

<sup>161</sup> Este termo foi cunhado por Pierson e Weaver (1993) ao analisarem comparativamente as reformas previdenciárias em três países: Canadá, EUA e Inglaterra, sendo citado por Marcus André Melo em seu artigo intitulado “Reformando a Reforma”, publicado na revista **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n. 4, 1996, p. 75.

beneficiando desta forma as grandes empresas, ele restringia o acesso à seguridade social justamente à população menos favorecida, entre eles trabalhadores informais, desempregados e aposentados. Em função do seu conteúdo e da expectativa em relação ao seu resultado, essa reforma apresentava uma alta taxa de conflitualidade não só entre Governo e partidos de oposição, como também a cisão interna a sua base de sustentação parlamentar. Um claro exemplo disso foi o item proposto pelo Poder Executivo referente à cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados. Este tópico foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, em mais de uma ocasião, mas na sua tramitação pelo Senado a base governista conseguiu reintroduzi-la e quando do seu retorno à Câmara, o desconto previdenciário das aposentadorias deveria ser novamente apreciado pelos deputados.

Na Comissão Especial (CE) coube ao deputado governista, Arnaldo Madeira (PSDB/SP), o cargo de relator do projeto de reforma da Previdência Social e em meados de fevereiro o seu parecer foi colocado em votação, assim como se seguiu a apreciação de alguns DVS (destaque para votação em separado). Vale lembrar que o uso da técnica legislativa foi uma das estratégias dos partidos oposicionistas para fazer frente ao pacote das reformas. Além dos pedidos de DVS, os membros das oposições tentavam desmembrar as emendas e solicitavam “vistas” nas Comissões. Todas com o claro objetivo de tornar mais lento o ritmo da tramitação das reformas, independente do seu assunto - ordem econômica, previdenciária, administrativa ou política.

Foi justamente neste período entre a discussão e a votação do parecer do relator Arnaldo Madeira, iniciado em meados de fevereiro e retomado posteriormente ao recesso do carnaval, que o deputado do PDT/RJ, José Maurício, fez uma manifestação paradigmática e expôs as concepções ideológicas que estavam em jogo quando da apreciação da reforma da Previdência Social. Eis a sua fala no dia 11 de março de 1998:

(...)Com a provável retomada da votação da reforma da Previdência Social esta semana, não poderia deixar de registrar mais uma vez meu

protesto nos Anais desta Casa e um grito de alerta aos meus companheiros de Parlamento sobre as reais intenções deste Governo em privatizar o sistema previdenciário, covardia monstruosa contra a classe trabalhadora que contribui religiosamente para o INSS em benefício do capital internacional. Aos que pensam que o pior já passou; que o Governo Fernando Henrique já esvaziou seu saco de maldades com as reformas administrativa e da Previdência Social, cuidado!... vem coisa muito pior por aí. Um pacote na área da Previdência Social está em fervura nos porões do Palácio do Planalto e adjacências com vistas a privatizar também o sistema previdenciário.

Aposentar-se para a grande maioria dos brasileiros ficará só nos sonhos. São tantas as dificuldades e direitos adquiridos desrespeitados que o cidadão contribuinte morrerá antes de receber o benefício pelo qual trabalhou de sol a sol ainda quando criança. Segundo dados do IBGE, 45% dos brasileiros com ocupação (31,4 milhões) começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos e 82% ingressaram legalmente ou não no mercado na faixa de 9 a 17 anos, ficando sem carteira assinada e, portanto, sem pertencer à Previdência por muitos anos. Estes terão que trabalhar muito mais que o Presidente Fernando Henrique, o Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes ou o Líder do Governo na Câmara, Deputado Luis Eduardo Magalhães, para receberem minguada aposentadoria.

Os limites estabelecidos pela vergonhosa reforma da Previdência fazem com que um brasileiro precise trabalhar praticamente até a morte por velhice, se considerada a expectativa média de vida nacional medida pelo IBGE: 64 anos contra os 60 exigidos pela nova lei. Se considerarmos, porém, a idade em que a aposentadoria é permitida independentemente do tempo de contribuição, a situação é mais crítica ainda: este limite é de 65 anos. (11/03/1998 – 1ª parte)

Este pronunciamento do pedetista José Maurício chama a atenção pela contundência com que ele se manifesta. A figura do presidente Fernando Henrique e o seu Governo não são poupados pelo parlamentar, expressões do tipo “vilania”, “corja”, “covardia”, “saco de maldades”, “vergonhoso”, “canalhice”, servem para qualificá-los como poucas vezes os membros das oposições o fizeram. Talvez sua dura reação fosse motivada não só pelo conteúdo da reforma, mas também na forma violenta como o Palácio do Planalto reagiu naquele dia, e em outros, aos protestos e às manifestações de rua ao modelo de reforma em andamento. De acordo com o deputado do PDT, “foi assim, covardemente, com cães, cavalos, cassetete e muita bala no coldre — tal qual nos piores momentos da malsinada ditadura militar —, que a polícia de Fernando Henrique Cardoso, o social-democrata, enfrentou o cidadão-contribuinte que nas imediações do Congresso Nacional protestava pacificamente contra a reforma da Previdência Social”. Segundo o deputado tal conduta lembrava o

período da ditadura militar, sendo inadmissível em uma democracia, tornando-se ainda mais grave vindo de um presidente social-democrata.

Para o representante do PDT o aspecto central da reforma previdenciária consistia na questão da aposentadoria. Ela serviu como uma espécie de divisor de águas, ou seja, a proposta governamental foi muito além de qualquer ponto de razoabilidade, tornando-se assim inegociável para as oposições. Para estes partidos eram inaceitáveis os pontos excludentes e elitistas que nela estavam contidos, como por exemplo a elevação da idade para aposentadoria e o alongamento do tempo de contribuição previdenciária. Estes itens, se aprovados, atingiriam drasticamente a camada populacional menos favorecida, pois o detrimento imposto a este grupo estava, em uma razão inversamente proporcional, ao favorecimento daqueles setores economicamente mais aquinhoados. A posição de contrariedade dos membros oposicionistas não se alicervava apenas na retirada de direitos sociais, mas na profunda injustiça social que o Governo estava querendo legitimar. Exigir 60 anos como idade mínima para requerer aquele benefício era profundamente injusto, pois o último levantamento estatístico do IBGE apontava como 64 anos a média da esperança de vida no Brasil, e a mesma fonte oficial indicava que 45% das pessoas ocupadas tinham começado a trabalhar com tenra idade, entre 10 e 14 anos.

Realidade mais cruel é a enfrentada pelos cortadores de cana de açúcar, que aos sete anos já estão trabalhando, conforme lembrou o deputado do PDT. Para ele, “dói muito saber que principalmente os trabalhadores rurais jamais sentirão o gostinho amargo da pequena aposentadoria. Um cortador de cana do Nordeste ou de Campos, no Rio de Janeiro, (...) por exemplo, poderá se aposentar aos 60, após 51 anos enfrentando um trabalho árduo de sol a sol, doenças e fome. Dificilmente chegará lá. (...)”. Ou seja, os filhos dos pobres teriam que trabalhar muito mais do que os filhos das elites para poder aposentar-se. Aí se localizava a justificativa para a resistência dos representantes das oposições às mudanças propostas pelo presidente Fernando Henrique. Assumiam o estereótipo *pró-status quo*, mas em nenhum momento isto

deveria ser confundido como defensor dos privilegiados. Este papel cabia ao Governo, que tirava dos mais pobres para dar aos ricos.

Na continuação de sua fala, o deputado José Maurício segue abordando a injustiça com os mais pobres que estava sendo gestada pela reforma da Previdência Social e promovida pelos “parlamentares que deram sua assinatura para aprovação da reforma da Previdência Social em troca de favores, muitos favores governamentais”. Nas suas palavras,

(...) Os pobres, os mal nascidos, os predestinados a ganhar o pão com o suor do rosto serão igualados aos bem nutridos filhos das classes proprietárias pela idade mínima da aposentadoria. O cínico e desumano igualitarismo pretendido pelos reformadores da Previdência Social põe no mesmo patamar a grande maioria de trabalhadores que oficialmente entra no mercado aos 14 anos, embora tenha que começar a trabalhar desde a mais tenra idade, assim que aprende a andar.(...) este pobre trabalhador terá no fim de sua curta existência de sofrimento o direito a aposentar-se com a mesma idade daquele que a fortuna permitiu começar a trabalhar só aos 25 anos ou mais.

Pela proposta do Governo FHC, é irrelevante que uma mulher de 55 anos ou um homem de 60 anos que tenham trabalhado 40 ou 45 anos, sempre recebendo menos por trabalhos mais pesados e insalubres, se comparem a cidadãos que tiveram oportunidades na vida, muito mais escolaridade, alimentação adequada, (...) e que, pela nova lei, também trabalharão os mesmos 30 ou 35 anos para aposentar-se.

Para este Governo, não importa se só o mais abonado pela sorte, o doutor, tenha como comprovar o tempo de contribuição ao INSS para obter sua aposentadoria. E o peão de obras, o cobrador de ônibus, e tantos outros que não se agüentam nem um ano em cada emprego, como chegarão ao fim com todos os carnês em dia para entrar na tão sonhada inatividade com algum conforto?

Nunca é demais lembrar que o mote da campanha de FHC para mudar a Previdência é o mesmo do famigerado Fernando Collor: acabar com privilégios. O mote é só para encobrir a privatização do cobiçadíssimo sistema previdenciário, já que os privilegiados continuarão sendo privilegiados. (...) Porque os idealizadores dessa dita reforma, FHC e Reinhold Stephanes, aposentaram-se respectivamente aos 42 e 32 anos de idade, mesmo porque tiveram o privilégio de começar a trabalhar após os 20 anos de idade. Isso, sim, é que é privilégio! Isso, sim, é que é canalhice! (11/03/1998 – 2ª parte)

No prosseguimento de seu pronunciamento José Maurício mantém a mesma estratégia discursiva, isto é, a divisão do espaço político entre ricos e pobres. Esta

dicotomia não só é assimétrica como é antagônica e pode ser entendida a partir da sua descrição sobre a realidade brasileira. Aqueles últimos começam a trabalhar mais cedo, enfrentam as piores condições de trabalho, sua remuneração é mais baixa e geralmente enfrentam uma alta rotatividade no mercado de trabalho, logo demorarão mais tempo para atingir os pré-requisitos da aposentadoria, caso a proposta governamental fosse aprovada. Em contrapartida, “os filhos das classes proprietárias”, com maior escolaridade, melhores oportunidades, ingressam no mundo do trabalho só depois dos 25 anos e conseguem melhores salários. No entanto, os dois grupos terão que contribuir igualmente por 30/35 anos para a Previdência Social para então requer o benefício previdenciário.

O mote da campanha do presidente Fernando Henrique – “acabar com os privilégios” - mesma bandeira de Collor, conforme lembrou o deputado José Maurício, foi desconstruída nesta sua manifestação e mostrou que quem estava a favor dos privilegiados era Fernando Henrique. Para reforçar ainda mais esta imagem, o deputado trouxe o exemplo do próprio Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, que havia se aposentado precocemente aos 42 anos com aposentadoria integral, o que ajudou a deslegitimar a própria imagem do Governo. A importância disso estava na disputa de rótulos de lado a lado, pois seguidamente o presidente da República, carimbou as oposições como conservadoras e retrógradas porque ao estarem contra suas reformas elas defendiam o *status quo*, o que as tornava favoráveis aos privilégios.

Na mesma linha do seu colega Luis Alberto, o deputado José Maurício finaliza seu pronunciamento desconstruindo a justificativa governamental do déficit na Previdência, razão pela qual ela deveria ser privatizada. Para ele, “o Governo Fernando Henrique mente descaradamente ao afirmar que a Previdência Social está no buraco”. Eis a continuação da sua manifestação,

(...) É assim o Governo neoliberal do tucano Fernando Henrique. Pisa nos humildes, tira o pão da boca de criança para entregá-lo ao capital internacional. No caso em questão, às bilionárias seguradoras privadas e aos fundos de pensão que, ávidos, estão chegando ao País aos

montões. A elas, Fernando Henrique certamente repetirá o brinde com champanhe que dividiu com os Parlamentares entreguistas que lhe deram vitória na cruel, desumana e mesquinha reforma da Previdência Social. Dessa onda privativista-entreguista, a Previdência Social também não escapará. (...)

Nunca é demais repetir o alerta que há muito venho fazendo desta tribuna: A Previdência, caros colegas, não tem déficit algum, é tudo forjado para justificar a privatização do segundo maior orçamento do País, para entregar esses trilhões arrecadados do cidadão-contribuinte às empresas de previdência privada. Quanto será que elas depositaram na conta da campanha de reeleição de FHC? Porque na conta dos maus Parlamentares que aprovaram a reforma da Previdência, como o execrável Deputado empreiteiro Sérgio Naya, em vias de cassação – (...) todos sabemos quanto FHC depositou.

Para alívio das negociatas com a previdência privada e para que a Previdência Social continue sendo o pasto predileto dos corruptos, fraudadores e sonegadores, o brasileiro humilde deverá carregar sua cruz até os 60 anos. Se for privilegiado pela sorte e viver até lá, aí sim, poderá aposentar-se com alguns trocados. Só não poderá descansar porque a mirrada aposentadoria não o permitirá. Mesmo sem saúde terá que continuar na labuta, em bicos para sobreviver, se conseguir algum, porque nesta idade, no Brasil, o cidadão-contribuinte aposentado, ou não, só encontra mesmo o banco da praça ou o botequim para afogar suas mágoas. É considerado velho demais para trabalhar. (11/03/1998 – 3ª parte)

A principal justificativa do Governo para levar a cabo seu pacote de reformas na Previdência Social, assentava-se na sua condição deficitária, provocada especialmente pelos privilégios do funcionalismo público, que ganhavam aposentadorias integrais e de valor elevado. Através de sua fala, o deputado do PDT tenta desmanchar esta idéia recorrendo aos dados do próprio Governo, sua fonte foi o Secretário do Tesouro Nacional que revelou que a Previdência não só não dava prejuízo, como era superavitária. A contraposição entre os números das duas fontes governamentais cumpriu dois objetivos, primeiro, fragilizar o Governo ao revelar que o seu Ministro mentia sobre a situação da Previdência, e em segundo lugar, apresentar a viabilidade do sistema previdenciário, na medida em que ele era lucrativo. De acordo com o parlamentar o “rombo” na Previdência não passava de um jogo de cena para entregar um mercado muito rentável ao capital privado. Também o representante das oposições lançou suspeitas sobre a entrega da Previdência a seguradoras privadas. Segundo José Maurício ela fazia parte de algum compromisso de campanha do presidente Fernando Henrique, por ter recebido doações deste grupo para sua

campanha ou para comprar deputados que votassem a favor da emenda da reeleição. Apesar da gravidade das ilações do deputado do PDT, este tipo de denúncia não progrediu para a abertura de algum processo de investigação. Ao final da sua manifestação, o pedetista enumera todas as situações que causam prejuízo à Previdência Social,

(...) Por outro lado, o INSS é recordista em ações na justiça. Deixa-se roubar à vontade por quadrilhas especializadas comandadas pelas Jorginas da vida, mas não paga o que deve aos bons cidadãos. Só no Rio de Janeiro existem 60 mil ações transitadas em julgado aguardando liquidação. As pessoas morrem nas não recebem o que lhes é devido pela Previdência Social. É o total desinteresse do Estado pelo cidadão-contribuinte, (...) Para defender sua tese e seus interesses na privatização da Previdência, o Ministro Reinhold Stephanes fala em sucessivos rombos, 2 bilhões de reais só no ano passado. Como o "pinóquio" Fernando Henrique, seu guru, o Ministro mente desavergonhadamente e é desmentido por outro membro do Governo, ninguém menos que o Secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Augusto Guimarães, que de balanço financeiro na mão não só nega tal prejuízo como confirma equilíbrio nas contas previdenciárias, num total de 52,7 bilhões de reais. O mentiroso, porém, não se corrige. Para este ano, prevê déficit superior a 5 bilhões de reais, enquanto a Secretaria do Tesouro aponta novamente equilíbrio financeiro. (...) Se o Governo insiste no fictício déficit, tem que procurar outro bode expiatório, porque não é este o real motivo.

Que tal apontar o desemprego, a queda acentuada do PIB, a retração do desenvolvimento econômico? A matemática é simplória: se há desenvolvimento, há emprego, e, conseqüentemente, haverá receita superavitária para a Previdência Social. Descoberto o monstro, só resta ao Governo FHC enfrentá-lo cara a cara, dando aos brasileiros o que mais procuram — emprego — e acabando de vez com esse lero-lero de rombo nas finanças da Previdência Social. Ou será que é justamente isso que o Governo não quer para justificar a privatização do segundo maior orçamento da União?(...) (11/03/1998 – 4ª parte)

Outro ponto nevrálgico abordado pelo representante do PDT era o descaso do Poder Executivo com a Previdência Social. Se ela realmente fosse deficitária, conforme afirmava o Ministro Stephanes, por que o Governo nada fazia para reverter esta situação? Nenhuma medida era tomada para impedir que a Previdência fosse pilhada por fraudadores, corruptos e sonegadores. Com certeza a omissão do Governo permitia que quadrilhas especializadas “sangrassem” os cofres da Previdência em alguns milhões anualmente, dinheiro este que iria fazer falta na outra

ponta – aposentadorias, seguro-desemprego, auxílio-doença. Apesar disso o sistema era superavitário e daí ser objeto de cobiça pelas grandes empresas de seguro, ávidas por lucro. O deputado José Maurício estabeleceu uma direta relação entre a economia do país e a situação da Previdência, ou seja, o aumento do desemprego, a retração econômica e a queda acentuada do PIB, resultado da adoção do “receituário neoliberal”, refletiam sobre as contas da Previdência Social, e quanto a isto o presidente Fernando Henrique e sua equipe econômica silenciavam.

À exemplo de seus pares do bloco das oposições, o deputado Walter Pinheiro (PT/BA) apresenta a dita “crise da Previdência Social” como um problema de gerenciamento, estando na sua raiz a ineficiência e/ou o descaso do Governo em resolver a questão da sonegação. A fala a seguir reproduzida está pautada por três questionamentos levantados pelo parlamentar, são eles: a) por que as oposições são contrárias a reforma previdenciária?, b) a quem ela vai atingir?, e c) quais são os seus objetivos? Sua manifestação ocorreu em um dia particularmente importante para o bloco das oposições - 6 de maio de 1998 - período que coincidia com a votação dos DVS, muitos deles apresentados pelos deputados oposicionistas. Ao final de seu pronunciamento, Pinheiro faz um apelo ao conjunto dos parlamentares, e não só aos seus colegas de oposição, para que eles votem a favor dos destaques apresentados pelas oposições, desta forma vão estar “corrigindo o rumo dessa reforma, eliminando os limites que dizem respeito à idade e aprovando uma reforma na Previdência que, além de combater a sonegação, atenda aos anseios do povo brasileiro”. Eis suas palavras,

(...) Ontem à noite, na votação das medidas provisórias, em particular da Medida Provisória nº 1.608, o bloco de oposição, que contou com a brilhante intervenção do Deputado Miro Teixeira, conseguiu provar que no texto há absurdos. Em realidade, legaliza-se o crime, permite-se (...) na prática, que soneguem à Previdência. Os sonegadores da Previdência terão até mesmo direito à anistia.

O Governo diz, a todo momento, que precisa da reforma da Previdência para resolver o problema do déficit público. Mas, neste particular, o próprio INSS apurou que chega a 2 bilhões a dívida dos sonegadores da Previdência, só em 1995. Agora, com a proposta de reforma da Previdência, o Governo busca resolver o problema do déficit sem combater a sonegação e sem acabar com esse tipo de malandragem.

Efetivamente, o Governo busca isso punindo os trabalhadores rurais e os inativos. Portanto, quem já contribuiu a vida inteira contribuirá mais uma vez no período de sua aposentadoria. Também busca o Governo resolver o problema com o limite de idade. Vários Deputados desta Casa, principalmente os que tanto reclamaram da seca, sabem como é dura e difícil a vida do homem do campo. Portanto, a aposentadoria com o limite de idade proposto inviabiliza a obtenção do benefício por parte desses trabalhadores.

A reforma apena ainda os servidores públicos, porque sobre estes reside toda a pressão. Acredita-se que estaria aí todo o problema. Chegam a dizer que os servidores públicos têm privilégios, porque sua aposentadoria mantém os direitos da ativa. Isso deveria ser uma regra para todos os trabalhadores. Buscam a introdução de um redutor, para massificar uma posição, para ampliar o conceito de que, mais uma vez, têm de atacar os servidores públicos, procurando, com isso, eleger os prováveis responsáveis pelo déficit do Governo. E é exatamente nas costas do servidor público, já arrojado do ponto de vista salarial, que o Governo busca atacar, eliminar benefícios e, na prática, não fazer uma reforma na Previdência, mas uma reforma em que as pessoas não alcancem benefício algum. (06/05/1998)

A manifestação do deputado Walter Pinheiro é muito semelhante a anteriormente destacada, pois elas possuem a mesma construção discursiva onde o Governo apresentava a Previdência como deficitária, elevando consideravelmente o “rombo” nas contas públicas. A causa apontada para a precariedade da situação do sistema previdenciário era facilmente identificada: os privilégios do funcionalismo público. Sua solução era bastante simples, bastava eliminá-los. De maneira resumida esta era, a partir da ótica das oposições, os aspectos que envolviam a proposta governamental de reforma da Previdência Social. Se essa descrição fosse tomada como correta, caberia perguntar então, por que o Governo nada fazia para acabar com a sonegação? Afinal dados oficiais apresentavam como chegando a R\$ 2 bilhões a dívida dos sonegadores com o INSS. Ou o Poder Executivo estava faltando com a verdade sobre as contas da Previdência, isto é, ela não era deficitária e sendo assim perdia consistência toda a sua argumentação para reformá-la, ou o Governo era omissivo e conivente com a sonegação. Esta postura foi reforçada pela medida provisória (MP 1608) encaminhada ao Congresso Nacional prevendo o direito à anistia aos sonegadores da Previdência. Tanto em um caso como no outro, o Governo foi colocado em uma situação de fragilidade e sem respaldo para promover reformas tão drásticas.

Diferentemente da falta de ação do Governo para “salvar” a Previdência, as oposições apresentam-se ativas na sua defesa, propondo emendas ou DVS com vistas a preservar o sistema previdenciário nos moldes em que ele existia, ou seja, universalista e inclusivista. A divisão estabelecida pelo deputado Walter Pinheiro consistia na dicotomia em termos de NÓS contrários à reforma previdenciária *versus* ELES favoráveis às mudanças. A partir da perspectiva da contra-reforma os partidos de oposição se constituíram a favor dos trabalhadores rurais, dos aposentados, dos funcionários públicos – grupos mais prejudicados pela proposta reformista -, o que em última instância representava ser pró-nação. Já o Governo Fernando Henrique foi construído sendo contra os trabalhadores (urbanos e rurais), os mais pobres, a favor dos ricos e dos sonegadores. Por ser o autor das reformas pró-mercado, portanto privatista, ele foi rotulado como um Governo neoliberal. Este perfil de administração desdobrava-se em uma rede de outros significados, também sendo atribuído a ele o rótulo de entreguista, anti-nacionalista, anti-popular e anti-democrático.

## 6.2. A REFORMA POLÍTICA

Ao contrário da reforma da Previdência Social, a reforma política não estava incluída no primeiro lote de proposições apresentadas pelo presidente Fernando Henrique, ela só foi encaminhada ao Congresso Nacional em agosto de 1995, seis meses depois daquele pacote inicial. A proposta reformista do Governo Federal previa os seguintes tópicos: a) extensão do mandato presidencial, b) redução do mandato dos senadores, c) reeleição para os cargos do Executivo, nos três níveis, d) introdução do voto facultativo, e) adoção do voto distrital, f) cláusula de barreira e g) reformulação do horário eleitoral gratuito de rádio e televisão.

Do conjunto de reformas constitucionais propostas pelo Poder Executivo, duas delas estavam entre as suas prioridades: a) a reforma da ordem econômica, que avançou rapidamente, e b) a previdenciária, que em função da sua alta taxa de conflitualidade andou mais lentamente. Na reforma política como um todo, o Governo

investiu menos, exceto no item “reeleição”. Esta no final de 1996 foi objeto de uma proposta de emenda constitucional que gerou um grande debate interno e externamente à esfera parlamentar. O eixo da discussão no âmbito congressional se dava em duas direções: a) se o momento era propício ou não para examiná-la; e b) as oposições lançaram dúvidas sobre a licitude de sua aprovação, em virtude das suspeitas de compra de votos de parlamentares pelo Executivo.

O interesse do Governo em aprovar a “emenda da reeleição” fica evidenciado por dois aspectos. Primeiramente pela atuação do próprio presidente Fernando Henrique, empenhando-se pessoalmente pela sua aprovação, e em segundo lugar, pela celeridade da sua tramitação, em 25 de fevereiro de 1997 ela foi aprovada pela Câmara e em meados de abril foi promulgada. Será em torno desta emenda constitucional que recairá a análise, pois o restante das proposições constantes no pacote da reforma política ainda continuam tramitando no Congresso Nacional.

O andamento da “emenda da reeleição” suscitou frenéticos debates entre governistas e oposicionistas no interior do Poder Legislativo. Sistemáticamente os representantes dos partidos de esquerda ocuparam o espaço do Grande Expediente para manifestar sua contrariedade à proposta enviada pelo Executivo.<sup>162</sup> Do conjunto de manifestações em torno deste tema, três delas podem ser consideradas paradigmáticas e por isso justificam sua seleção para análise. Dois desses pronunciamentos ocorreram no auge da discussão durante a tramitação desta emenda, enquanto que a outra fala foi proferida posteriormente a sua aprovação, quando das denúncias veiculadas pela imprensa sobre a compra de votos dos parlamentares.

O mês de janeiro de 1997, em pleno período de convocação extraordinária da Câmara dos Deputados, foi profícuo em pronunciamentos abordando o tema da reeleição. Uma das falas mais emblemáticas foi proferida pelo parlamentar do PT, José Genoíno, no dia 10 do referido mês, onde ele afirma que a reeleição é

inaceitável para os atuais ocupantes de cargos executivos, assim como ela é um erro e um equívoco, mesmo para os futuros eleitos. Eis as suas palavras:

(...) Com isso, deixo claro que a posição que trago ao debate no plenário desta Casa se baseia em algumas preliminares. A primeira é a preliminar da democracia, (...) A democracia, ao longo da história da humanidade, impôs-se como valor universal exatamente porque está regada com sacrifício, lutas e batalhas. (...) Sr. Presidente, ligo esta questão ao problema da reeleição.

(...) Temos no Brasil um Estado que cooptou, tutelou e foi violento. Não temos uma tradição de controle, fiscalização e limitação das instituições democráticas. Não temos uma tradição de autolimitação, a partir da organização da sociedade civil, sobre aquilo que é fundamental na discussão democrática das instituições: a relação entre o poder e o ocupante do poder. Todo regime ditatorial funde o poder com o seu ocupante. A característica de democracia é separar o ocupante do poder. No presidencialismo, o ocupante do poder é chefe de Governo e chefe de Estado. Exatamente porque une estas duas funções, se não houver uma rotatividade no poder, funde-se a idéia do ocupante com o cargo. De uma certa maneira estamos assistindo a isso hoje.

O que aconteceu de novo no País da revisão constitucional até hoje? Na Constituinte e na revisão constitucional o meu partido votou contra a reeleição e a favor da redução do mandato de cinco para quatro anos, e o Lula estava em primeiro lugar nas pesquisas. Para nós, a democracia não é um instrumento. Se o Governo está bem, vamos mudar a norma; se o Governo está mal, vamos mudar a norma. O que houve de novo para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso que votou contra a reeleição na Constituinte e o PSDB contra a reeleição na revisão? O plano Real. O Plano Real e a articulação PSDB-PFL na figura do Presidente que quer construir um modelo institucional centralizador, com presidencialismo, de um lado medidas provisórias, e de outro lado o poder constitucional de alterar a agenda do Congresso com a urgência constitucional. (10/01/1997 – 1ª parte)

José Genoíno deixa claro na sua fala que a sua posição, e do seu partido, em torno do tema da reeleição não era pautada pelo momento, oportuno ou inoportuno, mas sua discordância estava assentada em um “princípio”, tanto que o deputado era contrário a sua adoção no tempo presente ou no futuro. Sua justificativa estava relacionada ao sistema de governo presidencialista, mais especificamente a uma característica sua: a fusão na mesma figura das funções de Chefe de Estado e de

---

<sup>162</sup> Diferentemente dos demais partidos do campo oposicionista, o PPS tinha posição favorável a emenda da reeleição.

Governo. Para ele, esta característica tende a favorecer a centralização e a personalização do poder, tendência claramente identificada no caso brasileiro. Além disso, o modelo de presidencialismo vigente no Brasil apresenta outra peculiaridade: a preponderância do Executivo sobre as demais instâncias de Poder. Esse conjunto de particularidades do presidencialismo tornam-o incompatível com a regra da reeleição, na visão do deputado do PT. Isto porque em última instância comprometeria um dos requisitos da democracia, a possibilidade da alternância no poder.

Este item está diretamente relacionado com o segundo pilar que dá sustentação à posição do parlamentar petista, o regime democrático. Seu entendimento sobre democracia estava baseado na conceituação do pensador italiano Norberto Bobbio, o qual estabeleceu três pré-requisitos para enquadrar um país como democrático, são eles: a) estabilidade do conjunto das regras; b) controle do cidadão sobre os governantes, e c) relações da democracia com a realidade concreta. José Genoíno acreditava que justamente os dois primeiros itens (a e b) não estavam suficientemente enraizados no Brasil, em função de sua recente experiência democrática, e caso a regra da reeleição fosse adotada no país, haveria o comprometimento desse regime.

A outra indagação lançada por José Genoíno referia-se ao aspecto conjuntural da proposta da reeleição, ou seja, durante a Constituinte tanto o PT, como o então senador Fernando Henrique haviam rejeitado-a. Posteriormente, em 1993 na revisão constitucional, o PSDB novamente votou contra a sua adoção. Por que a mudança de opinião do presidente e do seu partido? Para o representante do PT essa resposta deve ser buscada no oportunismo do primeiro mandatário da nação que, embalado pelo sucesso do “Plano Real” e da aliança PSDB-PFL, ambicionava um segundo mandato presidencial. A sua mudança de postura em um curto espaço de tempo traduz a luta política que estava sendo travada entre os dois grupos ideológicos – situação x oposição – e também serve para o deputado estabelecer a diferença entre

o seu partido e o presidente da República. Enquanto o primeiro mantém-se fiel aos seus princípios – não aceita a reeleição, mesmo quando Lula estava em primeiro lugar nas pesquisas de opinião, e mais tarde isto poderia beneficiar-lhe -, Fernando Henrique agia ao “sabor do vento”, ou seja, mudava de posição sempre que as circunstâncias pudessem favorecer-lhe. Esta atitude do presidente ia de encontro a um dos pré-requisitos estabelecidos por Bobbio sobre a democracia, ou seja, não se preocupava com a estabilidade das instituições. Essa sua idéia remete a outro teórico da Ciência Política, Maquiavel. De acordo com o politólogo italiano, todo governante deveria deixar um legado político e o presidente da República, ao invés de promover reformas que aprimorassem as instituições e reforçassem a democracia, estava agindo em um sentido justamente contrário a este, pois o Chefe do Executivo estava propondo introduzir novas regras na vigência do seu mandato, o que não estava previsto no jogo democrático. Razão pela qual os membros das oposições rotulam Fernando Henrique de anti-democrático.

Na continuação de sua fala, José Genoíno acrescenta mais um item nessa discussão: a extensão da reeleição para as Presidências do Senado e da Câmara dos Deputados. Durante o aparte concedido ao seu colega de bancada, Milton Temer, este deputado lembrou que outros dois países da América Latina, Argentina e Peru, permitiram a recondução de seus presidentes, e tanto Menem como Fujimori, revelaram-se péssimos exemplos. Logo, este modelo não deveria ser seguido pelos brasileiros.

(...) É claro que V. Ex. tem toda razão ao dizer que a bandeja da reeleição está sendo vendida à opinião pública como algo moderno. Mas, na bandeja de prata, ouro e bronze da reeleição, tem muita coisa. (...) a opinião pública vai achar que estamos alcançando a modernização das instituições, as Presidências da Câmara e do Senado vão entrar na bandeja, porque o príncipe quer a reeleição para o Palácio do Planalto e o imperador quer a Presidência do Senado. E, nessa relação de parceria, tem-se que votar a reeleição no dia 15, para votar no dia 22, para que a eleição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados consagre uma parceria em uma tese, que é a reeleição do ponto de vista geral, que se amesquinha ao estar amarrada à eleição das duas Mesas. (...)

E, nessa bandeja, (...) colocam-se prerrogativas do Congresso, amarrando-se aos interesses de um grande partido, numa situação que chega a ser até de vexame porque essa bandeja em que a reeleição está sendo vendida não é dourada como o Governo está pintando. (...) Nos Estados Unidos, a tradição do Estado norte-americano é radicalmente diferente da tradição brasileira. O Estado norte-americano é radicalmente democrático. Trata-se da primeira Constituição do mundo que incorporou o direito à reeleição nos seus pressupostos. O Congresso norte-americano tem poder perante o Executivo; o Presidencialismo lá não interfere na pauta do Congresso, como interfere aqui, com a urgência constitucional, não há medidas provisórias e, como os senhores estão vendo, o Presidente da Câmara é de um partido, e o Presidente da República é de outro, e eles têm uma relação que não é de subserviência. (...)

É isso que cobro na discussão sobre a reeleição. Não estamos discutindo uma tese teórica; estamos discutindo interesses para contrariar uma outra condição da democracia, que é a presunção de que os competidores concorrem com as mesmas condições. Quem possuir a caneta como Chefe de Governo, seja Prefeito, Governador ou Presidente da República, terá uma vantagem em relação aos outros. Dizia ontem que a maioria de hoje só é democrata se admitir a possibilidade de ser minoria amanhã e a minoria de hoje ter a possibilidade de ser maioria amanhã. Esse ensinamento custou muito à história política deste País e a muitos democratas. (...) (10/01/1997 – 2ª parte)

O deputado Genoíno chama a atenção para outros três pontos que envolviam o tema da reeleição, todos eles entrelaçados entre si: a) a idéia de modernidade, b) a alternância do poder, e c) o aspecto conjuntural. A idéia da reeleição como algo “moderno” foi construída pelo Governo na medida em que ela foi apontada como um avanço institucional. Tanto era assim que em outros países esta regra já existia, caso dos Estados Unidos, ou foi incorporada posteriormente, como aconteceu no Peru e na Argentina. Entretanto, o representante das oposições desconstrói essa concepção ao mostrar que a tradição democrática dos norte-americanos e dos brasileiros eram completamente diferentes, especialmente no tocante a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo. Isto remete ao segundo aspecto, a alternância do poder, ou melhor dito, o seu comprometimento na medida em que os concorrentes não disputam os cargos nas mesmas condições, pois aquele governante que está no exercício do seu mandato tem vantagens sobre os seus adversários. Bem como, pode ocorrer o abuso do poder – político-econômico - da parte deste mandatário para

perpetuar-se no cargo, o que fere diretamente um dos requisitos do regime democrático, dos três acima citados.

O terceiro tópico destacado por José Genoíno é um agravante à proposição governamental. Ou seja, as circunstâncias envolvendo o sucesso do “plano Real” associada à coligação entre PSDB-PFL levaram o presidente Fernando Henrique a mudar de posição e tornar-se favorável à reeleição, para assim beneficiar-se com ela. Outro fato importante é que a proposta de adoção desta regra era extensiva a Mesa Diretora do Senado e da Câmara dos Deputados, o que também levava a alterar o Regimento Interno das duas Casas legislativas com o objetivo de permitir assim, a recondução dos seus presidentes. Para as oposições esta “reeleição geral” só serviria para aumentar ainda mais os poderes do Executivo e tornar o Legislativo mais subserviente ao primeiro. É importante lembrar que no biênio 1997-1998, o Senado Federal estava sob o comando do senador do PFL, Antônio Carlos Magalhães, e a Presidência da Câmara estava ocupada pelo deputado do PMDB, Michel Temer, ambas as siglas faziam parte da base de sustentação parlamentar do Governo, daí o receio dos membros das oposições da possibilidade do Poder Executivo ampliar mais ainda seus poderes, descaracterizando a relação equilibrada e harmoniosa entre os poderes conforme o princípio do *checks and balances*. Em outras palavras, os partidos de oposição temiam que o Congresso Nacional ficasse inteiramente à mercê dos interesses do Palácio do Planalto. Também aqui o parlamentar alerta para o perigo de inviabilizar outra condição básica da democracia, qual seja a incerteza, ou nas palavras de José Genoíno, “a maioria de hoje pode se transformar em minoria amanhã e a minoria de hoje pode se transformar em maioria amanhã”.

Na continuação da sua manifestação, o deputado Genoíno destaca que a falta de regramento sobre a desincompatibilização e a ineligibilidade, produz um efeito complicador sobre o processo eleitoral. Pois de acordo com o representante do PT, os detentores de mandato possuem vantagens sobre seus concorrentes na competição eleitoral, além de propiciar “a extensão dos tentáculos de uma oligarquia, (...)”

sedimentando um poder familiar”. Esses dois fatores já seriam suficientes para desqualificar a idéia de que o mecanismo da reeleição aperfeiçoaria as instituições, ao contrário, Genoíno acredita que este instrumento levará ao seu envelhecimento.

(...) Há estudos claros e evidentes que chamam a atenção para os riscos da influência do poder por uma razão: no presidencialismo, o cargo de Chefe de Estado junta-se com o de Chefe de Governo. A diferença do parlamentarismo é que esses cargos são separados. Na hora em que se une a verba e a caneta com a chefia de Estado é um perigo para a democracia. (...) Nos editoriais dos jornais apóia-se a reeleição, mas também denuncia-se: o mercado é um balcão de interesses, regando a emenda da reeleição no Congresso Nacional. Essa é a manchete dos jornais O Globo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e Correio Braziliense. Não é a Oposição que está denunciando isso, (...) mas os jornais. Se a imprensa, que tem uma posição simpática à reeleição divulga essas manchetes, imagine, nobre Deputado, na hora em que o Presidente e o Governador forem candidatos. O simples fato de S. Ex. ser candidato já é intimidador, limitador do seu concorrente. (...) Se é um êxito garantir a reeleição, no caso do Sr. Fernando Henrique Cardoso, é porque sabem que S. Ex. tem uma vantagem em relação aos demais concorrentes, isso cria um problema de legitimação para as normas e as regras da democracia.

(...) Para concluir, quero ainda tratar de dois argumentos. Tem-se dito que a reeleição foi um consenso revelado pelas eleições municipais. Isso não é verdade; cada sujeito é diferente do outro. Celso Pitta é diferente de Paulo Maluf no exercício do seu mandato na Prefeitura; Raul Pont é diferente de Tarso Genro,(...). Portanto, continuidade, sim, continuísmo, não. Esse argumento não deve fundamentar a reeleição.

Por último, gostaria de dizer que meu partido exige que a mesa e a bandeja que está sendo servida com todos os ingredientes à tese da reeleição seja também ocupada por outro sujeito político, isto é, uma consulta popular, para que o cidadão se torne parceiro dessa decisão que tem interesses no Executivo e no Legislativo. A consulta popular, através de plebiscito ou referendo, é condição para que esse debate não fique eivado e marcado por um jogo de interesses ou disputas muitas vezes encobertas, não reveladas e pouco transparentes para a sociedade. Quero deixar claro que vou combater a reeleição. (...) Por razões políticas e teóricas, é fundamental para nosso País fazer reformas políticas globais, institucionais, e não um arremedo de reforma com o nome de reeleição. Era o que tinha a dizer. (10/01/1997 – 3ª parte)

Reforçando o seu princípio de contrariedade à emenda da reeleição o representante do PT denuncia o que estava embutido nesta proposta, ela permitia

que se criasse uma rede de relações políticas visando a perpetuação de alguns grupos políticos no poder, pois entre outros fatores, não era exigido do governante o afastamento das suas funções públicas para concorrer ao mesmo cargo. A exigência da desincompatibilização daquele ocupante de cargo no Poder Executivo que pleiteasse um novo mandato, poderia minimizar os potenciais efeitos negativos da reeleição para o regime democrático. Como fica evidenciado, a sua preocupação com a democracia não se encerra aí, ela é recorrente na sua fala. O deputado Genoíno também vai chamar a atenção para mais dois aspectos que lhe preocupavam. Primeiro, a posição vantajosa, tanto do ponto de vista político como econômico, que os detentores de cargos públicos têm sobre aqueles que não são detentores. E em segundo lugar, a falta de definição sobre quantas vezes era possível a recondução ao mesmo cargo.

José Genoíno desconstrói mais um argumento dos simpatizantes da reeleição. No pleito municipal de 1996 vários prefeitos fizeram seus sucessores, este resultado foi interpretado pelos defensores da reeleição como um claro recado do eleitorado, isto é, os eleitores já estavam praticando essa regra na medida em que mantiveram o mesmo grupo no poder. Entretanto o deputado Genoíno alerta que este caso deve ser entendido como “continuidade” e que ele não deve ser confundido com “continuismo”, que seria a recondução da mesma pessoa para o mesmo cargo, sem limite de vezes.

O representante das oposições finaliza sua manifestação lançando uma contraproposta, para ele a reeleição era uma questão muito importante para a decisão em torno dela ficar restrita ao Congresso Nacional e seus membros. Sua adoção ou não no país, deveria passar pelo crivo da consulta popular, e no caso dela ser aceita pela maioria da população resultaria em uma maior legitimidade. Além da proposta de plebiscito ou referendo, José Genoíno mostrava que a reforma política deveria ir mais além do que o Governo estava propondo, preocupando-se realmente com o aperfeiçoamento das instituições, no entanto o que se via era a exclusiva preocupação com a aprovação da regra da reeleição, o que para o parlamentar nada

mais era do que um retrocesso para o sistema político brasileiro. Portanto, ele desfaz a imagem da herança modernizadora do presidente Fernando Henrique.

Esse pronunciamento de José Genoíno pode ser tomado como uma síntese da posição do Partido dos Trabalhadores em relação à emenda da reeleição. Outro parlamentar que expressou da tribuna a postura do seu partido, em torno do mesmo assunto, foi o deputado do PCdoB, Aldo Arantes. Tal manifestação se deu no dia 26 de fevereiro de 1997, quando da votação, em segundo turno, da referida proposição. Ambas as falas, de Genoíno e Arantes, apresentavam outro ponto em comum, além de serem contrários a sua aprovação, por exemplo: a ampliação dos poderes do Executivo. Frente à realidade brasileira esta possibilidade torna a tese da reeleição ainda mais grave, pois o “Presidente controla os recursos públicos, as Forças Armadas, os meios de comunicação, tem o poder para nomear e demitir e usurpa poderes do Legislativo”. A usurpação do Poder Executivo pode ser evidenciada pelo número de medidas provisórias editadas pelo presidente Fernando Henrique. Nos dois primeiros anos do seu mandato (1995-1997), ele editou 1.202 MPs, sendo 74 novas e 1.128 reedições. Estes dados são suficientes para o deputado Aldo sentenciar que a tese da reeleição é uma ameaça ao Legislativo e ao regime democrático. Nas suas palavras,

(...) Quero reafirmar a posição do meu partido, categoricamente contrária a essa emenda, por considerar que ela acentua o caráter antidemocrático e autoritário do Estado brasileiro. Sr. Presidente, o Estado brasileiro, particularmente a Presidência da República, detém poderes imperiais. Isso faz parte da nossa tradição política; são os remanescentes da ditadura militar. A partir do momento em que ingressamos num processo democrático, o caminho deveria ser o do aperfeiçoamento da democracia, o que equivale a dizer um mais justo equilíbrio de poderes no Brasil. (...)

Dissemos também, Sr. Presidente, que, além de usurpar poderes do Legislativo, o Presidente da República pressiona indevidamente o Judiciário. (...) Em manifesto lançado à Nação, disseram os Presidentes dos Tribunais de Justiça: “A concentração de poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei”. (...) Sr. Presidente, os Presidentes dos Tribunais de Justiça lançam à opinião

pública uma avaliação da gravidade que representa esse processo de brutal concentração de poderes nas mãos do Presidente da República.

Quero, mais uma vez, reafirmar a posição do PCdoB. Consideramos que a aprovação da emenda da reeleição significa a concentração excessiva de poderes nas mãos do Presidente da República, o que é altamente danoso para o futuro do País e para a democracia.

Queremos alertar o povo brasileiro, os Srs. Parlamentares, de que continuaremos cumprindo o nosso papel, porque sabemos que o objetivo da reeleição é exatamente acelerar o processo de reformas antidemocráticas do Estado, reformas essas que golpeiam a soberania nacional, que golpeiam os direitos dos trabalhadores, que restringem a democracia.

Por isso, o PCdoB, de forma categórica, manifesta o seu repúdio pela eventual aprovação da reeleição e exatamente mostra ao povo brasileiro que não estamos sozinhos. Os Presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o Brasil manifestaram repúdio por essa brutal concentração de poderes que está em curso em nosso País. Era o que tinha a dizer. (26/02/1997)

O argumento central do representante do PCdoB, presente na fala acima destacada, refere-se a maior concentração de poderes nas mãos do Executivo e o seu conseqüente reflexo negativo para a democracia no Brasil. Para ilustrar a procedência de sua preocupação Aldo Arantes mostrou que a Presidência da República já era detentora de muitas prerrogativas constitucionais, e mesmo assim extrapolava nas suas funções quando, por exemplo, editava um excessivo número de medidas provisórias e tentava pressionar o Poder Judiciário. Os exemplos citados pelo deputado do PCdoB serviram para concretizar os “poderes imperiais” do Executivo e lançar dúvidas sobre o que poderia acontecer com a recente democracia brasileira, caso a emenda da reeleição fosse aprovada, especialmente nos termos em que ela estava colocada. A apreensão do parlamentar das oposições ia além da ameaça ao regime democrático, ele também se fixava no seu desdobramento mais imediato, ou seja, o presidente Fernando Henrique Cardoso almejava mais um mandato visando encaminhar outras reformas do Estado brasileiro, como por exemplo a reforma sindical, ou acelerar o andamento de propostas ainda não votadas, caso das reformas previdenciária, administrativa, e a fiscal-tributária. Aldo Arantes fez questão de salientar que não era apenas os membros das oposições que eram contrários a adoção da reeleição, mas que os presidentes dos Tribunais de Justiça

também tinham se manifestado no mesmo sentido, ou seja, o bloco oposicionista não estava sozinho. Essa referência adquire importância na sua fala porque possibilitou ao deputado Aldo deslegitimar uma freqüente acusação levantada pelos governistas sobre os parlamentares dos partidos de esquerda. Esta dava conta de apontá-los como sectários, radicais e atrasados, porque se posicionavam contra as reformas encaminhadas pelo Governo Federal.

O segundo eixo que predominou nos debates em torno da emenda da reeleição foram as dúvidas lançadas pelos membros das oposições, e fartamente noticiada pelos principais veículos de comunicação do país, sobre a licitude de sua aprovação, em virtude de suspeitas de compra de votos de parlamentares pelo Executivo. Resgatando um pouco da conjuntura desse período, tem-se que o jornal *Folha de São Paulo* foi o responsável por denunciar, em primeira mão, o envolvimento de deputados federais no referido esquema. A matéria inicial, publicada quase um mês depois da emenda ter sido aprovada no Senado, dava conta de reproduzir o diálogo gravado entre os parlamentares do PFL, Ronivon Santiago e João Maia, os quais admitiam ter recebido dinheiro para votar a favor da emenda da reeleição, bem como citavam outros nomes, todos pertencentes a bancada federal do Acre. A cúpula do partido reagiu às denúncias e expulsou os dois representantes dos seus quadros.

No dia 21 de maio, para evitar a cassação de seus mandatos, Ronivon e João Maia renunciaram. No desenrolar do episódio foram identificados os nomes dos demais envolvidos, eram os deputados Chicão Brígido (PMDB), Osmir Lima (PFL) e Zilá Bezerra (PFL). Sobre eles recaíam as suspeitas de terem recebido entre R\$100 mil e R\$200 mil pelo seu voto. A imprensa também noticiava que além do ministro Sergio Motta, os governadores Amazonino Mendes, do Amazonas, e Olcir Cameli, do Acre, estavam envolvidos na negociação da compra e venda dos votos. Em função das denúncias veiculadas, a Câmara dos Deputados decidiu formar uma Comissão de Sindicância, presidida pelo deputado Severino Cavalcanti (PPB/PE), com vistas a investigar as suspeitas levantadas. O relatório aprovado pelos membros dessa Comissão recomendava a abertura de processo para a cassação do mandato dos três

parlamentares citados, o que efetivamente aconteceu. Entretanto, como será visto a seguir, as oposições não estavam satisfeitas com o encaminhamento dado a este processo.

A manifestação mais expressiva sobre esta suspeição foi proferida pelo deputado do PCdoB, Sergio Miranda, no dia 20 de maio de 1997, coincidentemente na véspera dos pedidos de renúncia de Ronivon Santiago e de João Maia. Seu pronunciamento no espaço do Grande Expediente alerta que o “escândalo da reeleição” era uma denúncia “previsível e anunciada”. Ou seja, cedo ou tarde ela surgiria e denunciaria os “métodos” utilizados pelo Palácio do Planalto para viabilizar aquela proposta:

(...) Talvez, não se soubesse dizer como viria à tona a verdade sobre o processo de votação da emenda da reeleição. Mas era previsível que um dia surgisse uma denúncia, (...). Qualquer observador da cena no Congresso Nacional tinha plena consciência de que a denúncia surgiria. Como repercute na Casa este escândalo anunciado, Sr. Presidente? (...) Primeiro para a sociedade fazem pronunciamento exigindo uma apuração rigorosa, a fim de que os culpados sejam punidos. Internamente, procuram esvaziar o único método de investigação capaz de apurar a denúncia: a CPI. Depois, valorizam a Comissão de Sindicância, situando naquele espaço a possibilidade de investigação. O Ministro, no entanto, recusa o convite para comparecer à Comissão de Sindicância. (...) Procuram, assim, golpear a democracia.

Restringir o escândalo ao Congresso Nacional é uma forma de dizer para a sociedade que a corrupção só existe no Congresso Nacional o que não é verdade. Se existe corrupção no Parlamento, é apenas uma ponta, porque a outra está situada fora do Congresso Nacional. Srs. Deputados, talvez seja importante analisar com um pouco mais de profundidade esse escândalo. A primeira pergunta que se deve fazer voltando aos antigos latinos, é: Quid prodest? A quem interessa? Quem se beneficia? Ora, Sr. Presidente, a emenda constitucional que permite a reeleição foi a única que mereceu do Presidente da República envolvimento direto. (...) Foi a ação direta do Presidente da República nas negociações realizadas no Palácio do Planalto que viabilizaram a aprovação da emenda nesta Casa. Quid prodest é respondido facilmente. (...)

Quantos Deputados venderam o seu voto? É o que a sociedade pergunta. Além dos dois que já foram condenados, que já foram expulsos do PFL dando assim razão à denúncia, quantos outros? Será que esse fato não macula de forma irremediável a tramitação dessa emenda? Esta a primeira questão. Porém é importante também discutirmos o histórico desses processos de investigação. (20/05/1997 - 1ª parte)

Na abertura da sua fala o deputado Miranda lembra que este era um “escândalo anunciado”, ou seja, o comportamento do presidente Fernando Henrique à época da tramitação da emenda e de seu principal articulador nesse assunto, o ministro Sergio Motta, eram claros indícios de que algum “esquema” estava sendo preparado. Entretanto faltavam provas e estas foram reveladas pela imprensa no início de maio. O representante do PCdoB foi cuidadoso no seu pronunciamento e distinguiu dois grupos de parlamentares: a) aqueles favoráveis à reeleição por convicção, o que ele reconhecia como legítimo e respeitava, e b) aqueles que venderam seu voto, comportamento repreensível e inaceitável. Mas o que era crucial para o deputado Sergio Miranda era desmistificar a estratégia utilizada pelo Palácio do Planalto quando as denúncias se concretizaram. O Executivo jogou toda a responsabilidade do episódio sobre o Congresso Nacional, isto é, o “esquema” ilícito estava localizado e bem delimitado às fronteiras internas do Poder Legislativo. O que o membro do PCdoB alertou foi que a corrupção era uma via de mão dupla, ou seja, se algum deputado vendeu o seu voto era porque na outra ponta tinha um comprador. Logo, a pergunta que cabia fazer era: a quem interessava a sua aprovação? Sua resposta encontrava direção certa, ela apontava para o Palácio do Planalto. E no entendimento do deputado Sergio Miranda isto já era motivo suficiente para rever a validade da aprovação desta emenda constitucional.

Na continuação de seu pronunciamento, ele faz a defesa da instauração de uma CPI. Para o representante do PCdoB, este importante instrumento legislativo, e não só das oposições, já deu sua contribuição para a democracia brasileira, como nos casos das CPIs do “*impeachment* do Collor” e do “Orçamento”. Eis o teor da sua manifestação:

(...) Se há corrupção e corruptos, há corruptores. Na CPI do Impeachment não se chegou a investigar as doações das empresas que formavam a caixinha do Sr. PC Fátias. Na CPI do Orçamento não se aventuraram a discutir a ação das empreiteiras. O Senador Pedro Simon recolheu assinaturas para viabilizar a CPI das Empreiteiras, mas ela não se realizou. (...) E apesar do avanço que representaram essas CPI nunca chegamos a ultrapassar o limite de ir para o outro lado.

Qual o dano que isso causa à democracia e às instituições? Para a sociedade parece que o problema da corrupção no Brasil situa-se apenas no Congresso. Não é verdade, (...) Qual a minha tese fundamental? Primeiro, as CPI que aqui funcionaram ajudaram a democracia, tornaram mais transparente o processo político, avançaram no sentido da consolidação das instituições deste País. Evitar CPI é castrar o Congresso Nacional de uma prerrogativa constitucional: a da fiscalização. O Congresso tem como prerrogativa exercer este poder de fiscalização. Srs. Deputados, para não cometermos o erro grave de tentar abafar este escândalo, cassando apenas dois Deputados, é preciso buscar o entendimento global deste processo, senão estaremos cometendo um erro contra a democracia e contra o Congresso Nacional.

(...) Se aparecem 100 mil reais na conta de uma pessoa, alguém os depositou lá. Deve ser punido não apenas o Deputado que recebeu, mas também o que depositou os 100 mil reais. Por que essa visão distorcida do processo? Por que o corrupto deve ser condenado de antemão? Procura-se fazer um rito sumário, desrespeitando o mandato parlamentar adquirido nas urnas. Por que não permitir uma investigação de fato? Por que não permitir que o Congresso exerça suas prerrogativas constitucionais? Por que a CPI do Orçamento foi boa, a CPI que levou ao impeachment do Presidente Fernando Collor foi positiva e uma CPI que vai investigar um escândalo que, já de forma irremediável, maculou o Executivo é inconveniente? A citação do Ministro Sérgio Motta e a ação dos Governadores do Acre e do Amazonas vinculam diretamente a corrupção ao Palácio do Planalto. Quem deveria estar mais preocupado, nobre Deputado, em pôr isso em pratos limpos? Se não tem culpa, seria o Executivo. (...) (20/05/1997 - 2ª parte)

O principal mote deste fragmento discursivo do deputado Sergio Miranda é sobre a importância das CPIs. Para ele essas Comissões são fundamentais para o Poder Legislativo, em especial, e para o país, de um modo geral. Primeiro porque dá transparência ao processo político e ao fazê-lo, contribui para a democracia. Ao mergulhar em um processo de investigação e expor suas entranhas, o Congresso Nacional sai fortalecido e o Estado brasileiro também sai ganhando. Outro dado é que a CPI faz parte das prerrogativas do Parlamento e ela se constitui em um mecanismo de fiscalização fundamental para o exercício da função de legislador, bem como um importante recurso político nas mãos dos partidos de oposição. Sua relevância pode ser constatada pelos dois exemplos trazidos pelo deputado do PCdoB, a “CPI do *impeachment*” e a “CPI do Orçamento”, ambas trouxeram como consequência o aprimoramento institucional. Mesmo produzindo um resultado positivo esses

processos investigativos deixaram a desejar, especificamente nesses casos faltou investigar a outra ponta do fio da corrupção. A seguinte indagação não foi respondida: quem corrompeu? É justamente este aspecto que o parlamentar do PCdoB não deseja que se repita neste episódio: quem comprou e quem pagou pelo voto favorável dos deputados acusados? Era necessário que o Poder Legislativo investigasse, apurasse e punisse a todos os envolvidos, mas também era preciso aprofundar suas investigações em direção àqueles que corromperam. Desta forma, o deputado Sergio Miranda desconstruiu a idéia de que a corrupção no Brasil se restringia apenas ao Congresso Nacional, pois a outra via poderia ser o Poder Executivo ou a iniciativa privada, dependendo do caso.

Como já foi dito anteriormente, essa manifestação antecedeu o pedido de renúncia dos deputados Ronivon Santiago e João Maia, o que impediu a cassação dos seus mandatos. Destino diferente tiveram os outros três parlamentares sob a mesma acusação, os quais tiveram seus direitos de representação cassados. Entretanto, a bancada das oposições apontou a insuficiência da Comissão de Sindicância como instância investigativa, na medida que seus poderes são limitados, e passou a pleitear a abertura de uma “CPI da reeleição”. Com este objetivo a deputada do PT, Sandra Starling, apresentou um requerimento (RCP) para a sua formação com 212 assinaturas, mas a direta intervenção do Palácio do Planalto barrou seu prosseguimento, resultando no seu arquivamento. O líder do bloco das oposições (PT – PDT – PSB – PCdoB)<sup>163</sup> chegou a impetrar um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal para assegurar a instalação da CPI, mas não logrou sucesso.

Depois do aparte concedido ao deputado do PSDB, Adroaldo Streck, o representante do PCdoB, na continuação de sua fala, respondeu ao governista expondo suas razões em defesa da instauração de uma CPI e suas críticas à Comissão de Sindicância. Para o deputado Miranda, uma CPI não é só um mero

---

<sup>163</sup> Na abertura do ano legislativo de 1997, PT, PDT, PSB e PCdoB formalmente formaram um “bloco de oposição” para atuarem conjuntamente, pela primeira vez isto ocorreu. O PPS não fazia parte deste grupo porque o partido era favorável à reeleição, entre outras divergências.

instrumento das oposições, ela cumpre um objetivo maior que é o de preservar o próprio Poder Legislativo.

(...) Não podemos, sob pena de colocarmos em risco a própria democracia, passar uma mensagem para a sociedade de que a corrupção neste País só existe neste Parlamento, como se o Poder Legislativo concentrasse todo o potencial de roubalheira e bandalheira. Isso não é verdade. A corrupção que existe aqui no Parlamento é reflexo de uma corrupção maior: no Orçamento, nas votações. É preciso analisar que a corrupção, no Brasil, mudou de feição. (...) É a corrupção legalizada. (...)

(...) Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, quando se propugna a realização de uma CPI, leva-se em consideração dois aspectos fundamentais: primeiro, que o Congresso tem de cumprir a sua obrigação constitucional. Uma Comissão de Sindicância que sequer tem poder para convocar os envolvidos a prestar depoimento, já que o Ministro se recusou e os Governadores não virão, não tem poderes para comprovar a denúncia, para saber se, de fato, o dinheiro entrou na conta do Deputado e zerou o vermelho no Banco do Brasil. Se ficar comprovado, teremos uma prova irrefutável. Mas a Comissão de Sindicância não tem esses poderes.

(...) De repente, por uma questão política qualquer, para abafar um escândalo, prega-se o rito sumário para a cassação. Não! Só poderemos cassar os corruptos daqui se cassarmos os de lá. Os daqui dependem dos de lá. Os corruptores que compraram os votos devem receber a mesma punição dos corruptos que os venderam. Não pode haver dois pesos e duas medidas: o corrupto é punido, e o corruptor fica a salvo. (...)

Nós, Parlamentares do Congresso Nacional, principalmente da Câmara dos Deputados, vamos compactuar com essa pantomina, com essa farsa para preservar o Executivo? Não, Srs. Deputados. Aí seria descer muito baixo, seria se colocar ao lado daqueles que procuram enfraquecer a democracia neste País. Não entrarei nessa. (...)

Para cassar qualquer mandato nesta Casa, exijo um processo justo, condições de defesa e não o rito sumário, que tem por finalidade abafar o escândalo e preservar os corruptores. Aqui se pode cassar Deputado de qualquer jeito para livrar a cara dos corruptores. Sinceramente, isso não é correto. (...) O único instrumento capaz de levar a cabo essa investigação, mantendo o prestígio e aprofundando a democracia em nosso País, é a CPI. Era o que tinha a dizer. (20/05/1997 - 3ª parte)

Nessa parte final da sua manifestação o deputado Sergio Miranda reforça a visão da corrupção como uma via de mão dupla, sendo assim não é suficiente apenas

cassar os parlamentares corruptos, também é necessário aprofundar as investigações e descobrir quem os corrompeu, para que este(s) também seja(m) punido(s). Daí a sua defesa em instalar uma CPI, porque essa instância possui prerrogativas que a Comissão de Sindicância não as tem, como por exemplo, o poder de convocação de Ministros ou de Governadores para prestarem depoimento, sem que estes se recusem a fazê-lo. De outro lado, os governistas não desejavam a sua instauração e tentavam de todas as formas barrá-la, sendo que o seu principal argumento era que “uma CPI provoca paralisia nos trabalhos no Congresso” e como havia uma extensa agenda de reformas por ser votada, o Legislativo não poderia diminuir seu ritmo.

É interessante a justificativa construída pelo representante do PCdoB em torno do requerimento da CPI, ele fez questão de deixar claro que esta Comissão não era um mero estratagema das oposições para desgastar politicamente o Governo, mas era uma forma de preservar o Poder Legislativo e os legisladores, na medida em que seria mostrado à sociedade que o Parlamento não era o único foco de corrupção, sem restringi-la apenas as suas fronteiras. Sergio Miranda defendia que o ritual de julgamento dos seus pares fosse rigorosamente cumprido, ao mesmo tempo em que não deveria ser permitido ao Executivo utilizar-se da condenação desses membros para livrar-se de qualquer acusação. A concordância com esta estratégia do Palácio do Planalto comprometeria, irremediavelmente, a imagem do Congresso Nacional frente a opinião pública, assim como o próprio processo de investigação realizado no seu interior.

### 6.3 O PROJETO ALTERNATIVO DAS OPOSIÇÕES

Como ficou evidenciado até aqui, os partidos de oposição sempre promoveram embates muito duros com a base governista, ao longo da 50<sup>a</sup> legislatura. Especialmente nas discussões que giravam em torno das reformas da ordem econômica, previdenciária e política. Percebe-se claramente que haviam dois projetos

políticos em disputa: de um lado, o Governo Fernando Henrique assumindo um perfil anti-estatista com suas propostas voltadas para o mercado, e de outro, as oposições saindo em defesa do *status quo* e contrapondo-se às mudanças no papel do Estado. Basicamente estas siglas foram mais reativas à agenda de reformas do Governo do que proativas. Isto pode ser explicado por três razões: primeiro porque o pacote de emendas constitucionais teve como autor o Poder Executivo. Em segundo lugar, uma decorrência do ponto anterior, a pauta de votação era dominada por suas proposições. E por fim, na condição de minoria, apenas restava às oposições reagir a elas e/ou tentar obter 171 assinaturas que possibilitassem a esses partidos emendar as matérias de autoria do Governo Federal.

Ao longo deste capítulo foi mostrado como as oposições construíram discursivamente suas posições frente ao pacote de reformas pró-mercado, a partir de um *locus* específico, o Grande Expediente, tendo como marca principal sua relação de antagonismo com o Governo Fernando Henrique. Desta forma os partidos oposicionistas realizaram um duplo movimento, desqualificaram o Governo Federal, e simultaneamente, apresentaram-se como uma alternativa política a ele. Justamente este último ponto será objeto de análise nesse item. Para tal foram selecionados quatro pronunciamentos, onde seus porta-vozes reafirmaram as diferenças no plano político-ideológico entre os dois grupos, bem como, preocuparam-se em mostrar a viabilidade do seu projeto político.

A preocupação das oposições em apresentar-se como uma alternativa viável adquire especial importância, na medida em que este campo era composto por siglas à esquerda do espectro ideológico, cujos principais líderes, Lula e Brizola, já haviam sido derrotados duas vezes na disputa pela Presidência da República. Também pairava sobre esses partidos o estigma de radicais, retrógrados e sectários, rótulos esses que foram constantemente reforçados por Fernando Henrique e seus aliados durante a 50<sup>a</sup> legislatura. Daí a necessidade das oposições de esquerda promoverem o jogo da desconstrução desta imagem e reconstruí-la ligada a outros atributos que

colaborassem para viabilizá-las como um projeto político alternativo ao que estava posto.

A primeira manifestação a ser destacada ocorreu 40 dias depois do presidente Fernando Henrique ter enviado ao Legislativo o seu pacote inicial de reformas e ela foi proferida pelo deputado do PT, Milton Temer. Apesar dele não ser o líder da bancada petista em 1995, neste ano a liderança era exercida por Jacques Wagner, Temer apresentou-se falando em nome do Partido dos Trabalhadores e tornou pública a posição do seu partido frente às medidas reformistas. Eis suas palavras:

Sr. Presidente, serei rápido em respeito aos companheiros. O que pretendo registrar neste Grande Expediente é a posição do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, quanto às emendas constitucionais. Não que elas não sejam um direito do Poder Executivo, mas não posso deixar de registrar que, hoje, o Poder Executivo propõe emendas e edita medidas provisórias quando deveria tratar dessas matérias via projeto de lei. Opera a legislação extraordinária, agredindo o Congresso, como se fosse operar a legislação ordinária. Tomamos conhecimento das emendas do Executivo no momento em que chegam à Casa e temos pouco mais de dez dias para o recolhimento de 171 assinaturas se pensarmos em emendá-las. Nós, ao contrário, batalhamos, temos de recolher 171 assinaturas para apresentar uma proposta de emenda. (...)O único Poder que não tem nenhuma cláusula restritiva é o Executivo, que ainda obriga este Plenário a sair da sua lógica para, tomando conhecimento da proposta, correr atrás, depois de uma reflexão curta, das emendas que tem de fazer. Essas emendas trazem embutido algo nocivo para este País, uma concepção de degradação do patrimônio público, principalmente na área de telecomunicações.

Estou preocupado com a forma pouco cortês e pouco respeitosa a este Congresso com que os Ministros aqui chamados têm prestado informações. Eles se manifestam na justificativa das suas emendas com duas laudas ideologizadas, desinformadas, desinformadoras e, pior, falaciosas. Não existe constatação alguma para aquilo que dizem no discurso. Por outro lado, não encontramos um espaço sequer para contestá-los.

O PT tem propostas, não defende o Estado tal como está, porque não temos responsabilidade em relação ao seu caráter autoritário. Tem propostas, sim. Encaminharemos brevemente emenda na qual mostramos a necessidade de manter o monopólio tanto na área do petróleo quanto na das telecomunicações, não por questão ideológica, mas na defesa dos interesses do conjunto da sociedade, abalados pelos quadras de insegurança internos e, principalmente, internacionais.

(...) Se cedermos a essa vaga privatizadora, estaremos dando a este Governo um espaço não para uma política, porque não sabemos qual é, nem para um modelo, porque não há um Deputado do Governo capaz de dizer que modelo este Governo tem para as telecomunicações e o petróleo, mas para uma série de negociatas que serão pagas com o sacrifício de toda a sociedade. E aí não me refiro aos trabalhadores, refiro-me aos empresários produtivos, que dependem dos trabalhadores, não só pelo mercado de consumo interno, temo, mas até pela capacidade que tenham de produzir. Concluo registrando que o Partido dos Trabalhadores marca sua posição, (...) . (25/03/1995)

No mínimo três aspectos levantados pelo deputado Temer nessa sua fala já foram abordados em outros itens ao longo deste capítulo, por exemplo, o Executivo extrapolando na função de legislar, as justificativas falaciosas do Governo para promover as reformas constitucionais e a forma desrespeitosa do Executivo se relacionar com o Legislativo, entre outros. Porém a crítica mais contundente direcionava-se ao presidente da República, o qual era duplamente acusado: a) pretendia desmantelar o Estado brasileiro, e b) não esclarecia o que seria colocado em seu lugar. Apesar de ser muito vago o que viria a ser a fase pós-privatizações, as oposições tinham uma expectativa pessimista para este novo período. O principal ponto da sua manifestação foi a explicitação da posição do Partido dos Trabalhadores no tocante às emendas constitucionais. O membro das oposições deixou claro a postura estatista do seu partido, em particular, e do campo oposicionista, em geral, bem como a defesa incondicional do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações. Se por um lado ele era favorável ao *status quo*, por outro, isto não deveria ser entendido como resistência às mudanças. A contrariedade dos partidos de oposição era a um tipo específico de modificação, ou seja, somente àquelas propugnadas pelo Governo Fernando Henrique que visavam o desmantelamento do Estado e a entrega para a iniciativa privada de áreas estratégicas. A partir daí visualiza-se a concepção das siglas oposicionistas: sua alternativa passava pela defesa da manutenção do patrimônio público nos moldes vigentes e tão somente a introdução de alterações que viessem a democratizar a estrutura estatal brasileira.

O segundo pronunciamento, a seguir reproduzido, também teve como porta-voz o mesmo deputado Milton Temer e sua manifestação ocorreu em uma data emblemática, um dia depois da aprovação da quebra do monopólio do petróleo. Isto motivou-o a fazer uma profunda reflexão sobre o embate travado entre a base governista e as oposições, bem como sobre a derrota sofrida pelos partidos de esquerda, especificamente nesta matéria legal. O parlamentar petista abre sua fala declarando sua satisfação na coincidência dele ocupar o Grande Expediente em um quadro conjuntural específico,

(...) Ontem tivemos o início da quebra do monopólio do petróleo que, no meu modo de ver, encerra um ciclo de propostas enviadas pelo Governo e que de uma certa forma, pelas batalhas aqui desenvolvidas, fez crescer meu orgulho pela participação de uma bancada como a do meu partido, o Partido dos Trabalhadores; fez-me compreender a importância desse instrumento de luta para os setores despossuídos da sociedade pela forma unitária, democrática e solidária com que essa bancada votou neste plenário.

É uma coincidência feliz também porque me permite saudar aliados — uma questão fundamental no jogo do Plenário —, não só aliados nossos da Frente Brasil Popular, os companheiros do Partido Comunista do Brasil, mas fundamentalmente os aliados que construíram essa luta. Quando vejo aqui, (...) Matheus Schmidt, que para mim é um símbolo da bancada do PDT, quando vejo Brasil, Pinoti, Requião, da bancada do PMDB, assim como Gonzaga Mota, (...) quando vejo todos esses, tenho orgulho dessa aliança. (...)

Fica a pergunta para nós do Partido dos Trabalhadores, principalmente diante de profundos debates doutrinários ocorridos em nossa bancada, se poderia ter sido de outra forma a nossa atuação. Enfim, teria a Oposição sido derrotada por erros táticos? A Oposição é democrática, nacionalista, ciosa da manutenção do patrimônio público deste País como instrumento de alavancagem de um processo diferente de desenvolvimento, de um processo voltado para a distribuição da riqueza produzida e pela a implementação crescente de justiça social neste País. Poderia essa Oposição ter construído resultados diferentes aqui neste Congresso?

Tenho hoje convicção ao dizer que não. Acredito que não poderia ter sido outra nossa tática; não poderia ter sido outro o comportamento da Oposição, senão o da afirmação concreta de princípios defendidos não com base na ideologização de propostas ou da contradição, mas com princípios fundamentados em argumentos substantivos incontestáveis. O que se derrotou aqui não foi um conjunto de idéias defendidas de forma substantiva, não só neste Plenário como nas Comissões Especiais; (...) o que se viu foi, de um lado, a representação de debatedores que representavam o campo democrático, defendendo

suas posições, tanto como depoentes convidados, como membros das Comissões, com dados, com estatísticas, com fundamentos políticos concretos. O que vimos do outro lado, a partir, inclusive, da justificativa de encaminhamento das propostas de Governo, foram discursos vazios, absolutamente ideologizados e, no caso específico do original das propostas do Governo, uma justificativa absolutamente desinformadora, e diria que quase desrespeitosa a esta Casa. Em algum momento alguém terá que fazer um estudo sobre isso. (...)

Então, o que nos derrotou não foi o fato de não termos tido uma política alternativa ou argumentos, mas algo muito mais grave que merece uma reflexão, que tem que começar no quadro internacional. (09/06/1995 – 1ª parte)

Vários aspectos chamam a atenção nesse fragmento discursivo de Milton Temer. Primeiro que ao explicitar a posição do PT, o deputado constata que ela não só coincidia com outros partidos de esquerda – PCdoB, PSB e PDT, sendo alguns deles seus tradicionais aliados, bem como ia ao encontro da opinião de membros de siglas que pertenciam à base governista – PMDB e PSDB - os quais o petista fez questão de nomear. Isto tem especial importância porque procura romper com a idéia de isolamento, sectarismo e radicalismo atribuída as oposições. Esta convergência de opiniões também é importante porque demonstra uma fissura interna no bloco parlamentar do Governo, enquanto que no campo das oposições havia um princípio ordenador que lhes dava um sentido mais unificado. Esse marco unificador estava na anti-reforma, concepção respaldada na visão nacionalista e estatista do bem público. Sobre esses dois pilares assentava-se a via alternativa das oposições: manutenção do *status quo*, onde o patrimônio público serviria como instrumento de alavancagem de um processo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado e ao mesmo tempo diferenciado, na medida que visava a distribuição da riqueza e a promoção da justiça social.

Outro ponto importante é a auto-crítica que o deputado Temer faz sobre a estratégia adotada pelas oposições. Teria sido um erro tático das oposições optar pela discussão em torno dos fundamentos doutrinários das reformas propugnadas pelo Governo Fernando Henrique? A sua resposta é negativa, ou seja, para ele os partidos de oposição não erraram ao escolher este caminho. E por que não foi um equívoco? Basicamente haviam razões de duas ordens: uma pragmática e outra

programática. A primeira razão estava em consonância com o aspecto regimental, por exemplo, para propor emendas aos projetos são necessárias 171 assinaturas, número bem acima dos 107 representantes pertencentes aos partidos de esquerda. Ou ainda, a condição minoritária dessas siglas definia por antecipação a sua tática, pois elas estavam cientes de que nas votações em plenário dificilmente obteriam êxito. Sendo assim só restava às oposições a estratégia de “marcar posição”, ou seja, direcionar os debates para a arena política e acirrar a disputa com os governistas. Porque em última instância, o que estava em jogo eram dois projetos políticos com visões diametralmente opostas e, em posições irreconciliáveis, sobre o papel do Estado – interventor *versus* regulador.

Depois de conceder um aparte ao deputado do PSDB, Domingos Leonelli <sup>164</sup>, o representante do PT retomou a palavra e seguiu argumentando sobre a tática adotada pelas oposições frente ao pacote reformista:

(...) Não fui eleito para fazer a política do PSDB nem do Governo do PSDB. Nem eu, nem ninguém do PDT, do PSB, do PCdoB, e até ninguém do PV, porque não era esse o compromisso de eleição.(...) Começassem o PT e os partidos de esquerda a tomar posições conciliatórias, aceitando o eixo proposto por este Governo na sua política de quebra dos monopólios para privatização do patrimônio público, e não teríamos tido condição alguma de sequer pressionar a possibilidade de aplicação das leis regulamentares daquilo que foi enviado pelo Governo, uma vez que não se lembre delas.

(...) Dizem que nós do Partido dos Trabalhadores, tínhamos de vir para cá aceitando que a lógica das emendas constitucionais poderia ser melhorada. Quem tem de fazer isso é a esquerda democrática do PSDB; são os melhoristas do PSDB. Não nos pretendemos melhoradores do capitalismo, mas sim agentes transformadores. Não queremos ser supervalorizadores das nossas possibilidades. Essa formulação, de que caso tivéssemos outra argumento teríamos melhor resultado, no meu modo de ver embute uma certa forma de autoritarismo. Trata-se do autoritarismo do desconhecimento do contrário, como se este não tivesse forças próprias, hegemonia, como se tudo tivesse ocorrido, porque eu, super-homem, não tive a capacidade de ver o melhor caminho. Se nós tivéssemos alternativas, por um acaso, em um primeiro momento, alguém tivesse proposto uma política de aliança em parceria dos monopólios com capital privado, isso seria engolido pelo PFL? Nada disso! Eu mesmo fui encaminhador

---

<sup>164</sup> A reprodução da fala do deputado Leonelli encontra-se no Anexo D.

juntamente com o Líder da minha bancada Jaques Wagner e com o Deputado Miguel Rossetto, de uma proposta de mudança na Constituição que facilitava exatamente isso. A proposta mexia nos arts. 37 e 173, retirando a Petrobrás, a Telebrás e a Embratel da administração direta, e colocando a co-autonomia para poder competir e operar uma política de grande empresa. Tudo isso mantendo controles sociais tanto sobre o acionista maior, (...) quanto sobre a própria empresa, (...) Isso sequer foi citado pelo Relator, (...)

(...) Com o passar do tempo e com o aprofundamento da discussão e das conseqüências do que foi feito na sociedade nós, os partidos da Esquerda democrática, encontraremos as alternativas quando as emendas forem para o Senado e com a sua volta à Câmara. Encontraremos espaço para uma ampla negociação em parâmetros que garantam, fundamentalmente, o patrimônio público nas mãos da sociedade e não dos capitais privados, oligopólios e monopólios, independentemente de transnacionais ou nacionais, e objetivamente, nos dêem forças para uma nova etapa de desenvolvimento. Uma etapa que vai mudar este Estado, sim, mas não irá mudar este Estado para entregá-lo a quem tem poder. Vai mudar este Estado em benefício daqueles que sempre foram por ele esmagados, com a cumplicidade desses que hoje querem rapiná-lo! (09/06/1995 – 2ª parte)

Nesse fragmento discursivo Temer reafirma o antagonismo existente entre os dois projetos políticos, mais especificamente em torno da visão de Estado defendida por cada um dos grupos. É em nome deste distanciamento entre as duas concepções que o deputado petista declarou ser impossível qualquer postura conciliatória da parte dos partidos de oposição. Logo, não cabia aos deputados da esquerda aprimorar as proposições governistas ou mesmo apoiá-las, afinal eles detinham 20% dos assentos na Câmara, expressando a vontade de uma parcela do eleitorado que sufragou uma proposta diferente daquela apresentada por Fernando Henrique na campanha presidencial. Portanto, não poderia haver uma aliança entre eles, cada um dos lados tinha sua própria visão de mundo e a partir dela é que tanto o Governo como as oposições definiam suas ações políticas. Ao invés de serem “melhoristas” dos projetos governamentais, as oposições tinham suas próprias proposições. Por exemplo, não aderindo à privatização da PETROBRAS, TELEBRAS e EMBRATEL, e em contrapartida esses partidos apresentavam uma alternativa a isso: visavam torná-las mais competitivas, tal como propagava o Governo, mas sem abrir mão do seu controle público. Para atingir esse objetivo, pretendiam alterar a forma de administração dessas estatais. Entretanto essa proposta de emenda constitucional de

autoria dos deputados do PT sequer foi levada em consideração pelo então relator da matéria. Apesar desta derrota, os membros das oposições mantinham a expectativa de reverter esta situação, tanto no Senado como no seu retorno à Câmara, como decorrência da pressão da sociedade e de uma nova rodada de negociação entre governistas e oposicionistas, desde que as tratativas se dessem em outro patamar – controle público da coisa pública. Ou seja, o ponto de partida era manutenção do patrimônio público nas mãos do Estado e a consequência de impedir sua transferência para o capital privado era a possibilidade de um novo modelo de desenvolvimento.

Outro partido que ocupou o espaço do Grande Expediente para expressar a sua posição foi o PSB, que teve no deputado e líder da bancada, Fernando Lyra, o seu porta-voz. Sua manifestação, em maio de 1995, coincidiu com as discussões e votações, em primeiro turno, das propostas de flexibilização dos monopólios estatais nas áreas petrolífera, de telecomunicações e de energia elétrica. Foram justamente estes setores e a reforma previdenciária os pontos enfocados na sua fala, cuja principal preocupação eram os efeitos nefastos caso essas emendas constitucionais fossem aprovadas. O líder socialista reconhecia a relevância das propostas governistas, mas discordava totalmente que elas adequassem o Brasil “à economia globalizada do próximo século”. Eis suas palavras,

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, como Líder do PSB, ocupamos hoje a tribuna para esclarecer a posição de nosso partido quanto às reformas da Constituição. (...) Apresentando suas propostas como se fossem a salvação da pátria, Fernando Henrique impõe ao Congresso Nacional uma pauta distanciada dos interesses da sociedade, cujo único objetivo é sanear o déficit público. Ora, não podemos colocar em risco o patrimônio nacional e os direitos sociais, tão duramente conquistados, para remediar uma situação que a médio prazo tornará a se repetir. (...) Não devemos, agora, insistir no mesmo erro: alterar a Constituição às pressas apenas para sanear o caixa do Governo, sem qualquer preocupação com a miséria e com as desigualdades sociais que vivemos.

O PSB está aberto à discussão madura que envolva a sociedade e que, acima de tudo, vise à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e à

promoção de nosso desenvolvimento. Defendemos que o Congresso Nacional seja o fórum desse debate e que reflita em suas decisões a vontade soberana do povo.

As reformas propostas para a Previdência são o exemplo dos prejuízos que a lógica de curto prazo pode causar aos direitos sociais. Apesar da deficiência na arrecadação e na administração dos recursos, o Governo quer solucionar o problema retirando os direitos dos trabalhadores. (...) Não somos contra mudanças na Previdência, desde que elas sejam feitas para aumentar a eficiência do sistema, melhorando o atendimento aos beneficiários. Se há problema de caixa, o bom senso indica que o ideal seria aprimorar a arrecadação e o controle dos recursos captados. A solução está na modernização da estrutura e no aparelhamento e preparo de seus técnicos. (10/05/1995 – 1ª parte)

Para o líder do PSB as reformas propostas pelo Poder Executivo tinham como único objetivo o saneamento do déficit público e para atingi-lo o presidente Fernando Henrique ia de encontro aos interesses da sociedade, entregando o patrimônio nacional e retirando os direitos sociais. Dessa forma impunha pesadas perdas ao país, ou melhor, a uma grande parcela da população brasileira, a saber: os trabalhadores e as camadas mais necessitadas. Mas se estes saíam perdendo, de outro lado, o deputado Lyra reconhecia que existiam outros setores econômicos que se beneficiavam com as mudanças na Constituição, eram eles: os banqueiros, os empresários e as grandes corporações. Aqui mais uma vez voltou a aparecer uma característica recorrente nas manifestações dos membros das oposições, a divisão assimétrica do espaço político, ou seja, se um dos lados está ganhando é porque, necessariamente, tem outro que está perdendo.

Além de criticar o motivo das reformas e suas conseqüências, Fernando Lyra ressaltou que ainda havia um agravante neste quadro, tornando-o mais inaceitável, os resultados apregoados pelo Palácio do Planalto não consistiam em uma solução definitiva para seus problemas de “caixa”. Na sua perspectiva, a condição deficitária do Governo seria resolvida a partir da adoção de duas medidas: a) qualificação dos seus técnicos e b) modernização do aparato estatal. Tais ações teriam como efeito o aumento da arrecadação e a melhoraria na administração do dinheiro público. Ao

adotar este caminho, as emendas constitucionais tornavam-se completamente desnecessárias, do seu ponto de vista.

Ao fazer este tipo de afirmação, o representante do PSB desconstrói toda a lógica em que o Governo assentava as suas propostas reformistas, principalmente ao desmanchar a idéia de que a Previdência era falimentar ou deficitária. Simultaneamente a essa desqualificação, ele apresentava uma proposta alternativa, não só para a deterioração das contas públicas, mas para os brasileiros em geral, na medida em que buscava melhorar a sua qualidade de vida e promover um outro modelo de desenvolvimento para o país.

Na continuação de sua fala, o deputado Lyra introduz a discussão em torno da participação do Estado em determinados setores, reafirmando a importância da sua presença naqueles considerados estratégicos.<sup>165</sup> Esta era a proposta defendida pelo PSB. Ao mesmo tempo que ele levanta esta bandeira, o parlamentar reconhece que a onda de privatizações e desregulamentação do Estado está diretamente relacionada à conjuntura econômica internacional, mais especificamente as transformações decorrentes da globalização e a pressão promovida por grupos estrangeiros. Pautado por uma lógica imediatista, o Governo Fernando Henrique cedeu a essas pressões:

(...) A quebra dos monopólios também é tema de relevância e entendemos que deve ser discutida com olhos no futuro. Antes, porém, vale ressaltar que só o Estado tem a capacidade de desenvolver setores estratégicos de nossa economia no mesmo grau de complexidade das grandes corporações.

A Petrobrás é exemplo concreto da importância desta participação adequada à realidade do próximo século, (...) Detém um know-how

---

<sup>165</sup> O deputado socialista Fernando Lyra não foi o único parlamentar a preocupar-se com as privatizações nas áreas estratégicas, também o petista, Ivan Valente, manifestara esta mesma preocupação na sua fala do dia 4 de maio de 1995, quando abordou o projeto alternativo do PT. Assim manifestou-se o representante do Partido dos Trabalhadores: “(...) temos um projeto alternativo ao projeto neoliberal, um programa democrático popular, que interessa às grandes maiorias nacionais, um programa para criar um mercado de massas neste país e que também sinaliza que o papel do Estado, nos países de terceiro mundo, é o de investidor, regulador da construção de políticas públicas. E aí insere-se a necessidade de manter setores estratégicos da economia na mão do Estado. (...)”

único na extração de petróleo no mar e tem vencido várias concorrências internacionais, atestando, assim, a sua eficiência e competitividade. Qual o benefício que teríamos com a quebra deste monopólio? Por que abrir mão de reservas energéticas que continuarão sendo estratégicas no século XX e são tão cobiçadas por corporações multinacionais?

Isso, porém, não impede que o Estado deixe de atuar em outros setores, passando-os à iniciativa privada quando sua presença, não for mais necessária. Foi o que ocorreu no caso da siderurgia. (...) Sua privatização foi oportuna, só lamentamos que os recursos gerados na venda deste patrimônio não tenham revertido em benefícios sociais, não atenderam à saúde, à educação ou à habitação. As moedas podres utilizadas na transação, beneficiaram exclusivamente, e novamente, banqueiros e empresários. As contas do Governo foram temporariamente saneadas, mas não demoraram a voltar ao vermelho.

A economia mundial vive momentos de profunda transformação. (...) Recentemente, assistimos à privatização das companhias telefônicas do México e da Argentina, que acabaram nas mãos de estatais estrangeiras. Será que vamos repetir a mesma história aqui? Quais seriam as conseqüências de transferimos o controle dos setores energético e de telecomunicações a terceiros? (...) Ora, só o interesse de outro governo pelo controle de nosso setor energético já é motivo de inquietação. Afinal, implica no comprometimento da nossa soberania. (...) Além disso, a simples participação de uma estatal estrangeira nesse processo nega a necessidade da privatização para obter-se eficiência. A administração do setor elétrico pela Electricité de France, serve de exemplo, (...) Acreditamos que impedir a participação de nossas empresas estatais para privilegiar as estatais estrangeiras é profundamente injusto. (...)

(...) O PSB defende o debate responsável de um projeto de Nação que vise a nossa adequação a um futuro próspero. Um País com o destaque que merecemos: sem miséria e com justiça social. Não queremos participar de mudanças que não alteram em nada uma estrutura viciada, em que os interesses de poucos causam o sofrimento da maioria. Enquanto a reforma da Constituição servir apenas de tapa-buraco para as contas do Governo, seremos contra. (10/05/1995 – 2ª parte)

A fala do deputado Lyra é permeada pela premissa, segundo a qual o Estado deve atuar nos setores estratégicos, entre eles a energia elétrica e a área petrolífera. Este seu dever está diretamente relacionado a sua capacidade em desenvolvê-los, na medida em que pode fazer frente a grandes corporações. Uma idéia estava subjacente na premissa de Fernando Lyra, o reconhecimento da eficiência e da competência do Estado brasileiro no desempenho de suas funções. Sua visão positiva estava respaldada em um exemplo concreto, a PETROBRAS, estatal de

reconhecimento internacional. Este seu perfil, acrescida das reservas petrolíferas, é que despertavam o interesse de empresas privadas. E aí cabem as três indagações-chaves: reformar por quê? para quem? e para quê? Em resposta a cada uma dessas questões, o deputado Lyra afirmou que o Governo brasileiro propunha reformas para solucionar seu problema de déficit de caixa, promover a inserção do país na economia globalizada e beneficiar empresários e banqueiros. Tomando a privatização no setor siderúrgico como referência, o representante do PSB lembrou que, mesmo concordando que ela foi oportuna, os recursos obtidos saneou apenas temporariamente as contas públicas e não reverteu em melhorias sociais. De onde se deduz que este padrão vai se repetir caso outras privatizações venham a ocorrer.

Quanto à adequação do Brasil ao processo de globalização, Fernando Lyra fez o alerta que o novo contexto internacional pressionava para que as nações reduzissem a participação do Estado e abrissem suas fronteiras econômicas. A partir disso, o deputado do PSB levantou dois aspectos importantes. Primeiro, ele chamou a atenção para a responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo sobre o processo da globalização, tomando para si a definição dos limites da inserção brasileira nessa economia de mercado – preservar os interesses nacionais *versus* beneficiar os interesses internacionais. Em segundo lugar, observando os casos do México e da Argentina quando da privatização das suas companhias telefônicas, constatou-se que elas foram adquiridas por estatais estrangeiras. Ora, como entender que o patrimônio público saia das mãos do Estado brasileiro e sejam transferidas para as mãos de estatais de outros países? No Brasil difundiu-se a idéia de que as estatais não eram bem gerenciadas, entretanto quando estatais estrangeiras assumem o controle dessas empresas, tornam-se um exemplo de eficiência e competitividade. O que ficava evidente era que o capital estrangeiro, independente da origem, estava interessado no mercado brasileiro e nas riquezas nacionais. Ao abrir mão disso, o Governo Fernando Henrique estava colocando em risco o futuro do país e a soberania nacional.

Ao final da sua fala, o deputado Lyra reafirmou a contrariedade do seu partido frente às emendas constitucionais, ao mesmo tempo em que demonstrava a disposição do PSB em dialogar com o Governo sobre o seu pacote de reformas, desde que o debate estivesse assentado em algumas premissas, estas sim, inegociáveis: pensar um projeto de futuro adequado ao país, que colocasse fim à miséria, promovesse a justiça social e a prosperidade da maioria. Se o Poder Executivo continuasse insistindo em medidas reformistas para solucionar o déficit público e beneficiar uns poucos, em detrimento de uma grande parcela de brasileiros, não encontraria na bancada socialista disponibilidade para negociação.

A próxima fala a ser analisada ocorreu em um contexto bastante diferente das manifestações anteriores. Enquanto estas foram no auge das discussões em torno das proposições de reforma da ordem econômica, o pronunciamento de Aldo Rebelo foi posterior a aprovação dessas emendas constitucionais. Além disso, a data em que ele ocupou o espaço do Grande Expediente, setembro de 1997, quase um ano antes do pleito presidencial, já vislumbrava a antecipação do debate eleitoral. A seguir, o deputado do PCdoB apresentou a proposta alternativa das oposições nessa conjuntura pré-eleições,

Essa é a questão que nós, do Bloco Parlamentar de Oposição, estamos procurando, ou seja, elaborar uma plataforma alternativa para o Brasil.(...) Nós, do Bloco Parlamentar de Oposição, consideramos que o núcleo capaz de construir uma verdadeira alternativa para o Brasil parte de um programa alternativo e parte, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, de uma aliança sólida entre os partidos que hoje compõem o Bloco Parlamentar de Oposição. É por isso que estamos elaborando uma plataforma alternativa que, evidentemente, coloca na ordem do dia a questão da estabilidade financeira, mas considera ser necessário retomar o desenvolvimento:

Para isso é necessário reduzir as taxas de juros; é necessária uma política industrial que retome desenvolvimento, gere emprego; é necessário também investirmos na ampliação do mercado interno, na distribuição da renda neste País para ativar, a economia brasileira; é necessário realizar uma reforma agrária ousada, uma reforma agrária de fato e não esse arremedo de reforma agrária proposta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso; é necessário, construir uma alternativa para este Brasil, que seja uma modernização a serviço da

maioria do povo brasileiro e que assegure os interesses do nosso País, porque, na verdade, a mentalidade neocolonial de querer repetir no Brasil projetos estranhos à nossa realidade, quebrando os mecanismos de defesa dos interesses nacionais, significa fazer uma política menor, de desestruturação do Estado nacional, do parque industrial brasileiro, dos centros de pesquisa científica e tecnológica, em um país do tamanho do Brasil. Um país que se preza não pode admitir que essa política tenha continuidade.

Por isso, Sr. Presidente, dizemos aqui que os partidos de oposição têm vários nomes para oferecer à sociedade brasileira. (...) E é em torno desse projeto alternativo que queremos construir uma ampla frente neste País, (...) Dizemos aos nossos companheiros do PT, do PDT e do PSB que a preliminar é termos um projeto alternativo, uma sólida unidade entre nós, mas também faz parte dessa preliminar a compreensão de que para ganharmos de Fernando Henrique Cardoso é necessário mantermos a unidade da esquerda e ganharmos certos setores de centro, para que, de fato, tenhamos condições não de marcar posição, mas de construir em torno de um projeto uma ampla unidade das forças que se opõem ao projeto neoliberal. E não, é só para disputar, mas para ganhar, para estimular os corações e a chama do povo brasileiro, que, evidentemente, está sendo anestesiada por uma propaganda maçante, pelo monopólio dos meios de comunicação, que querem dizer que o único caminho é o neoliberal, que a única alternativa é a de Fernando Henrique Cardoso.

(...) Pois bem, Sr. Presidente, nesta Casa tivemos a capacidade de construir o Bloco Parlamentar das Oposições, fato que não ocorreu em nenhuma outra época. (...) é algo absolutamente novo que demonstra o grau de maturidade das forças progressistas. E tenho a convicção de que na próxima quinta-feira os presidentes dos nossos quatro partidos estarão reunidos para dar uma resposta afirmativa ao povo brasileiro e para indicar um caminho que, tenho certeza, levará o nosso povo à vitória contra o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. (19/09/1997)

Neste fragmento discursivo, o deputado Aldo fez dois movimentos em um só, isto é, explicitou a plataforma política das oposições vinculando-a, diretamente, ao embate eleitoral a ser travado em 1998. Antes porém, o representante do PCdoB apontou como condição *sine qua non* a união dos principais partidos de esquerda para fazer frente à candidatura de Fernando Henrique. Com vistas a atingir este objetivo, PT, PCdoB, PDT e PSB já haviam dado o primeiro passo quando formaram o “bloco parlamentar de oposição”. Esta estratégia político-eleitoral era importante porque, no seu entendimento, a unidade das esquerdas potencializaria a chance das oposições realmente derrotarem Fernando Henrique e seu “neoliberalismo”. Do

contrário, esses partidos não teriam nenhuma possibilidade de vitória e iriam para a disputa presidencial apenas cumprindo a tática de “marcar posição”.

A unidade construída pelo campo das oposições iria refletir-se na sua plataforma política com vistas a apresentá-la como uma via alternativa viável ao “projeto neoliberal”. Isso adquire especial importância na medida em que, no Governo Fernando Henrique, este projeto havia transformado-se em hegemônico e nenhum caminho diferente a este parecia ter viabilidade. Dessa forma os partidos de esquerda precisavam fazer um duplo movimento. Primeiramente, desconstruir a idéia do neoliberalismo como modelo único, e em segundo lugar, construir-se como um sujeito coletivo portador de um projeto político diferente do que até então estava posto.

O ponto de partida da plataforma política das oposições era a manutenção da estabilidade financeira. Esta conquista foi consequência da implementação do Plano Real, principal bandeira do presidente Fernando Henrique, mas sem estabelecer uma relação direta entre o plano econômico e o presidente da República, o deputado do PCdoB procurou reverter a situação a favor do bloco oposicionista. Ou seja, as oposições estavam sinalizando para futuros aliados políticos, em especial partidos do centro, sua predisposição em não mexer na estabilidade econômica e simultaneamente, neutralizavam possíveis focos de crítica da parte dos governistas.

Neste capítulo tratou-se de analisar, primeiramente, as manifestações dos membros das oposições sobre duas importantes propostas de reformas constitucionais: previdenciária e política, e posteriormente, o seu projeto alternativo. Como foi assinalado no início desse capítulo, ambas as reformas tiveram um ritmo próprio de tramitação, uma mais lenta e outra mais célere, respectivamente. Outra característica foi a polêmica gerada por elas no interior da esfera congressual, provocando um acirrado choque de posições entre a bancada governista e o bloco das oposições. Tanto nessas duas propostas de reformas, como nas demais PECs, os partidos de esquerda adotaram a mesma estratégia de enfrentamento:

desconstruir os argumentos do Governo Fernando Henrique, identificar ganhadores e perdedores com as reformas constitucionais, e por fim, reafirmar sua posição ideológica.

Para o Governo Federal o problema da Previdência Social era bem localizado, ou seja, sua situação deficitária, cuja a origem eram as aposentadorias do funcionalismo público e do setor rural. Sua proposta para resolver o déficit previdenciário passava por um conjunto de medidas: estabelecer um teto máximo para o pagamento do benefício pela previdência pública, exigir um tempo mínimo de contribuição conjugado a uma idade mínima para requerê-la. A reação da bancada das oposições a estas proposições foi imediata, denunciando da tribuna, sistematicamente, a intenção do presidente da República em desconstitucionalizar direitos conquistados em 1988. Em nome da “saúde financeira” da Previdência Social, o Palácio do Planalto pretendia descartar o modelo previdenciário aprovado pelos constituintes, de perfil inclusivista, redistributivista e universalista, substituindo-o por outro restritivo, excludente e elitista. Para barrar este processo os deputados oposicionistas, também usaram das mais variadas técnicas legislativas, com o intuito de interferir nele e/ou tornar sua tramitação a mais lenta possível, como por exemplo, desmembrar emendas, pedido de vistas nas Comissões e os DVSs.

Na visão dos partidos de oposição, a “crise da Previdência” não existia e seu problema era uma questão de gerenciamento, cuja origem estava no próprio Governo Federal. Ou seja, sua ineficiência e seu descaso em combater os sonegadores e fraudadores do sistema previdenciário, por exemplo, e o Poder Executivo nada fazia para combatê-los, e ainda propunha anistiá-los. Mais uma vez, a bancada das oposições aproveitou para estabelecer outro corte ideológico, mostrando-se distinta do bloco governista. Ao mesmo tempo em que estes “rasgavam” direitos sociais conquistados pela Carta Magna de 1988, prejudicando os menos favorecidos, eles defendiam abrir o mercado previdenciário para os bancos e seguradoras. Em outras palavras, ao adotar um modelo restritivo de Previdência Social impunham perdas aos

desempregados, aos inativos, aos trabalhadores rurais e àqueles que estavam na informalidade. Foi bastante clara a construção discursiva das esquerdas: a divisão do espaço político entre reformistas x anti-reformistas; os interesses em jogo e a denominação dos beneficiários e dos prejudicados com a reforma previdenciária. Sua posição em relação à ela também ficou explícita: opor-se ao novo modelo excludente e elitista e manter-se na defesa dos mais necessitados.

Assim como ocorreu com a “PEC da Previdência Social”, a reforma Política, especialmente, a emenda da reeleição, provocou forte reação entre os deputados oposicionistas, monopolizando suas manifestações da tribuna no período entre agosto de 1996 e abril de 1997. Particularmente para os representantes do PT e do PCdoB a sua rejeição era uma “questão de princípio”, além dela ser inaceitável para o momento presente e para o futuro, tanto para os mandatários do Poder Executivo, em todos os níveis, como estendê-la para a Mesa Diretora da Câmara e do Senado. A discussão em torno desta proposta passava por três eixos: a) ameaça ao equilíbrio entre os Poderes; b) momento propício, e c) licitude da sua aprovação.

O primeiro item estava diretamente relacionado ao “princípio” que pautava as manifestações das bancadas petista e comunista. Ou seja, a reeleição fere o sistema de equilíbrio entre os Poderes, na medida em que favorece a perpetuação do poder e o continuísmo. O que pode resultar em desvantagem para o Legislativo e colocá-lo à reboque do Executivo, pois favorece a concentração de poder nesta esfera. Também a reeleição, nos termos em que estava colocada, gerava uma disputa desigual entre os concorrentes. Pois, aquele mandatário que estivesse ocupando o cargo não precisaria desincompatibilizar-se para concorrer, logo, ele estava em uma posição de vantagem sobre seus adversários. Em última instância, isto afetaria a democracia. Para os deputados das oposições a reeleição assumiu vários significados, tornando-se equivalente a anti-democrática e autoritária.

O outro eixo em torno do qual as oposições manifestaram-se foi sobre o momento em que estava se dando o debate sobre a reeleição. Para estes deputados essa discussão era um oportunismo do presidente Fernando Henrique, porque ele visava o pleito de 1998 e procurava beneficiar-se, pois assim poderia recandidatar-se à Presidência da República. Além da inoportunidade, os partidos de oposição reagiram à forma como ocorreu a aprovação dessa emenda. Segundo denúncia veiculada pelo jornal “Folha de São Paulo”, o Governo pagou a alguns deputados para votarem favoravelmente à reeleição. O episódio da “compra de votos” resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual teve seu funcionamento boicotado pelos governistas.

A partir da análise do conjunto de pronunciamentos foi possível extrair o projeto político das oposições. Esses partidos colocavam-se como uma proposta antagônica a tudo que estava posto, condensado no projeto anti-estatismo do presidente Fernando Henrique. A proposta alternativa apresentada pelas esquerdas continha duas características fundamentais: nacionalista e estatista. Estes dois itens foram concretizados quando os seus deputados defenderam os monopólios estatais, especialmente, em áreas estratégicas como telecomunicações e petróleo. Na sua perspectiva, os monopólios além de serem estratégicos para o desenvolvimento econômico, também cumpriam com uma função social, e por isso assumiam um caráter democrático, diferentemente da flexibilização defendida pelos governistas. A retomada do desenvolvimento era um dos propósitos das oposições, mas para atingi-lo algumas medidas específicas se faziam necessárias, entre elas: redução da taxa de juros, geração de emprego, política industrial, ampliação do mercado interno, distribuição de renda e reforma agrária. O lastro para esta plataforma estava na defesa dos interesses nacionais e na forte atuação do Estado. Os partidos de oposição não fizeram uma simples defesa do *status quo*, eles estavam preocupados com uma proposta transformadora, cujo ponto de partida, era o controle público sobre a coisa pública. Sendo assim, o Estado nos moldes em que ele se encontrava não servia, assim como era inaceitável o projeto do seu desmantelamento proposto pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

## 7 CONCLUSÃO

No curso desta tese procurou-se comprovar as hipóteses levantadas na Introdução deste trabalho, as quais tratavam de dar conta da ação fiscalizadora dos deputados das oposições e da sua atuação na proteção dos interesses nacionais, colocando-se contra o pacote governista de reformas pró-mercado. Através da análise da produção legal desses parlamentares e dos seus pronunciamentos da tribuna, durante a 50<sup>a</sup> legislatura, verificou-se que, apesar de suas distinções internas, estas agremiações partidárias tinham vários pontos em comum, tais como a convergência de uma agenda temática e o mesmo grau de abrangência nos assuntos tratados pelos seus representantes. A principal característica do discurso das oposições foi a postura anti-reformista e a defesa do papel do Estado. Esta também foi a clivagem básica que se estabeleceu na esfera congressual.

As condições emergenciais deste discurso devem ser buscadas no resultado das eleições de 1994, onde as urnas consagraram como vitoriosa a coligação PSDB-PFL-PTB, conquistando a Presidência da República, e derrotaram a outra coalizão partidária, encabeçada pelo candidato Lula. No âmbito do Poder Legislativo, a bancada governista não obteve a maioria das vagas e o presidente Fernando Henrique precisou atrair para seu lado duas legendas, PMDB e PPB, quando então, passou a contar com 3/5 dos assentos da Câmara dos Deputados, atingindo assim, o pré-requisito numericamente necessário para aprovar emendas constitucionais. Logo depois de empossado, o presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um conjunto de medidas com vistas a alterar o perfil do Estado brasileiro. A partir daí estava delineado o embate político entre os dois blocos ideológicos: de um lado, o grupo majoritário dos governistas, defensores do anti-estatismo, e de outro lado, os partidos de oposição de esquerda, minoritários, contrários às reformas e favoráveis ao *status quo*.

Mesmo na condição de minoria, a bancada dos partidos de esquerda não deu trégua ao Governo Fernando Henrique. Seus confrontos deram-se em duas instâncias da vida parlamentar, ora na apresentação de matérias legais ora nas manifestações da tribuna, no espaço correspondente ao Grande Expediente. Ambas as arenas foram ocupadas pelos representantes das oposições com os objetivos de (a) marcar posição, (b) interferir no processo político e (c) fiscalizar os atos do Poder Executivo. A principal lógica subjacente a esses objetivos foi construir o antagonismo em relação ao oponente, isto é, o Governo Fernando Henrique, e simultaneamente, distingüir-se em relação a ele e ao seu projeto político.

Tomando-se como referência os dois caminhos legislativos trilhados pelos parlamentares das esquerdas, observou-se que eles foram instrumentos fundamentais no desempenho da sua função de oposição, servindo para veicular sua agenda política; vocalizar temas e tomar posição em relação aos mesmos. A partir da análise do processo de proposição individual de leis, verificou-se que sua atuação assumia dois perfis distintos: matérias propositivas e propostas fiscalizadoras. Nesta última predominavam os requerimentos de informação (RIC), decretos legislativos (PDC) e projetos de fiscalização e controle (PFC), cujo os principais autores foram os deputados do PT e do PCdoB. No primeiro grupo, todos os partidos oposicionistas priorizaram a apresentação de projetos de lei (PL). O conjunto dessas proposições, tanto de perfil propositivo como fiscalizador, tratavam prioritariamente de temas de política nacional. O que permite afirmar que a atuação dos representantes das oposições apresentou uma certa homogeneidade no que tange à escolha de seus temas e à abrangência dos mesmos. Quanto ao público-alvo dos congressistas – para quem e em nome de quem eles legislavam, identificou-se que os representantes do PT e do PCdoB tendiam a ser mais especialistas, por exemplo, abordando temas referentes ao “mundo do trabalho”, e assim sobressaindo-se como defensores dos interesses da classe trabalhadora. Enquanto que os deputados das demais siglas – PDT, PPS, PSB e PV – tendiam a ser mais generalistas.

No que concerne especificamente ao conjunto das manifestações dos representantes das oposições, proferidas no espaço do Grande Expediente, constata-se que elas estavam distribuídas em três eixos temáticos, eram eles: 1) a (des)construção do Governo Fernando Henrique, 2) a reforma do Estado, em especial, a quebra dos monopólios estatais, as privatizações das empresas públicas e as reformas Política e da Previdência Social, 3) o projeto político alternativo. Para caracterizar negativamente o Governo Federal, os parlamentares oposicionistas destacaram três aspectos (a) as ações governamentais nas áreas econômica e social; (b) as relações Executivo e Legislativo; e (c) os escândalos envolvendo o Governo Federal. No primeiro item foi explorada a situação de crise econômica, que na perspectiva dos partidos de oposição assumiu duas significações: 1) a falência do modelo neoliberal, e conseqüentemente, do próprio “Plano Real”, 2) desencadeadora do processo de privatização das estatais e assim, salvar o referido programa econômico.

Outro ponto nevrálgico e muito criticado pela bancada das oposições foi a atuação governamental na área social. Apesar da urgência em investimentos, ela não era uma prioridade para o Poder Executivo. Esta falta de ação da parte do Palácio do Planalto e seus elevados gastos com outras áreas, como por exemplo a publicidade, foi interpretada pelos deputados oposicionistas como um descaso do Governo com os mais necessitados, revelando assim a sua opção política. Além da sua “inação” na área social, o presidente Fernando Henrique também foi criticado por esses parlamentares, por desperdiçar as verbas sociais e por sua incompetência como gestor público, na medida em que não promovia políticas públicas relevantes.

As relações Executivo x Legislativo também serviram para desqualificar o Governo Fernando Henrique. Os membros das oposições foram pródigos em apontar os desmandos do presidente da República e seu comportamento anti-ético e fisiológico. Para respaldar este rótulo negativo, os parlamentares citaram dois episódios: a) a cooptação do PMDB para a base governista; e b) aprovação da emenda da reeleição. Em ambos os casos, os partidos de oposição acusaram o

Palácio do Planalto de lançar mão de “expedientes escusos” para atingir seus objetivos, tais como promover um “toma-lá-dá-cá” com os peemedebistas, oferecendo-lhes cargos em troca de apoio parlamentar, ou ainda, pagando a alguns deputados para votarem à favor da emenda da reeleição.

A forma desrespeitosa do Executivo tratar o Legislativo também foi denunciado da tribuna pelos membros dos partidos de oposição. Um típico exemplo da ingerência do Palácio do Planalto sobre o Congresso Nacional, foram as Comissões Parlamentares de Inquérito. De acordo com estes deputados, os trabalhos das CPIs não avançavam, ou tinham seu funcionamento era obstacularizado pelo Governo, ou ainda, sua instauração era abortada. Outra interferência palaciana sobre os assuntos internos do Parlamento foi quando da eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Nesta ocasião a Presidência da República mostrou-se favorável ao nome de um dos candidatos. Tal manifestação foi interpretada pelos oposicionistas como mais um dos desmandos do Chefe da Nação, o qual tratava todos os parlamentares como seus “vassalos”.

O terceiro aspecto na desconstrução do Governo Fernando Henrique foram as acusações de fraude e corrupção. A estratégia das oposições foi denunciar e trazer à público vários escândalos envolvendo a Presidência da República. Entre os exemplos citados pelos parlamentares estavam o projeto SIVAM, o PROER, a privatização do sistema de telefonia e as verbas publicitárias. O ponto em comum entre eles era a associação do Governo Federal à malversação do dinheiro público e à imoralidade administrativa. Publicizar estes fatos não só servia para construir negativamente o presidente da República e sua administração, bem como cumpria com o objetivo de delimitar os espaços políticos ocupados por cada um dos dois grupos – situação x oposição. Por exemplo, ao “bançar” os projetos SIVAM, PROER e a privatização da telefonia, o Poder Executivo era associado à defesa dos interesses de determinados grupos, em detrimento dos interesses nacionais. Ao vinculá-lo com os interesses estrangeiros, os parlamentares das oposições assumiam a bandeira nacionalista e reforçavam seu distanciamento ideológico do projeto político governista.

O segundo eixo temático que predominou nos pronunciamentos dos deputados das oposições foi a reforma do Estado. Especialmente, a quebra dos monopólios estatais, as privatizações das empresas públicas e as reformas política e previdenciária. Se na instância da produção legislativa, os deputados das oposições foram propositivos, nas suas manifestações da tribuna eles foram reativos. Este perfil de atuação parlamentar deu-se em função do Governo Federal ter sido o autor do pacote reformista, cabendo sempre as oposições reagir às medidas apresentadas, ora obstaculizando-as nas instâncias legislativas, ora travando um debate público em torno delas. A imediata reação das esquerdas ao conjunto de proposições governamentais sinalizou que haviam dois projetos políticos em disputa, com visões diametralmente opostas sobre o tema das reformas. De um lado, estavam os governistas com sua bandeira anti-estatista e pró-mercado, e de outro lado, localizavam-se os partidos de esquerda, anti-reformistas e pró-Estado. As manifestações discursivas do pólo das oposições estavam permeadas pela lógica do antagonismo, ou seja, a defesa de um dos projetos inviabilizava a implementação do outro, tornando as posições dos dois blocos partidários irreconciliáveis. Foi dentro desta acirrada luta política que um dos lados – governista - conseguiu tornar seu projeto hegemônico, não sem antes fazer algumas concessões, a sua própria base aliada e/ou aos seus adversários políticos.

Um dos principais embates entre os dois blocos ideológicos deu-se em torno do papel do Estado. A base governista apregoando “menos Estado e mais mercado” *versus* os partidos de oposição, contrários à idéia do Estado mínimo. A defesa da manutenção do *status quo* pelos deputados oposicionistas estava assentada no pressuposto, segundo o qual, o Estado atuava como promotor do desenvolvimento econômico e da justiça social. Em contrapartida, o presidente Fernando Henrique e seus aliados tinham como premissa o esgotamento do intervencionismo estatal, daí a necessidade de reformá-lo.

Outro importante confronto entre o Governo Federal e a bancada das oposições deu-se em torno das justificativas para flexibilização dos monopólios e para a privatização das estatais. Os argumentos governamentais para promovê-las podem ser sintetizados em três grupos, a saber: 1) as estatais são onerosas e deficitárias, 2) o Estado deve concentrar suas funções nas áreas de saúde, segurança e educação; e 3) as privatizações e quebra dos monopólios estatais atrairão investimentos externos e fomentarão o desenvolvimento econômico do país. Tendo por base esse conjunto de motivações o presidente Fernando Henrique encaminhou ao Congresso Nacional suas propostas reformistas. Em contrapartida, os parlamentares das oposições fixaram-se em desconstruir uma a uma as razões apresentadas pelo Palácio do Planalto. Para levar a efeito o jogo da desconstrução e reconstrução argumentativa, esses deputados procuraram responder três ordens de questões: a) por que reformar?; b) quem ganha e quem perde com as reformas?, e c) quais as suas conseqüências para a nação brasileira?

Quando abordaram as privatizações e as flexibilizações, o primeiro contra-argumento das oposições foi mostrar que as estatais eram eficientes e superavitárias, diferentemente da imagem negativa divulgada pelo Palácio do Planalto. Para reforçar seu ponto de vista, os parlamentares citaram os exemplos da PETROBRAS e da Cia. Vale do Rio Doce, ambas empresas públicas bem administradas, produtivas, lucrativas e de competência internacionalmente reconhecida. Logo, os argumentos do Governo – estatais ineficientes e deficitárias - não encontravam sustentação na realidade. Outro importante debate travado por esses deputados foi em torno da quebra dos monopólios estatais, sendo a telefonia um caso exemplar. Para os representantes das esquerdas o sistema de telefonia tinha uma parte rentável, e os lucros aí obtidos subsidiavam a telefonia básica. Esta construção discursiva evidenciava a função social do monopólio estatal, e por causa desta característica, esses partidos reconheceram ser ele um sistema mais democrático. Inverteram assim, a equivalência construída pelos governistas, segundo a qual, a existência do monopólio público era anti-democrática, na medida em que poucos beneficiavam-se com ele. A solução apresentada pelo Poder Executivo era flexibilizá-los. Esta medida

também surtiria um efeito duplamente positivo para a economia: competitividade e atração do capital estrangeiro.

Ambos os resultados foram desqualificados pelos deputados das oposições através de uma estratégia pragmática. Ou seja, trouxeram à público o paradigmático exemplo da telefonia na Inglaterra. Neste país, no período pós-privatização, não houve melhora nos serviços prestados ou barateamento das tarifas telefônicas, bem como os investimentos diminuíram. Para esses parlamentares, o Governo estava limitado a uma visão economicista, cujos interesses eram diminuir o déficit público, resolver seu problema de caixa, salvar o “Plano Real”, pagar os juros da dívida externa e sustentar o sistema financeiro. Estas eram as suas motivações para privatizar e flexibilizar os monopólios, na perspectiva das esquerdas.

Novamente as oposições lançaram mão da visão pragmática quando travaram a discussão pública sobre o tamanho do Estado e conjuntura internacional. O Poder Executivo alardeava que a redução da atuação do Estado era uma tendência mundial, logo para atingir o mesmo patamar de modernidade dos países europeus, o Brasil deveria adotar o mesmo modelo. Os deputados oposicionistas contra-argumentaram mostrando dados empíricos sobre a realidade europeia e asiática. Nações industrializadas como Alemanha, França e Japão, tinham alta participação do Estado nos seus respectivos PIB, em um patamar acima de 40%. Diferentemente era a situação encontrada nos países subdesenvolvidos da África e da América Latina, os quais possuíam uma baixa participação do Estado, menos de 20% do PIB em mãos estatais. Dessa forma, agregando o pragmatismo ao seu debate programático, os parlamentares de esquerda desconstruíam as razões levantadas pelos governistas, demonstrando, por exemplo, que o Estado mínimo não era um padrão mundialmente seguido. Ao mesmo tempo, eles reforçavam sua bandeira sobre a importância do aparato estatal na promoção do desenvolvimento da nação.

A manutenção das riquezas naturais e do patrimônio público eram, na perspectiva das oposições, condição *sine qua non* para a construção de um país soberano e desenvolvido economicamente e socialmente. Projeto político antagônico àquele implementado pelo presidente Fernando Henrique e que foi rotulado pelas oposições de: entreguista, anti-nacionalista e submisso aos interesses internacionais. Em outras palavras, um Governo neoliberal. Ao longo dos pronunciamentos desses deputados, o neoliberalismo assume uma extensa cadeia de significações do qual faziam parte: o estrangulamento da economia, a ampliação do desemprego, a promoção da crise nos setores produtivos, as privatizações e uma política monetarista.

Outro momento que propiciou um acirrado choque de posições entre a bancada governista e o bloco das oposições foi quando da apreciação da reforma previdenciária. De todas as propostas reformistas encaminhadas pelo Governo Fernando Henrique, esta foi a que teve tramitação mais prolongada, demorando três anos e nove meses para ser promulgada. A alta taxa de conflitualidade que envolvia a reforma da Previdência Social determinou seu ritmo lento. Para o Governo Federal seu problema estava na sua situação deficitária, cuja a origem eram as aposentadorias rurais e do setor público. Sua proposta para resolver o déficit previdenciário passava por estabelecer um teto máximo para o pagamento do benefício pela previdência pública, exigir um tempo mínimo de contribuição conjugado a uma idade mínima para requerê-la.

A reação da bancada das oposições a este conjunto de medidas foi imediata. Ao longo de sua tramitação, seus representantes revezavam-se na tribuna para denunciar a intenção do presidente da República em descartar o modelo previdenciário - inclusivista, redistributivista e universalista - aprovado pelos constituintes em 1988. Em nome da “saúde financeira” da Previdência Social o Palácio do Planalto pretendia desconstitucionalizar direitos. Ou seja, mais uma vez a lógica economicista predominava nas ações governamentais. Para barrar este

processo os deputados opositores, além de ocuparem a tribuna, usaram das mais variadas técnicas legislativas com vistas a tornar sua tramitação a mais lenta possível.

Na perspectiva dos partidos de oposição a “crise da Previdência” era inexistente, o que havia era um problema de gerenciamento, cuja a raiz era bem localizada: ela estava na ineficiência e no descaso do Governo Federal. Por exemplo, ao invés de tomar drásticas medidas para combater os fraudadores e sonegadores, o Poder Executivo propunha anistiá-los. Mais uma vez, a bancada das oposições aproveitou para estabelecer outro corte ideológico, mostrando-se distinta do bloco reformista. Ao mesmo tempo em que estes “rasgavam” direitos sociais conquistados pela Carta Magna de 1988, prejudicando os menos favorecidos, eles defendiam abrir o mercado previdenciário para os bancos e seguradoras. Em outras palavras, adotar um modelo restritivo de Previdência Social em detrimento dos desempregados, dos inativos, dos trabalhadores rurais e daqueles que estavam na informalidade. A construção discursiva das esquerdas mostra com clareza a divisão em dois do espaço político – reformistas x anti-reformistas - , que interesses estavam em jogo e quem eram os beneficiados e os prejudicados pela reforma previdenciária. Daí a sua posição de opor-se ao novo modelo excludente e elitista e alinhar-se em defesa dos mais necessitados.

Em vista do jogo da construção e desconstrução de significados em torno da temática da reforma do Estado, o bloco das oposições deixou claro seu posicionamento: seus representantes fizeram uma defesa intransigente da manutenção do *status quo*. Quando cogitavam reformá-lo, era em uma direção diametralmente oposta daquela apregoada pelo Governo Fernando Henrique. Na visão dos partidos de esquerda, o Estado deveria ser desprivatizado e colocado efetivamente sob controle público, a serviço dos interesses nacionais. E quanto as estatais, deveriam ser administradas através de modernas técnicas de gestão pública, de forma transparente e eficiente.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-32, 1988.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Cultura democrática e presidencialismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 35, p. 21-30, mar. 1993.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T.; MOYA, Maurício. A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 119-132, jun. 1997.
- AMARAL, Roberto (Coord.) **FHC: os paulistas no poder**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 1995.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A produção legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. p. 91–139.
- ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (Org.) **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- BAAKLINI, Abdo I. **O Congresso e o sistema político do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BACKES, Ana Luiza. Bicameralismo no Brasil: o que pode uma “minoria”. **Cadernos Aslegis**, Brasília, v. 3, n. 7, p. 9-23, jan./abr. 1999.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará:, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Gráfica do Senado, 1997.
- CAREY, John M.; SHUGART, Matthew. Poder de decreto: chamando os tanques ou usando a caneta? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p.149-184, jun. 1998.
- CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil In: BAQUERO, M. (Org.) **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997. p. 75–106.
- COUTO, Claudio Gonçalves. El PT enfrentando al desafío de gobernar: consideraciones a partir de la experiencia de San Pablo. In: MALLO, Susana; MOREIRA, Constanza (Org.) **La larga espera**: itinerarios de las izquierdas en Argentina, Brasil y Uruguay. Montevidéo: Banda Oriental, 2001. p. 61-84.

- DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição.** São Paulo: EDUSP, 1997.
- **DEPUTADOS brasileiros:** repertório biográfico: 50<sup>a</sup> legislatura (1995-1999), 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997. 2 v.
- DICIONÁRIO de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- DINIZ, Eli. **Crise, reforma do estado e governabilidade:** Brasil, 1985-95. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- \_\_\_\_\_. Em busca de um novo paradigma: a reforma do estado no Brasil dos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, p.13-26., out./dez. 1996.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- \_\_\_\_\_. O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-constituente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 24-37, mar. 1994.
- \_\_\_\_\_. Poderes legislativos e o poder do Congresso. **Monitor Público.** Rio de Janeiro, n. 5, p. 33-38, mar./maio 1995.
- \_\_\_\_\_. Presidencialismo e apoio partidário no Congresso. **Monitor Público**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 27-36, jan./mar. 1996.

- FOLHA DE SÃO PAULO. **CD-ROM Folha**: edição 99. São Paulo: Publifolha, 1999. 2 CD-ROMs.
- KECK, Margaret E. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: IDESP/Vértice, 1988.
- LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1993.
- \_\_\_\_\_. The death and resurrection of the theory of ideology. **Journal of Political Ideologies**, Oxford, v. 1, n. 3, p. 201-220, 1996.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony, socialist strategy**: towards a radical democratic politics. London: Verso, 1985.
- LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990.
- LAVAU, Georges. Os partidos anti-sistemas têm funções. In: CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982. p. 88-95.

- LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. Concentração de poderes: a atividade das comissões permanentes do Senado brasileiro na década de 90. In: CONGRESO DE LATINOAMERICANISTAS DE CIENCIA POLÍTICA, 1., 2002, Salamanca. **Paper...** Salamanca, 2002. 34 p.
- \_\_\_\_\_. O Congresso brasileiro e as reformas orientadas para o mercado: o conflito legislativo sobre monopólios estatais. In: CONGRESO DE LATINOAMERICANISTAS DE EUROPA, 3., 2002, Amsterdã, **Paper...** Amsterdã, 2002. 27 p.
- LESSA, Renato. A sombra da representação. **Monitor Público**. Rio de Janeiro, n. 10, p.11-20, jul./set. 1996.
- LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: formas de gobierno y resultados en treinta y seis países. Barcelona: Ariel, 2000.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Instituições políticas democráticas**: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: J. Zahar , 1997.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. As reformas (des)necessárias. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 37-43, out./dez. 1996
- LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28/29, p. 21-74, 1993.

- \_\_\_\_\_. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- \_\_\_\_\_. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 29, p. 34-58, mar. 1991.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timoty. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 43-79, 1994.
- MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew. Juan Linz, Presidencialismo e democracia: uma avaliação crítica. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 37, p.191-213, nov. 1993.
- MELO, Marcus André. Reformando a reforma: interesses, atores e instituições da seguridade social no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n. 4, p.69-77, out./dez. 1996.
- MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).** São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. **PT: a formação de um partido (1979-1982).** São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MILIBAND, David (Org.). **Reinventando a esquerda.** São Paulo: UNESP, 1997.

- MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas. **A nação moralizada**: a promessa eleitoral dos presidentiáveis em 1989. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-UFRGS, Porto Alegre, 1996.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. **The democratic paradox**. London: Verso, 1999.
- NICOLAU, Jairo M. **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- NICOLAU, Jairo M. (Org.). **Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- NOGUEIRA, Marco A **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- NOVAES, Carlos Alberto. Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 89-98, mar. 1994.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelo de partido**. Madrid: Alianza, 1990.
- PANIZZA, Francisco E. **Uruguay**: batllismo y despues. Montevideo: Banda Oriental, 1990.

- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 45-67, jun. 2000.
- PEREIRA, L. C. Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999.
- PIERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PINTO, Céli Regina. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 493-535, 1997.
- SANTOS, André Marenco dos. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, fev. 1997.

- SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 1999.
- \_\_\_\_\_. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 465-492, 1997.
- \_\_\_\_\_. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil : 1946-99. In: Boschi, R.; Diniz, E.; Santos, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 91-117.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica congressual e regulação econômica: o caso da lei portuária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 133-146, jun. 1997.
- \_\_\_\_\_. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SANTOS, Maria Helena de C. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p.335-376, 1997.
- SARTORI, Giovanni. Nem presidencialismo, nem parlamentarismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 35, p. 3-14, mar. 1993.
- SCHMITT, Rogério. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 54, p. 127-146, jul. 1999.
- SENADO FEDERAL. **Regimento interno do Senado Federal**. Brasília: Gráfica do Senado, 1999.

- **SENADORES Brasileiros:** dados biográficos: 50<sup>a</sup> legislatura (1995-1999). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1995.
- SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro.** São Paulo: EDUSP, 2000.
- SOLA, Lourdes (Org.). **Estado, mercado e democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (Org.). **Lições da década de 80.** São Paulo: EDUSP/UNRISD, 1995.
- TSEBELIS, George. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 89-117, jun. 1997.

**APÊNDICE A:**  
Lista dos Deputados Federais dos Partidos de Esquerda – 50<sup>a</sup> Legislatura

**Relação dos Deputados Federais eleitos pelos partidos de esquerda em 1994**

<b>Partido</b>	<b>Estado</b>
<b>PV</b>	
<i>Deputado Titular</i>	
1) Fernando Gabeira	RJ
<b>PPS</b>	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Augusto Carvalho	DF
2) Sérgio Arouca	RJ
<b>PCdoB</b>	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Haroldo Lima	BA
2) Inácio Arruda	CE
3) Angelo Queiroz	DF
4) Aldo Arantes	GO
5) Sergio Miranda	MG
6) Socorro Gomes	PA
7) Ricardo Gomyde	PR
8) Jandira Feghali	RJ
9) Lindberg Farias	RJ
10) Aldo Rebelo	SP
<b>PSB</b>	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Gervásio Oliveira	AP
2) Raquel Capiberibe	AP
3) Beto Lélis	BA
4) Ubaldino Júnior	BA
5) Adelson Salvador (***)	ES
6) José Carlos Sabóia (*)	MA
7) Eduardo Campos	PE
8) Fernando Lyra	PE
9) Gonzaga Patriota	PE
10) João Colaço	PE
11) José Chaves (***)	PE
12) Luiz Piauhyllino (***)	PE
13) Sergio Guerra	PE
14) Alexandre Cardoso	RJ
15) Ronaldo Santos (**) (***)	RJ
16) Ushitaro Kamia (***)	SP

<b>Partido</b>	<b>Estado</b>
<b>PDT</b>	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Coriolano Sales	BA
2) Sergio Carneiro	BA
3) Severiano Alves	BA
4) Luiz Buaiz (****)	ES
5) Luiz Durão	ES
6) Magno Bacelar (**)	MA
6) Silvio Abreu	MG
7) Giovanni Queiroz	PA
8) Wilson Braga (**)	PB
9) Fernando Ribas Carli	PR
10) Max Rosenmann (**)	PR
11) Odílio Balbinotti (**)	PR
12) Wolney Queiroz	PE
13) Vicente Gomes (*****)	PE
14) Carlos Alberto Campista (**)	RJ
15) Cidinha Campos	RJ
16) Edson Ezequiel	RJ
17) Fernando Lopes	RJ
18) Itamar Serpa (**)	RJ
19) José Maurício	RJ
20) Marcia Cibilis Viana	RJ
21) Miro Teixeira	RJ
22) Airton Dipp	RS
23) Carlos Cardinal	RS
24) Enio Bacci	RS
25) Matheus Schmidt	RS
26) Renan Kurtz	RS
27) Eurípedes Miranda	RO
28) Dércio Knop	SC
29) Leonel Pavan	SC
30) Serafim Venzon	SC
31) Fernando Zuppo	SP
32) Antonio da Cunha Lima	SP
33) Antonio Joaquim	MT
34) Oscar Goldani (**)	MS

(\*) Deputado afastado em março de 1996, em função da recontagem dos votos no Estado do Maranhão, em seu lugar assumiu o candidato do PT – HAROLDO SABÓIA;

(\*\*) O deputado RONALDO SANTOS assumiu seu mandato em fevereiro de 1997, depois da recontagem dos votos no Estado do Rio de Janeiro;

(\*\*\*) Deputados migrantes para a base governista/"coalizão ampliada";

(\*\*\*\*) Deputado migrante para o PL;

(\*\*\*\*\*) Deputado migrante para o PSB;

<b>Partido</b>	<b>Estado</b>
<b>PT</b>	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Alcides Modesto	BA
2) Jacques Wagner	BA
3) José Pimentel	CE
4) Chico Vigilante	DF
5) Maria Laura	DF
6) João Coser	ES
7) Pedro Wilson	GO
8) Domingos Dutra	MA
9) Haroldo Sabóia	MA
10) Gilney Viana	MT
11) Chico Ferramenta	MG
12) João Fassarella	MG
13) Nilmário Miranda	MG
14) Paulo Delgado	MG
15) Sandra Starling	MG
16) Tilden Santiago	MG
17) Ana Júlia	PA
18) Paulo Rocha	PA
19) Nedson Micheleti	PR
20) Padre Roque	PR
21) Paulo Bernardo	PR
22) Fernando Ferro	PE
23) Humberto Costa	PE
24) Carlos Santana	RJ
25) Maria da Conceição Tavares	RJ
26) Milton Temer	RJ
27) Adão Pretto	RS
28) Esther Grossi	RS
29) José Fortunatti	RS
30) Luiz Mainardi	RS
31) Miguel Rossetto	RS
32) Paulo Paim	RS
33) Waldomiro Fioravante	RS
34) José Fritsch	SC
35) Milton Mendes	SC
36) Arlindo Chinaglia	SP
37) Celso Daniel	SP
38) Eduardo Jorge	SP
39) Hélio Bicudo	SP
40) Ivan Valente	SP
41) Jair Meneguelli	SP
42) João Paulo	SP

<b>Partido</b>	<b>Estado</b>
<b>PT</b>	
<i>Deputados Titulares (continuação)</i>	
43) José Machado	SP
44) José Augusto	SP
45) José Genoíno	SP
46) Luciano Zica	SP
47) Luiz Gushiken	SP
48) Marta Suplicy	SP
49) Telma de Souza	SP
50) Marcelo Déda	SE

**APÊNDICE B -**

Relação dos Suplentes que assumiram a vaga de Deputado Federal –  
Bancada partidos de esquerda – 50<sup>a</sup> Legislatura (1995-1999)

**Relação dos Suplentes que assumiram a vaga de Deputado Federal – Bancada  
partidos de esquerda – 50ª Legislatura (1995-1999)**

<b>Titular</b>	<b>Suplente</b>
Renunciou(*)	Tomou posse
1) Beto Lélis – PSB/BA	Walter Pinheiro – PT/BA
2) Ubaldino Júnior – PSB/BA	Luiz Alberto – PT/BA
3) Eduardo Campos – PSB/PE	Ricardo Heráclito – PSB/PE
4) Jerônimo Reis – PMN/SE	Pedro Valadares – PSB/SE
5) Leonel Pavan – PDT/SC	Dercio Knop – PDT/SC
6) Domingos Dutra – PT/MA	Neiva Moreira – PDT/MA
7) Chico Ferramenta – PT/MG	Joana D Arc – PT/MG
8) Ana Júlia – PT/ PA	Geraldo Pastana – PT/PA
9) José Fortunatti – PT/RS	Valdeci Oliveira – PT/RS
10) José Fritsch – PT/SC	Vânio dos Santos – PT/SC
11) Celso Daniel – PT/SP	Luiz Eduardo Greenhalgh – PT/SP

(\*) As renúncias ocorreram em função do resultado do pleito municipal de 1996. Dos nomes acima listados, com exceção de Ana Júlia e José Fortunatti, eleitos vice-prefeitos, todos os demais elegeram-se prefeitos municipais.

**APÊNDICE C –**  
Relação dos Deputados Federais dos partidos de oposição de direita -  
1994

**Relação dos Deputados Federais dos partidos de oposição de direita - 1994**

Deputado	Estado	Migração	
		Destino	Ano
<i>Titulares: PSD</i>			
Luiz Dantas	AL		
Marquinho Chedid	SP		
Paulo César de Velasco	SP		
<i>Titular: PRN</i>			
José Gomes da Rocha	GO	PSD	1995
<i>Titulares: PMN</i>			
Herculano Anghinetti	MG	PPB	1995
Bosco França	SE		
Jerônimo Reis	SE		
Nilson Gibson	PE	PSB	1995
<i>Titular: PRP</i>			
Adhemar de Barros Filho	SP	PPB	1995
<i>Titulares: PSC</i>			
Augusto César Farias	AL	PPB	1995
Márcia Regina Marinho	MA	PSDB	1995
Elton da Luz Rohnelt	RR	PFL	1997
<i>Titulares: PL</i>			
Eujácio Simões Filho	BA		
Roland Lavigne do Nascimento	BA	PFL	1996
Maurício Campos	MG		
Welington Fagundes	MT		

**Relação dos Deputados Federais dos partidos de oposição de direita - 1994**  
(continuação)

Deputado	Estado	Migração	
		Destino	Ano
<i>Titulares: PL</i>			
Alvaro Valle	RJ		
José Egidio	RJ		
Nelson Roberto de Oliveira	RJ	PSDB	1996
João Melão Neto	SP	PFL	1995
Robson Tuma	SP	PSL	1995
Valdemar Costa Neto	SP		
Valdemar Corauci Sobrinho	SP	PFL	1995
Vicente Cascione	SP	PPB	1995
Expedito Júnior	RO		
<i>Titulares: PP</i>			
João Maia Silva	AC	PFL	1995
Talvane Albuquerque	AL	PFL	1995
Valdenor Guedes Soares	AP	PPB	1995
Marconi Perillo	GO	PSDB	1995
Pedro Canedo	GO	PL	1995
Augustinho Freitas	MT	PPB	1995
Marcos A. Medrado	BA	PPB	1995
José Linhares Ponte	CE	PPB	1995
Edson Queiroz	CE	PPB	1995
Wigberto Tartuce	DF	PPB	1995
Benedito Domingos	DF	PPB	1995
Jofran Frejat	DF	PPB	1995

**Relação dos Deputados Federais dos partidos de oposição de direita - 1994  
(continuação)**

Deputado	Estado	Migração	
		Destino	Ano
<i>Titulares: PP</i>			
Mário de Oliveira	MG	PPB	1995
Márcio Moreira	MG	PPB	1995
Odelmo Leão	MG	PPB	1995
Raul Bélem de Miguel	MG	PFL	1995
Romel Anísio Jorge	MG	PPB	1995
Sérgio Naya	MG	PPB	1995
Flávio A. Coelho Derzi	MS	PPB	1995
Benedito de Carvalho Sá	PI	PSDB	1995
Dilceu Sperafico	PR	PPB	1995
José Janene	PR	PSDB	1995
Luis Carlos Haully	PR	PSDB	1995
Nelson Meurer	PR	PPB	1995
Renato Johnsson	PR	PPB	1995
Valdomiro Meger	PR	PFL	1995
Laprovita Vieira	RJ	PPB	1995
Laura Carneiro	RJ	PPB	1995
Carlos Alberto Camurça	RO	PPB	1995
Silvernani Santos	RO	PPB	1995
Vadão Gomes	SP	PPB	1995
Dolores Braga Nunes	TO	PPB	1995
Oswaldo de Souza Reis	TO	PPB	1995

**APÊNDICE D –**

Distribuição dos Decretos Legislativos

(PDC) x Partidos de esquerda x Assunto x Abrangência

Câmara dos Deputados - 50<sup>a</sup> Legislatura

**Distribuição dos Decretos Legislativos (PDC) x Partidos de esquerda x Assunto x  
Abrangência - Câmara dos Deputados - 50ª Legislatura**

<b>PT</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	11	0	0	4	0	15
Saúde e Previd.	4	0	0	0	0	4
Econ./Trib.	2	0	0	2	0	4
Educação	2	0	0	0	0	2
Social	0	1	0	0	0	1
Administrativo	0	0	0	1	0	1
Institucional	1	0	0	0	0	1
Outros	1	0	0	0	0	1
<b>Totais PT</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>29</b>
<b>PCdoB</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Econ./Tribut.	3	0	0	1	0	4
Mundo Trabalho	2	0	0	0	0	2
Política	1	0	0	0	0	1
Social	1	0	0	0	0	1
Educação	1	0	0	0	0	1
Ecologia	1	0	0	0	0	1
<b>Totais PCdoB</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

**Distribuição dos Decretos Legislativos (PDC) x Partidos de esquerda x Assunto x Abrangência – Câmara dos Deputados - 50ª Legislatura (continuação)**

<b>PDT</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	0	1	0	0	0	1
Mundo Trabalho	0	0	0	1	0	1
Homenagem	0	0	0	0	1	1
<b>Totais PDT</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>PSB</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	0	2	0	0	0	2
Econ./Tribut.	0	0	0	1	0	1
<b>Totais PSB</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>PPS</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Mundo Trab.	0	0	0	1	0	1
<b>Totais PPS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>PV</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	1	0	0	0	0	1
<b>Totais PV</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>31</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>47</b>

**APÊNDICE E –**

Distribuição dos Projetos de Fiscalização e Controle (PFC) x Partidos  
de esquerda x Assunto x Abrangência  
Câmara dos Deputados – 50<sup>a</sup> Legislatura

**Distribuição dos Projetos de Fiscalização e Controle (PFC) x Partidos de esquerda x Assunto x Abrangência - Câmara dos Deputados – 50ª Legislatura**

<b>PT</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	8	1	1	3	2	15
Econ./Trib.	1	1	0	4	0	6
Ecologia	1	0	1	0	0	2
Administrativo	1	0	0	0	1	2
Mundo Trab.	1	0	0	0	0	1
<b>Totais PT</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>26</b>
<b>PCdoB</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	1	3	2	2	0	8
Econ./Tribut.	0	0	0	1	0	1
<b>Totais PCdoB</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
<b>PDT</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	0	0	0	1	1	2
<b>Totais PDT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>PSB</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	0	0	0	0	1	1
<b>Totais PSB</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>PPS</b>	Abrangência					
Assunto	Nacional	Regional	Local	Setorial	Individual	Total
Política	1	0	0	2	1	4
Econ./Tribut.	0	0	0	0	1	1
<b>Totais PPS</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

**Distribuição dos Projetos de Fiscalização e Controle (PFC) x Partidos esquerda x Assunto x Abrangência - Câmara dos Deputados – 50ª Legislatura**  
**(continuação)**

<b>PV</b>	<b>Abrangência</b>					<b>Total</b>
	<b>Nacional</b>	<b>Regional</b>	<b>Local</b>	<b>Setorial</b>	<b>Individual</b>	
<b>Assunto</b>						
Política	1	0	0	0	0	1
<b>Total PV</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>44</b>

**APÊNDICE F –**

Relação das Proposições Legais de autoria dos Partidos de  
Esquerda e transformadas em norma jurídica (TNJ)  
Câmara dos Deputados – 50<sup>a</sup> Legislatura

**Relação das Proposições Legais de autoria dos Partidos de Esquerda e transformadas em norma jurídica (TNJ) Câmara dos Deputados – 50<sup>a</sup> Legislatura**

<b>PT = 24 TNJ</b>				
Tipo Proposição	Categorização		Período da tramitação	
	Assunto	Abrangência	Início	Fim
PL Autor: José Fortunati	Economia/Tributário	Nacional	1995	1997
PL Autor: Paulo Bernardo	Política	Nacional	1995	1995
PL Autor: Paulo Rocha	Jurisdicional	Nacional	1995	1998
PL Autor: Arlindo Chinaglia	Mundo do Trabalho	Setorial	1995	1998
PL Autor: Domingos Dutra	Jurisdicional	Nacional	1995	1996
PL Autor: Paulo Paim	Jurisdicional	Nacional	1995	1997
PL Autor: Humberto Costa	Política	Nacional	1995	1999
PRC Autor: Jacques Wagner	Homenagem	Individual	1995	1996
PRC Autor: Nilmário Miranda	Institucional	Individual	1995	1995
PLP Autor: José Fritsch	Questão da terra	Nacional	1995	1996
PL Autor: Ivan Valente	Educação	Nacional	1996	2001

**Relação das Proposições Legais de autoria dos Partidos de Esquerda e transformadas em norma jurídica (TNJ) Câmara dos Deputados – 50<sup>a</sup> Legislatura  
(continuação)**

<b>PT = 24 TNJ</b>				
Tipo Proposição	Categorização		Período da tramitação	
	Assunto	Abrangência	Início	Fim
PL Autor: Marcelo Déda	Homenagem	Individual	1998	2001
PL Autor: Nilmário Miranda	Homenagem	Nacional	1996	1996
PL Autor: Nilmário Miranda	Homenagem	Local	1996	1996
PL Autora: Sandra Starling	Institucional	Individual	1997	1999
PL Autora: Telma de Souza	Saúde	Nacional	1997	2001
PL Autor: Valdeci Oliveira	Saúde	Nacional	1997	2001
PL Autor: Eduardo Jorge	Economia	Nacional	1997	2001
PL Autor: José Pimentel	Política	Setorial	1997	2000
PL Autor: Paulo Paim	Mundo do Trabalho	Nacional	1997	2001
PL Autor: Pedro Wilson	Educação	Nacional	1997	2001
PL Autor: Jair Meneghelli	Mundo do Trabalho	Setorial	1997	2001

**Relação das Proposições Legais de autoria dos Partidos de Esquerda e transformadas em norma jurídica (TNJ) Câmara dos Deputados – 50ª Legislatura  
(continuação)**

<b>PT = 24 TNJ</b>				
Tipo Proposição	Categorização		Período da tramitação	
	Assunto	Abrangência	Início	Fim
PRC Autora: Esther Grossi	Institucional	Nacional	1998	1999
PL Autor: Luciano Zica	Economia/Tributação	Nacional	1998	2001
<b>PDT = 3 TNJ</b>				
Tipo de Proposição	Categorização		Período da tramitação	
	Assunto	Abrangência	Início	Fim
PRC Autor: Coriolano Sales	Institucional	Individual	1996	1997
PL Autor: Miro Teixeira	Economia	Setorial	1998	1998
PL Autor: Silvio Abreu	Jurisdicional	Nacional	1998	1998
<b>PSB = 3 TNJ</b>				
Tipo de Proposição	Categorização		Período da tramitação	
	Assunto	Abrangência	Início	Fim
PL Autor: Gonzaga Patriota	Previdência	Nacional	1995	2000
PL Autora: Raquel Capiberibe	Jurisdicional	Nacional	1995	1997
PLP Autor: Alexandre Cardoso	Tributário	Nacional	1997	1999
<b>PPS = 1 TNJ</b>				
Tipo de Proposição	Categorização		Período da tramitação	
	Assunto	Abrangência	Início	Fim
PRC Autor: Augusto Carvalho	Institucional	Setorial	1996	1996

**Relação das Proposições Legais de autoria dos Partidos de Esquerda e transformadas em norma jurídica (TNJ) Câmara dos Deputados – 50<sup>a</sup> Legislatura  
(continuação)**

PCdoB = 6 TNJ				
Tipo de Proposição	Categorização		Período da tramitação	
	Assunto	Abrangência	Início	Fim
PL Autor: Aldo Rebelo	Homenagem	Individual	1995	1995
PEC Autora: Jandira Feghali	Mundo do Trabalho	Setorial	1996	2001
PRC Autor: Aldo Rebelo	Institucional	Individual	1996	1999
PL Autor: Aldo Rebelo	Mundo do Trabalho	Setorial	1998	2000
PL Autor: Agnelo Queiroz	Mundo do Trabalho	Setorial	1999	2003
PL Autor: Agnelo Queiroz	Administrativo	Nacional	1999	1999

Totalização x Assunto:

- |                           |                      |
|---------------------------|----------------------|
| • INSTITUCIONAL = 6       | POLÍTICA = 3         |
| • MUNDO DO TRABALHO = 6   | EDUCAÇÃO = 2         |
| • HOMENAGENS = 5          | ADMINISTRATIVA = 1   |
| • JURISDICIONAL = 5       | INFRA-ESTRUTURA = 1  |
| • ECONOMIA/TRIBUTAÇÃO = 4 | QUESTÃO DA TERRA = 1 |
| • SAÚDE e PREVIDÊNCIA = 3 |                      |

**ANEXO A – Aparte do Deputado Antônio Aureliano (PSDB/MG)**

A íntegra do aparte concedido pelo deputado Chico Vigilante/PT ao deputado Deputado Antônio Aureliano, no dia 21/02/1995, foi a seguinte: *“Deputado Chico Vigilante, antes de mais nada, quero agradecer a V. Exa por citar o nome de meu pai, mas quero também fazer um esclarecimento a este Plenário: quando o Presidente da República fala em flexibilização, em nenhum momento questiona o fato de a iniciativa privada ser parceira. O Presidente da República, na mensagem que enviou ao Congresso Nacional, deixou claro que o Governo continua dominando, sem perder de vista a avaliação da competitividade, ou seja, o Estado e a iniciativa privada vão ser comparados no processo de melhoria econômica e política do País. Muito obrigado.*

**ANEXO B – Aparte Deputado Carlos Magno (PFL/SE)**

A íntegra do aparte concedido pelo deputado Chico Vigilante/PT ao deputado Carlos Magno, no dia 21/02/1995, foi o seguinte: *“Sr. Deputado, quanto à citação que faz da Constituição de 1988, quero lembrar a V. Exa, que é ainda jovem, que ao escreverem no muro das casas e das ruas que o povo queria a Constituinte, o fizeram como se a nova Constituição fosse resolver tudo. Isso foi pregado pela esquerda brasileira. Veio, pois, a Constituição, uma Carta demagógica em vários aspectos, e estamos num impasse. Quando V. Exa fala na quebra do monopólio das telecomunicações e do petróleo, o faz como se o Governo quisesse privatizar a Petrobrás e a Telebrás, o que o Governo em nenhum momento falou. O Governo quer uma parceria. O mundo mudou! Receberemos um grande líder sindicalista, o Presidente da Polônia, Lech Walesa. E preciso que a esquerda do País procure orientação desse líder, que mudou também suas posturas e seu modo de ver. E preciso que haja realmente uma nova postura da esquerda, para que ela não se tome sectária e não se restrinja a um pequeno grupo fadado a terminar. Isto não é bom para nós, que fazemos do Brasil uma grande democracia. E importante que a oposição seja forte, renovadora, que procure ver que o País entra no mundo da competitividade, em busca do Primeiro Mundo, para que possamos ter realmente uma vida digna para todo o povo brasileiro. Vejo uma nova Nação dentro da perspectiva, do desenvolvimento, de estar no Primeiro Mundo. E preciso que a esquerda renove suas idéias e saia desse sectarismo. Muito obrigado”.*

**ANEXO C – Aparte do Deputado Milton Temer (PT/RJ)**

Aparte concedido pelo deputado Luis Alberto/PT ao seu colega de bancada deputado Milton Temer, no dia 13/01/1998: *“Deputado Luis Alberto, acho fundamental a intervenção de V.Exa., pelos dados que fornece e pelas denúncias que faz, comprovando que a questão hoje determinante dos desvios do Governo Fernando Henrique Cardoso com respeito à Previdência é, na verdade, a opção ideológica feita por este Governo. Ou seja, não se trata de resolver a questão da previdência pública neste País, tarefa na qual o Partido dos Trabalhadores está profundamente empenhado. Trata-se, sim, de entregar a Previdência Social, esse largo filão de exploração comercial, ao sistema financeiro privado. Isso se comprova pelo escândalo que hoje se promove. Cito um exemplo específico: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social abriga dentro dos seus quadros, com um salário de 15 mil reais por mês, o ex-banqueiro privado, quer dizer, o ex-funcionário público transformado em banqueiro privado, rapidamente enriquecido, André Lara Resende, que hoje tem um escritório num andar do prédio do BNDES, que antes era ocupado pela biblioteca e que agora se transformou no escritório desse banqueiro, que necessita de espaço para fazer o quê? Para fazer um plano específico de desmonte da previdência pública neste País e a sua entrega ao sistema financeiro privado. Ou seja, o BNDES abriga de maneira irregular, porque não é para cumprir tarefas do BNDES, um funcionário contratado com um salário de 15 mil reais, portanto, acima do teto proposto pelo Governo e maior do que o do Presidente da República, para propor um plano de desmonte da previdência pública e a sua entrega ao sistema financeiro privado, no qual este funcionário opera com interesse próprio, evidentemente, porque é um banqueiro apenas em retiro. Então, nobre Deputado, acho fundamental esta intervenção de V.Exa., principalmente pelos dados que acrescenta. Eles mostram que, antes de tudo e antes de discutir a reforma da Previdência, é importantíssimo que todos os Deputados se informem dos dados oficiais, que comprovam, como V.Exa. disse, que, longe de deficitária, a previdência pública brasileira é superavitária”*

**ANEXO D – Aparte do Deputado Domingos Leonelli (PSDB/BA)**

Aparte concedido pelo deputado Milton Temer/PT ao deputado do PSDB, Domingos Leonelli, no dia 09/6/1995: *“Serei breve. Não considero que tenha sido objeto de uma truculência, em primeiro lugar. Segundo, se a minha emenda tivesse alguma validade, se ela tivesse o senti do de viabilizar um acordo ou de trabalhar a hipótese, que deveria ter sido feita, os partidos deveriam tê-la adotado, o que não fizeram porque tinham restrições no conteúdo, que eu entendo. O que não entendo é que V. Exa insista na tese de que a maioria política, a que ganhou a eleição, venha a discutir as propostas do PT, e que o PT, o PCdoB, o PSB e o PDT não admitam discutir as propostas que vieram da maioria. A regra do jogo é clara; quem ganha a eleição de uma Mesa dita a ordem do dia. Isso é assim no sindicato e na República. Então essa é a questão que temos de compreender, Deputado Milton Temer, para que possamos avançar no Senado, para que possamos avançar na volta da matéria, aqui. Ou fazemos política, trabalhamos, negociamos ou perderemos o que já perdemos e muito mais”.*

**ANEXO E - Comissões Permanentes e Temporárias – Câmara dos Deputados**  
50ª legislatura (1995 – 1999)

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	
<b>Comissões Permanentes</b>	<b>Sigla</b>
1. Educação, Cultura e Desporto	CECD
2. Relações Exteriores e Defesa Nacional	CREDN
3. Finanças e Tributação	CFT
4. Constituição, Justiça e Redação	CCJR
5. Trabalho, Administração e Serviço Público	CTASP
6. Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias	CDCMAM
7. Economia, Indústria e Comércio	CEIC
8. Viação e Transporte	CVT
9. Fiscalização Financeira e Controle	CFFC
10. Agricultura e Política Rural	CAPR
11. Seguridade Social e Família	CSSF
12. Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática	CCTCI
<b>Comissões Temporárias</b>	<b>Sigla</b>
1) Desenvolvimento Urbano e Interior	CDUI
2) Direitos Humanos	CDH
3) Amazônia e Desenvolvimento Regional	CADR
4) Legislação Participativa	CLP
5) Minas e Energia	CME
6) Segurança Pública, Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico	CSPCCOVN

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M862v Moritz, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas  
**Vozes da oposição:** os partidos de esquerda e o 1º governo Fernando Henrique (1995-1999). / Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz.  
Porto Alegre, 2006.  
300 f.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.  
Orientador: Profª Drª Céli Regina Jardim Pinto

1. Oposições. 2. Partidos de esquerda. 3. Poder legislativo.
4. Deputados federais. 5. Produção legislativa. 6. Grande expediente.
7. Reforma do estado. I. Céli Regina Jardim Pinto. II. t.

CDU 329.052

Bibliotecária responsável: Veronica Frantz CRB – 10/886